



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

HELENA DE ARAÚJO FRERES

**A EMERGÊNCIA DO CONHECIMENTO COMO PARADIGMA ECONÔMICO E
PRODUTIVO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: UM ESTUDO À LUZ DA
CENTRALIDADE ONTOLÓGICA DO TRABALHO**

FORTALEZA

2013

HELENA DE ARAÚJO FRERES

**A EMERGÊNCIA DO CONHECIMENTO COMO PARADIGMA ECONÔMICO E
PRODUTIVO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: UM ESTUDO À LUZ DA
CENTRALIDADE ONTOLÓGICA DO TRABALHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a PhD. Susana Vasconcelos Jimenez
Coorientadora: Prof^a Dr^a Josefa Jackline Rabelo

**FORTALEZA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

F94e

Freres, Helena de Araújo.

A emergência do conhecimento como paradigma econômico e produtivo no contexto de crise do capital: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho / Helena de Araújo Freres. – 2013.

200 f. , enc. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Educação.

Orientação: Profa. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez.

Coorientação: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.

1.Trabalho. 2.Ontologia. 3.Teoria do conhecimento. 4.Crise econômica. 5.Capital (Economia).
I. Título.

CDD 370.1

HELENA DE ARAÚJO FRERES

**A EMERGÊNCIA DO CONHECIMENTO COMO PARADIGMA ECONÔMICO E
PRODUTIVO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: UM ESTUDO À LUZ DA
CENTRALIDADE ONTOLÓGICA DO TRABALHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 21/11/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. PhD. Susana Vasconcelos Jimenez – Orientadora
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª Dr^ª Josefa Jackline Rabelo – Coorientadora
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Edna de Lima Bertoldo
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Prof^ª. Dr^ª. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^ª. Dr^ª. Maria das Dores Mendes Segundo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela vida.

À professora Susana Jimenez, minha orientadora, por ser uma referência na luta teórico-prática contra a desumanidade que nos oprime, referência que me norteia desde a minha graduação em Pedagogia. Meu muito obrigado também pela força que sempre me deu em momentos de alegria e de tristeza diante das parcas conquistas ou das múltiplas derrotas que fazem parte da nossa vida numa sociedade extremamente desigual.

À professora Jackline Rabelo, minha coorientadora, que contribuiu muitíssimo para a minha formação e por ser um exemplo de paciência que devem ter os grandes mestres. Obrigada também por ter deixado sua marca indelével em minha trajetória intelectual e profissional.

Ao professor Luís Távora Ribeiro, a quem devo muito, obrigada por ser tão generoso.

À professora Maria das Dores Mendes Segundo, por ser a nossa Ariadne. Para mim, é exemplo de grandeza pessoal e intelectual, de humildade e de generosidade. A ela devo não somente contribuições valiosíssimas para a minha formação, mas também por estar presente em minha vida. Meus agradecimentos também ao Eduardo e à Toinha.

Ao professor Osterne Maia Filho, pelas contribuições preciosas desde a primeira Qualificação.

À professora Edna Bertoldo, pelas contribuições valiosas e por se juntar conosco na caminhada contra a corrente.

À professora Ruth de Paula Gonçalves, pelas contribuições teóricas que me deu e pela confiança que sempre depositou em mim.

Ao professor Valdemarin Coelho Gomes, pela maravilhosa pessoa que é e pelas ajudas que sempre prestou a mim. Meu muito obrigado por ter me dado lições de como sobreviver neste mundo.

À Maurilene do Carmo, que, mesmo sem saber, muito me inspirou.

À professora Elvira, minha eterna professora, a quem sou grata por ter me conduzido ao IMO e por ter sido a primeira a me ensinar o real significado daquelas palavras horacianas proferidas por Marx no Prefácio da Primeira Edição de *O Capital*: “A história é a teu respeito!”.

À Marteana Lima, cujo encontro no Doutorado possibilitou o nascimento de uma amizade que se estende para além da Universidade, pela disponibilidade em atender a um pedido meu. Obrigada por sua amizade e por ser alguém a quem muito me espelho.

À Samantha Macedo, pela preciosa amizade.

À Samara Chaves, pela delicadeza e pela disponibilidade. Obrigada por sua amizade.

Às amigas Núbia, Marcelle, Joselia e Tania, presentes que a vida me deu.

À Tereza Buonomo, pela amizade que nasceu no Doutorado e pelas dúvidas esclarecidas, mesmo tendo que escrever sua tese.

Aos professores da graduação em Pedagogia, de quem sinto um enorme prazer de ser colega de trabalho hoje. Agradeço especialmente à professora Lia Matos Brito pelo apoio prestado em diversos momentos.

À Joeline e à Daniele, hoje amigas e colegas da Universidade; ontem, alunas. Seu crescimento é também meu crescimento e é o fortalecimento do IMO. Obrigada pela amizade e pela disponibilidade prestada a mim.

À Nágela, que também foi minha aluna, pelo respeito que me tem. Por ela tenho muito apreço.

À Helena Holanda e à Cleide Barroso, pela amizade, que já dura quase uma década, e pelos nossos maravilhosos encontros na Filosofia com o Dália (*in memoriam*).

A todos do IMO, cujas pesquisas contribuem para o aprendizado de todos nós. A vocês dedico aquele trecho da música do Gonzaguinha “Caminhos do Coração”: “É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

Aos meus alunos e ex-alunos. Espero nessa minha trajetória ainda encontrar muitas nágelas, joelines e danieles. Agradecimento especial aos presentes nesta defesa Caio e Aurélio.

À Cristina, meu muito obrigado por ter contribuído sobremaneira para as minhas conquistas. Obrigada principalmente por ter me dado lições diárias de como tornar-me melhor e por ter me ensinado o significado prático daquela afirmação marxiana de que os sentidos não são dados biologicamente, mas desenvolvidos socialmente.

Ao IMO (Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário), por se constituir num dos pouquíssimos espaços que possibilitam o estudo das questões pertinentes à humanidade e seu devir histórico e pela sua clara posição em defesa da classe trabalhadora.

Às Linhas Marxismo, Educação e Luta de Classes, da UFC, da qual tenho a honra de fazer parte, e Marxismo e Formação do Educador, da UECE, meu muito obrigado.

Às Universidades Federal e Estadual do Ceará, pela formação que me proporcionaram. Apesar do papel imposto a elas no contexto histórico atual, nelas tive a sorte de encontrar bons professores que me ensinaram o que realmente interessa à humanidade. A estes professores, meu muito obrigado.

Ao Edmar Pereira e à Eva Soares, respectivamente coordenador e professora do curso de Pedagogia da FAEC, pelo apoio prestado nos últimos meses de escrita desta tese.

À CAPES, pela bolsa concedida.

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo, à luz da ontologia marxiano-lukacsiana, do caráter pragmático e mercantil que assume o conhecimento no atual contexto histórico de crise estrutural do capital. Para o desenvolvimento do assunto, partimos da exposição de alguns elementos postos por autores que defendem a existência de uma pretensa Sociedade do Conhecimento – baseada no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação –, cujo desdobramento imediato incide sobre a negação do trabalho, numa tentativa de cancelá-lo e afirmar o conhecimento como categoria central do ser social. Demonstramos que essa dita sociedade representa uma tese falsa, mas que é extremamente necessária ao capital para a continuidade de sua lógica, posto que a negação do trabalho desdobra-se nos seguintes problemas teórico-práticos: culmina na negação do valor, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria; aponta o conhecimento como medida do valor, ideia da qual são representantes Gorz (2005), Fausto (1989) e Marcos Dantas (2006); alimenta o mercado do conhecimento, vendido como qualquer mercadoria; responsabiliza cada indivíduo pelos dramas humanos agudizados no contexto de crise estrutural. Nesse contexto, em que a existência da humanidade é posta em xeque, a ciência e a tecnologia foram postas a serviço do complexo industrial-militar em nome da produção de descartáveis, utilizando-se da estratégia da redução do tempo de vida útil das mercadorias. Tal papel que assumem a ciência e a tecnologia é posto em posição antagônica à satisfação das genuínas necessidades humanas, em nome da sustentabilidade do próprio capital. Para a elaboração deste trabalho, lançamos mão do pensamento de autores ligados à defesa da dita Sociedade do Conhecimento, como Bell (1973, 1976), Castells (1999), Schaff (1991), Toffler e Toffler (1983, 1995, 2007) e Drucker (1977, 1999). Tais autores serão confrontados com o que saiu da letra de Marx e de Mészáros sobre o papel da ciência e da tecnologia no modo de produção capitalista, sobretudo no contexto histórico de crise estrutural do capital. Marx (1964, 2003, 2004, 1994, 2011a, 2011b, 2011c) demonstrou que o modo de produção capitalista exigiu o avanço da ciência e da tecnologia como estratégia do capital para a extração da mais-valia relativa; Mészáros (2003, 2006a, 2006b, 2006c, 2009), por sua vez, que concorda com as denúncias feitas pelo pensador alemão há quase dois séculos, acrescenta que em nosso tempo histórico, ciência e tecnologia assumem um caráter militarizado para garantir a continuidade do próprio sistema, não importando, evidentemente, o futuro da humanidade e do planeta.

Palavras-chave: Trabalho, Conhecimento, Crise Estrutural do Capital.

RESUMEN

Esta investigación tiene como reto, bajo la ontología marxiano-lukacsiana, hacer un estudio del carácter utilitario y mercantil que asume el conocimiento en el actual contexto histórico de crisis estructural del capital. Para el desarrollo de este contenido, partimos de la exposición de algunos elementos puestos por autores que defienden la existencia de una propagada Sociedad del Conocimiento – basada en el desarrollo de las tecnologías de la información y de la comunicación –, cuyo desdoblamiento inmediato afecta la negación del trabajo, con el intento de lo cancelar y poner el conocimiento como actividad central del ser social. Demostramos que esa decantada sociedad representa una teoría falsa, pero que es extremadamente necesaria al capital para la continuidad de su lógica, puesto que la negación del trabajo se desdobra en los siguientes problemas teórico-prácticos: culmina en la negación del valor, medido pelo tiempo de trabajo socialmente necesario para producir determinada mercancía; señala el conocimiento como medida del valor, idea de la cual son representantes Gorz (2005), Fausto (1989) y Marcos Dantas (2006); nutre el mercado del conocimiento, vendido como cualquier mercancía; responsabiliza cada individuo por las tragedias humanas empeoradas en el contexto de crisis estructural. En ese contexto, en lo cual la existencia de la humanidad es puesta en peligro, la ciencia y la tecnología fueran puestas a servicio del complejo industrial-militar en nombre de la producción de desechables, se utilizando de la estrategia de la reducción del tiempo de vida útil de las mercancías. Tal papel que asumen la ciencia y la tecnología es puesto en posición antagónica a la satisfacción de las auténticas necesidades humanas, en nombre de la sustentabilidad del propio capital. Para la elaboración de esta investigación, estudiamos algunos autores que a la defensa de la divulgada Sociedad del Conocimiento, como Bell (1973, 1976), Castells (1999), Schaff (1991), Toffler y Toffler (1983, 1995, 2007) y Drucker (1977, 1999). Tales autores serán careados con el pensamiento Marx y de Mészáros sobre el papel de la ciencia y de la tecnología en el modo de producción capitalista, sobre todo en el contexto histórico de crisis estructural do capital. Marx (1964, 2003, 2004, 1994, 2011a, 2011b, 2011c) demostró que el modo de producción capitalista exigió el desarrollo de la ciencia y de la tecnología como estrategia del capital para extraer plusvalía relativa; Mészáros (2003, 2006a, 2006b, 2006c, 2009), por su vez, que concuerda con las denuncias hechas por el pensador alemán hace casi dos siglos, añade que en nuestro tiempo histórico, ciencia y tecnología asumen un carácter militarizado para garantizar la continuidad del propio sistema, no importando el futuro ni de la humanidad ni del planeta.

Palabras claves: Trabajo, Conocimiento, Crisis Estructural del Capital.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: UMA ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DO CAPITAL EM PROL DE SUA AUTORREPRODUÇÃO	22
2.1 Sociedade do Conhecimento: o fim do trabalho e da luta de classes	27
2.2 Conhecimento: a suposta base da produção da riqueza na dita sociedade do conhecimento	49
3 A NEGAÇÃO DO VALOR-TRABALHO: O ATUAL RETORNO HIPERMISTIFICADO DA TEORIA DO VALOR- UTILIDADE	65
3.1 O valor-trabalho: da descoberta científica à sua mistificação pelo valor-utilidade	68
3.2 As atuais inflexões ideológicas acerca do substrato do valor: mais uma vez, a negação do valor-trabalho	77
4 O PAPEL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL	118
4.1 As respostas do capital para a incontrolabilidade de sua lógica	121
4.2 Sociedade do Conhecimento: reconfiguração da tecnoestrutura como resposta contemporânea do capital à crise hodierna	140
4.3 Desenvolvimento científico e tecnológico: da destruição produtiva à produção destrutiva em nome da subsunção real do trabalho ao capital	153
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	197

1 INTRODUÇÃO

Nos tempos hodiernos, marcados por uma crise inédita na história do capital, foi engendrada a tese da centralidade do conhecimento no desenvolvimento histórico dos homens, tese essa que serve muito bem a esse sistema, que necessita de teorias contrapostas à centralidade do trabalho. Com essa estratégia, tudo no mundo dos homens, nesses tempos, tem no conhecimento a justificação ideológica para a existência do atual estado de coisas, ou seja, todos os problemas que assolam a humanidade perpassariam pela falta de acesso da própria humanidade ao conhecimento.

Sob a tônica mistificadora do real arquitetada pelo capital, essa falta de acesso ao conhecimento – assim como todos os outros graves problemas que mergulham a humanidade na barbárie cada vez mais agudizada – não estaria enraizada na lógica que produz a desumanidade dos homens, mas nos próprios homens, tomados isoladamente. Dizendo de outro modo, não seria a sociedade em que vivemos (cuja base é a exploração de uma classe sobre a outra em que o trabalho explorado é a matriz da própria desumanidade) que impede o acesso de grande parte da humanidade às maravilhas – materiais e espirituais – que ela própria criou historicamente, mas esse acesso ao patrimônio edificado pela humanidade seria da inteira responsabilidade dos próprios indivíduos. Sob essa argumentação, os indivíduos são levados a acreditar que a fome, a violência, o desemprego, o analfabetismo etc. seriam problemas gerados pela falta de acesso do indivíduo ao conhecimento, restando a cada um “fazer a sua parte” para buscar o conhecimento necessário para, enfim, solucionar o seu problema e, generosamente, o problema daqueles que estão em seu entorno. Desse modo, todos são induzidos a crer que todos alcançariam finalmente a paz perenal se tal tarefa fosse cumprida por cada um, isoladamente.

Sob esse engodo que entorpece a consciência dos homens, toda a miséria material e espiritual gerada sobre a classe trabalhadora pelas relações sociais classistas, e que arruinam a humanidade, é, dessa maneira, mistificada pela sociedade que a produz e reproduz: a sociedade de classes que, em nossos tempos, está mergulhada numa crise nunca antes vista. O capital, nesse contexto, encontra a mistificação ideológica eficaz para explicar a origem da própria desumanidade, mistificação essa que cumpre um duplo papel: [1] nega que a desumanidade é engendrada no seio da sociedade de classes e que sua gênese reside na lógica do capital; [2] responsabiliza os próprios indivíduos pela impossibilidade de satisfazer suas próprias carências, posto que eles são induzidos a crer que tais carências nascem dos poucos conhecimentos que possuem.

Conforme mencionamos, a gama de problemas nos quais está imersa a humanidade encontra na crise inédita do capital sua fonte inesgotável. Mészáros (2006a) é o pensador marxista que se debruçou sobre o estudo das características do capital a partir das últimas décadas do século XX. De acordo com o pensador húngaro, esse sistema põe em xeque a existência da própria humanidade, sobretudo, com o alto poder de destruição do complexo industrial-militar, porque sua lógica é a lógica de sua própria expansão – que, aliás, é incontável –, não importando se vidas humanas são destruídas, tampouco se recursos naturais são esgotados.

Para justificar ideologicamente a incontabilidade da lógica de expansão do capital e enevoar a realidade existente, desenvolve-se no contexto histórico de crise estrutural desse sistema a tese de que viveríamos numa sociedade ou economia do conhecimento na qual o trabalho não mais seria o pilar que, em última instância, sustentaria a sociabilidade humana. Agora, o conhecimento assumiria o seu lugar, constituindo-se a pretensa base da produção da riqueza nessa dita “nova sociedade”.

O desdobramento imediato dessa mistificação é a concordância de grande parte dos intelectuais quanto à tese de que necessitaríamos de novas teorias para explicar o mundo atual porque Marx já não mais responderia aos desafios históricos do nosso tempo, portanto deveríamos fazer o seu enterro – juntamente com a pedra angular de sua teoria – no século XIX, ou seja, há quase dois séculos.

Marx, morto e enterrado no século XIX, já não responderia pelos problemas do século XX, principalmente a partir da Segunda Grande Guerra, contexto em que essa pretensa nova teoria surgiu para explicar a dita “nova” sociedade. Nessa época histórica, a humanidade saía dos porões da Segunda Guerra Mundial e, em duas décadas, este sistema mergulharia na crise de proporções estruturais que põe a humanidade, pela primeira vez na história, sob a possibilidade de sua própria destruição. É nesse contexto que essa tese se espraia como a teoria que explicaria as profundas transformações tecnológicas pelas quais o mundo estaria passando, e o pensador de Trier, definitivamente, não as teria vivido, por isso não poderia explicar nosso tempo – e aqueles que insistem na defesa de suas ideias estariam ultrapassados. Referida tese surgiu não para algo explicar, mas para enevoar as profundas iniquidades que o capital produz sobre a humanidade, as quais Marx denunciou há quase dois séculos. E para enevoá-las mais espessamente, faz-se mister para o capital difundir teorias que desqualifiquem a teoria marxiana e seu autor, considerado como “jurássico”, estúpido, radical e violento (um sujeito deselegante que teima em sustentar dogmas ultrapassados, enquanto na dita sociedade do conhecimento, que teria posto fim à luta de classes, todos poderiam se

divertir na *Côte d'Azur* da Grécia e da Sicília¹), sem apontar que violentos são o próprio sistema e as desigualdades que ele, por sua própria natureza, produz sobre a humanidade.

Esses adjetivos nada agradáveis ao cérebro daqueles que concordam com as denúncias feitas por Marx há quase dois séculos fazem-nos lembrar da entrevista concedida por este pensador ao jornalista R. Landon sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores, publicada no jornal *The World*, de Londres, em 18 de julho de 1871. Naquela ocasião, afirma referido jornalista que, em vão, entrou na sala, na noite da entrevista, em estado de alerta. Por essa razão, espiou “[...] com cautela dentro de um vaso sobre a mesa de canto, à procura de uma bomba. Esperava sentir cheiro de petróleo, mas cheirava a rosas”. Continua afirmando o jornalista que, em silêncio, retornou para o seu assento e esperou pelo pior. Admite R. Landon que só depois de ouvir os eloquentes discursos daquele homem e “observar a vida pessoal do orador”, que “tinha cérebro suficiente para organizar um governo operário” é que compreendeu a “natureza [...] da revolta do trabalho contra o capital [...]”. Concluiu o jornalista que “[...] aqui estava a mão de quem sabe golpear quando quer, assim como a cabeça que planeja [...]” (MARX, 2011c, p. 213-214). Reconheceu Landon que o “perigo” que Marx oferecia advinha da sua clara posição a favor da classe trabalhadora na luta do trabalho contra o sistema que o oprime.

Esse entendimento a que chegou Landon jamais alcançarão aqueles dos nossos tempos que buscam em Marx cheiro de bomba, porque a bomba é a metáfora que representa a teoria deste pensador cuja vida conturbada foi dedicada ao desvelamento da lógica que preside a sociabilidade do capital. E é por isso que a teoria marxista, conforme veremos, em nome da sustentabilidade desse sistema, precisa ser execrada; seu autor, enterrado eternamente, tarefa que o capital sempre buscou empreender, visto que a teoria marxiana é a teoria que instrumentaliza a classe trabalhadora contra o sistema que deforma seu corpo e seu espírito.

Proclamada a morte de Marx, ficou mais fácil para o capital e seus ideólogos elaborar teorias que anunciam o fim do “mistério” que envolvia a sociedade: a humanidade estaria vivendo novos tempos, nos quais não mais existiriam classes e os homens estariam se liberando do trabalho sujo – tempos marcados pelo desenvolvimento das tecnologias, sobretudo as da informação e da comunicação. E o conhecimento, evidentemente, assumiria o lugar do trabalho nessa “nova era”.

¹ MALLET *apud* LESSA e TONET, 2012.

São vários os autores que proclamam esses novos tempos e servem muito bem ao processo de reprodução ampliada do capital, cuja natureza incontrolável passa como um trator por cima dos homens e da natureza. São vários os autores, cujos expoentes vieram do marxismo, que se utilizam desse expediente para justificar o injustificável, sem qualquer preocupação com a enorme parcela da humanidade que morre de fome, que vive na miséria absoluta, num nível muito próximo ao da animalidade. Aliás, tais autores certamente comeram e beberam – e muito bem –, garantindo a satisfação destas e outras necessidades com a mistificação ideológica das dores que sentem aqueles que pertencem ao seu próprio gênero.

Para a análise dessa questão, não tivemos a pretensão de fazer uma exposição que vise esgotar o que os diferentes defensores da propalada economia ou sociedade do conhecimento disseram. Tampouco vislumbramos apresentar os delineamentos históricos do surgimento dessa tese, pois esse trabalho, dentre as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), foi feito por Barbosa (2008) em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Sociedade do Conhecimento: um novo paradigma a favor da velha ordem*. Nossa pretensão nesta tese é apontar alguns elementos por eles postos, para, à luz da teoria marxiana, desvendar o mecanismo ideológico elaborado pelo capital no atual contexto histórico que pretende varrer qualquer vestígio que busque desvelar o que o real é em suas múltiplas determinações, num propósito claro de negar o trabalho e mercantilizar o conhecimento.

Buscamos as explicações teóricas para a (im)possível existência da sociedade do conhecimento primeiramente em Daniel Bell (1973, 1976), Schaff (1991), Toffler (1983), Toffler e Toffler (1995, 2007), Castells e, por fim, Drucker, representantes da referida tese. Em outras palavras, fez-se necessário buscar neles os “fundamentos” que baseariam a passagem para o momento histórico denominado “pós-capitalista”, informacional, “Sociedade Informática”, dentre outros adjetivos, cuja base seria o desenvolvimento ampliado das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC’s), constituindo a “Era do Computador”, assim como teria havido a “Era do Rádio”, a “Era do Telégrafo”, a “Era do Telefone”, a “Era da Televisão” (SODRÉ, 2012).

Tais autores, cada um a seu modo, defendem a tese de que o trabalho, nesses novos tempos, não mais exerceria a função de categoria central do mundo dos homens, pois Marx teria virado pó, e sua teoria, caído no vão do esquecimento. Assim sendo, no lugar do trabalho, o conhecimento seria a nova categoria que explicaria as profundas transformações pelas quais o mundo vem passando a partir do último quartel do século XX. Por trás dessa

tese, há a afirmação de que o mundo caminharia em direção a uma sociedade existente apenas nas cabeças daqueles que a idealizaram: uma sociedade sem classes, sem trabalhadores, comunista etc. sem que, para tanto, a humanidade tivesse que suplantar a lógica do capital.

Sendo o conhecimento a categoria central do mundo dos homens, nesta sociedade até mesmo a categoria do valor e do valor-trabalho estariam sendo modificadas. O valor não seria mais uma lei objetiva descoberta pela Economia Política Clássica que regula a produção de mercadorias, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, mas uma lei subjetiva, determinada pelo trabalho imaterial, que produziria não-mercadorias que nada valeriam do ponto de vista do capital, quais sejam, o saber cotidiano, a informação, os valores simbólicos, que seriam as não-mercadorias de Gorz (2005) e a riqueza “espiritual” produzida pelo não trabalho no tempo livre, na denominada por Fausto (1989) “pós-grande indústria”, o terceiro estágio do capitalismo, em seu entendimento. Gorz, como sabemos, é um arauto do fim do proletariado, mas, sobre Fausto, aqui vale um parêntesis para tecermos algumas considerações sobre este último autor, para não correremos o risco de cometer-lhe injustiça.

Ruy Fausto é o autor de uma obra nascida no início dos anos de 1980, denominada *Marx: Lógica e Política*, publicada em dois tomos (o primeiro, em 1983; o segundo, em 1987), a qual se tornou referência para o estudo do marxismo. Nesses dois tomos publicados na década de 1980, Fausto discorre sobre questões pertinentes ao marxismo, elaborando, por exemplo, no tomo I, uma crítica aos comentadores marxistas Castoriadis, Poulantzas e Althusser; nos dois tomos, um estudo do valor. Ambos representam uma tarefa enorme que significou a defesa do próprio marxismo contra as deturpações sofridas ao longo da história, tomos em que este autor discutiu questões como a subsunção real do trabalho ao capital e a questão da qualificação do trabalho.

Entretanto, com a publicação desses dois volumes, a defesa da teoria marxiana teria arrogado a Fausto a consideração de que ele seria um marxista “ortodoxo”, caracterização² com a qual ele não concordava. O terceiro tomo de *Marx: Lógica e Política*, publicado em 2002, pela Editora 34, foi a oportunidade que Fausto esperava para “marxizar”³ a obra do próprio Marx, apontando suas objeções à teoria marxista, por ele considerada como uma teoria que possuiria uma parte viva e uma parte morta. A parte viva, de acordo com

² Vide resenha de Jorge Grespan do terceiro tomo de *Marx: Lógica e Política*, publicada na Folha de São Paulo sob o título *Objecções ao marxismo*, acessado em 17 de setembro de 2013. Disponível no sítio eletrônico www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0802200303.htm.

³ Idem.

Fausto⁴, seria aquela que criticaria o capitalismo, visto que “o marxismo, essencialmente uma teoria crítica do capitalismo, *suporta bem, em geral*, as mudanças que sofreu o sistema”⁵; a parte morta seria aquela que funcionaria mal como “filosofia da história”. Por esta razão, o marxismo não serviria para explicar os totalitarismos (nazi-fascismo e stalinismo). Pelo contrário: não teria dado conta de explicar o primeiro, porque, para este autor, o nazi-fascismo teria deixado em suspensão o próprio capital, ou seja, o capital estaria “neutralizado”⁶; quanto ao segundo, ter-lhe-ia servido como ideologia. Afirma Fausto que é por esta razão que ele acha “[...] lamentável que intelectuais de bom nível continuem enchendo a cabeça da juventude com contos da carochinha sangrentos como o da ‘ditadura do proletariado’, fazendo abstração de tudo o que aconteceu no século 20”⁷.

Acerca ainda desta parte “morta” do marxismo, de acordo com Fausto, o marxismo, mesmo o “melhor marxismo”, não apreende muito bem a complexa relação entre base e superestrutura⁸, tampouco a categoria de totalidade, a qual seria, a rigor, pertinente aos pensadores da Escola de Frankfurt. Por isso, para “enfrentar a história concreta”, seria importante um “certo afastamento da filosofia”⁹.

Para enfrentar a “história concreta”, Fausto defende que o socialismo deveria abrir mão da violência e abrir-se para um “discurso lúcido radical-democrático”¹⁰ e pensar em projetos de mudança que contem, por exemplo, com a preservação e a ampliação dos direitos civis e políticos; com o combate drástico da corrupção; com a tomada de medidas para a redistribuição da renda. Tais tarefas exigiriam “uma modificação das regras de cobrança do imposto de renda”¹¹ para garantir “verdadeiras reformas no plano da educação e da saúde”¹², por exemplo. Já existiriam, segundo este autor, alguns projetos que caminhariam nesse sentido, como os de economia solidária e as cooperativas.

As posições assumidas por Fausto não exigem esforço teórico algum para observarmos o quão este autor se afastou da teoria marxista nesse percurso empreendido desde os dois primeiros tomos de *Marx: Lógica e Política* até o terceiro volume da referida obra. Em nosso entendimento, mesmo este autor não tendo escrito seu nome entre os porta-

⁴ Vide entrevista concedida pelo autor ao jornalista Rafael Cariello, da Folha de São Paulo, intitulada *Posições de intelectuais brasileiros me assustam*, publicada em 26 de agosto de 2007. Disponível no sítio eletrônico www1.folha.uol.com.br/fsp/Brasil/fc2608200714.htm Acesso em 17.09.2013.

⁵ Vide resenha de Jorge Grespan (grifos nossos).

⁶ Vide resenha de Jorge Grespan.

⁷ Vide entrevista concedida à Folha de São Paulo.

⁸ Idem

⁹ Palavras de Jorge Grespan.

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Idem

vozes da dita “Sociedade do Conhecimento”, não é difícil, para nós, inseri-lo. O texto de Fausto que utilizamos para tal demonstração é aquele artigo de 1989, que faz parte do Tomo III de *Marx: Lógica e Política*, intitulado *A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles)*, artigo esse publicado anteriormente ao próprio livro do qual ele faz parte.

Gorz e Fausto recorrem aos *Grundrisse* com o intuito de buscar nessa obra de Marx aquilo que supostamente teria sido dito pelo pensador alemão. Essa obra marxiana é a base de apoio dos teóricos que desembocam na tese do trabalho imaterial, na tese do conhecimento como força produtiva, desgarrada do trabalho. Neste trabalho não esgotamos o estudo dos *Grundrisse*, problema que exige uma tese que aborde somente essa problemática, qual seja, o que Marx realmente disse nessa obra, quais as interpretações que seu pensamento recebeu nessa referida obra e as ideias que podem ter sido superadas pelo gênio de Trier em *O Capital*. De nossa parte, a questão que nos coloca imediatamente é a utilização dessa obra pelos autores por nós tratados para afirmar que Marx teria anunciado o fim do trabalho e sua substituição pelo processo de produção.

Mas não são somente os *Grundrisse*, mas também *O Capital*, publicado dez anos depois, que sofrem interpretações diversas. Neste último caso, corrobora com a tese da modificação da substância do valor empreendida por Gorz e, de modo diferente, por Fausto, um artigo de Marcos Dantas (2006), no qual o autor aponta que essa mudança na substância do valor teria modificado aquela fórmula marxiana que explica o ciclo do capital-dinheiro, a saber, $D - M (M_p \text{ e } F) \dots P \dots M' - D'$. P, que, de acordo com a teoria marxiana, expressa a esfera da produção de mercadorias, no entendimento de Dantas, teria sido substituída por I, de informação. Afirma Dantas (idem) que a mais-valia não estaria mais sendo extraída do trabalhador, mas dos seus meios de produção, que seria o saber, ou seja, o conhecimento que o trabalhador possuiria constituiria a sua propriedade. Aqui vale outro parêntesis: Marcos Dantas não se situa à altura de um Gorz, muito menos de um Fausto, com todos os limites teóricos desses dois autores. Entretanto, embora se trate de um artigo elaborado por quem parece não conhecer Marx, nem mesmo minimamente, como demonstraremos neste trabalho, sua utilização é importante para demonstrarmos o quão é necessário para o capital, no contexto histórico atual, destroçar a teoria marxiana para que supostamente ela nada explique e, assim, seu autor seja mais facilmente transformado em um visionário louco e confuso. Acerca do retalhamento da obra de Marx operada por esses autores, faz-se necessário apontar que Marx nunca foi um pensador que escrevera alguma coisa sem que a estudasse sólida e profundamente, portanto sua obra é um todo teórico consistente que não pode ser estudado de forma fragmentada, retirando-se dela frases soltas. Aqui vale a pena reproduzirmos um trecho

da carta de Engels a Konrad Schmidt, de 5 de agosto de 1890, sobre uma resenha escrita por Moritz Wirth acerca do livro de Paul Barth intitulado *A Filosofia da História de Hegel e os Hegelianos de Marx até Hartmann*, resenha essa publicada no jornal *Deutsche Worte*, de Viena. Fazemos nossas as palavras de Engels: “Ah! Se esses senhores soubessem como Marx considerava que suas melhores obras ainda não eram suficientemente boas para os operários e achava quase um crime oferecer-lhes qualquer coisa que estivesse abaixo da perfeição!”¹³.

Fazendo especulações teóricas sobre o real a partir da fragmentação da obra de Marx, os arautos da sociedade do conhecimento operam um enevoamento muito mais feroz da lógica que preside a sociabilidade do capital, pois proclamam a impossibilidade, sob essa mesma lógica, da separação entre o trabalhador e os meios de produção, ou o caracol e sua concha. Nessa “nova” sociedade, o caracol teria encontrado novamente sua concha e dela não mais se separaria até morrer, aliás, a concha, representada aqui pelo conhecimento o mais rasteiro possível, estaria nas entranhas do seu caracol, habitando em seu cérebro.

Essa tese é necessária ao capital porque esse sistema, no contexto de sua crise inédita, exige respostas à incontrolabilidade de sua lógica. Num momento em que o capital exacerba suas contradições, pondo em risco a existência da própria humanidade, ele necessita, para sua própria continuidade, recorrer a teorias muito bem aceitas que negam o trabalho como categoria central – pois negá-lo é recusar a existência da classe trabalhadora por excelência revolucionária –, adensando mais ainda o véu nebuloso que encobre a desumanidade por ele gerada e agudizada.

Apoiadas em Mészáros (2006a), revisitamos as respostas que o capital e seus ideólogos elaboraram para encobrir sua incontrolabilidade, tarefa, a seu tempo, empreendida com maestria pela Economia Política Clássica, na figura de Adam Smith, e pela Economia Neoclássica, resposta já envolta no véu nebuloso da matemática. Em nosso tempo histórico, a atual resposta está ancorada na hipermistificação do real, devido à incapacidade desse sistema de esconder suas próprias contradições, a não ser através do envolvimento manipulatório de nossas consciências, incapacitando-nos de compreender a realidade para além de sua imediaticidade (ou sequer na dimensão do imediato!).

Nesse processo de hipermistificação do real, cumpre papel fundamental o desenvolvimento científico e tecnológico, que alcançou um nível tão elevado que pode, de uma só vez, exterminar a própria humanidade, conforme demonstra Gilson Dantas (2007), mas também tem a potência de aliviar o sofrimento dos homens. Entretanto, como o capital

¹³ MARX & ENGELS. *O Manifesto Comunista e Cartas Filosóficas*. São Paulo: Centauro, 2005.

necessita do trabalho vivo para garantir sua expansão e acumulação, utiliza-se da ciência e da tecnologia não para o genuíno atendimento das necessidades humanas, mas para intensificar a produção destrutiva de bens e serviços, de máquinas e de força de trabalho, que se degrada cada vez mais ao nível de miserabilíssima mercadoria, como Marx denunciava quase dois séculos atrás, evidenciando sua atualidade histórica.

Demonstrar sua atualidade é o norte que orienta esta pesquisa, por isso buscamos corroborar com as teses que apontam nesse sentido. E foi Marx quem denunciou que o desenvolvimento científico e tecnológico, tão amplamente difundido já em seu tempo histórico como o porto no qual se ancoraria o fim da desumanidade dos homens, constitui a estratégia do capital para a extração da mais-valia relativa, reduzindo o tempo de trabalho necessário e aumentando o tempo de trabalho excedente. Tal desenvolvimento assume em nossos dias, uma fetichização tão acentuada que coloca a humanidade, no plano da mistificação ideológica, perante sua impossível salvação advinda da tecnologia, considerada como o norte sobre o qual se abrirá o destino glorioso dos próprios homens.

Partindo dessas considerações, esta tese assume como objetivo geral denunciar o caráter pragmático e mercantil atribuído ao conhecimento no contexto histórico de crise estrutural, partindo da análise dos fundamentos da tese da centralidade do conhecimento em contraposição à categoria ontológica central do mundo dos homens. Como objetivos específicos, elegemos: [1] refutar a tese da centralidade do conhecimento em detrimento do trabalho; [2] discutir um desdobramento inevitável do paradigma afeto à suposta sociedade do conhecimento, que é a subjetivização do valor, posto que o conhecimento – e não o trabalho – seria a categoria central no mundo dos homens; [3] demonstrar, a partir das elucidações teóricas de Mészáros, o atrelamento ímpar da ciência e da tecnologia ao complexo industrial-militar no contexto da crise estrutural do capital para cumprir papel importante na produção de descartáveis em prol da autorreprodução cada vez mais ampliada do capital.

Para darmos conta dessas questões, a tese divide-se em três capítulos, nos quais tratamos dos seguintes assuntos: [1] a sociedade do conhecimento; [2] a fluidificação do valor; [3] as respostas do capital à sua incontrolabilidade. Tais assuntos desenvolvidos visam demonstrar que a dita sociedade do conhecimento cumpre uma função mistificadora do real, pois pressupõe que o trabalho estaria cancelado perante o desenvolvimento tecnológico, sobretudo as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), operando uma fluidificação do valor. Dito de outro modo, o valor, medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria, abandonaria esse caráter objetivo, assumindo uma configuração fantasmagórica, subjetivamente representada pelo

simbólico e pelo imaterial. Conforme pressupomos, esse entendimento mistificador do real é, na verdade, a tese que o capital encontrou em nosso tempo histórico para responder à incontrolabilidade de sua lógica, para a qual cumpre papel importante a ciência e a tecnologia no processo de produção dos meios de destruição, como denuncia Mészáros (2004), exigindo, para tanto, a tecnificação, a privatização e a mercantilização da própria ciência para atender às necessidades desse sistema.

Na trajetória empreendida por nós para darmos conta de nosso objeto de pesquisa, no primeiro capítulo fizemos uma exposição das teorias que apontam para a centralidade do conhecimento no processo de produção da riqueza em nosso tempo histórico, dentre elas, aquelas defendidas por Bell, Schaff, Castells, Toffler e Toffler e Drucker. Cada um a seu modo, tais autores afirmam que estaríamos em um novo estágio de desenvolvimento da humanidade que teria deixado para trás uma organização social produtora da desumanidade dos homens. Agora, nesses novos tempos, esses autores preconizam a existência de uma nova sociedade que possibilitaria, pela primeira vez na história, a ruptura com o domínio do capital sobre o trabalho, visto que este não seria mais central no mundo dos homens. A substituição operada pela referida sociedade no que tange à construção de novas bases sustentadas no conhecimento e não mais no trabalho teria impulsionado também o fim da luta de classes, pois estas mesmas teriam sofrido modificações fundamentais a ponto de diluir a classe trabalhadora no chamado setor de serviços. Esses “novos” trabalhadores estariam liberados da escravidão do trabalho e exerceriam novas atividades centradas no conhecimento e, por esta razão, não seriam mais explorados e estariam livres. São estas ideias que estão expostas na primeira parte deste primeiro capítulo. No segundo subcapítulo, apontamos que a base sobre a qual residiria a dita “Sociedade do Conhecimento” seriam as tecnologias, sobretudo as denominadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC’s). Elas agora é que comandariam os homens em seu processo histórico e constituiriam o porto sobre o qual eles repousariam seu descanso e sua liberdade, já que seu corpo não seria mais explorado pelo capital. Esta “nova” sociedade, conforme apontamos, pressuporia a possibilidade de produção do conhecimento científico e tecnológico desvinculada da produção da existência, derrubando, no plano da inculcação ideológica, aquele pressuposto marxiano de que é necessário primeiramente estar vivo para poder fazer história, sendo a produção da vida material o primeiro pressuposto histórico, como afirmam Marx e Engels n’*A Ideologia Alemã*.

A tese de que viveríamos em uma sociedade sobre novas bases deságua na negação do trabalho como medida do valor, que teria sofrido uma modificação em sua substância. Agora, o valor não seria uma categoria objetiva que rege a produção de

mercadorias, mas uma categoria da subjetividade, explicada pelo simbólico e pelo imaterial. Acerca desse desdobramento da tese de que o conhecimento e não o trabalho alcançaria o patamar de centralidade, no segundo capítulo refutamos a tese da subjetivização do valor, demonstrando que na sociedade produtora de mercadorias o valor não pode deixar de ser quantificado pelo tempo de trabalho necessário socialmente para produzi-las. Entretanto, para discorrermos sobre essa questão, nosso objeto exigiu de nós que dedicássemos o primeiro subcapítulo para uma exposição acerca do valor-trabalho, bem como sua primeira negação engendrada pelo capital como estratégia para esconder a fonte da riqueza dos capitalistas: trata-se, neste último caso, da teoria do valor-utilidade, amplamente aceita a partir de meados do século XIX e ela própria refutada pela Economia Política Clássica. É somente no segundo subcapítulo que tratamos da tese da subjetivização do valor, refutando as ideias de Gorz, de Fausto e de Dantas à luz do próprio Marx, do que saiu da sua mão e do seu cérebro para denunciar a realidade perversa do capital, pondo em relevo, outrossim, que a desumanidade é por este sistema engendrada.

Apontamos, entretanto, tarefa que permeia toda a tese, que negar o trabalho como atividade central do mundo dos homens é uma estratégia do capital no contexto histórico em que esse sistema vive uma crise inédita em sua história, crise essa qualitativamente distinta das outras até então existentes. Nesses tempos hodiernos, que agudizam sobremaneira a contradição capital *versus* trabalho e inflige sobre os trabalhadores as mais nefastas consequências, apesar dos discursos em contrário (advindos inclusive, supostamente, do interior do marxismo), mais do que nunca se impõe sobre a humanidade a escolha entre duas alternativas entre si excludentes: socialismo ou barbárie (MÉSZÁROS, 2003), sendo que a primeira não interessa ao capital, e a segunda é cada vez mais acentuada porque a lógica desse sistema é a sua própria autoexpansão – por isso tem que ser velada sob os mais diversos mecanismos ideológicos –, não importando a sobrevivência da humanidade e tampouco a necessária utilização racional dos recursos naturais, no verdadeiro sentido do termo.

É em prol dessa expansão cada vez mais ampliada que o capital se serve da tese da negação do trabalho, tese essa que pretende cancelar a teoria marxiana como teoria explicativa do real, por considerá-la para sempre morta e enterrada no século XIX, não podendo, por esta razão, explicar a “nova” sociedade cuja gênese estaria marcada pela proximidade do nascimento do século XXI. Contudo, contrariando as teses que pretensamente “anunciam” a morte de Marx (teses essas que visam enevoar a realidade existente), é no pensador alemão e naqueles que concordam com suas denúncias, a exemplo de Mézáros, que buscamos as elucidações teóricas que põem abaixo a tese segundo a qual viveríamos em

novos tempos marcados pelo cancelamento da luta de classes, decorrente da infundada centralidade do conhecimento no processo de produção da riqueza.

No caminho trilhado por Mészáros (2006a), que aponta quais são as respostas engendradas pelo capital para esconder sua natureza incontrolável, respostas que vão da Economia Política Clássica, passando pela Neoclássica até a segunda metade do século XX, buscamos demonstrar que a tese da sociedade do conhecimento – uma nova roupagem da tecnoestrutura de Galbraith, em nosso entendimento – é uma resposta do capital à sua incontrolabilidade, que já não pode mais ser escondida nem com a teoria da “mão invisível”, de Smith, nem com a “armadura da matemática” dos neoclássicos. Agora, como diz o próprio Mészáros (idem), já não é mais possível esconder da humanidade que até nos países ditos desenvolvidos faz-se necessário oferecer comida para os pobres que se agigantam em quantidade e em perigo – por isso a necessidade do controle –, aumentando cada vez mais aquela parcela da classe trabalhadora que compõe os degradados e o lumpemproletariado. É para a classe trabalhadora que se dirige a tese da negação do trabalho, visto que é ela que se degrada na proporção inversa da riqueza por ela criada.

O terceiro capítulo trata dessas respostas. No primeiro subcapítulo, fizemos uma exposição das respostas empreendidas por Smith e pelos neoclássicos. No caso de Smith, sua teoria da “mão invisível” foi a resposta que serviu ao capital em seu tempo histórico, mas que o próprio capital tratou de suplantá-la. Os neoclássicos, por sua vez, vestiram-se com a matemática para refutar o legado deixado pelo pensador alemão, que, como dissemos, instrumentaliza teoricamente a classe trabalhadora na luta contra o capital.

Na luta do trabalho contra o capital, a própria ciência tem que ser mistificada, o que, aliás, foi o que fizeram, por exemplo, os positivistas e os economistas que Marx chamou de vulgares, incluindo os neoclássicos. Nesse sentido, o papel real que a ciência exerce na produção capitalista teve que ser eufemisticamente explicado como a âncora que sustentaria a diminuição do tempo de trabalho, escondendo que seu advento responde pelo amplo desenvolvimento das forças produtivas para pôr o trabalho a serviço do capital e contra o homem. Há quase dois séculos, Marx já denunciava que a ciência, bem como a tecnologia, assume no processo de produção de mercadorias a função de reduzir o valor da mercadoria força de trabalho, decorrente do aumento do sobretrabalho. Esse desenvolvimento, longe de proporcionar o enriquecimento das individualidades, representa, desde a gênese desse sistema, uma crescente agudização do embrutecimento do trabalhador, mortificando seu corpo e seu espírito, desenvolvimento esse que atende à lógica que preside o capital e não aos interesses genuínos da própria humanidade.

O esmagamento da própria humanidade é acentuado pela utilização da ciência e da tecnologia a favor da produção de descartáveis no contexto de crise estrutural, contribuindo sobremaneira para a redução da taxa de uso das mercadorias, numa tendência à taxa zero, embora toda mercadoria, para sua vendabilidade, deva possuir algum grau de utilidade. Nessa perspectiva da produção destrutiva, a militarização da ciência cumpre papel importante no processo de produção do armamento bélico, que traz enormes prejuízos à humanidade, mas é funcional ao capital porque cumpre função saneadora, destruindo forças produtivas. Sobre o papel da ciência e da tecnologia, dedicamos o terceiro subcapítulo desta tese. O primeiro traz uma exposição das respostas à incontrolabilidade do capital elaborada por Smith e pelos neoclássicos; o segundo apresenta a tese da sociedade do conhecimento como outra resposta do capital à sua incontrolabilidade, posta em evidência no contexto de crise estrutural. Em nosso entendimento, referida tese representa uma nova configuração mais estranhada ainda da tecnoestrutura de Galbraith, denunciada por Mészáros como a terceira resposta do capital à sua incontrolabilidade.

O rei que mora no mar

Diz a lenda que nas praias
dos Lençóis do Maranhão
há um touro negro encantado
e que esse touro é o rei D. Sebastião.

Dizem que se a noite é feia
qualquer um pode escutar
o touro a correr na areia
até se perder no mar
onde vive num palácio
cheio de seda e de ouro.

Mas todo encanta se acaba
se alguém enfrentar o touro.

E se alguém matar o touro
o ouro se torna pão:
nunca mais haverá fome
nas terras do Maranhão.
E voltará a ser rei
o rei Dom Sebastião.

Isso é o que diz a lenda,
mas eu digo muito mais:
Se o povo matar o touro,
a encantação se desfaz.
Mas não é o rei, é o povo
que afinal se desencanta.
Não é o rei, é o povo,
que se liberta e levanta
como seu próprio senhor.

Que o povo é o rei encantado
no touro que ele inventou.

(Ferreira Gullar)

2 SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: UMA ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DO CAPITAL EM PROL DE SUA AUTORREPRODUÇÃO

“A ignorância é uma força demoníaca e tememos que ela ainda seja a causa de muitas tragédias. Não por acaso, os grandes poetas gregos a apresentam como um signo trágico nos seus impressionantes dramas extraídos das casas reais de Micenas e Tebas.”

“O conhecimento é como a luz. É grávido e intangível, pode atravessar facilmente o mundo, iluminar a vida das gentes em todos os lados. E sem dúvida milhões de pessoas, todavia, vivem na escuridão da pobreza [...]. Os países pobres e as gentes pobres não são diferentes dos ricos porque têm menos capital, se não porque têm menos conhecimento.”

As epígrafes acima nem mesmo aparentemente parecem dizer a mesma coisa sobre a questão do conhecimento. Embora tratem do mesmo assunto, possuem perspectivas teóricas antagônicas: uma aponta para a fundamental importância do conhecimento objetivo para o entendimento da legalidade do real; a outra, ao contrário, para sua mistificação. A primeira foi escrita em 14 de julho de 1842, por Marx, quando este pensador era ainda articulista da *Gazeta Renana*, da qual viria a ser redator-chefe em outubro do mesmo ano. A segunda, por James Wolfensohn, multimilionário banqueiro e ex-presidente do Banco Mundial (1995-2005¹⁴), em discurso na reunião anual das Agências Multilaterais, pronunciamento esse denominado *El portal de desarrollo global*, em Washington, em 1996.

No período em que Marx assumiu o posto de redator-chefe da *Gazeta Renana* (15 de outubro de 1842 a 18 de março de 1843) – jornal financiado pela burguesia, que o expulsou devido a suas posições –, o pensador alemão ainda não tinha começado a trilhar seus caminhos próprios e ainda era influenciado pelas ideias hegelianas, as quais começou a criticar a partir de então, pois foi nessa década que começou a ser explicitada a luta entre capital e trabalho, e Marx tornou-se um representante teórico-prático dessa luta em nome da classe trabalhadora. Como sabemos, foi na *Gazeta Renana* que Marx iniciou sua luta em defesa dos trabalhadores, pois se viu em apuros por ter de dar opiniões sobre a vida material¹⁵,

¹⁴ Acerca do período em que Wolfensohn assumiu a presidência do Banco Mundial, vide matéria do Jornal *O Estadão*, intitulado *James Wolfensohn deixará presidência do Banco Mundial*. Disponível em <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2005/not20050529p7824.htm> Acesso em 23.01.2013.

¹⁵ Podemos citar como exemplos os artigos que Marx começara a escrever dez dias depois de ter assumido o cargo de redator-chefe da *Gazeta Renana* acerca da Lei sobre o furto de lenha, no qual o revolucionário alemão,

ou seja, teve que se aproximar da realidade desumana na qual foram mergulhados os trabalhadores, necessitando fazer uma crítica de natureza ontológica à filosofia de Hegel.

Com os acontecimentos revolucionários na Europa em 1848-1849, Marx utiliza seus argumentos teóricos para denunciar a barbárie à qual estava submetida a classe trabalhadora. Por isso, a teoria¹⁶, na concepção de Marx, deve servir não apenas para interpretar o mundo, mas, sobretudo, para transformá-lo, tal como anunciara na décima primeira tese sobre Feuerbach. Todavia, cabe acentuar que para Marx a elaboração teórica verdadeira é absolutamente fundamental para o entendimento da realidade na perspectiva do trabalho, visando à transformação dessa mesma realidade, por isso sua teoria é orientada para a ação revolucionária.

Com esse entendimento, a tragédia que Marx apontara não se trata, conforme é posto em nossos tempos atuais, do fato de que a ignorância seria a causa – e o combate a ela, a solução – de todos os problemas da humanidade. Pelo contrário. Muito cedo, o pensador compreendeu que a defesa da classe trabalhadora pressupõe também a defesa da teoria, pois ele mesmo se esquivou de tecer comentários quando não tinha conhecimento fundado no entendimento do mundo objetivo que, em sua época, pressupunha o estudo aprofundado das leis que regem a sociabilidade do capital, que precisavam ser desvendadas. Por isso, Marx compreendeu que o conhecimento desse mundo objetivo é fundamental para o processo revolucionário, processo esse que, atualmente, coloca-se como extremamente necessário à continuidade da existência da própria humanidade.

Em nossos tempos, ocorre, porém, que nunca se falou tanto em luta contra a ignorância e em defesa do conhecimento, como podemos constatar, por exemplo, no

em defesa dos camponeses que necessitavam cortar lenha, estabeleceu uma polêmica com o então governador da Renânia Von Schaper.

¹⁶ Marx analisou criticamente a realidade existente e combateu teórica e praticamente a ordem burguesa e seus defensores. Para ele, a pesquisa científica deve estar a serviço da classe trabalhadora e da sua revolução, tarefa que exige dos trabalhadores a apropriação teórica do próprio real para instrumentalizar-se na luta contra o capital e destruí-lo. No texto *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, Marx afirma que “a crítica não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Não é um bisturi anatômico, mas uma arma. Seu objeto é o adversário, que não procura refutar, mas destruir”. Dito de outro modo, a elucidação do objeto é o ponto de partida para a própria crítica, portanto a crítica deve constituir-se na denúncia do real. No mesmo texto, Marx afirma que a força material somente pode ser deposta pela força material, mas a teoria pode se tornar força material quando se apodera das massas, daí a necessidade de se produzir uma teoria radicalmente comprometida com a superação do capital. Ser radical para Marx é agarrar as coisas pela raiz, e a raiz, como ele afirma, é o próprio homem. Portanto, filosofia e classe trabalhadora precisam um do outro: a segunda precisa de uma filosofia que o instrumentalize; a primeira, de uma classe que a materialize. Uma sem a outra não conduzirá esta última à emancipação humana. Citação extraída, em 22 de novembro de 2013, do texto disponível no sítio eletrônico http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_11.pdf.

pronunciamento do ex-presidente do Banco Mundial¹⁷. Isso significa dizer que essa defesa longe está da necessária produção da humanidade no homem, o que se dá mediante o acesso ao patrimônio material e espiritual que o gênero humano acumulou, este último constituindo o conhecimento sistematizado. Esse conhecimento, em Marx, assume um caráter ontologicamente articulado ao trabalho, ou seja, para a ontologia marxiana, conhecer o mundo objetivo é uma exigência do processo do trabalho e se constitui como um patrimônio acumulado historicamente pela própria humanidade. Nos tempos atuais, o que ocorre é que o conhecimento é posto como central no mundo dos homens e passa a ser considerado como a mola propulsora do desenvolvimento histórico, tido como absolutamente autônomo em relação à atividade que possibilitou sua existência, ou seja, ao trabalho.

Essa autonomia absoluta do conhecimento em relação ao trabalho não pode ser explicada pela ontologia marxiano/lukacsiana tão-somente porque ela não existe no movimento do real. Tal autonomia é ilusoriamente explicada por teorias elaboradas que não vão além da imediaticidade dos fenômenos, não alcançam a essência da processualidade histórica do mundo dos homens. Em outras palavras, a explicação para o fato de que o conhecimento assumiria um papel central em nossos tempos – sobre o qual é posta, inclusive, a responsabilidade pela existência das classes sociais – advém de teorias que não dão conta da totalidade do ser social, mas que são amplamente propaladas e aceitas, sobretudo em nosso tempo histórico para o qual é necessário, em relação à validade do marxismo como teoria explicativa do real, varrê-lo do chão da história, cujo objetivo é a manutenção da sociedade capitalista considerada pelo capital e seus representantes como o fim da história da humanidade, tal como preconizou Fukuyama no artigo conhecido como *O fim da história*, de 1989, e na obra *O fim da história e o último homem*, de 1992.

É necessário apontar aqui o fato de que o conhecimento, no mundo atual, cuja defesa ecoa inclusive dos documentos de organismos representantes por excelência do capital, assume um caráter fetichizado, mercantilizado, atrelado ao mercado de trabalho, portanto, atende às necessidades do capital. Por isso, não se trata do conhecimento genuinamente humano, explicativo das leis que regem os processos naturais e sociais. Aqui, trataremos da problemática do conhecimento, que está ancorada numa tese amplamente aceita em nosso tempo histórico: a de que o conhecimento seria a nova pedra angular que sustentaria a atual sociabilidade.

¹⁷ Esse engodo não advém somente dos documentos do Banco Mundial, mas é uma necessidade do capital em nosso tempo histórico, posto que ideologicamente esse discurso serve como mecanismo de controle da classe trabalhadora.

Dada à exigência de nosso objeto de pesquisa, de denunciar o caráter pragmático e mercantil atribuído ao conhecimento no contexto histórico de crise estrutural, partindo da análise dos fundamentos da tese da centralidade do conhecimento em contraposição à categoria ontológica central do mundo dos homens, explicitaremos, neste primeiro capítulo, qual a marcha histórica que preside a atual sociabilidade. É de nosso entendimento que, na luta entre capital e trabalho, o primeiro se utiliza da artimanha de elaborar teses que ilusoriamente apontem para a superação da luta de classes (que evidentemente não fora criada por Marx, mas as categorias presentes em seu pensamento são categorias do real)¹⁸ sem a necessária ruptura com a ordem vigente, que, com efeito, gera-a. Nesse sentido, a tese amplamente aceita em nossos tempos é a de que viveríamos numa sociedade ou economia do conhecimento, cujos desdobramentos imediatos seriam enterrar Marx e o trabalho no século XIX, rebatendo-se em nossas subjetividades o entendimento ilusório de que estaríamos vivendo novos tempos que possibilitariam a superação de todos os problemas que assolam a humanidade, bastando, para isso, a boa vontade e o esforço de cada um de nós para buscarmos o conhecimento e, assim, resolvermos tanto o nosso problema como o daqueles que estão literalmente perto de nós. Assim, a ilusória ruptura com o passado, ou seja, com o século XIX, significa, para o capital, a mistificação do próprio real, o controle sobre a ameaça de superação desse próprio sistema e a afirmação de que viveríamos num patamar superior de sociabilidade, sem a necessária emancipação humana para a classe trabalhadora e, por conseguinte, para a própria humanidade.

Antes de iniciarmos o primeiro subcapítulo, é imprescindível apontar que consideramos que o estudo acerca da propalada sociedade ou “economia do conhecimento” deve atentar, basicamente por três motivos, para as teses que apregoam o fim do trabalho: [1] a afirmação acerca da existência de uma economia do conhecimento pressupõe a negação do trabalho como categoria ontoprimary do mundo dos homens; [2] a negação da centralidade do trabalho – que se desdobra na negação da exploração e da luta de classes – serve muito bem ao capital num período em que passa por uma crise inédita em sua história; [3] os expoentes da referida tese, que vislumbraram cancelar a tese marxiana do trabalho, diziam-se

¹⁸ Numa carta de Marx a Joseph Weydemeyer, um membro da Liga dos Comunistas, escrita em 5 de março de 1852, o pensador alemão esclareceu essa questão. Diz ele: “[...] No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1. demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção*; 2. que a luta das classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3. que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes* [...]”. Texto acessado em 22 de novembro de 2013 e disponível no sítio eletrônico <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/05.htm>

marxistas – ou, pelo menos, dizem ter se baseado neles – e buscaram em Marx trechos de suas obras que supostamente punham ao chão a própria teoria do pensador alemão, ou, no mínimo, sua validade para os dias atuais. Este capítulo está centrado, então, em dois subcapítulos: no primeiro trataremos da dita sociedade do conhecimento como a negação do trabalho e da luta de classes; no segundo, do conhecimento como a base dessa dita sociedade. Tratemos, pois, do assunto em questão, qual seja, a tese da economia do conhecimento.

2.1 Sociedade do Conhecimento: o fim do trabalho e da luta de classes

Os teóricos que propalam a vigência contemporânea de uma sociedade baseada no conhecimento pressupõem que vivemos numa era em que o trabalho manual seria feito pelas máquinas, e o mental, pelos computadores. Para eles, essa nova era teve origem no contexto do pós-segunda guerra e vem sendo, desde então, impulsionada pelo aumento da comunicação entre os povos e pela difusão das novas tecnologias, sobretudo as da informação e da comunicação. Tais fatores teriam mudado a base econômica da sociedade: não seria a produção material, mas a produção de informação e de serviços o que cimentaria essa sociedade “pós-industrial”, para utilizar apenas um dos termos polissêmicos que a caracterizariam.

Veremos, neste subcapítulo, alguns autores que defendem a existência da referida sociedade e o que dizem acerca dessa “nova” configuração social. As denominações e as definições para o atual momento histórico variam: informacionalismo, sociedade pós-industrial, terceira onda, pós-capitalismo¹⁹, sociedade informática, dentre outros. Para uns, viveríamos em tempos pós-industriais, para além do capitalismo e do socialismo (BELL, DRUCKER, TOFFLER). Para outros, viveríamos em um capitalismo de novo tipo, o capitalismo informacional (CASTELLS). Autores como Schaff reafirmam a tese de que o paradigma atual basear-se-ia na informática e poderia proporcionar um novo estilo de vida para os indivíduos. Outros, ainda, como Toffler e Toffler, afirmam a existência da já presente sociedade baseada na riqueza revolucionária, ou, se quisermos, “Terceira Onda”, que teria deixado para trás a impossibilidade de solução para os problemas da humanidade, principalmente a pobreza extrema, que inflama discursos dos defensores do próprio capital em prol de sua (im)possível superação nos marcos desse sistema.

¹⁹ É necessário esclarecer aqui que Mészáros utiliza essa categoria para definir o sistema soviético, esclarecendo que essas sociedades não são, nem poderiam ser, socialistas, muito menos comunistas. Portanto, na acepção do pensador marxista húngaro, essa categoria não possui nenhuma relação com o que afirmam os autores da propalada sociedade do conhecimento.

A tese da centralidade do conhecimento tem sua gênese num momento histórico em que os ventos capitalistas sopraram discursos em todos os cantos do planeta que ecoaram em prol da possibilidade do fim dos sofrimentos dos homens após a segunda guerra mundial, e a humanidade entraria em outro patamar de sua própria história, marcada agora pela morte do industrialismo e, para alguns autores, como veremos, do próprio capitalismo, pondo em seu lugar uma sociedade que estaria baseada no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

A suposta morte do capitalismo e do industrialismo poria fim também às ideologias, à luta de classes, ao trabalho como atividade central na reprodução do mundo dos homens e à própria história. Daniel Bell foi um dos primeiros defensores dessa referida tese, juntamente com o economista austríaco Friedrich Hayek, com o pensador francês Raymond Aron e com o sociólogo estadunidense – assim como Bell – Seymour Lipset. Hayek critica o Estado do Bem-Estar Social e defende ideias neoliberais em seu conhecidíssimo livro *O Caminho da Servidão*, num período em que o capitalismo vivia o seu auge, representado já pelos EUA como potência econômica imperialista; Bell, em seu livro *The End of Ideology*, aponta a exaustão das velhas paixões políticas e em *O advento da sociedade pós-industrial* expõe as bases do que ele chamou sociedade pós-industrial, sem as velhas paixões políticas; Lipset²⁰ defende a democracia política contra os regimes totalitários (e o autor incluiu o marxismo como um desses regimes), sobretudo nos países pobres, num tempo em que a humanidade acabara de chorar a morte de milhões de seres humanos vítimas da segunda grande guerra; por fim, Aron, para quem o marxismo fora denominado como a “ciência da infelicidade operária”, afirma que essa ciência (ou pseudociência, como diz) seria *O ópio dos intelectuais*, título de um de seus livros. Esses autores, dentre outros, estiveram reunidos num evento organizado em 1955, em Milão, pelo *Congresso pela Liberdade Cultural*²¹ – organização financiada pela CIA –, para anunciar (como era a política desse serviço de inteligência, devido ao “fantasma do comunismo” que rondava o mundo, não somente a Europa) o que seria a decadência da sociedade industrial, do trabalho e, claro, de Marx (BARBOSA, 2008).

Dentre esses autores acima citados, aquele que nos interessa diretamente aqui é Daniel Bell. Este teórico utiliza os termos “pós-industrial” e “pós-capitalista” para nomear a

²⁰ Vide artigo do próprio autor *Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política*, publicado em *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 2, p. 198-250, 2012. Disponível no sítio eletrônico [www.fflch.usp.br/primeirosestudios/ojs/index.../primeiros estudos/.../2...](http://www.fflch.usp.br/primeirosestudios/ojs/index.../primeiros%20estudos/.../2...) Acesso em 24. 01.2013.

²¹ Organização que, financiada pela CIA (de forma não declarada, obviamente), tratou de cooptar intelectuais e artistas para que estes se mantivessem distantes das ideias “comunistas”. Esse congresso existiu até 1967 e possuía escritórios em 35 países.

base que cimentaria a sociedade atual. Assim como Bell, Castells (já nas décadas de 1980 e 1990) também é um dos principais arautos da sociedade da informação – ou informacional, como prefere – inclusive desenvolveu sua teoria fundamentando-se neste sociólogo estadunidense (que, por sua vez, desenvolveu suas ideias nas décadas de 1950 e de 1960). Advindo das fileiras do marxismo, Castells apresenta-se como revisionista antidogmático da obra de Marx, apresentando a possibilidade de estabelecer – por outra via contrária à elaborada pelo pensador alemão – uma nova compreensão da relação capital *versus* trabalho.

Acerca das proposições de Bell, toda a mudança pretensamente anunciada para o século XX seria decorrente, como podemos depreender de sua obra, de uma mudança terminológica. Referido sociólogo (1973, p. 68) afirma que, no período histórico anterior ao atual, ou seja, no período denominado de industrialismo – que teria sido suplantado –, o “grande modificador literário costumava ser a palavra *além*: além-tragédia, além-cultura, além-sociedade”. Afirma ainda que essa palavra já teria sido esvaziada “[...] e o modificador sociológico de hoje [seria] *pós*” (itálicos do autor). Na página seguinte, numa nota de rodapé, Bell afirma que seria “[...] injusto e presunçoso afirmar que todos os *epígonos* de Saint-Simon e de Marx se congregaram em torno da palavra *pós*” (itálicos do autor). Em sua posição, teria havido na história “[...] aventureiros ainda mais audazes, que tentaram definir de uma maneira ainda mais direta o caráter da nova era”. Por certo, um desses aventureiros seria ele próprio, que, pretensamente, teriam superado o marxismo como teoria explicativa da sociabilidade contemporânea.

Esses tais aventureiros, incluindo Bell, da maneira a mais enviesada possível, buscaram demonstrar que essa sociedade pós-industrial teria exigido (BELL, 1973, p. 22) uma mudança na estrutura social da sociedade ocidental. Pressupondo mergulhar a teoria marxista – que nada mais explicaria – no vão do esquecimento, “alerta” o autor que as “[...] estruturas sociais não [seriam] ‘reflexos’ de uma realidade social, mas sim esquematizações conceituais” (idem, ibidem), sendo nós mesmos que, em seu entendimento, dizemos o que a realidade é, e não o contrário. Por essa razão afirmamos acima que referida mudança seria decorrente de variações terminológicas, tão a gosto dos teóricos que contribuem para a mistificação do real em nossos tempos, ou seja, os pós-modernos, que pressupõem, dentre outras coisas, a morte da razão e a negação do homem.

Acerca da estrutura social dessa nova sociedade – que, no entendimento do autor, abrangeria a economia, a tecnologia e o sistema ocupacional – tal estrutura é por Bell apresentada como uma das três partes que dividem a sociedade. Além dela, acrescentar-se-iam a política e a cultura. A sociedade pós-industrial, portanto, lidaria supostamente com as

mudanças na estrutura social, “[...] com a maneira segundo a qual a economia est[aria] sendo transformada e como est[aria] sendo remanejado o sistema ocupacional”, estabelecendo “[...] novas relações entre [...] a ciência e a tecnologia” (idem, p. 26), que não estaria a serviço da indústria como nos velhos tempos. E a estrutura da nova sociedade, para Bell, seria diferente da estrutura social da sociedade socialista para Marx²², portanto esta ilusória “nova sociedade” não poderia ser explicada pelo pensador alemão, pois não seria socialista nem capitalista: seria pós-industrial.

No que se refere ao que o pensador alemão escreveu acerca da estrutura da sociedade capitalista – e a passagem desta para a socialista –, Bell afirma, com palavras grosseiramente confusas, que o que Marx escreve no capítulo de *O Capital* no qual este autor sobre a *Tendência Histórica da Acumulação Capitalista* seria uma “metáfora de ordem biológica”, cujo “processo é imanente”, com uma “trajetória de desenvolvimento unilateral” (p. 71). Esse desenvolvimento unilateral e determinista da sociabilidade capitalista culminaria (desconsiderando a atividade prática como o motor da história) com o surgimento do socialismo. É dessa forma que o autor explica esse capítulo de *O Capital*:

Marx delineou seu esquema básico de desenvolvimento social: a estrutura da nova sociedade, disse ele [Marx], isto é, a organização socializada da produção, encontra-se inteiramente desenvolvida no seio da antiga; esta nova estrutura refletia a crescente contradição entre o caráter socializado da produção e “os entraves ao modo de produção” criados pelo “monopólio do capital”; a sociedade estava se polarizando em duas classes: um número cada vez menor de magnatas capitalistas e um número sempre crescente de operários; o caráter da nova sociedade vai-se tornando incompatível com a forma capitalista da antiga, e finalmente “rompe-se o tegumento”, e aí temos um mundo socialista (BELL, 1973, p. 71 – aspas do autor).

Não seria unilateral a passagem da sociedade industrial para a dita pós-industrial. E é claro que, para Bell, a nova sociedade nascente, ao contrário da gênese da fenecida sociedade capitalista, estaria livre de “entraves”, pois estaria passando por um processo revolucionário que, claro, não teria nenhuma vinculação com a superação das classes e da sociedade que as gera tão-somente porque estas já não existiriam. Em se tratando da sociedade do século XX, Bell (1973, p. 64) recorreu a Thorstein Veblen²³ para afirmar que a

²² Esse entendimento da sociedade acarreta, em Bell, a deturpação do que ele compreende por História. Para ele, a história (1973, p. 22) seria “[...] um fluxo de acontecimentos [...]”, e a sociedade, por sua vez, “[...] uma teia feita de muitos tipos de relações [...]”. Essas relações poderiam ser “[...] conhecidas não apenas por observação. Se admitirmos a distinção entre matérias de fato e matérias de relação, o conhecimento, como combinação das duas, depende da seqüência correta entre a ordem fatural e a ordem lógica. Para a experiência, a ordem fatural vem em primeiro lugar; para o significado, a ordem lógica. A mente conhece a natureza pela descoberta de uma linguagem qualquer, na qual possa expressar um padrão subjacente. De modo que o conhecimento é uma função das categorias que utilizamos para estabelecer os relacionamentos [...]” (BELL, idem, ibidem).

²³ Thorstein Veblen (1857-1929) é sociólogo, filósofo e economista estadunidense. É considerado o fundador da corrente denominada institucionalista que, na economia, desdobra-se na defesa de que as instituições são

revolução que estaria ocorrendo no referido século somente poderia ser uma “reviravolta industrial” e, se ela ocorresse nos Estados Unidos, não seria ocasionada por partidos minoritários, como na Rússia Soviética, nem pelos sindicatos, mas pelos engenheiros de produção. Para ele, desconsiderando as lições do tempo presente de que vivemos uma crise inédita do capital que eclodiu na época em que ele proclamou o nascimento da nova sociedade, estaríamos na era pós-capitalista, na qual “[...] os velhos conflitos industriais entre a burguesia e o proletariado [seriam] ‘institucionalmente isolados’ [...]” e onde a “relação com os instrumentos de produção já não estabelece[ria] a predominância, ou o poder, ou o privilégio na sociedade” (idem, p. 65-66). Tais instrumentos de produção consistiriam num só: o conhecimento. Seus proprietários? Todos os indivíduos.

O fantasmagórico fim desses “velhos conflitos industriais”, na posição de Bell, traria “[...] à baila o papel ‘determinado’ da classe operária como agente histórico da mudança social” (1973, p. 56). Apoiando-se em autores europeus neomarxistas, como Radovan Richta, Serge Mallet, André Gorz²⁴, Alain Touraine e Roger Garaudy, Bell pretensamente anuncia que essa sociedade daria “[...] ênfase à fusão da Ciência e do pessoal técnico com a classe operária ‘avançada’”, constituindo uma “nova classe trabalhadora” composta, segundo o autor, por uma “sociedade de classes de serviços”²⁵. Seriam os trabalhadores do setor de serviços o novo “agente histórico da mudança social”, numa clara diluição da classe trabalhadora, dissolvendo a classe revolucionária por excelência, na acepção marxiana do termo.

basilares para o estudo econômico, com o propósito de criticar a economia neoclássica; nas ciências sociais, essas instituições seriam fundamentais para o entendimento das relações sociais. Para ele, o homem possui uma natureza predatória e, ainda, uma capacidade para utilizar tergiversações para ocultar essa predação, e teria sido essa natureza predatória que dera origem à “classe ociosa”. Sua ideia foi desenvolvida na obra *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*, publicada em 1899. Maiores informações, consultar *Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen*, de Vagner Luís da Silva. Acesso em 18 de janeiro de 2013 no sítio eletrônico www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/.../14208.

²⁴ Alguns desses autores, como Mallet, Gorz e Schaff (do qual falaremos mais adiante), foram objeto de estudo de Sérgio Lessa. Sobre o que este autor diz sobre eles e sobre outros autores acerca do anunciado “adeus ao trabalho”, consultar o próprio Lessa em seus livros *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial* (São Paulo: Xamã, 2005) e *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (São Paulo: Cortez, 2007). Consultar também Francisco Teixeira e Celso Frederico: *Marx no século XXI* (São Paulo: Cortez, 2009).

²⁵ Essa terminologia fora utilizada por Ralf Dahrendorf, em quem se ancora Bell, para dizer como se caracteriza a nova classe trabalhadora. Ralf Gustav Dahrendorf (1929-2009) é sociólogo, filósofo, economista e político liberal inglês, de origem alemã. Escreveu, dentre outras obras, *As classes e seus conflitos na sociedade industrial* (1982) e *Após 1989*, cujo prefácio fora escrito por Fernando Henrique Cardoso. Defendeu sua tese de doutorado sobre Karl Marx, cuja pretensão seria promover uma “atualização” do filósofo alemão acerca da categoria classe. Para Dahrendorf, a teoria de Marx não teria sido capaz de explicar a complexidade da sociedade atual. Para maiores informações, consultar o artigo *Ralf Dahrendorf (1929-2009): réquiem para um sociólogo liberal*, de Antonio Carlos Dias Júnior. Artigo acessado em 18.01.2013. Disponível no sítio eletrônico www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702011000200013&script=sci_arttext Tempo Soc., Vol. 23, nº 2, São Paulo, Nov. 2011.

A pretensa dissolução das classes é encontrada em todos os autores que defendem a propalada sociedade do conhecimento. Castells (1999), por exemplo, fundamentando-se em Bell, aponta que o desenvolvimento das tecnologias da informação, da comunicação e da engenharia genética resultou numa sociedade cuja base não seria mais o trabalho, mas o mundo digital no qual vivemos hoje (1999, p. 68), que se constituiria, segundo este autor, na extensão da mente humana (idem, p. 69), engendrando uma nova classe trabalhadora, aquela que exerceria o trabalho intelectual. E isso, para o sociólogo espanhol, seria revolucionário. Tal revolução, para ele, teria a mesma importância que a Revolução Industrial representara há dois séculos, porém, com uma diferença em relação à que ocorrera no século XVIII: a que estaríamos vivendo referir-se-ia às “tecnologias da informação, processamento e comunicação” (idem, p. 68), inclusive a “[...] tecnologia da informação [seria] para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear” (idem, *ibidem*). Acrescenta o autor em seus enleios que o “[...] que caracteriza[ria] a atual revolução tecnológica não [seria] a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação [...]” (1999, p. 69). Desse modo, a revolução adviria do trabalho intelectual, não mais manual (aquele que opera diretamente uma relação entre homem e natureza), num evidente discurso de que o trabalho, categoria ineliminável do ser social para a ontologia marxiano/lukacsiana, não poderia mais constituir a base do mundo dos homens.

Num debate que se resume a questões terminológicas, Castells (1999) afirma que o termo “sociedade pós-industrial” seria muito amplo. Porém, seu significado poderia ser compreendido quando forem especificadas as cinco dimensões a ele relacionadas: [1] setor econômico, com a “mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços”; [2] distribuição ocupacional, com a “preeminência da classe profissional e técnica”; [3] princípio axial, com a “centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade”; [4] orientação futura, marcada pelo “controle da tecnologia e a distribuição tecnológica”; [5] tomada de decisões, com a “criação de uma nova ‘tecnologia intelectual’”. De todo modo, para o autor, estaríamos vivendo um novo momento histórico, marcado pela centralidade das tecnologias da informação e da comunicação.

Para Castells, o momento revolucionário em que viveríamos seria marcado pela “complexidade da nova economia”, que teria como origem a difusão das tecnologias da informação promovida pelos movimentos libertários dos anos de 1960, nos Estados Unidos.

De acordo com Castells, a “revolução” da tecnologia propagou-se por diferentes países e foi apropriada por várias culturas e organizações, carregando a potencialidade de “[...] mudar o destino das economias, do poder militar e do bem estar social em poucos anos” (1999, p. 44). Como essa “revolução” seria uma ferramenta básica do processo de reestruturação global do capitalismo, a sociedade que teria surgido após esse processo seria uma sociedade capitalista, mas do tipo informacional. De acordo com este autor, mesmo moldada pela lógica e pelos interesses do capitalismo em processo de reestruturação, a revolução tecnológica não teria se limitado a esses interesses, fazendo surgir um novo modo de desenvolvimento – não de produção²⁶ – que produz uma nova estrutura social: a sociedade cuja base material seria o informacionalismo ou capitalismo informacional.

Acerca dessa revolução que estaríamos vivendo, Drucker (1993)²⁷ também expõe as condições dadas para o suposto surgimento da sociedade que ele denominou pós-capitalista, indo buscar a gênese dessa sociedade, cuja base é teórica e praticamente infundada, antes do pós-guerra. Diferentemente dos outros autores, como Bell e Castells (que tiveram ao menos o trabalho de buscar em Marx trechos da teoria do pensador alemão, pensando superá-lo), Drucker não tomou para si essa tarefa. O que ele fez foi reproduzir fielmente os equívocos cometidos por outros autores, evidenciando seu total desconhecimento da obra marxiana. Confundindo socialismo com keynesianismo, por exemplo, este autor da área da Administração e do Direito afirmou que o período histórico anterior ao da sociedade atual, período esse denominado de Estado de Bem-Estar Social, representaria uma “revolução invisível”, através da qual o “socialismo fundo-de-pensão” invadira os Estados Unidos e já anunciara seu fim (DRUCKER, 1977). Por essa via de análise, Drucker chega a afirmar categoricamente que, se o “socialismo” for definido como ‘a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores’ [...], então os Estados Unidos [seriam] a primeira nação

²⁶ Para Castells, é necessário fazer a distinção entre modos de produção (capitalismo, estatismo) e modos de desenvolvimento (industrialismo, informacionalismo). A produção, afirma, é ação humana sobre a matéria, ação essa “[...] organizada em relações de classe”, para obter um produto e consumi-lo “de forma irregular”, além de acumular “[...] o excedente para investimento conforme os vários objetivos socialmente determinados” (1999, p. 51 e 52). Já “[...] os modos de desenvolvimento são os procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, em última análise, determinando o nível e a qualidade do excedente” (idem, p. 53). O modo de desenvolvimento é o “[...] elemento fundamental à promoção da produtividade no processo produtivo” (idem, ibidem). Para fazer essa distinção, Castells baseou-se nas elaborações teóricas de Alain Touraine e Daniel Bell.

²⁷ Drucker, jornalista e doutor em direito público internacional, “nunca precisou ser um *showman* para conquistar a audiência dos mais importantes homens de negócios do mundo”. Tornou-se um dos mais respeitados especialistas em administração e gestão, além de “guru de muitos empresários e executivos no Brasil e no mundo”. Nasceu em 1909, em Viena (Áustria), e morreu em novembro de 2005, na Califórnia. Disponível no sítio eletrônico http://www.albertoclaro.pro.br/noticia.asp?codigo=863&COD_MENU=80 Acesso em 08.10.2010.

realmente ‘socialista’” (idem, p. 3)²⁸ nesse novo tempo histórico, o que, na posição do autor, faria cair por terra Marx e a categoria trabalho.

Utilizando-se de ideias sem nenhuma fundamentação teórica – e atribuindo à teoria de Marx aquilo que não foi dito pelo pensador alemão –, Drucker apresenta por que razão os Estados Unidos teriam se tornado socialistas. Para efeito de esclarecimento, vale a pena recuperarmos, aqui, literalmente, o autor:

[...] se palavras como “socialismo” ou “capitalismo” tiverem algum sentido real, então o sistema americano tornou-se o verdadeiro “socialismo de mercado descentralizado” que todos os pais, santos e apóstolos da igreja marxista anteriores a Lenine pregaram e prometeram, desde Engels a Bebel e Kautsky, desde Victor Adler e Rosa Luxemburgo, Jaurès e Eugene Debs. O socialismo não chegou aos Estados Unidos por meio de eleições ou lutas de classes; muito menos por meio de revoluções²⁹; nem por meio de uma “crise” resultante das “contradições do capitalismo”; ou como uma consequência da “expropriação dos expropriadores”. Na realidade, foi introduzido pelo mais inverossímil dos revolucionários – o principal executivo da maior companhia industrial americana, a General Motors (DRUCKER, 1977, p. 6-7).

Charles Wilson teria sido, então, o executivo responsável por tão magistral façanha, quando propôs ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Automobilísticas, em nome da General Motors, que fosse formado para os trabalhadores da referida empresa um fundo de pensão. Foi o que bastou para que, como se em um passe de mágica, precisamente nos Estados Unidos, “[...] em termos de estrutura econômica, [fosse dado] o último passo para um ‘socialismo’ genuíno no qual o ‘trabalho’ (na teoria marxista)³⁰, ‘sendo a fonte de toda a riqueza’, é que recebe os ‘benefícios plenos do processo produtivo’” (DRUCKER, 1977, p. 6)³¹. O que houve nos Estados Unidos, segundo Drucker, teria possibilitado tornar “capitalista” e “trabalhador” uma única pessoa – o que representou, segundo ele, uma “inovação radical” que entrou em choque com todas as teorias conhecidas, inovação essa considerada por ele como incompatível com o marxismo.

Na verdade, esse socialismo genuíno a que se refere Drucker teria representado o fim do velho socialismo, o que, por sua vez, teria dado passagem à construção de uma sociedade melhor definida como pós-capitalista, que é a sociedade do conhecimento. Drucker

²⁸ Aspas simples do autor.

²⁹ Peter Drucker considera que a palavra revolução tornou-se desgastada e negligentemente utilizada “toda vez que a barra das saias das mulheres sobe ou desce uns míseros centímetros ou toda vez que uma editora lança uma nova cartilha de alfabetização” (idem, p. 36). Por isso, o que houve nos EUA foi uma “revolução invisível”, onde “[...] os fundos não são apenas a ‘propriedade em mãos dos trabalhadores’, que segundo a teoria marxista-leninista ortodoxa caracteriza o primeiro estágio do ‘socialismo’; são também a propriedade já visando o bem dos trabalhadores – o slogan marxista-leninista para o segundo e derradeiro estágio da ‘sociedade socialista perfeita’, que nem mesmo a União Soviética promete atingir num futuro próximo” (idem, p. 37).

³⁰ Parêntesis do autor.

³¹ Aspas simples do autor.

afirma que, nesse mundo moderno, o “proletariado” de Marx tornou-se “burguês”. Isso explicaria o fracasso do marxismo. Não houve “revolução do proletariado” nem mesmo nos países derrotados, onde havia fome, miséria e desemprego. Ao tornar-se burguês, o proletariado tornava-se produtivo. Aliás, nas proposições do autor, a miséria teria sido criada pelo comunismo, desconhecendo totalmente que o comunismo ainda permanece como possibilidade histórica a ser construída pelos homens. Nas palavras do autor, como

[...] credo, o marxismo fracassou porque não conseguiu criar o “Novo Homem”. Em vez disso, ele pôs para fora e fortaleceu o que havia de pior no “Velho Adão”: corrupção, ganância e cobiça pelo poder; inveja e desconfiança mútua; tirania mesquinha e sigilo; mentiras, roubos, denúncias e, acima de tudo, cinismo (1993, p. XX).

Sobre o ambicionado colapso do marxismo e do comunismo, Peter Drucker, que demonstra claramente nada entender nem de história e nem de filosofia, muito menos da teoria de Marx, mas não dispensa palavras para tentar desqualificá-lo, afirma o seguinte:

A falência – moral, política e econômica – do marxismo e o colapso do regime comunista não foram “O fim da História” (como proclamava um artigo muito comentado, publicado em 1989)³². Até mesmo os defensores mais ardorosos do livre mercado hesitam em saudar seu triunfo como o Segundo Advento. Mas os eventos de 1989 e 1990 foram mais que o simples fim de uma era; eles significaram o fim de *uma espécie da história*. O colapso do marxismo e do comunismo encerraram (*sic*) duzentos e cinquenta anos de domínio de uma religião secular – chamei-o de *crença na salvação pela sociedade*. O primeiro profeta desta religião secular foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). A Utopia Marxista foi seu produto final – e sua apoteose (idem, p. XVI – grifos do autor).

Acerca dessa “religião secular”, Drucker – sem tocar na secularidade do domínio do capital sobre a humanidade – fez referência a Leibniz, que – devido à ausência comum de um Deus sobrenatural – temia a existência de uma religião secular que representaria “uma tirania que iria tirar a liberdade das pessoas” (idem, p. XIX). Rousseau, segundo Drucker, confirmou o temor de Leibniz. Em relação ao primeiro filósofo, diz Drucker que

[...] a sociedade podia e devia controlar os indivíduos. Ela podia e devia criar um “Novo Adão”. Podia e devia criar a perfeição humana universal. Mas ela também podia e devia subordinar os indivíduos à *volonté générale*, impessoal e supra-pessoal – aquilo que mais tarde foi chamado de “leis objetivas da história” pelos marxistas. [...]. Entretanto, por mais que pretenda ser “anti-religiosa”, esta é uma fé religiosa. É claro que os meios não são espirituais: proibir as bebidas alcoólicas; matar todos os judeus; psicanálise para todos; abolição da propriedade privada. A meta, porém, é religiosa: estabelecer o Reino de Deus na terra, através da criação do “Novo Homem” (idem, p. XIX).

Considerando a derrota na criação do “novo homem”, para o autor, ainda mais, os “ismos” chegaram ao fim porque “[...] as alternativas de hoje não são as mesmas do século

³²Drucker refere-se ao artigo *The end of History*, de Francis Fukuyama.

XIX” (1977, p. 176). O sucesso do Estado “Ama-Seca”³³ (DRUCKER, 1993) colocou em perigo o “socialismo fundo-de-pensão”. Este findou porque seu desenvolvimento teria possibilitado o aumento demográfico da população americana – o que ele denominou *boom* de bebês (1948/1949) –, gerando, em sua opinião, problemas econômicos e políticos que puseram em risco a economia. Além do mais, acrescenta Drucker que os beneficiários desses fundos de pensão não seriam os “trabalhadores braçais”, mas o que ele chama de trabalhadores intelectuais americanos, resultado do sistema educacional que teria transformado os trabalhadores manuais em trabalhadores intelectuais³⁴.

O que este teórico chamou de “socialismo fundo-de-pensão” teria trazido problemas novos a serem enfrentados, exigindo novas necessidades econômicas que alavancassem maior produtividade de todos os recursos produtores de riqueza. A “raiz” dos problemas, para Drucker, como foi dito anteriormente, teria sido a demografia³⁵, que

³³ Drucker refere-se ao Estado de Bem-Estar Social como “Estado Ama-Seca”. Ele afirma (1993, p. 49) que o “‘seguro de vida’ do século dezanove era realmente um ‘seguro de morte’. Já o fundo de pensão é o ‘seguro da velhice’”. Esses fundos servem a “‘fins socialmente construtivos’” (aspas simples do autor), ou seja, servem ao “futuro financeiro dos atuais empregados”, e estes são os proprietários do dinheiro. Drucker afirma que os fundos de pensão não se encaixam em nenhuma definição não-marxista de capital, porque se tornaram realidade. Também não se encaixa na definição de Marx sobre o capital, pois, para o pensador alemão, segundo Drucker, o capital “é acumulado através da expropriação do assalariado” (idem, p. 49), e a “propriedade é um roubo”. Isso não ocorreu no “socialismo fundo-de-pensão”. O Estado de Bem-Estar Social, segundo o autor, foi um Megaestado construído por Otto Von Bismark, presidente do Conselho de Ministros da Prússia, no final do século XIX, para combater a “maré socialista”, transformando-se num estado provedor. A definição “ama-seca” diz respeito ao fato de que, para Drucker, referido megaestado – e não o capitalismo estadunidense – “obscureceu progressivamente a distinção entre guerra e paz. Ao invés de paz, existe Guerra Fria” (idem, p. 88). Além disso, acrescenta que, nas décadas de 1920 e 1930, “[...] os comunistas, fascistas e nazistas tomaram posse das instituições sociais. [...] Em sua grande maioria, eles não prestavam serviços sociais reais, nem forçavam os cidadãos a adotar um comportamento social correto” (idem, ibidem).

³⁴ Lessa e Tonet (2012), partindo da afirmação marxiana – proferida no XIII capítulo de *O Capital*, no qual Marx trata da *Maquinaria e grande indústria* – de que o homem, assim como precisa de um pulmão para respirar, precisa também de uma “criação da mão humana para consumir produtivamente as forças da natureza”, reiteram que “o trabalho é sempre manual” e nasce na consciência que põe fins. Mas o produto do trabalho não é gerado pela consciência, mas pela articulação entre ela e a causalidade para que o homem produza objetivações. Isso significa dizer que o trabalho manual não pode ser superado, posto que é categoria central do arcabouço teórico marxiano. De acordo com estes pesquisadores, a oposição entre trabalho manual e intelectual é uma estratégia do capital para pôr fim, do ponto de vista ideológico, ao seu “inimigo mortal”, no dizer de Marx, e, dessa forma, aprofundar a exploração do trabalho. A artimanha utilizada para justificar esse pretense fim reside no desenvolvimento das tecnologias, que teriam exigido o fim das classes e o surgimento de uma nova classe social, a de serviços, baseada no trabalho intelectual. A pretensa substituição do trabalho manual pelo intelectual desdobra-se na crença de que o mundo atual estaria baseado no conhecimento como categoria fundante sobre a qual se ergueria o ser social. Negando o trabalho como a protoforma originária do mundo humano, os defensores da sociedade do conhecimento pretendem, em nome do capital, varrer da face da terra a pedra angular da teoria marxista e seu autor. Nas palavras destes autores (2012, p. 85), a revolução tecnológica torna “[...] o controle sobre o trabalho manual ainda mais intenso e duro, aumentando a lucratividade do capital. Se a máquina substitui muitos trabalhadores manuais, o que é verdade, isso não significa que o trabalho manual esteja desaparecendo, mas sim que os trabalhadores manuais que ainda estão empregados vão trabalhar mais duro e em um regime de trabalho ainda mais controlado pelo capital”. O fato de a crise estrutural desse sistema consistir num momento contrarrevolucionário não elimina a existência de uma classe revolucionária, mas que esta classe se encontra despreparada para a luta.

³⁵ Drucker reitera, como podemos perceber, a tese malthusiana de que a miséria e a fome seriam decorrentes do aumento da população. Mézáros (2006a), ao contrário, aponta que o verdadeiro significado da explosão

aumentou sob o “socialismo fundo-de-pensão”, o que teria feito emergir uma nova forma de propriedade, culpa também das “lideranças sindicais e não das diretorias das empresas” (1977, p. 90), já que até “[...] mesmo os líderes trabalhistas destroem a si mesmos e aos seus sindicatos quando tentam conquistar poderes políticos” (idem, p. 72).

Drucker afirma que os Estados Unidos foram a primeira nação a resolver a explosão demográfica provocada pelo Estado de Bem-Estar Social. Os fundos de pensão tiveram esse fim. Essa explosão é considerada por ele como o “[...] evento mais importante que as ‘revoluções’ às quais os historiadores (especialmente os marxistas e pós-marxistas) estão habituados a dedicar sua atenção exclusiva: a revolução ‘burguesa’ ou a ‘comunista’ ou mesmo a ‘revolução industrial’ na tecnologia” (1977, p. 36 – aspas simples no original). Considera o autor que a explosão demográfica e o “socialismo-fundo-de-pensão” tiveram um impacto sobre o indivíduo e a família muito maior e mais imediato do que provocaram a revolução “burguesa” e a “comunista”. Esse enorme impacto teria ocorrido devido ao fato de que, para Drucker, os fundos de pensão teriam possibilitado a garantia de uma renda adequada para os idosos, mesmo sob os “padrões americanos” (idem, p. 37), o que não [teria] ocorr[ido] em outros países socialistas, comunistas ou capitalistas. Nestes, a pensão que receberiam os indivíduos em sua aposentadoria seria inferior a qualquer “‘limiar de pobreza’ americano” – que não seria capitalista –, próximo do nível de mera subsistência, como no caso da Inglaterra (idem, *ibidem*). Todavia, o sucesso tivera seus perigos: o “socialismo-fundo-de-pensão” acarretou perigos de estrutura econômica, de diretrizes econômicas e de teoria econômica (idem, p. 53), relacionados a problemas de produtividade e de formação de capital (idem, p. 49) devido à falta de “mão de obra” e à dependência em relação aos recursos da previdência. É por isso que o “socialismo-fundo-de-pensão” chegou ao fim: porque os benefícios generosos do *Welfare State* tornaram-se cruéis, criando uma massa de “não-empregáveis”, principalmente entre os jovens, necessitando alterar o tipo de formação social para deixar de lado “capital e mão-de-obra” (1993, p. 4) e criar o que ele chamou de “sociedade de empregados”.

Drucker (1977, p. 141) acrescenta ainda que essa necessidade de alterar o tipo de formação social advém do fato de que

Persiste, há mais de um século, a crença de que uma modificação no “sistema” que transforma os trabalhadores em “proprietários” irá solucionar automaticamente os problemas da sociedade industrial, qualquer que fosse o diagnóstico da doença: “alienação”, “subordinação do homem à máquina”, “linha de montagem” ou

populacional é o desemprego, tão necessário à funcionalidade do capital, mas, que, no contexto de crise estrutural, tornou-se um problema crônico, ou seja, tornou-se um dos limites absolutos do capital.

simplesmente o tédio e a fadiga que acompanham o trabalho. Mas também se constatou há bem mais de um século que essa crença não passa de um sonho. Pois a história da propriedade em mãos dos trabalhadores é muito mais longa do que a maioria desconfia. É algo que vem sendo testado há muito tempo, que jamais teve um impacto mais que transitório sobre o trabalho, o trabalhador e as relações de trabalho. Mesmo a posse completa e o controle total de uma empresa por seus trabalhadores parece ter pouco efeito sobre as relações industriais e humanas no trabalho.

Drucker assinala várias “lições” na história que exemplificariam o fato de que tornar “proprietários” os trabalhadores em nada ou pouco afeta as relações humanas no trabalho: a Hershey Chocolate Company, a Zeiss, a Renault, as Ferrovias Nacionais Japonesas, dentre outras, todas, total ou parcialmente, foram, segundo o autor, controladas pelos trabalhadores, o que acarretou, contradizendo a si mesmo, modificações nas relações humanas. Para Drucker, teria sido a forma como os homens estabelecem as relações humanas na dita sociedade capitalista ultrapassada que teria levado essa forma social à decadência.

Dentre os motivos do fracasso do chamado Estado “Ama-Seca” estão, segundo Drucker, as relações estabelecidas como relações de poder entre trabalhador, grupos de trabalho, tarefa, patrão imediato e administração (1977, p. 142-143). Drucker demonstra tão claramente o seu desconhecimento das leis que regem os processos sociais que, ao mesmo tempo em que apresentou as relações humanas como responsáveis pela dissolução do tal estado, naturaliza essas mesmas relações. Estas, naturalizadas, não poderiam ser passíveis de mudança, como nos aponta a teoria marxiano/lukacsiana, seriam dadas biologicamente. É o que podemos observar na citação “as relações humanas são exatamente isso: relações humanas. Da mesma forma como casamentos não são bons ou ruins por determinação do código civil, bons ou maus relacionamentos de trabalho não são ditados pelo ‘sistema’” (idem, *ibidem*)³⁶.

O sistema, para Drucker,

[...] pode, de fato, tornar impossíveis relações humanas decentes. A escravidão, por exemplo, é aviltante e degrada tanto o senhor como os escravos. Mas, boas relações humanas só podem acontecer onde existem relações, isto é, no local de trabalho e no trabalho. Da mesma forma como o “sistema” não pode levar a culpa pelos problemas das relações industriais e humanas no trabalho, também a “natureza humana” não serve de explicação ou desculpa. A natureza humana deseja, espera e, realmente, exige respeito pelo trabalho e pela tarefa e realização em ambos. Em todas as pesquisas, a maioria absoluta dos trabalhadores enfatiza os aspectos positivos do seu serviço e tende a disfarçar os negativos. Eles não esperam “felicidade”; esperam realização, responsabilidade e desempenho (1977, p. 143-144).

³⁶ Aspas simples do autor.

Endossando a afirmação de que haveria uma natureza humana *a priori*, Drucker “anunciou” que o “ser humano pode não ter redenção”. Ela, a natureza humana, “sempre se esgueira para dentro pela porta dos fundos, por mais que seja expulsa pela da frente. Talvez os cínicos estejam com a razão quando afirmam que não existe virtude, nem bondade, nem altruísmo; somente egoísmo e hipocrisia” (idem, p. XX). Contradizendo a si próprio, Drucker assinalou mais adiante a necessidade imperiosa de que voltem a existir a redenção, a autorrealização, o crescimento espiritual, a virtude, a bondade. Apelando para o subjetivismo, aponta que o “fim da crença na salvação pela sociedade certamente marca uma volta para o íntimo. Ele torna possível uma ênfase renovada no indivíduo, na pessoa e poderia até mesmo levar – ao menos esperamos – a um retorno à responsabilidade individual” (idem, p. XXI).

Como vimos, Drucker, atropelando a própria história, postula o fim do comunismo. Da mesma forma que Bell, Drucker defende também a existência de uma sociedade pós-capitalista, que teria suplantado o capital e o trabalho. Em Bell, a sociedade capitalista pretensamente superada teria como pilares que a sustentariam a propriedade privada e a liberdade de contrato. Fundamentando-se em Schumpeter, o sociólogo estadunidense afirma que o segundo pilar estaria sendo cerceado por diversas formas de regulamentação criadas pelos sindicatos e pelos governos. O primeiro, por sua vez, estaria sendo minado por dois motivos: [1] as “firmas de tamanho médio” estariam sendo eliminadas pela monopolização e pelo desenvolvimento das grandes corporações; [2] a força da propriedade estaria sendo reduzida com a “transformação do dono-proprietário em executivo assalariado”. Assim sendo, “por motivos paralelos aos de Marx”, Schumpeter “vê a derrocada das muralhas do capitalismo[,] e – dentro de um século! – a ‘civilização que está lentamente abrindo seu caminho de baixo para cima’ poderá então vir à tona (BELL, 1973, p. 82). Essa civilização, Marx acreditava-a ser o socialismo. Weber, porém, teria apostado na racionalidade técnica, provocando “*diferenças psicológicas* entre as classes” (idem, p. 86 – grifos nossos), dentre elas, a nova classe média, marcada por trabalhadores técnicos, empregados de escritórios, vendedores e funcionários públicos.

Diferenças psicológicas – e não sociais, que regem as relações de domínio do homem sobre o homem – é o que colocaria a “nova classe” acima das outras classes, o que acabaria por suplantá-las, porque o que a definiria seria a categoria “capacidade”. Essa nova classe média, mais capaz para produzir riqueza, desempenharia, continua Bell (idem, p. 96-97), um papel predominante na sociedade futura, que seria iminente, a pós-industrial, o que esclareceria quatro questões: [1] o “escopo e os limites da perícia técnica na solução dos problemas da sociedade”; [2] a “determinação dos tributos dos novos tipos de indústrias, que

vendem ‘conhecimentos’ e não bens, e o peso que têm essas indústrias [...] na economia do país”; [3] o “fundamento da coesão de toda a classe social nova, tendo como base a capacidade e não a propriedade”; [4] a probabilidade que possa ter essa nova classe de constituir-se “uma nova classe dominante [...], substituindo a antiga classe capitalista”. É interessante observar a contradição nos próprios termos: se a dita sociedade pós-industrial faria sucumbir as classes sociais, como essa nova classe constituiria uma nova classe dominante, cuja característica seria a sua capacidade, que a distinguiria das outras classes?

A substituição da “antiga classe capitalista” por uma “nova classe dominante”, de acordo com Bell e corroborada por seus consortes seria decorrente das mudanças da base que estruturaria cada tipo de sociedade. Podemos observar, no quadro abaixo, elaborado por Bell, o que seriam as diferenças pretensamente cruciais da sociedade pós-industrial em relação às outras anteriores, diferenças essas que foram expostas conforme o original, extraído do livro *Les contradictions culturelles du capitalisme*. Tal quadro foi apresentado por Bell em uma nota de rodapé (1976, p. 206):

ASPECTOS	PRÉ-INDUSTRIAL	INDUSTRIAL	PÓS-INDUSTRIAL
RECURSO	Matérias-primas	Energia	Informação
MODO	Extração	Fabricação	Transformação
TECNOLOGIA	Trabalho intensivo	Capital intensivo	Saber intensivo
TIPO	Ação contra a natureza	Ação contra a natureza transformada	Ação entre os indivíduos

Bell entende que o que caracterizaria a dita sociedade pós-industrial difere-se dos outros momentos históricos que ele caracteriza como industrial e pré-industrial. Esta última seria agrária, centrada no uso da terra. A primeira, porém, estaria apoiada na indústria, que seria fundada pela contradição entre trabalhadores e burgueses, como foi dito anteriormente. A pós-industrial, nas proposições do autor, teria como base o saber, a informação e os serviços prestados pela nova classe trabalhadora, que, contrariando a tese marxiana, constituiria a nova classe dominante.

No entendimento de Bell (1973, p. 28), ainda existe um número esmagador de nações que ainda dependem do setor primário, ou seja, da agricultura, da mineração, da pesca e da silvicultura. Entretanto, assistiríamos a um incremento significativo do setor de serviços para o exercício de funções que exigem certo grau de educação superior, fazendo criar uma

economia cuja primazia é do conhecimento teórico. Para o autor, a sociedade pós-industrial – ao contrário da industrial, que “representa a coordenação das máquinas e dos homens para a produção de bens” – organizar-se-ia “[...] em torno do conhecimento, a fim de exercer o controle social e a direção das inovações e mudanças” (1973, p. 32). “Adverte”, porém, que o conhecimento “[...] sempre foi necessário ao funcionamento de qualquer sociedade”. Na sociedade pós-industrial, por seu turno, estaria havendo uma “[...] mudança de caráter do conhecimento em si mesmo” (idem, p. 33-34). Continua o autor afirmando que não seria à toa que a “[...] união da ciência, da tecnologia e da economia nos últimos anos é simbolizada pela frase ‘pesquisa e desenvolvimento’ (P&D)”, que teria substituído “[...] o aço como padrão para comparar a força das potências” (idem, p. 140). Nesse sentido, o progresso científico dependeria cada vez mais da primazia do trabalho teórico, “[...] o qual codifica o que já é conhecido e aponta o caminho para a confirmação empírica” para a sociedade que estaria, supostamente, nascendo. Nesse sentido, este autor elaborou outro quadro para explicitar as características dessa “nova” sociedade.

O quadro abaixo por ele próprio elaborado sintetiza tão-somente as características do que seria a sociedade pós-industrial. Conforme Bell (1973, p. 140), eis a organização da dita nova sociedade baseada no conhecimento:

PRINCÍPIO AXIAL	A CENTRALIDADE E A CODIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO TEÓRICO
Instituições primordiais	Universidade Institutos acadêmicos Organismos de pesquisa
Bases econômicas	Indústrias baseadas na Ciência
Recurso principal	Capital Humano
Problema político	Política da Ciência Política da Educação
Problema estrutural	Equilíbrio dos setores públicos e privados
Estratificação: Base Acesso	Capacidade Educação
Questão teórica	Coesão da “nova classe”
Reações sociológicas	Resistência à burocratização

Acerca da tecnologia na nova fase da história da humanidade, Bell (1973, p. 41) aponta que nessa sociedade moderna, para que ela evite a estagnação ou a perfeição, seria “[...] obrigada a abrir novas fronteiras tecnológicas, a fim de manter a produtividade e padrões de vida elevados”. O autor “adverte” que, se “[...] as sociedades se tornarem mais dependentes da tecnologia e das mais recentes inovações, introduzir-se-á no sistema uma ‘indeterminação’ perigosa” (idem, *ibidem*). Afinal de contas, como se fosse um profundo conhecedor da obra marxista, Bell aponta que afirmava “[...] Marx que a economia capitalista tinha de se expandir para não morrer. Posteriormente, os marxistas, como Lênine e Rosa Luxemburgo, afirmaram que essa expansão teria de ser necessariamente geográfica [...]” (idem, p. 41). Entretanto, contrariando o que disseram Marx e os marxistas, a expansão maior, segundo Bell, teve um caráter de aumento do capital ou de aumento tecnológico. Mesmo tendo “[...] efeitos colaterais nocivos [...]”, sem as novas tecnologias, é impossível manter o crescimento (idem, *ibidem*). Para tanto, seria necessário estabelecer critérios que regulamentem o avanço da tecnologia.

Para Bell (1973, p. 134), a sociedade pós-industrial “ênfatisa a importância central do conhecimento teórico como eixo em torno do qual se organizarão o desenvolvimento econômico e a estratificação da sociedade”. Segundo este autor, na sociedade industrial, a centralidade é a propriedade privada; na pós-industrial, o conhecimento teórico, portanto, propriedade comum a todos. Ou seja, a sociedade pós-industrial seria “[...] um ‘jogo entre indivíduos’, no qual uma ‘tecnologia intelectual’, baseada na informação, surg[iria] acompanhando a tecnologia mecânica” (idem, p. 138 – aspas simples no original), e o “[...] trabalho não [seria] mais que um meio de desenvolver a personalidade ou uma justificativa estética da existência” (1976, p. 165).

Castells também caracteriza o que seria a sociedade que ele alcunhou de informacional, que seria baseada no paradigma³⁷ da tecnologia da informação. Essas características são as seguintes: [1] a informação seria a matéria-prima dessa sociedade, permitindo ao homem atuar sobre a informação propriamente dita – ao contrário das outras épocas em que era possível apenas utilizar a informação para atuar sobre as tecnologias; [2] os efeitos das tecnologias têm alta penetrabilidade – porque a informação faz parte de toda atividade humana; [3] o predomínio da lógica de redes possibilitaria a complexificação das

³⁷ Castells (1999, p. 111-112) cita como fundamento desse paradigma da informação a teoria do caos e o fato de estruturas autoorganizadas poderem criar a complexidade a partir da simplicidade. Sobre a teoria do caos e o paradigma da complexidade, bem como sua influência no campo das ciências sociais, sobretudo a educação, ver tese de Doutorado de Valdemarin Coelho Gomes, intitulada *Pensamento complexo e educação para o futuro: entrelaçamentos na teia ideológica do capital*, defendida pela Universidade Federal do Ceará (UFC/FACED), em 2010.

relações através das tecnologias; [4] a flexibilidade permitiria a reorganização das atividades humanas; [5] a crescente convergência de tecnologias permitiria a interligação dos saberes (CASTELLS, 1999). Por isso, o autor defende que, pela “[...] primeira vez na história, a mente humana [seria] uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (1999, p. 69), e a integração entre homem e máquina estaria “[...] alterando fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, lutamos ou morremos” (1999, p. 69). Tudo isso seria alvitre da mente humana produtora de tecnologias e, por conseguinte, de saberes interligados.

Tais saberes – que nos guiaríamos “em nossa futura jornada pelos caminhos da transformação social” (idem, p. 108) – adviriam, segundo Castells, da produção das tecnologias da informação e da comunicação (atualmente denominadas de TIC’s). Afirma o autor que, embora os homens tenham produzido tecnologias da informação com base na microeletrônica antes mesmo da década de 1940, foi somente no período da Segunda Guerra Mundial e nos anos subsequentes – com a invenção do primeiro computador programável e do transistor – que o homem teria dado o passo decisivo para a revolução tecnológica à qual estaríamos assistindo³⁸. A criação do microprocessador na década de 1970, segundo Castells, teria posto o mundo de “pernas para o ar”, provocando uma “revolução dentro da revolução” (1999, p. 79). Nas duas últimas décadas do século XX, a criação da internet – sem falar na telefonia celular, que foi difundida para todo o mundo na década de 1990 – significou, de acordo com este autor, o “mais revolucionário meio tecnológico da Era da Informação” (idem, p. 82), base do que seria a nova economia.

Essa nova economia, que, segundo Castells (1999, p. 119), teria surgido em escala global, seria informacional, global e rede (sic). É informacional porque a produtividade e a competitividade dependeriam de sua “capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos”. É global porque suas principais atividades produtivas (consumo e circulação) e “seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) est[ariam] organizados em escala global”. É rede porque a produtividade seria gerada em sistema de redes empresariais. As tecnologias seriam, portanto, fator primordial para o desenvolvimento e para a competitividade, termos tão caros aos capitalistas de nosso tempo.

Essa economia informacional, na posição de Castells, não se oporia à industrial, mas se somaria a ela, visto que constituiria o aprofundamento tecnológico iniciado na

³⁸ Sobre o que Castells aponta acerca da história do desenvolvimento das tecnologias, consultar o próprio autor (1999).

indústria. Numa confusão teórica que não distingue sequer o biológico do social, como fizera Bell, Castells afirma que o que teria mudado “não [teria sido] o tipo de atividades em que a humanidade está envolvida, mas sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como singularidade biológica: nossa capacidade superior de processar símbolos” (1999, p. 142), demonstrando o desconhecimento completo do que é fundante e do que é fundado no mundo dos homens. Tal capacidade de processar símbolos seria a base para a criação do que chamou de “tecnologia intelectual”.

Conforme os defensores da nova era que seria marcada pela primazia do conhecimento sobre o trabalho, a partir da segunda metade do século XX, nessa sociedade para além da sociedade industrial (ou pós-capitalista), haveria uma criação humana baseada na tecnologia intelectual e constituída por uma complexidade de redes, organizações, sistemas: o computador, que teria passado a influenciar as ações racionais tanto nas atividades contra a natureza quanto nas atividades entre as pessoas.

O computador marcaria a era da racionalidade técnica, que, para Bell, seria a melhor “solução para as opções que perturbam os homens” (1973, p. 49). O interesse pela técnica teria feito surgir, desde a segunda metade do século XX, duas “revoluções silenciosas”: [1] o declínio do poder herdado (mas não necessariamente o da riqueza) dos “opulentos homens de negócio” e dos seus descendentes, que já não mais constituíam a classe dirigente; [2] a ascensão dos administradores como a nova elite técnica, demonstrando que não havia mais continuidade de “poder nas mãos de um grupo específico e especial” (idem, p. 50). Ambas as “revoluções” representariam a sensação de que “[...] esta[ría]mos no meio de uma vasta transformação histórica, na qual as antigas relações sociais (ligadas à propriedade), as estruturas de poder existentes (centralizadas em elites reduzidas) e a cultura burguesa (baseada em noções de satisfação restrita e retardada) [...]” estariam desgastando-se rapidamente (1973, p. 54).

Schaff (1991, p. 104-105), assim como Bell e Castells, é outro expoente da tese amplamente advogada e aceita, marcada, também segundo este autor, por uma racionalidade que envolve esse novo momento histórico. Referido autor, acerca da sociedade que ele denominou “Sociedade Informática”, prega a existência de um individualismo moderado – em contraposição ao individualismo e ao totalitarismo – que seria formado à medida que a sociedade aperfeiçoa a automação da produção e faria desaparecer o “trabalho tradicional”. Esse processo levaria à existência de um desemprego estrutural, que longe está do entendimento de Mészáros (2006a) e daqueles que com ele concordam, o de que o desemprego estrutural constitui-se em um dos limites absolutos do capital no contexto de sua

crise inédita. Em Schaff, esse desemprego estrutural seria apenas “um epifenômeno da automação da produção e dos serviços” (idem, 115), epifenômeno esse que atormentaria principalmente os países subdesenvolvidos (idem, p. 90), contradizendo a própria história do capital, que, no atual contexto, no dizer de Mészáros (2006a, p. 104), este sistema já não consegue esconder o fato de que até “os países mais ricos têm de oferecer sopões e outros benefícios miseráveis ‘para os pobres merecedores’”.

No caso dos países desenvolvidos, aponta Schaff que o enriquecimento provocado pela automação faria com que os indivíduos tivessem um alto padrão de vida com uma “[...] independência material sem precedentes – mesmo que alguns v[iessem] a ser privados de oportunidade de um trabalho remunerado [...]”, fazendo com que, milagrosamente, as pessoas sejam “[...] mais livres do que hoje” (idem, 105). Nessa sociedade futura – iminente –, de acordo com Schaff, devido à abundância de informações, os indivíduos seriam mais esclarecidos e “universalmente mais instruídos” – contrariando o que revela o chão da história –, e os desenvolvimentos provocados pela sociedade informática “[...] romper[iam] o isolamento dos indivíduos e colocar[iam] fim à alienação que sofrem, como acontece hoje, vivendo em compartimentos profissionais, de classes e nações” (idem, p. 106), isso tudo no interior de uma sociedade alienada (bem entendido!). Todavia, “adverte” o autor que, mesmo as pessoas sendo “mais livres”, “universalmente mais instruídas” e tendo “um alto padrão de vida”, essa sociedade poderá reforçar a alienação, utilizando-se de mecanismo de manipulação dos indivíduos e utilização das informações “para fins espúrios” ou ainda provocar nos homens uma verdadeira “lavagem cerebral” (1991, p. 108-109).

Acerca do desemprego estrutural acima referido, Schaff confusamente afirma que esse problema seria cada vez mais ampliado na sociedade informática, principalmente entre os jovens (anteriormente disse que atingiria principalmente os países subdesenvolvidos) – que perderiam, como consequência, aquilo que “[...] na linguagem filosófica chamamos de sentido da vida” (idem, p. 115). Em outras palavras, de acordo com Schaff, esse problema geraria um vazio existencial, colocando em xeque a saúde psíquica do homem. Todavia, acrescenta este autor, se os homens liberados do trabalho recebessem da sociedade os meios de subsistência, o fenômeno do desemprego seria positivo porque liberaria os indivíduos “da maldição de Jeová, segundo a qual foi condenado a ganhar o pão com o suor do seu rosto” (1991, p. 117). Entretanto, faria parte da essência da sociedade informática o desenvolvimento cada vez maior do “trabalho criativo”, mola propulsora da transformação do *homo studiosus* ao *homo universalis* (idem, p. 119) e, por conseguinte, ao *homo ludens*. A riqueza material, portanto, perderia o seu valor (idem, p. 144), favorecendo o ser em contraposição ao ter (idem, ibidem),

e então todos viveriam num paraíso na terra, sem a preocupação com a produção do “pão” e sem o entendimento de que o suor de quem o produz é, sob a sociedade produtora de valores de troca, o lucro do capitalista. Aliás, Schaff não explica sequer de onde viria o pão quando todos se tornarem esse ilusório *homo ludens*.

É necessário colocar aqui para reafirmar nossa exposição sobre as ideias de Schaff o que Lessa (2005) dissera acerca deste autor. Segundo este pesquisador brasileiro, Schaff afirmara que o desenvolvimento técnico-industrial lançaria a humanidade para outro patamar de sociabilidade, até o final do século XX (isso mesmo, XX), culminando com o fim do trabalho manual e, com ele, a classe trabalhadora. No lugar do trabalho, para este autor, a ciência assumiria o papel de força produtiva em lugar do trabalho.

Lessa continua afirmando que, para Adam Schaff, nesse novo período da história, a humanidade teria apenas dois problemas a resolver, o que já contradiz o que foi posto acima sobre a perda de valor da riqueza material: o primeiro seria a distribuição de renda; o segundo, a questão da existência humana após o desaparecimento da sociedade do trabalho. O primeiro problema seria solucionado com a mudança na forma de propriedade, que repassaria para o Estado a questão da produção (este, com o fim das classes sociais, não desapareceria). O segundo teria como solução a educação de novos valores e a implantação de algo que colocamos aqui linhas atrás: “um outro ‘estilo de vida’ que substituísse o trabalho ‘maldito de Jeová’ por outras atividades, como o turismo e *hobbies*, que dessem sentido à vida” (LESSA, 2007, p. 63). Assim sendo, o “Estado seria decisivo para a passagem do *homo economicus* ao *homo ludens*” (idem. *ibidem*), e, hedonisticamente, o prazer seria a categoria que garantiria a humanidade dos homens, abrindo espaço para a autorrealização humana e eliminando “a miséria ou, pelo menos, a privação” (SCHAFF *apud* LESSA, 2007, p. 64). Schaff – assim como todos os outros – vê a possibilidade milagrosa de solução dos problemas da humanidade – como guerras, desemprego, miséria etc. – sem a superação do tipo de sociedade que gera esses mesmos problemas.

Esse milagre também é visto por Drucker e adviria do conhecimento. Nas proposições deste autor acerca do conhecimento na passagem do capitalismo para a sociedade do conhecimento, esse novo “fator de produção” – o conhecimento – teria necessitado passar por significativas mudanças, findando por perder, também para este autor, seu caráter privado e, por extensão, abortando a próprio desiderato a propriedade privada dos meios de produção, característica por excelência da velha sociedade capitalista. Na explicação do autor,

[...] tanto no ocidente como no oriente, o conhecimento sempre havia sido considerado aplicável a *ser*. Então, quase da noite para o dia, ele passou a ser

aplicado a *fazer*, transformando-se em um recurso e uma utilidade. O conhecimento, que havia sido um bem privado, transformou-se em bem público (1993, p. 3).

Afirma Drucker que, por cem anos, o conhecimento foi aplicado a ferramentas, processos e produtos e àquilo “que Karl Marx chamou de ‘alienação’, novas classes e guerra de classes e, com elas, o Comunismo” (idem, *ibidem*). Segundo Drucker, sabemos hoje que “Marx era um falso profeta” (idem, p. 13) porque a história teria comprovado exatamente o contrário do que dissera o pensador alemão. De acordo com Drucker, Marx utilizava sempre a categoria “indigência” para se referir à miséria que a industrialização produz para parte da humanidade e apregoava que a nova classe, os “proletários”, tornaram-se “alienados”, pois essa “alienação” tornaria inevitável a exploração do proletariado, que “nada tinha a perder, a não ser seus grilhões”. O “conflito de classes” era tão grande, afirma Drucker, que, “por volta de 1910, a maioria das ‘pessoas pensantes’ [...] estava se inclinando para o socialismo” (idem, p. 13). Com efeito, na percepção do autor, no

[...] século dezenove as pessoas acreditavam – e a maioria ainda acredita – que com a Revolução Industrial foi a primeira vez em que uma mudança no “modo de produção” (para usar as palavras de Karl Marx) mudou a estrutura social e criou novas classes, os capitalistas e os proletários. Mas também essa é falsa (1993, p. 6).

Fortunadamente, para o autor, Marx e o marxismo teriam sido derrotados “tanto moral como economicamente”³⁹ (1993, p. 14) porque não seriam mais categorias do real a luta de classes, a alienação, a exploração do trabalho pelo capital, visto que morreram juntamente com Marx, no século XIX, ficando órfãos os marxistas.

Voltando à questão da industrialização, Drucker, ao contrário de Marx, vê nesse processo “significativos ganhos materiais” para os trabalhadores. A Revolução da Produtividade, segundo Drucker – utilizando sempre categorias caras ao marxismo – teria superado as “inevitáveis contradições do capitalismo”, a ‘alienação’ e a indigência da classe trabalhadora, e com elas a noção de ‘proletariado’” (idem, p. 14). Segundo Drucker – contradizendo o que foi posto páginas atrás acerca do responsável pela revolução que estaríamos vivendo, qual seja, Charles Wilson, da GM (e ainda voltando atrás na linha do tempo) – agora o responsável por essa “revolução” (que teria começado dois anos após a morte de Marx) foi Taylor. Inclusive teria sido Taylor – e não Marx e os economistas clássicos – que “aplicou o conhecimento aos estudos do *trabalho*, à sua análise e à sua

³⁹ O autor aponta que existem “demoniologias” do século XX, contra as quais é necessário romper. Dentre essas demoniologias, Drucker cita as empresas em busca de poder político. Essa busca, segundo ele, está presente tanto nas organizações empresariais quanto nas sindicais, pois a luta por poderes políticos, como assinala o autor, destrói inclusive os líderes sindicais (1993, p. 72). Podemos depreender de sua afirmação que, se a experiência soviética representou a conquista de poderes políticos pelos trabalhadores, então a Revolução Russa não passou, para o autor, de uma “demoniologia do século XX”.

engenharia” (idem, *ibidem*, aspas simples do autor). Taylor, homem rico e educado, por acaso tornou-se um trabalhador. Segundo o depoimento de Drucker, o que o teria levado a iniciar os estudos sobre o trabalho foi o “ódio mútuo e crescente entre capitalistas e trabalhadores” (idem, p. 15). Taylor, segundo Drucker, teria cometido o “crime”, aos “olhos dos sindicatos”, de afirmar “brilhantemente” “que não existe ‘trabalho qualificado’”, postulando que, “[...] em operações manuais, existe somente ‘trabalho’” (idem, p. 16). Taylor teria ofendido tanto os sindicatos como os proprietários das indústrias, para quem seu apelido favorito seria “porcos”, pois teria exigido “que os trabalhadores, não os patrões, ficassem com a parte do leão” (idem, p. 16). Por esse motivo, a “trindade” formada por Darwin, Freud e Marx como os criadores da sociedade moderna deveria conter o nome de Taylor no lugar do de Marx, “se houvesse alguma justiça nesse mundo” (1993, p. 19).

Anulando sua própria tese, Drucker reitera a máxima de que o “trabalho é tão antigo quanto o ser humano”, pois “todos os animais têm que trabalhar para viver” (poderíamos acrescentar: a onça, o macaco etc.). Com a pretensão de ter superado Marx e de ter descoberto algo que este pensador não descobrira, postula que, na verdade, ninguém descobriu que, na maior parte da história, o

[...] trabalho estava abaixo das pessoas educadas, de pessoas abastadas, de pessoas com autoridade. Trabalho era o que os escravos faziam. A única maneira de um trabalhador produzir mais era trabalhando mais horas, ou esforçando-se mais. O próprio Marx compartilhava dessa *crença* com todos os economistas e engenheiros do século dezenove (1993, p. 15 – grifos nossos).

Acrescenta ainda que é sério o fato de tão poucas pessoas compreenderem que a aplicação do conhecimento ao trabalho criou economias desenvolvidas ao provocar a “explosão da criatividade nos últimos cem anos” (idem, p. 19), como teria feito Taylor. É o que ele, Drucker, chama de Revolução Gerencial (que, no entendimento de Mészáros⁴⁰, tem como função “[...] desviar a crítica do sistema do capital”) – a “única explicação para as grandes diferenças nos segundos cem anos”, visto que elas “resultaram da *aplicação do conhecimento ao trabalho*” (idem, *ibidem*)⁴¹. Hoje, ao contrário do que ocorria no “século dezenove” e do que apregoavam os “terríveis simplificadores” (os “ideólogos” Marx e Hegel) – de que os grandes eventos históricos têm apenas uma causa e uma explicação –, o conhecimento, pela primeira vez, seria aplicado ao conhecimento, deixando de lado capital e “mão-de-obra”.

⁴⁰ 2006a, p. 156.

⁴¹ Itálicos do autor.

Passemos, então, à análise do conhecimento como categoria central no desenvolvimento econômico. Seus autores desenvolvem, cada um a seu modo, a tese de que o conhecimento seria o fator de produção na sociedade atual, convergindo para a defesa de que é possível humanizar os homens mediante o uso das tecnologias e do acesso ao conhecimento sob a lógica do capital, que, para todos eles, não existiria mais.

2.2 Conhecimento: a suposta base da produção da riqueza na dita sociedade do conhecimento

Como fora mencionado, a referida tese advoga que, no contexto histórico atual, o conhecimento teria adquirido a centralidade no desenvolvimento histórico dos homens e não mais o trabalho seria a categoria central que possibilitou o salto de ruptura entre os homens e os animais. Agora, o conhecimento seria essa categoria, que, inclusive, distinguiria os homens uns dos outros, como podemos verificar na epígrafe de James Wolfensohn que iniciou este capítulo.

Toffler e Toffler⁴² (1995, p. 19), por exemplo, dizem que “uma nova civilização está emergindo em nossas vidas, e os cegos – que existem em toda parte – estão tentando suprimi-la”. Para eles, essa nova civilização, que denominaram “Terceira Onda”, traria “[...] consigo novos estilos de família; maneiras diferentes de trabalhar, amar e viver; uma nova economia; novos conflitos políticos; e acima de tudo uma consciência modificada” (idem, *ibidem*).

Os autores supracitados (2007, p. 141) – que também defendem a ideia de que vivemos numa sociedade para além do capitalismo e do “socialismo” –, afirmam que o novo sistema de riquezas seria “[...] resultado não apenas das mudanças dramáticas ocorridas em nosso relacionamento com o tempo e o espaço como também da maneira como nos relacionamos com um terceiro e poderoso fundamento profundo: o conhecimento”⁴³, o

⁴² Alvin Toffler (1983, p. 207) afirma que já foi marxista quando estava na casa dos 20 anos. Afirma, porém, que quanto mais conhecia a sociedade e observava a realidade, bem como as mudanças provocadas pela alta tecnologia, mais julgava “ultrapassada e enganosa a teoria marxista”. O autor acrescenta na página seguinte que “Metade da população do planeta trata suas palavras [de Marx] como se fossem a Sagrada Escritura. O próprio Marx, porém, foi expressão de uma sociedade clássica de Segunda Onda, ou industrial, formada pelos seus pressupostos – e muitos destes simplesmente não se sustentam mais”, como, por exemplo, “o primado da economia” (idem, *ibidem*). Acrescenta ainda que essa visão é unidimensional, inclusive no que se refere à luta de classes (bastaria pensarmos na complexidade da sociedade e verificarmos o conflito sexual, racial, político, comunitário, etc. para vermos quão multidimensional seria o conflito de classes).

⁴³ Os autores chamam de “fundamentos profundos” os elementos centrais no processo de criação da riqueza. Seriam “[...] aqueles fatores e forças que regem a atividade econômica desde que éramos apenas caçadores-

“recurso mais ardiloso e difícil de mensurar” (idem, p. 166). A economia baseada no conhecimento seria, portanto, a “[...] mais revolucionária onda de mudança na criação de riquezas desde o século 18” (idem, p. 198). Essa nova sociedade, de acordo com Toffler (1983, p. 31), “[...] está estreitamente ligada à desmassificação da economia e ao nível crescente da diversidade social”.

A origem dessa nova riqueza, conforme Toffler e Toffler, remontar-se-ia a 1956, ano em que os “colarinhos brancos” teriam ultrapassado o número dos “colarinhos azuis” nos Estados Unidos (alusão ao que seria a substituição do trabalho manual pelo intelectual), mudando qualitativamente a composição da força de trabalho que, antes, era baseada no trabalho manual, mas, a partir dessa data, teria sido baseada em trabalho intelectual. Esse fato teria gerado o novo sistema de produção da riqueza, agora baseada no conhecimento, que, por sua vez, estaria mudando os papéis sociais nos países que realizam essa revolução.

As revoluções, acrescentam os autores, podem destruir fronteiras que antes não eram definidas claramente. Por ocasião da Revolução Industrial, por exemplo, havia uma “[...] fronteira nítida entre a vida do indivíduo em casa e a vida dele no trabalho” (2007, p. 23). Essa fronteira estaria sendo derrubada. Apontam, inclusive, que estaria difícil sabermos hoje “quem trabalha para quem” (idem), visto que uma “verdadeira revolução está em andamento. E a civilização que emerge com ela desafia e contradiz tudo o que pensamos ou acreditamos saber sobre riqueza” (idem, p. 29).

Drucker (1993), mais uma vez, acerca desse novo momento histórico, aponta também que a nova sociedade em que estaríamos vivendo somente foi possível após o “[...] colapso do marxismo como ideologia e do comunismo como sistema”⁴⁴, configurando-se como diferente daquela que dominou nos últimos cento e cinquenta anos. Nessa “nova” sociedade denominada pós-capitalista – nem anticapitalista nem não-capitalista, em que o livre mercado seria o mecanismo comprovado de integração econômica –, o “fator de produção” seria o conhecimento, cujas classes, supostamente, não seriam mais “capitalistas e proletários”, mas “[...] os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços” (1993, p. XV). Tendo como “desafio social a dignidade dessa segunda classe”, que constituiria a maioria, a nova sociedade, dividida por uma “dicotomia de valores e percepções estéticas”, deveria garantir “uma educação necessária para que eles sejam trabalhadores do conhecimento” (idem, p. XVII), visando à construção de “uma nova síntese” social.

coletores nômades” (2007, p. 198). Além do conhecimento, o espaço e o tempo seriam os fundamentos profundos que regem a atual “revolução da riqueza” (idem, p. 199).

⁴⁴ Drucker garante que o “colapso do marxismo e do comunismo” foi “previsto” por ele em sua obra *Novas Realidades*, de 1986.

Referido autor, ao contrário do que dissera antes acerca da já presente sociedade pós-capitalista, afirmou que estaríamos num período de transição – que chegaria ao fim, segundo ele, entre 2010 e 2020. Após esse fim, o mundo conheceria novos “milagres econômicos”, através dos quais “os países pobres e atrasados do Terceiro Mundo se transformar[iam], virtualmente da noite para o dia, em potências econômicas em rápido crescimento” (idem, *ibidem*).

Castells, por sua vez, para analisar a transição entre a sociedade moderna, baseada na indústria, e a sociedade em rede, baseada na informação e no conhecimento, parte da compreensão de que “[...] a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica” (1999, p. 43). Para ele, fatores como criatividade e iniciativa empreendedora “[...] intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo” (idem, *ibidem*).

Drucker fez a “fantástica” descoberta de que essa “nova realidade” exigiria outros desempenhos econômicos, visando aumentar mais depressa a produtividade do capital (idem, p. 124-125), resultado da produtividade humana no trabalho. Entretanto, para o autor (1977, p. 123), já “não é possível esperar-se que o ‘sistema’ – seja lá o que isso possa ser – vá cuidar das relações entre trabalhador, grupo de trabalho, tarefa e administração. Já não é mais possível adiar o momento de começar a compreender e a enfrentar o problema”, visto que “a força de trabalho está mudando rapidamente” e significa não mais produtividade do trabalho manual, mas do trabalho intelectual (idem, p. 125). Acrescenta ainda que “trabalho intelectual é trabalho. Os mesmos princípios usados para tornar o trabalho manual produtivo também se aplicam ao trabalho intelectual”. Este teórico da Administração, cujo “brilhantismo” é considerado um fenômeno em todo o mundo, em seu livro *Sociedade pós-capitalista*, aponta quais são as novas bases dessa sociedade que está para além do socialismo e do capitalismo.

Ao contrário da sociedade industrial, a pós-capitalista seria muito mais complexa e representaria a possibilidade de construção da felicidade humana na Terra. Já na introdução do referido livro (p. XIV), Drucker afirma que, até algumas “[...] décadas atrás, todos ‘sabiam’ que uma sociedade pós-capitalista seria certamente marxista. Hoje todos sabemos que marxista é a única coisa que a próxima sociedade não será”, visto que os países estariam se transformando em sociedades com novas classes que não representariam, necessariamente, as classes no “sentido tradicional” do termo. Tentando comprovar sua tese, Drucker intenta apontar que a

[...] sociedade capitalista era dominada por duas classes sociais: os capitalistas, que possuíam e controlavam os meios de produção, e os trabalhadores – os “proletários” de Karl Marx, alienados, explorados, dependentes. Os proletários formaram inicialmente a classe média “afluente”, como resultado da “Revolução da Produtividade” – a revolução que começou por ocasião da morte de Marx em 1883 e atingiu seu clímax em todos os países desenvolvidos pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Por volta de 1950, o trabalhador industrial – não mais um “proletário”, mas ainda “mão-de-obra” – parecia dominar a política e a sociedade em todos os países desenvolvidos. Mas, então, com o início da “Revolução Gerencial”, os operários da indústria manufatureira começaram a declinar rapidamente em número e, de forma ainda mais perceptível, em poder e *status*. Por volta do ano 2000, em nenhum país desenvolvido os trabalhadores tradicionais, que produzem e representam bens, irão representar mais que um sexto ou um oitavo da força de trabalho (1993, p. XIV).

Toffler (1983, p. 41), acerca dessa questão, afirmou “[...] que são obsoletas nossas idéias sobre o trabalho. Elas retroagem a Adam Smith e a Marx sobre divisão do trabalho e alienação” e não se aplicariam ao novo sistema de riqueza. Para a elaboração de seus estudos sobre o trabalho, passou “anos realizando alguns dos piores trabalhos fabris que existem. Trabalho de operário. De linha de montagem [...]”, penetrando “[...] em algumas fábricas e escritórios mais avançados do mundo [...]” para estudar como o trabalho se constituiria na nova economia. Aponta ainda que o trabalhador da chamada “Terceira Onda” não seria “[...] mais um apêndice da máquina” (1983, p. 45), seria o “dono dos meios de produção” (idem, p. 46), e o “próprio capital [seria] cada vez mais baseado em intangíveis” (TOFFLER & TOFFLER, 1995, p. 51). Esses intangíveis seriam contrários ao que é material. Aliás, na posição desses autores, a raiz da infelicidade humana estaria exatamente

[...] na palavra “material” – que é o oposto de “intangível”. Assim, à medida que tanto a economia monetária quanto sua contraparte, a economia não-monetária, afastam-se do trabalho mecânico e caminham em direção a uma economia cuja criação de riqueza baseia-se no conhecimento e na intangibilidade associada a tal cenário, vemos outra mudança histórica acontecer: a da ressurreição de antigos valores que voltam a ser a preocupação central dos seres humanos (TOFFLER; TOFFLER, 2007, p. 321).

Esses acontecimentos, incluindo a “ressurreição de antigos valores”, segundo Toffler e Toffler (2007), não seriam isolados, mas fariam parte de uma “[...] falência verdadeiramente sistêmica [...]”, motivada pela obsolescência das instituições de um modo geral, inclusive a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), com seus casos de escândalos de diversos tipos. A explicação para essa falência sistêmica global, os autores encontraram-na em Tocqueville, cujas palavras foram postas numa epígrafe (2007, p. 295): “O novo cenário que surge no horizonte ainda está semi-encoberto pelas ruínas do antigo mundo em decadência... e ninguém pode saber quais das antigas instituições sobreviverão, e quais, no final, sobreviverão de vez” na nova sociedade.

O “[...] aparecimento de uma nova espécie de sociedade”, no entendimento de Bell (1976), “[...] põe em questão a distribuição da riqueza, do poder e do status”. Nessa nova sociedade, “[...] riqueza, poder e status não são dimensões de classe, mas sim valores buscados ou conquistados por classes” (idem, p. 60). Nela, a estrutura de classes do século XIX tenderia a desaparecer ao mesmo tempo em que também desapareceria a instituição do empresariado privado (idem, p. 66) – “daí a incerteza que afeta tão grande parte do pensamento político corrente” (idem, p. 67). Por isso, Bell aponta que o significado da sociedade pós-industrial é o seguinte:

1. Ela reforça o papel da Ciência e dos valores cognitivos, como necessidade institucional básica da sociedade; 2. Ao tomar decisões de maneira mais técnica, ela traz o cientista ou o economista mais diretamente para dentro do processo político; 3. Aprofundando as tendências já existentes, que levam à burocratização do trabalho intelectual, ela cria um conjunto de pressões para as maneiras tradicionais de definir os objetivos e valores intelectuais; 4. Criando e dando maior campo à *intelligentsia* técnica, ela suscita questões fundamentais, com referência às relações entre o técnico e o intelectual literário (1973, p. 60).

Nesse processo de mudança da estrutura social, Castells (1999, p. 55) acrescenta que a reestruturação do capitalismo, positivamente, envidou esforços a favor da “desregulamentação, da privatização e do desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho”. Nesse sentido, promoveu reformas que possuíam quatro objetivos principais:

[...] aprofundar a lógica capitalista em busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados [...]; direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público.

Para ele, a eficiência dessa reestruturação teria sido garantida pela adaptabilidade e pela flexibilidade, próprias da tecnologia informacional. Por isso, afirma Castells que não estaríamos numa sociedade pós-capitalista, mas capitalista mesmo, na qual o informacionalismo estaria ligado ao rejuvenescimento dessa sociedade (idem, ibidem), que provocou também a “derrota política das organizações dos trabalhadores” (idem, p. 56). Todavia, os países reagiram de modos diferentes à difusão do informacionalismo, visto que possuem uma diversidade cultural e institucional exorbitante. É essa diversidade que garantiria a um determinado país produzir conhecimentos e informações “[...] conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica” (idem, p. 57), o que teria tornado possível a existência de uma sociedade marcada pela racionalidade técnica cujo pilar de sustentação seria o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação.

Afirmam ainda Toffler e Toffler (2007) que, na economia do conhecimento, surgiria uma nova categoria que, na verdade, só existe na cabeça de quem a inventou: prosumidor. Dizem os autores:

Todos os dias, uma parte da força de trabalho se aposenta ou morre, e precisa ser substituída. Uma nova geração prepara-se para entrar enquanto outra sai do mercado de trabalho. Se esse processo terminasse, a economia “remunerada”, em algum ponto, estancaria irremediavelmente. Não haveria ninguém para fazer o trabalho remunerado, e o que os marxistas chamaram de “reprodução” econômica deixaria de existir. As pessoas, então, teriam de voltar-se completamente para as necessidades prosumidoras⁴⁵, como nossos ancestrais faziam (TOFFLER; TOFFLER, 2007, p. 215).

Toffler e Toffler tentam fornecer-nos dados para ilusoriamente “comprovar” que os trabalhadores remunerados estariam sendo rapidamente substituídos pelos prosumidores. Na ótica dos próprios autores,

Em 2002, 17 milhões de famílias americanas investiram no mercado de ações por meio de *home brokers*, e quase 40 milhões de clientes fizeram suas reservas para viajar via internet (sic). Ao todo, só nos Estados Unidos foram quase 360 milhões de aquisições on-line. Em cada uma dessas transações, os prosumidores agiram como seus próprios corretores, agentes de viagem e vendedores, enquanto as companhias reduziam (e terceirizavam para o próprio cliente) o custo de mão-de-obra.

Drucker, por sua vez, fala na sociedade de empregados para explicar a caracterização dos trabalhadores na economia do conhecimento. Referido autor afirma que, há cinquenta anos, na sociedade de empregados, a palavra “empregado” raramente era usada. Em seu lugar, usavam-se “capital e trabalho” – ou “gerência e trabalhador” (1993, p. 38). Nos tempos hodiernos, o referido termo se refere (ao contrário do que sugere) a pessoas que, autoempregadas em organizações, trabalham sem receber pagamento, não sendo empregadas no sentido legal – e o “fato de serem pagas ou não é secundário” (idem, p. 39). Em vez de salários, recebem “honorários”. Assim, nas posições do autor, quanto maior a educação e a posição social do indivíduo, maior seria sua chance de entrar nessas organizações. Por isso, sociedade pós-capitalista ou sociedade de empregados seriam, para ele, a única e mesma coisa.

No que se refere aos empregados em ocupações inferiores e subalternas – ocupações em serviços – sua posição “não pode ser muito diferente do assalariado, do ‘trabalhador’ de ontem, de quem descendem diretamente” (idem, p. 139-140). Por essa razão, “sua posição, sua produtividade e sua dignidade são problemas sociais básicos da sociedade pós-capitalista” (idem, *ibidem*), que precisariam ser superados.

⁴⁵ Prosumidor: pro, de produzir; sumidor, de consumir. Prosumidor, portanto, é aquele que produz para seu próprio consumo, segundo Toffler e Toffler (2007).

Marx, segundo Drucker, acreditava que a “alienação” do trabalhador fosse a maior mudança da sociedade capitalista, visto que ele, trabalhador, não possuía mais os instrumentos de produção. Na sociedade do conhecimento, porém, o empregado do conhecimento necessita de ferramentas, cujo custo seria maior em relação às ferramentas do primeiro – visto que o investimento na educação do trabalhador manual é muito menor do que o aplicado sobre a educação do empregado do conhecimento.

Além da qualificação, o empregado do conhecimento não seria totalmente dependente das máquinas. Estas seriam improdutivas porque o conhecimento seria de quem as opera. Empregado e máquinas seriam interdependentes. Esses empregados – ou trabalhadores do conhecimento – não poderiam ser supervisionados – como eram os trabalhadores sob o capitalismo – e carregariam consigo os meios de produção, ou seja, seu conhecimento. Como seriam proprietários dos meios de produção, o capital, no atual contexto histórico, serviria aos empregados. Toffler e Toffler (1995, p. 53) afirmam também que a “mão-de-obra de baixa qualificação, essencialmente braçal e intercambiável, sustentou a Segunda Onda”. A “Terceira Onda”, para eles, seria marcada por uma exigência cada vez maior de qualificação.

Drucker acrescenta que um país que investe em “trabalhadores do conhecimento para projetar e comercializar seus produtos não terá dificuldade para fabricá-los a baixo custo e com alta qualidade” (1993, p. 45). Apesar desse investimento, referido autor, contradizendo a própria tese da sociedade sem trabalho, afirma que “sempre serão necessárias muitas pessoas daquelas que somente podem trazer seus músculos ao trabalho” (1993, p. 47). Com treinamento, elas poderiam tornar-se “produtivas em funções tradicionais” (idem, ibidem), pois, embora a tendência, nas próximas décadas, seja a da existência de “técnicos”, é necessário que existam pessoas que apliquem “aptidões manuais ao trabalho” (idem, ibidem). “Adverte”, porém, que o “trabalho manual, por mais barato que seja, não poderá competir com o trabalho do conhecimento, por melhor remunerado que este seja” (idem, p. 47).

Drucker também “anuncia” que o aumento da produtividade dos trabalhadores atualmente teria superado “[...] o pesadelo do ‘conflito de classes’ do século dezenove” (idem, p. 65). Todavia, seria preciso um “rápido aumento na produtividade dos trabalhadores em serviços para evitar o perigo de um novo ‘conflito de classes’ entre os dois novos grupos dominantes na sociedade pós-capitalista: os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços” (idem, ibidem) – embora ambas não constituam “classes” no sentido tradicional, acrescenta Drucker. Portanto, para evitar o risco de a sociedade pós-capitalista tornar-se uma sociedade de classes, seria necessário que esse aumento se tornasse, ao mesmo tempo, uma “prioridade social” e uma “prioridade econômica”.

Acrescenta ainda Drucker que a produtividade das classes que comporiam a sociedade pós-capitalista somente poderia ser aumentada com a aplicação do conhecimento ao trabalho, pois máquinas e capital não poderão fazê-lo. Aliás, avisa que estes dois últimos, mais do que criar produtividade, teriam maior probabilidade de impedi-la. Para ele, no atual contexto histórico, seria apenas aparentemente que a economia parece ter permanecido capitalista. Como as “aparências enganam” (1993, p. 139), uma análise mais acurada da questão possibilitar-nos-ia perceber, segundo o autor, que viveríamos numa sociedade diferente, para além do capitalismo, cuja “ordem mundial de ontem est[aria] indo embora depressa, enquanto o amanhã não emergiu” (1993, p. 81). Afirma ainda que logicamente a economia continuará sendo “uma economia de mercado – e mundial” –, que teria alcance ainda maior no atual contexto histórico. Afinal de contas, segundo ele, foi Marx,

[...] um anticapitalista, que disse, há mais de cem anos, que o mercado, apesar das suas imperfeições, ainda é muito superior a todas as outras formas de organização da atividade econômica – um fato que os últimos quarenta anos comprovaram amplamente (1993, p. 139).

O que tornaria o mercado superior, para Drucker, seria “organizar a atividade econômica ao redor da *informação*” (idem, p. 139 – grifos do autor). O autor “alerta” que, na economia do conhecimento, “não há sinais de um Adam Smith ou David Ricardo” (idem, p. 141). Para ele, os economistas ignoravam, até a Segunda Guerra Mundial, a produtividade do dinheiro. Eles – e Marx inclusive – teriam pensado em termos da quantidade de capital e não da sua produtividade.

Toffler e Toffler (2007) também fazem “estudos” acerca da temática em questão. Os autores da obra em análise “anunciam” em seu livro *Riqueza revolucionária: o significado da riqueza no futuro* que a revolução da riqueza possibilitaria oportunidades para a construção de um futuro brilhante, baseado no extermínio da pobreza no mundo. Todavia, “advertem” que os riscos existentes estão aumentando vertiginosamente. Portanto, esse “[...] futuro que se aproxima não [seria] para os fracos de coração!” (2007, p. 19).

No mundo que se “anuncia”, o caos que vivemos hoje, conforme os autores, pareceria ser diferente diante dos nossos olhos, pois muitas oportunidades que não foram percebidas surgiriam diante de nós. Esse caos seria parte da história, pois, “[...] *per se*, gera novas idéias” (idem, *ibidem*).

Essa “revolução silenciosa”, segundo Toffler e Toffler (idem), estaria afetando bilhões de vida no planeta, fazendo com que regiões inteiras do globo definhem ou prosperem. Os Estados Unidos, por exemplo, país que teria adotado o novo sistema de

riqueza, ameaça os “velhos interesses políticos, sociais e financeiros da comunidade global”, pois produz maior individualidade, vista como ameaça à comunidade, “afrouxando as rédeas de algumas tradições sexuais, morais, políticas, religiosas [...]” (idem, p. 21). É por isso que os Estados Unidos seriam um país odiado por milhões de pessoas em todas as partes do mundo. Podemos colocar aqui, no lado oposto, a título de ilustração, não um país, mas um continente inteiro: a África, que, no entendimento dos autores, definha porque não possuiria conhecimento.

Nessa nova fase, a riqueza não seria “uma apropriação indébita dos bens” como consideravam os “socialistas e anarquistas do século 19”. Também não estão certos os “fundamentalistas ambientais contemporâneos, que pregam ‘simplicidade voluntária’ e vêem o ‘consumismo’ como uma maldição” (idem, p. 30 – aspas simples dos autores). A riqueza seria, na economia do conhecimento, “um acúmulo de possibilidades” (ZAID *apud* TOFFLER & TOFFLER, 2007, p. 30). Para os autores, a “riqueza não [seria] sinônimo perfeito de dinheiro, como apregoa erroneamente a sabedoria popular. O dinheiro seria apenas um dos vários sinais ou expressões simbólicas de riqueza. Na verdade, algumas vezes a riqueza pode comprar coisas que o dinheiro não pode” (idem, p. 31). Para eles, o futuro da riqueza, em “seu sentido mais abrangente e completo”, tem sua origem no desejo, incluindo o desejo de matar a fome que, para grande parte da humanidade, continua sendo desejo, visto que não possuem aquilo que, para os autores, representaria “apenas um dos vários sinais ou expressões simbólicas da riqueza”: o dinheiro, medida de acesso à riqueza produzida nos moldes da produção de mercadorias.

A riqueza, continuam os autores, seria “a filha do desejo” (2007, p. 31) porque “satisfa[ria] a uma necessidade ou anseio – é como aplicar um bálsamo sobre a coceira” (idem, *ibidem*). Ela seria, segundo os autores, uma posse, partilhada ou não, que oferece “o que os economistas chamam de ‘utilidade’” (idem, aspas simples no original), tornando-se qualquer coisa que preencha necessidades e desejos. A produção da riqueza, por sua vez, ocorreria sob sistemas distintos em cada momento, ou melhor, em cada tipo de onda.

Toffler e Toffler afirmam que o primeiro sistema verdadeiro de riqueza surgira há cerca de dez mil anos, quando “a capacidade humana de produzir e cultivar alimentos” possibilitou a criação de excedentes. Isso se tornou possível porque “algum Einstein pré-histórico (provavelmente uma mulher) plantou a primeira semente [...] e introduziu uma nova maneira de criar riqueza” (2007, p. 36). Esse primeiro sistema de criação de riqueza é denominado, pelos autores, de “Primeira Onda”.

De acordo com Toffler e Toffler, essa “primeira onda” teria trazido consigo a ampliação da divisão do trabalho, desenvolvendo, como consequência, o próprio comércio. Todavia, “advertem” que a “fome e a pobreza extrema permaneciam como regra principal da sociedade” (p. 37), sendo a fome “[...] um aspecto quase estrutural da sociedade até o século 17” (CAMPORESI *apud* TOFFLER & TOFFLER, p. 37).

Tais problemas, para eles, poderiam ser superados com a “revolução silenciosa” que, aos olhos de ambos, estaria nascendo e se espalhando pelo globo: a “Terceira Onda”. Contudo, antes de falarmos da “Terceira Onda”, é necessário falarmos brevemente da “Segunda Onda”, que marcaria, para os autores, o nascimento de “fábricas, urbanização e secularismo” (idem, p. 38), culminando com a Revolução Industrial. Essa “Segunda Onda” aflorou porque, segundo os autores, “[...] um grupo notável de intelectuais, filósofos, cientistas radicais, políticos e empresários da Europa Ocidental, utilizando as idéias de Descartes, de Newton e do Iluminismo, transformou o mundo outra vez” (2007, p. 37).

Nessa “Segunda Onda”, para Toffler e Toffler, o aspecto negativo desse sistema de riqueza é que “[...] o industrialismo também polui a Terra. Ele foi acompanhado pelo colonialismo, por guerras e muita miséria” (p. 38), que não existiriam na “Terceira onda”, pois as pessoas tornar-se-iam mais instruídas. Por esse motivo, seria necessário varrer da face da terra o “industrialismo” e seus elementos tradicionais de produção – “[...] propriedade, trabalho e capital – por um conhecimento ainda mais refinado” (idem, p. 39) do que aqueles produzidos por um Descartes, um Newton, etc.

Para os autores, a substituição da “Segunda Onda” pela “Terceira Onda” far-se-ia necessária porque, além de outros fatores (acabar com a fome e a pobreza extrema, por exemplo), esta última “desmassificaria” o que aquela teria “massificado”: a produção, os mercados e a sociedade. A “Terceira Onda”, segundo eles, “[...] reconhece e aceita uma diversidade muito maior de modelos familiares”. Além do mais, nesse terceiro e mais desenvolvido sistema de riqueza,

[...] funções mais intangíveis, como o gerenciamento financeiro, administração de projetos, planejamento, pesquisa, marketing, publicidade, distribuição, administração, serviços e reciclagem são atividades mais caras e valorizadas. Com frequência, tais atividades agregam maior valor e geram maiores lucros do que aquelas que requerem trabalho mecânico e braçal (2007, p. 39-40).

Para os autores, essa “Terceira Onda” teria ganhado força entre nós e estaria voltada para “[...] o pensar, conhecer, saber e experimentar os frutos do conhecimento” (idem, p. 40), ao contrário do que teriam sido a “Primeira Onda” (que se baseava em “coletar e

consumir coisas” que cresciam na natureza) e a “Segunda Onda” (que se baseava em “produzir coisas por meio do esforço físico e trabalho mecânico”) (idem, ibidem). Os autores afirmam ainda que esses três sistemas de riqueza coexistiriam atualmente e seriam representados pelo arado, pela linha de montagem e pelo computador, respectivamente.

Ainda mais, a miséria e a fome, para Toffler e Toffler (2007), adviriam da existência dos dois primeiros sistemas, não do último. Nos dois primeiros, as pessoas apenas trabalhavam, pois o emprego não havia sido inventado. No último, pelo contrário,

[...] à medida que o novo sistema de riqueza baseado no conhecimento se estabelece entre nós, movemo-nos em direção a um futuro no qual um número cada vez maior de pessoas “trabalham”, porém poucas mantêm “empregos”. Isso alterará de forma drástica as relações de trabalho, os departamentos de recursos humanos, a legislação trabalhista vigente e o mercado de trabalho em geral (o que é uma péssima notícia para os sindicatos e associações trabalhistas que conhecemos hoje). O fato é que os fundamentos profundos do trabalho estão mudando rápida e intensamente, a uma velocidade jamais vista desde a Revolução Industrial (2007, p. 45).

Para os autores de *Riqueza revolucionária: o significado da riqueza no futuro*, a sociedade da “Terceira Onda” possuiria uma força de trabalho composta em grande parte por trabalhadores autônomos, consultores, empreiteiros, dentre outros profissionais (não seriam os prosumidores?!) – o que representaria, segundo eles, mais de um quarto da força de trabalho estadunidense. Dessa parcela de trabalhadores, mais da metade seria paga por projeto, comissão ou outra forma de pagamento diferente do salário, pois este seria próprio do capitalismo industrial. Acrescentam que, “[...] uma vez que o valor do trabalho depende[ria] cada vez mais do conhecimento, não pode[ría]mos mais vender ou padronizar o tempo de trabalho como se ele fosse igual para todos” (2007, p. 86). Não se trataria, porém, de uma “americanização do tempo”, mas de “[...] um novo ritmo de vida associado ao mais recente sistema de criação de riqueza” (idem, p. 89), do qual os Estados Unidos, cuja economia dominou o mundo nesses tempos de “Terceira Onda”, seriam o expoente máximo. O que este país precisaria agora seria “banciar os bons samaritanos do mundo inteiro para realizar a tarefa de alimentar todas as pessoas que, como resultado desse colapso da civilização, estão pobres e necessitadas” (idem, p. 96). Quanto ao futuro dos empregos, referidos autores são taxativos: são necessários os “vendavais de destruição criativa” (idem, p. 68), para romper totalmente com “o que existe de antigo e obsoleto” (idem, ibidem), inclusive o “obsolescimento” do conhecimento (idem, p. 156), visto que também o conhecimento seria passível de ser ultrapassado.

Toffler e Toffler (2007) afirmam que a nova economia somente encontrou terreno fértil para se alargar quando a China, na década de 1980, “encorajou a busca incessante de

riqueza”, num “movimento que nada tinha de comunista” (2007, p. 96), abrindo-se ao mundo. Essa abertura, para os autores, seria o resultado de um “trabalho duro, inteligente e criativo de seu povo liberado dos grilhões do comunismo” (idem, p. 97). A reconfiguração geográfica no que tange aos novos espaços da economia representa o fato de que “[...] pouca coisa é permanente no sistema de riqueza revolucionária” (idem, p. 102), conduzindo-nos a não tão impossível existência de uma “sociedade do deslugar” (idem, p. 100), pois, segundo Toffler e Toffler (2007, p. 103), “[...] as empresas sempre vão aonde os custos de mão-de-obra são menores e que estão prontas a deslocar-se espacialmente a um simples piscar de olhos”. Todavia, isso é o que dizem os críticos do que eles chamaram de reglobalização. De acordo com os defensores da existência da “Terceira Onda”, o que dizem esses críticos não seria verdade porque, se assim o fosse, saberíamos para onde a riqueza estaria indo – seria transferida para a África, por exemplo – e os trabalhadores seriam intercambiáveis – o que não ocorre, segundo eles, na Economia do Conhecimento. Na verdade, os autores Toffler e Toffler afirmam que, “nas propriedades do amanhã” (idem, p. 104), cuja geografia seria marcada pelo crescimento de trabalhadores cada vez menos intercambiáveis e pelas variáveis do conhecimento – ligadas à criação da riqueza – cada vez mais intangíveis,

[...] os estados que competem para atrair empreendedores e indústrias gabam-se mais de suas grandes universidades, baixos custos de comunicação, tecnologia avançada, serviços de empresas aéreas, baixo índice de criminalidade, bom clima e “qualidade de vida superior” do que de suas reservas de carvão e calcário. A realidade é que a economia, junto com os valores e o estilo de vida dos trabalhadores, passa por uma grande transformação (TOFFLER; TOFFLER, 2007, p. 106).

A corrida, acrescentam os autores acima referidos, diria respeito à criação de “lugares de alto valor agregado” (idem, p. 107), que deixariam atrás de si bolsões de pobreza. Esses lugares possuiriam “[...] poder de atrair a força de trabalho mais brilhante e criativa, capaz de produzir conhecimento intensivo, produtos de maior valor agregado e também de realizar negócios no mundo inteiro” (idem, ibidem) – inclusive o homem já estaria sendo capaz de criar riqueza utilizando-se dos objetos e dispositivos levados para fora do planeta Terra, o que colocaria a humanidade às portas da era histórica em que daria o salto rumo ao espaço exterior (idem, p. 200).

Esse período de nossa história não seria revolucionário somente no que tange ao avanço da tecnologia, mas também viveríamos nele uma revolução do pensamento ou da mente (idem, p. 137). O conhecimento tornar-se-ia, pois, o “petróleo” intangível da “economia do amanhã” (idem, p. 147). A diferença entre o petróleo e o conhecimento, para os autores, é que quanto ao primeiro, quanto mais o usamos, menos o temos. Já quanto ao

segundo, quanto mais o usamos, mais riquezas seríamos capazes de criar. Por isso, a economia não poderia mais ser definida como a ciência da alocação de recursos (2007, p. 149).

Toffler e Toffler (2007) corroboram com a tese que afirma a existência de um número cada vez menor de trabalhadores nas indústrias: apenas 20% dos trabalhadores estadunidenses estão nessa condição. Em verdade, os autores “anunciam” que 56% da força de trabalho exercem atividades administrativas, financeiras, comerciais, clericais ou profissionais – o que exige o uso intensivo do conhecimento (2007, p. 149), obrigando diferentes profissionais a escreverem as leis que protegem a “propriedade intelectual” e “[...] provoca[ndo] grandes reviravoltas nos métodos, mercados e formas de gerenciamento conhecidas” (idem, p. 148).

Tais autores também se dedicam ao estudo das características do conhecimento. Para eles, o conhecimento que usamos para criar riqueza incluiria o conhecimento tácito, difícil de mensurar, que está acumulado em nossas mentes⁴⁶. Uma parte desse conhecimento seria banal, mas outra parte, a que estaria armazenada no fundo do nosso inconsciente, seria a parte que utilizamos para empreendimentos produtivos – e que seria banalizado inclusive por economistas⁴⁷, pois muitas pessoas não dariam o devido valor ao conhecimento (idem, p. 149), ocorrendo um verdadeiro “desconhecimento sobre o conhecimento” (idem, *ibidem*), contra o qual deveríamos lutar.

Como o conhecimento seria “[...] profundamente diferente [...] de qualquer outro bem ou recurso que integre a criação da riqueza” (idem, p. 142), essa categoria primordial no novo sistema de criação de riqueza possuiria, segundo Toffler e Toffler (idem, p. 142-144), as seguintes características: [1] seria inerentemente não-rival, pois quanto mais se usa, mais seria possível gerar conhecimento a partir do conhecimento original, cuja essência seria inesgotável; [2] seria um bem intangível, visto que não poderíamos tocá-lo, acariciá-lo ou sacudi-lo, mas poderíamos manipulá-lo; [3] seria não-linear, posto que poderia gerar

⁴⁶ Os autores afirmam que “[...] o que torna ‘sensíveis ao conhecimento’, [...] é uma compreensão diária das pessoas e dos acontecimentos ao nosso redor. Isso inclui coisas como saber em quem confiar ou como um chefe ou superior imediato reagirá diante de uma má notícia, ou mesmo qual a dinâmica interna de uma equipe de trabalho. Inclui ainda habilidades profissionais e comportamentais, que podemos ter aprendido simplesmente observando outros ao nosso redor, além de também estar relacionado ao conhecimento que temos de nosso corpo e de nossa mente, como eles funcionam e quando nos permitem dar o melhor de nós no trabalho” (2007, p. 149)

⁴⁷ Toffler e Toffler (idem, p. 167) citam Eisenach para afirmar, utilizando-se das palavras deste, que “Muitos economistas ainda subestimam o impacto da inovação e do dinamismo na economia do conhecimento – por exemplo, como as coisas são fluidas, o quão rapidamente a inovação pode alterar indústrias inteiras e reordenar a maneira como as transações comerciais ocorrem. Por fim, talvez eles não estejam percebendo o potencial impacto de produtividade que significaria trazer bilhões de pessoas que atualmente vivem em economias de subsistência para uma economia mundial da informação”.

resultados surpreendentes; [4] seria um fator relacional, pois obteria significado “quando justaposto a outros trechos que fornecem o contexto”; [5] combinaria com outros conhecimentos, resultado de sua utilização cada vez maior e mais variada; [6] seria mais facilmente transferível do que qualquer outro bem ou produto, com custo próximo a zero; [7] poderia ser resumido ou condensado em símbolos ou abstrações, ao contrário dos bens tangíveis; [8] poderia ser armazenado em espaços cada vez menores; [9] poderia ser explícito ou implícito, expresso ou não-expresso, partilhado ou tácito, ao contrário do que seria tangível; [10] seria difícil de “engarrifar, empacotar” ou conter, pois seria difundido com mais facilidade entre nós.

Os autores “advertem”, porém, que nem todo conhecimento pertenceria a indivíduos. Existiriam conhecimentos coletivos de empresas, grupos, sociedades e nações. Uma parte do conhecimento, como foi dito, estaria armazenado no cérebro; outra parte, fora dele. Esta seria armazenada desde as paredes das cavernas até os discos rígidos de computadores e DVD’s.

Ao contrário das outras épocas históricas, em que o conhecimento era útil geração após geração, atualmente, na economia do conhecimento, este mudaria rapidamente, por isso precisaríamos adquirir cada vez mais conhecimento tanto no trabalho quanto fora dele. O problema do “obsolescimento”, mencionado anteriormente, aumentaria por dois motivos básicos: [1] não somos capazes de aprender com a rapidez com que ele é criado, posto que as mudanças que giram em torno de nós são mais rápidas do que a aprendizagem que a elas diz respeito; [2] cada “pedaço ou fração” de conhecimento, segundo os autores Toffler e Toffler (2007, p. 157), “possui uma vida útil limitada, e, a certa altura, essa ‘fração’ deixa de ser conhecimento”, transformando-se no que chamaram de “obsolescimento”, ou seja, “conhecimento obsoleto”.

Os autores acima citados falam em “seis filtros” para que filtremos a verdade, separando o que é útil do que é inútil para a nossa vida. As perguntas para extrairmos a verdade ou a falsidade dos fatos não devem mais ser feitas por “filósofos, teólogos ou epistemólogos”, mas pelos “tomadores de decisão em cada campo ou área de atuação”, como, por exemplo, pesquisadores de marketing, analistas políticos e agências de pesquisas (2007, p. 172-173). Para eles, esses seis filtros prevalecem sobre os critérios de verdade estabelecidos por pessoas ou culturas diferentes. São eles: o consenso, a consistência, a autoridade, a revelação, a durabilidade e a ciência.

No que se refere ao consenso, tratar-se-ia de uma sabedoria convencional, obtida sem controvérsias e sem contestações através de uma fé excessiva na família, nos amigos, nos

colegas de trabalho e na cultura que nos circunda. Quanto à consistência, este seria o primeiro recurso utilizado no mundo dos negócios para a comprovação de inconsistências que escondem a verdade, por exemplo, a inconsistência dos livros-caixa, que poderiam levantar suspeitas. A autoridade, por sua vez, representaria a liderança de alguém sobre determinado assunto para a qual todos se curvam. Já a revelação não poderia ser questionada, pois seria baseada em revelação mística. Em se tratando da durabilidade, esta teria passado pelo “teste do tempo”, o que não significaria que fosse verdadeiro.

Por fim, a ciência. Para os autores, ela seria o único “filtro” que dependeria de testes rigorosos, mas provavelmente seria o menos aplicado em nosso dia-a-dia, deixando claro que os autores entendem que o cotidiano não precisa da ciência. Esta “[...] não [seria] uma coleção de fatos. [Seria] um processo [...] para testar idéias. As idéias precisa[riam] ser testadas [...] e falsificadas também” (2007, p. 177). Porém, acrescentam os autores, as descobertas científicas seriam incompletas e não-absolutas. Ao contrário dos outros “filtros”, a ciência seria a única que se aprimora constantemente. “Enquanto os outros cinco critérios t[er]iam estado em uso desde os primórdios do tempo e reflet[iriam] o caráter estático e resistente às mudanças das sociedades agrárias, a ciência deixa[ria] as portas literalmente ‘escancaradas’ para as mudanças e inovações” (idem, p. 178). Na página seguinte, arrematam: “[...] entre todas as decisões tomadas na economia em um determinado dia, apenas uma quantidade infinitesimal baseou-se em fatos ‘cientificamente’ comprovados”, bastando para “[...] transformar a capacidade global de produzir e expandir a riqueza”. Mesmo considerando que a ciência elevou o padrão de vida, a saúde e a riqueza de nossa espécie, “o futuro da ciência está em jogo” (idem, p. 180-181), pois existiria uma prática (“guerrilha silenciosa”) cujo objetivo seria desvalorizar a própria ciência. Essa guerrilha, se for bem-sucedida, poderia afetar o futuro da economia do conhecimento e, conseqüentemente, “[...] nossas chances de reduzir a miséria e a pobreza globais, tornando sombrias as perspectivas para os próximos séculos” (idem, p. 181).

Toffler e Toffler (2007) afirmam também que, devido à iminência cada vez mais próxima da era do “Indivíduo Super poderoso” – terroristas, criminosos, psicóticos – a ciência necessita ser mantida em segredo, o que faz com que surja uma “ciência secreta” (como faz o Pentágono, por exemplo, na produção científica para a destruição da humanidade⁴⁸, na luta contra esses “terroristas, criminosos e psicóticos”, que, evidentemente, estariam fora dos Estados Unidos). Todavia, para esses autores, “[...] a batalha contra a verdade não se

⁴⁸ DANTAS, 2007.

restring[iria] à ciência” (idem, p. 192). Existiriam indivíduos e grupos na sociedade que buscariam, por diferentes motivos, manipular a nossa mente, menosprezando “[...] os testes que usamos para separar o verdadeiro do falso” (idem, ibidem). Podemos dizer, enfim, que falsas são as ideias defendidas por esses autores afinados com a lógica do capital, ideias essas que passam longe da superfície do real e contribuem sobremaneira para mistificar a ordem que gera a desumanidade nos homens.

Em nosso entendimento, porém, considerando que estamos ancoradas na ontologia marxiano/lukacsiana, defendemos que mistificador é esse conjunto de teorias alçadas à categoria de ciência, melhor dizendo, pseudociência, que nada explica. Elas correspondem a um ideário funcional ao capital num momento de sua história em que precisa enevoar sobremaneira a realidade existente, visando à aquiescência de nossa subjetividade para introjetarmos a tese de que não existe mais luta de classes e de que o trabalho não mais é a categoria fundante do mundo dos homens. Esse ideário é amplamente apregoado num momento histórico em que o capital intensifica monstruosamente os problemas da humanidade, e esta, por viver em tempos históricos sem arte, sem ciência e sem filosofia, cai nesse engodo produzido, com o intento de aliviar as nossas dores e fazer-nos acreditar que tudo poderá ser diferente no interior da sociabilidade do capital, tida como a última etapa da história da humanidade. Entendemos que esse aparato político-ideológico de sustentabilidade do capital é rebatimento da crise estrutural desse sistema, na qual está inserida a tese da sociedade do conhecimento ou da informação.

Um desdobramento imediato da tese refutada aqui é a subjetivização do valor. Como o trabalho não seria mais central no mundo dos homens, então o valor deixaria de ser determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria. Agora, com o conhecimento assumindo, no plano da mistificação ideológica, essa centralidade, o valor passa a ser determinado pela subjetividade, e o conhecimento cumpriria papel fundamental na determinação desse valor. E é sobre isso que vamos nos dedicar agora.

Nosso Tempo

Esse é tempo de homens partidos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem!
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras, irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
apenas querem explodir.
Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.
É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso na esquina.
O espião janta conosco.
Escuta o horrível emprego do dia,
em todos os países de fala humana, a falsificação das palavras pingando nos jornais.

(Carlos Drummond de Andrade)

3 A NEGAÇÃO DO VALOR-TRABALHO: O ATUAL RETORNO HIPERMISTIFICADO DA TEORIA DO VALOR- UTILIDADE

“Na bruma deste fim de século, quando é tão erudito e prestigioso fazer passar, sobre as passarelas filosófico-científicas, um novo ceticismo [-] que embora não nasça nem se destine, em linha reta, apenas e para a neutralização de Marx [e] contra este lança todo o seu poder de fogo [-], quando tantos apostam contra a letra e o espírito marxianos, seja-me permitido, isto ao menos – aposta por aposta –, fazer a minha em benefício de Marx. Aqui fica: a favor do saber que faculta e do gesto possível que ele reclama.”

(J. Chasin)

Recuperar a atualidade do legado marxiano: essa é uma tarefa árdua, sobretudo em nosso tempo histórico, no qual a humanidade corre o risco de sua própria destruição. Mas é uma tarefa necessária. Por isso, neste presente capítulo, dedicar-nos-emos especificamente ao estudo do caráter subjetivo que assume o valor e o valor-trabalho. Nessa perspectiva, o valor abandonaria o caráter objetivo e assumiria uma configuração imaterial, simbólica; o valor-trabalho, por sua vez, dada a subjetivização do valor, estaria cancelado, dando lugar ao conhecimento como medida do valor na dita “sociedade do conhecimento”.

Como vimos demonstrando, os tempos hodiernos proclamaram que o conhecimento, desvinculado do trabalho, bem entendido, porque este já não mais consistiria na categoria central do ser social, assumiria a missão divina que faria sucumbir os problemas que assolam a humanidade, sobretudo a miséria⁴⁹ – esta tão degradante condição que animaliza os homens e dilacera seu espírito. Anuncia-se, em nome da reprodução do capital (para a infelicidade da humanidade), que seria impossível apreender racionalmente as leis objetivas que regem o real, por isso deveríamos valorizar o conhecimento atrelado à vida

⁴⁹ A miséria tem sido objeto de políticas internacionais empreendidas pelos organismos multilaterais, dentre eles, o Banco Mundial, desde o último quartel do século XX. No caso brasileiro, a meta estabelecida – em atendimento à Cúpula do Milênio, em Nova Iorque (2000) – seria acabar com a miséria até do ano de 2013. Em 19 de fevereiro do referido ano, foram anunciadas em Brasília “novas medidas” para retirar os últimos remanescentes da pobreza extrema. De acordo com dados cinicamente manipulados, restam na pobreza extrema, no Brasil, cerca de 700 mil famílias, contrariando o que revela o real sem a necessidade de fazer nenhuma abstração, bastando um simples olhar para as ruas, as favelas, os presídios, os sanatórios. A pobreza extrema, no caso brasileiro, estaria sendo erradicada com “[...]267 mil pessoas matriculadas em 416 tipos de cursos técnicos; mais de 22 milhões de atendimentos em programas de produção inclusiva para pessoas pobres do campo, levando água, luz e assistência técnica; a implantação de 240 mil cisternas no Semiárido Nordestino; a adesão ao ensino integral de escolas que atendem alunos beneficiários do programa; e a construção de creches, postos e unidades básicas de saúde levando em conta essa população”. Essas ações fariam o Brasil, de uma vez por todas, “virar uma página decisiva na nossa longa história de exclusão social”: “exterminar algo que é degradante, que é as pessoas viverem com renda inferior a 70 reais por mês [...]”. Vide informações da Coordenadoria de Imprensa do Governo do Estado do Ceará disponíveis no sítio eletrônico <http://www.ceara.gov.br> Acesso em 19.02.2013.

prática, ao cotidiano. Esse nível rasteiro – portanto, superficial, fragmentado, supérfluo – é considerado como o verdadeiro conhecimento, cujo intuito é retirar dos homens qualquer possibilidade de entendimento acerca da gênese de seus sofrimentos, de suas dores, de seus infortúnios. De fato, o ceticismo de que fala Chasin (1987), na epígrafe que abre este capítulo, ergue-se contra o conhecimento, cuja finalidade é o entendimento do que o real é para que ele – e os próprios homens – possam ser transformados, ou seja, esse ceticismo se ergue contra aquele conhecimento que, nascido do trabalho para possibilitar o entendimento da legalidade do real, complexificando-se com a complexificação da atividade onto-primária do ser social, possibilita a articulação do indivíduo com o gênero humano.

Mas se ergue, sobretudo, contra Marx, contra quem “lança todo o seu poder de fogo”. O ataque ao marxismo, nas palavras de Chasin, é o ataque contra a certeza. Esse “[...] fenômeno, na atualidade mais intrincado, esparrama-se por um leque maior e por uma gama que alcança a tonalidade da pura negação de Marx”, completando-o ou refundindo-o com Sartre, Heidegger, Husserl ou Kant, ou, ainda, dando-o “[...] ceticamente como moribundo” e embebendo-o “[...] na cânfora ‘radical’ de tisanas políticas e epistêmicas vencidas” (CHASIN, 1987, p. 14-15), fenômeno esse para o qual contribuíram as experiências ditas “socialistas” que, na verdade, foram uma “descarada negação do pensamento de Marx” (MUSTO, 2009, p. 104).

Com efeito, a aposta “contra o espírito e a letra marxianos” tem uma *raison d’être* que aporta na negação, sobretudo para a classe trabalhadora, do conhecimento objetivo que rege as leis naturais e sociais, particularmente estas últimas. Essa negação do conhecimento sistematizado pelos homens ao longo da história e o engrandecimento do conhecimento o mais terra-a-terra possível cumprem, no mundo dos homens imperado pelas leis mercantis que presidem a sociabilidade capitalista, o ofício de obnubilar a realidade existente, para que a sociedade burguesa continue explorando a classe trabalhadora sem que esta compreenda a gênese dessa exploração. No caso dos tempos atuais, apregoa-se teoricamente que inclusive a categoria do valor – descoberta científica da Economia Política Clássica⁵⁰ e desvelada por Marx – estaria com seus dias contados.

⁵⁰ No Livro Primeiro, capítulo primeiro, que trata da mercadoria, Marx aponta que Aristóteles fora o primeiro pensador a pesquisar a forma do valor. O pensador grego já considerava que duas coisas qualitativamente diferentes, como uma almofada e uma casa, não poderiam ser equiparadas. Portanto, ele já desconfiava que existia uma substância comum entre ambas as coisas para que elas pudessem ser comensuráveis, isto é, equiparadas entre si. Considera Marx que Aristóteles foi genial porque descobriu que há uma relação de igualdade entre mercadorias distintas. Entretanto, o filósofo de Estagira não conseguiu alcançar essa substância comum porque a sociedade grega de seu tempo era baseada no trabalho escravo, e, portanto, ele não conseguiu deduzir o valor das coisas nas quais todos os trabalhos humanos são reduzidos a trabalho indistinto. Esse

O que pretendemos neste capítulo, pois, é corroborar com as pesquisas – e não são muitas – por meio das quais seus autores empreendem a tarefa de demonstrar a validade da teoria de Marx para explicar os dias atuais, explicitando a validade da teoria do valor-trabalho, tantas vezes trucidada na história. Para esta tarefa, é necessário, sim, um retorno à obra daquele homem cuja vida árdua foi dedicada ao desvelamento da estrutura interna que preside essa sociedade capitalista, Marx, sociedade essa que – apesar dos discursos em contrário – continua regendo as relações sociais. Mas esta será uma tarefa a ser desenvolvida no segundo subcapítulo. No primeiro, faremos uma breve exposição das categorias do valor-trabalho e do valor-utilidade e a substituição, no que tange à manipulação ideológica, da primeira pela segunda; no segundo subcapítulo, trataremos da “economia vulgar” de nossos dias, que buscam cancelar, mais uma vez, o trabalho como medida e substância do valor. Para tanto, inicialmente, lançaremos mão de um livro de Gorz (2005) e de um artigo de Fausto (1989). Depois, utilizaremos um artigo de um autor, Marcos Dantas (2006), que mesmo não sendo um autor conhecido, como Gorz e Fausto, suas ideias somam-se à tese de que o trabalho vivo não exerceria mais aquela função denunciada por Marx, qual seja, a de produzir valor e mais-valia. Os dois primeiros utilizam-se dos *Grundrisse*; o terceiro, de *O Capital*. Todos retalham a obra de Marx em frases soltas e desconexas, fáceis de se infligir sobre elas o significado que for conveniente.

Vamos ao primeiro subcapítulo. Inicialmente faremos, como dissemos, uma breve exposição sobre a descoberta científica do valor-trabalho e sua negação pelo valor-utilidade.

3.1 O valor-trabalho: da descoberta científica à sua mistificação pelo valor-utilidade

Em favor dessa sociedade, vimos demonstrando que teorias as mais diversas são erigidas não para desvelar seu funcionamento, como fizera a Economia Política denominada por Marx de “Clássica”, em oposição à mistificação empreendida pela economia vulgar. Já naquela época, a partir da década de 1840, mais precisamente, a partir das revoltas dos trabalhadores na França, em 1848, que se espalharam por vários países europeus⁵¹, o

fenômeno só pôde se manifestar na sociedade em que a produção de mercadorias se tornou generalizada: a sociedade burguesa.

⁵¹ Essas revoltas foram iniciadas na França, na luta contra o Duque de Órleans ou Luís Filipe, sobrinho de Napoleão Bonaparte, posto no poder pela própria burguesia, em 1852. Entretanto, tais revoltas não permaneceram somente na França, mas se espalharam por diversos países europeus entre 1848 e 1849, dentre eles, Bélgica, Itália, Polônia, Alemanha (que não era uma nação unificada, mas constituída de Estados

conhecimento passou a ser colado aos interesses burgueses, desta vez, para mistificar a realidade existente, pois o entendimento da estrutura interna do novo modo de produção foi necessário somente enquanto a burguesia era a classe revolucionária (PINHO, 2003).

A história demonstrou que a burguesia, para consolidar-se no poder, tinha a necessidade imprescindível de conhecer a origem da riqueza, ou seja, de onde provinha a causa e natureza da riqueza da nova classe que constituiria a classe dominante do novo modo de produção, conhecimento esse que começou a ser superficial e minimamente revelado no final do período histórico denominado de mercantilismo, com os fisiocratas⁵² (HUBERMAN, 2012), que foram além do aspecto qualitativo das coisas, ou seja, do seu valor de uso, base do entendimento dos mercantilistas⁵³.

independentes) e Suíça. Essas revoluções foram definidas por Hobsbawm como a “Primavera dos Povos” (HOBSBAWM, E. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981).

⁵² A Fisiocracia, considerada a primeira escola de economia científica, surgiu na França, no final do Mercantilismo, em meados do século XVIII, e defendia a tese de que as leis da natureza é que regulavam a produção. De acordo com Huberman, os fisiocratas formavam um grupo que, sob a presidência de François Quesnay, frequentemente se reunia para discutir problemas econômicos de seu tempo. Defendiam a tese de que o único trabalho produtivo era o trabalho agrícola e que a terra era a fonte da riqueza porque é somente ela que fornece a matéria-prima para a indústria e o comércio. Antecipando-se a Adam Smith, defenderam o fim das restrições econômicas e o comércio livre, o chamado *laissez-faire*. Pierre Boisguilbert e Sebastien de Vauban são os precursores dessa escola. Além de Quesnay, são representantes da Fisiocracia: Richard Cantillon, Marquês de Mirabeau, Abade Baudeau, Gournay, Mercier de la Rivière, Le Trosne, Anne Robert Jacques Turgot, Pierre Samuel Du Pont de Nemours. Acerca dessa escola, disse Adam Smith: “Esse sistema, porém, com todas as imperfeições, é talvez o que mais se aproxima da verdade, dentre os já publicados sobre a questão da Economia Política [...]. Embora ao representar o trabalho da terra como o único produtivo, as noções que inculca são talvez demasiado restritas e confinadas; no entanto, ao apresentar a riqueza das nações como formada não das riquezas de dinheiro, que não podem ser consumadas, mas pelos bens consumíveis anualmente reproduzidos pelo trabalho da sociedade, e ao representar a liberdade perfeita como o único recurso eficiente para aumentar a produção anual da melhor forma possível, sua doutrina parece ser, sob todos os pontos de vista, tão exata quanto generosa e liberal” (HUBERMAN, 2012, p. 110-111). Acerca da teoria do valor-trabalho, Pinho (2003) afirma que ela está presente, embora de maneira parcial, em William Petty, pensador mercantilista do século XVIII que foi qualificado por Marx em *O Capital*.

⁵³ Até o mercantilismo, não havia a preocupação acerca da fonte da riqueza. Esta passou a ser objeto de preocupação dos economistas do final do mercantilismo, período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Tal preocupação deve-se ao fato de que foi nesse período de transição que a nascente classe burguesa enriqueceu, contribuindo para esse enriquecimento a espoliação do território americano. Acreditando que a origem da riqueza estaria em objetos exteriores ao homem, no caso, o ouro e a prata, os mercantilistas estavam mais preocupados com os problemas práticos da economia, como a desvalorização do dinheiro e a consequente elevação dos preços dos produtos, que se rebatem no aumento ou na queda dos lucros. Pinho (2003, p. 2003) afirma que “[...] o pensamento econômico mercantilista, que nasce e se desenvolve durante este período de transição, não constitui ainda ciência econômica propriamente dita, mas apenas um conjunto de noções vagas e desconexas acerca da vida econômica no mundo moderno”. Esta autora (idem) aponta ainda que os mercantilistas do século XVI são adeptos da teoria do valor utilidade, visto que para eles, a gênese do valor (no caso, o preço) e do valor excedente (ou seja, o lucro) está relacionada à troca de mercadorias. Explica Pinho que na época dos mercantilistas não havia sido instaurado o capital industrial, base da produção capitalista. Em sua época, o que prevalecia era o capital mercantil, portanto, não tinha sido explicitada a contradição entre capital e trabalho, fato que só ocorreu em meados do século XIX. Mas foi nesse período, entretanto, que a terra passou a ser considerada como a fonte da renda. Mesmo assim, o primeiro estudo científico, embora limitado, acerca da fonte da riqueza foi empreendido, como mencionamos, pelos fisiocratas (HUBERMAN, 2012).

Foi somente com Adam Smith e, mais ainda, com David Ricardo que o conhecimento acerca do pensamento econômico alcançou a sua estatura de cientificidade⁵⁴. Vale salientar, em relação a Smith e Ricardo, que, embora de modo incompleto e por um caminho que naturalizou as categorias econômicas, estes dois economistas fizeram surgir a ciência econômica. Por meio da economia política, desvelaram que a causa primordial da riqueza de uma nação é a divisão do trabalho, mas que esta se faz pela liberdade de mercado. Para justificar a natureza da riqueza produzida pelo capitalismo de forma mercantilizada, Smith conceitua o homem liberal como um ser egoísta, com propensão para a troca. Em outras palavras, o indivíduo liberal possui a natureza inata para a troca, daí produzir relações sociais mediadas pela troca de mercadorias. Esse construto dos economistas clássicos da naturalização das categorias (capital, trabalho assalariado, propriedade privada, juros, lucros, salários e renda) tem como objetivo defender a ideia de que a economia tem uma ordem orgânica e natural, que se autorregula dentro de uma totalidade organizada – o mercado. Nessa direção, desvelaram a lei do valor e, com ela, o valor-trabalho.

Dito de outro modo, a Economia Política descobriu que, por trás do valor de troca existe o valor, ou o tempo de trabalho cristalizado na mercadoria, revelando o trabalho como a fonte da riqueza⁵⁵, o que lhe confere caráter científico. Para os clássicos da economia política, o caráter da teoria do valor é meramente quantitativo, definindo como medida real do valor de troca entre as mercadorias a quantidade de trabalho gasto para produzi-la. Pinho (2003) lembra que somente se tornou possível a existência de uma teoria econômica alçada à estatura de ciência porque a nova realidade assim exigia, ou seja, o novo modo de produção que estava

⁵⁴ Engels, na Introdução à Edição de 1891 de *Trabalho Assalariado e Capital*, numa nota de rodapé, faz referência à sua obra *Anti-Dühring*, na qual afirma que a Economia Política tomou forma, embora de modo incipiente, no final do século XVII, mas alcançou a estatura de ciência somente no século XVIII, com os fisiocratas e Adam Smith. Por Economia Política Clássica, Marx, numa nota de rodapé, definiu-a no primeiro capítulo do Livro Primeiro de *O Capital* como sendo a ciência que investiga o nexo interno das condições burguesas de produção, desde W. Petty, cujo ponto de partida foi a variação dos preços das mercadorias para desvendar sua lei reguladora, qual seja, o seu valor, determinado não por acaso, mas de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

⁵⁵ No Livro Primeiro de *O Capital*, no capítulo primeiro, no subcapítulo em que Marx trata do duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria, o pensador alemão parte da afirmação de W. Petty de que o trabalho é o pai da riqueza material, mas a terra é a mãe para assegurar que o trabalho não é a única fonte dos valores de uso. Na *Crítica ao Programa de Gotha*, escrita em maio de 1875, o pensador de Trier reitera a afirmação feita em *O Capital*. Diz Marx que a natureza é a fonte da riqueza, posto que é dela que deriva a fonte dos meios de trabalho e dos objetos de trabalho, inclusive o trabalho é a exteriorização no homem das forças da natureza e só se processa na relação com esses meios e esses objetos. Está posto nessa afirmação marxiana o combate ao entendimento burguês de que o trabalho é a fonte da riqueza. Aponta Marx que é interessante ao capital afirmar que do trabalho deriva toda a riqueza porque naturaliza as relações sociais de exploração. Dito de outro modo, sendo a natureza a fonte da riqueza, ocultar essa compreensão favorece outro entendimento enviesado: o de que o homem que não possui terra e for proprietário apenas da sua força de trabalho deverá se submeter à condição de escravo daqueles homens que se fizeram proprietários das condições objetivas de produção, para quem o trabalhador deve pedir permissão para trabalhar, portanto, para viver.

na iminência de ser instaurado necessitava de uma ciência econômica que investigasse as suas leis econômicas internas ainda não desveladas.

Nesse intento, coube primeiramente a Adam Smith, de acordo com Marx, ter descoberto a duplicidade do valor das mercadorias: o valor de uso e o valor de troca. Este último é a manifestação, na aparência, do valor. Para Marx, Adam Smith possui o grande mérito de ter descoberto que a teoria do valor sofre uma mudança com o capitalismo, e a troca passa a ser de não equivalentes, o que fez com que este fenômeno ficasse confuso. Entretanto, Marx vê esta confusão de Smith não como demérito, uma vez que a realidade capitalista produz esta contradição, e este economista não conseguia entendê-la dada a realidade histórica na qual estava inserido. Partindo do princípio de que por trás da troca de equivalentes está a troca de não equivalentes, Marx explica a mais-valia, que se trata de uma apropriação do capitalista do trabalho excedente, apresentada não como ato ilícito, mas como uma “troca justa de equivalentes”.

O valor é a lei objetiva que regula a vida material na sociedade que ele considerava como natural: a capitalista, que foi instaurada em seu tempo histórico. Segundo Adam Smith, o trabalho cria valor, reconhecendo que não são as máquinas nem as matérias-primas (insumos que depois Marx chamou de capital constante) a fonte do valor, mas o trabalho. Embora não pretendendo fazer uma exposição longa da teoria desses dois expoentes, é necessário trazer aqui uma citação de Smith, retirada do Capítulo V, sobre *O Preço Real e o Preço Nominal das Mercadorias ou seu Preço em Trabalho e seu Preço em Dinheiro*, de sua *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Ei-la:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, *o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias* (1996, p. 87 – grifos nossos).

Ricardo, por sua vez, partiu da descoberta smithidiana para reafirmar o trabalho como o fundamento de acumulação de capital. Este expoente da Economia Política Clássica, superando as limitações teóricas do próprio Smith⁵⁶, em seus *Princípios de Economia Política*

⁵⁶ Sobre Smith, Ricardo criticou, por exemplo, a utilização de uma medida-padrão (algo muito valioso, que pode ser trigo, por exemplo), na determinação do valor, além do trabalho. Quanto ao trabalho, segundo Ricardo, Smith

e *Tributação*, no Capítulo I, *Sobre o Valor*, dedicou todo esse capítulo da obra citada para desvelar que o trabalho é a medida do valor de toda mercadoria produzida e que esse valor é variável (ao contrário do que fizera Adam Smith, para quem o valor do trabalho jamais variaria e, embora sendo “[...] a medida real do valor de troca de todas as mercadorias, não [seria] essa a medida pela qual geralmente se avalia o valor das mercadorias” (SMITH, 1996, p. 88)). Ricardo anuncia logo no título do I Capítulo, Seção I, de seus *Princípios de Economia Política e Tributação*, que “[...] O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção [...]” (1996, p. 23).

Smith e depois Ricardo consideravam que as categorias salário, preço, lucro, valor, capital etc. seriam eternas à vida humana à medida que fossem descobertas racionalmente e instauradas na vida em sociedade. Embora naturalizando as leis que regem a sociedade capitalista (dentre elas, a lei do valor-trabalho), as teorias desses dois economistas são científicas porque partem do que o real é (PINHO, 2003). Mas são, sobretudo, burguesas porque refletem as contradições ainda não explicitadas pelo capitalismo em ascensão, pois, na época de Smith, a burguesia ainda não tinha feito sua revolução e, no tempo histórico de Ricardo, a classe burguesa estava em meio à luta pela conquista do poder político. Ambos não assistiram à eclosão da luta dos trabalhadores a partir de 1848, pois Smith morreu em 1790, e Ricardo, em 1823.

Marx, na verdade, apropriou-se da teoria do valor-trabalho descoberta pela Economia Política Clássica. Entretanto, há uma diferença fundamental entre os clássicos da Economia Política e Marx: é que, para os primeiros, as categorias do modo de produção capitalista – da qual eram ideólogos – eram consideradas como naturais a esse modo de produção. Para Marx, não. Este pensador alemão historicizou tais categorias, rompendo com a naturalização entendida por Smith e Ricardo, ou seja, o pensador alemão apontou que tais categorias são, antes de serem captadas pela razão, categorias do real, portanto objetivas, que precisam ser objetivamente explicitadas pela subjetividade humana. Marx, partindo da descoberta científica do valor-trabalho, empreendida pelos representantes máximos da Economia Política Clássica, reiterou que é o trabalho – e somente este – quem cria valor. Ademais, o pensador alemão revelou a superioridade de seu pensamento em relação àqueles, desvelando que a expropriação do trabalho e, portanto, a luta de classes, é categoria do real, é produto histórico dos homens, e, por isso, pode ser superada.

entendia que a produção do valor e a remuneração do trabalhador eram equivalentes, ou seja, que quanto mais o trabalhador produzisse, mais recebia por isto.

É de nosso conhecimento que a teoria do valor-trabalho é categoria angular da obra de Marx. É a partir dela – e somente dela – que o pensador alemão demonstra *pari passu* que a estrutura interna do modo de produção capitalista é complexa e contraditória porque só pode ser explicitada com a centralidade do trabalho abstrato na produção de mercadorias. Esse estudo foi empreendido por Marx, sobretudo, a partir de 1850, em Londres, após a derrota do proletariado nas revoluções europeias de 1848/1849, visto que o pensador alemão compreendia genialmente que, naquele momento, a tarefa histórica do proletariado era a tarefa teórica, tarefa essa que ele tomou para si. Não se trata, entretanto, de qualquer teoria, mas daquela cuja função é revelar o que o real é em suas múltiplas determinações, apreendendo o caráter transitório da sociedade burguesa e o devir humano, que tem a possibilidade de ser uma sociedade autenticamente humana. É por esta razão que essa apropriação na consciência do que o real é tem que ser negado, posto que causa horror à burguesia a possibilidade do conhecimento da objetividade do real, das suas leis internas, que são leis sociais, portanto, construto histórico dos homens, passíveis de serem superadas⁵⁷.

Mas o que Marx fizera, aos olhos da burguesia, era perigoso, pois este pensador oferecera ao proletariado “a arma da crítica” para fundamentar teoricamente suas lutas, ao contrário do que fizeram Smith e Ricardo. Dito de outro modo, a teoria do valor-trabalho era a teoria que fundamentava a classe revolucionária trabalhadora, pois permitia, mesmo dentro dos limites históricos, perceber a exploração da classe detentora dos meios de produção sobre essa classe trabalhadora – que possuía apenas a força de trabalho, transformada em mercadoria, para trocar por salário que garantisse a sua sobrevivência.

A burguesia, ao ascender ao poder econômico e político, exigiu que a ciência da economia política recebesse seu primeiro golpe: no lugar da ciência que busca revelar o real, foi arquitetada uma pseudociência, tão necessária ao enevoamento dessa mesma legalidade na qual o trabalho fora descoberto – e historicamente explicitado – como a fonte da riqueza do capitalista. Foi erigida nesse contexto histórico aquilo que Marx chamou de economia vulgar. Em outras palavras, o surgimento dessa economia vulgar – presente até os nossos dias –

⁵⁷ No Prefácio da Segunda Edição do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx, discorrendo sobre a fundamental distinção dialética marxiana a dialética hegeliana (que precisa ser posta sobre seus próprios pés), afirmou que a dialética, desmistificada, causa horror à burguesia e aos arautos de seus interesses pelas seguintes razões: [1] possibilita a clareza de que está posto na afirmação burguesa do existente o reconhecimento da negação desse mesmo existente, bem como sua necessária superação; [2] apreende o caráter transitório desse existente, bem como a possibilidade do vir a ser da humanidade; [3] não se deixa impor por nada, ou seja, a dialética, por ser o movimento contraditório do real, pressupõe a possibilidade da construção de outra sociedade para além da sociedade burguesa; [4] é essencialmente crítica e revolucionária. Conclui Marx que a crise do capital, “quando tiver o mundo por palco e produzir efeitos mais intensos” (2004, p. 29), exigirá que a dialética entre na cabeça dos homens.

reside no período histórico em que a luta entre burguesia e proletariado se tornou acirrada, ou seja, a partir da década de 1840, mais precisamente, com as revoltas de 1848 e serve como arma contra o proletariado.

A função social da economia vulgar é justamente fazer aparecer como ciência a análise da aparência do fenômeno, isto é, das categorias mais superficiais da realidade. Seus representantes principais foram Bentham, Malthus, Say e Senior⁵⁸, aqueles que vestiram a economia com uma roupagem elegante e se constituíram nos precursores da chamada Economia Neoclássica, surgida na segunda metade do século XIX, mais precisamente no início da década de 1870, 4 anos após a publicação do Livro I de *O Capital*. Smith e Ricardo, antes de Marx, já tinham criticado severamente a teoria do valor-utilidade defendida com força já em sua época, início do século XIX.

Em que consiste a teoria do valor-utilidade? Referida teoria parte do pressuposto de que o valor das coisas tem sua origem na utilidade a elas inerente, ou seja, da necessidade que os indivíduos possuem para obtê-las (por exemplo, a água, que, no deserto, teria maior utilidade, portanto, maior valor, do que a água na região Norte do Brasil). Smith e Ricardo já tinham criticado, antes de Marx, a teoria do valor utilidade, pois este é um atributo de toda mercadoria. Utilizando como exemplo a água, Smith afirmou que esta não tem valor porque não é produto do trabalho humano. Ricardo, por sua vez, também utilizou a água como exemplo, além do ar e do ouro. Disse Ricardo que os dois primeiros, em circunstâncias normais, embora sendo muito úteis, não poderiam ser trocados por nada. Já o último, mesmo sendo de pouca utilidade, poderia ser trocado por muitos bens. Para este economista, a utilidade da coisa, mesmo sendo essencial, não serve para definir seu valor de troca.

Marx também falou a respeito da utilidade da coisa, mas centrou poucas páginas para discorrer acerca do valor de uso. Em *O Capital*, Livro I, Volume I, no capítulo I, que trata da mercadoria, este pensador alemão afirma que

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc. é, por isso, um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores-de-uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. [...]. O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou no consumo. Os valores-de-uso constituem

⁵⁸ Dentre as obras que influenciaram o pensamento econômico da época, citamos algumas principais: de Bentham, *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1780); de Malthus, *Uma Pesquisa sobre a Causa do Presente Alto Preço dos Alimentos* (1800) e *Princípios de Economia Política* (1820); de Say, *Traité d'Économie Politique* (1803); *Cathécisme d'Économie Politique* (1817); de Senior, *Leitura Introdutória de Economia Política* (1852).

o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca (MARX, 2004, p. 58).

Mais à frente, diz Marx:

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade, gera valor de uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social (idem, p. 62-63).

Tal como Smith e Ricardo, Marx também afirmou que as coisas que não são produtos do trabalho são apenas valor de uso, mas não são valor. Há também produtos do trabalho humano que não são mercadoria. Em nenhum momento, Marx afirmou que o valor de uma coisa advém de sua utilidade, como afirmaram os vulgares precursores da iminente economia neoclássica (teoria também defendida por esta), surgida poucos anos após a publicação de *O Capital*. Quanto a esses precursores, que tomam o valor como decorrente do valor de uso da coisa, Marx disse o seguinte numa nota de rodapé: sua teoria é vulgar porque

[...] trata apenas das relações aparentes, ruma, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as idéias banais, presunçosas, dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos (MARX, 2004, p. 103).

Vale a pena aqui colocar aquelas palavras de Marx extraídas do Prefácio da Segunda Edição de *O Capital*, diversas vezes citadas, por meio das quais o pensador alemão diz o seguinte:

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (2004, p. 24).

Na verdade, os defensores dessa teoria – contemporâneos de Marx e prisioneiros do reino da aparência – centram sua análise na superfície fenomênica da realidade e partem do entendimento do valor de uso das mercadorias. É esse valor de uso que elas possuem que definiria, para tais defensores, seu valor, já que é a utilidade que estabelece o valor de uso das coisas. Ou seja, partindo da análise marxiana, o que fizeram tais economistas foi defender uma teoria fragmentada, cujas análises não trouxeram elementos novos. Tais economistas não

compreenderam as relações de classe inerentes à mercadoria, portanto, sua teoria pseudocientífica tornou-se fraseologias necessárias à sustentação do mundo burguês (PINHO, 2003).

O que fizeram os economistas vulgares foi, no plano da mistificação ideológica da essência do real, substituir a categoria valor-trabalho descoberta pelos clássicos da Economia Política pela categoria do valor-utilidade. Trata-se, pois, de uma teoria pseudocientífica, mas que ganhou o estatuto de ciência, reduzindo o conceito anteriormente de economia política para simplesmente economia. Sua pseudocientificidade deriva do fato de que mesmo partindo das categorias superficiais da realidade, limita-se a elas, pois não busca empreender o desvelamento das leis internas do movimento do capital. Pelo contrário: cumpre um papel imprescindível na reprodução das relações entre trabalho e capital, em favor deste último.

Em nosso entendimento, essa teoria é pseudocientífica por cinco razões: primeira, a mercadoria não possui somente valor de uso, mas também valor de troca – sendo o primeiro o substrato material deste último –, e tais defensores não o alcançaram em suas análises; segunda, o valor de uso é característica universal do produto do trabalho e existe em todas as sociedades, portanto, não poderia explicar a lógica que preside a sociabilidade capitalista, centrada no valor de troca; terceira, tal concepção baseia-se no princípio da teoria da utilidade marginal decrescente do valor de uso, explicando seu valor pela lei da oferta e da procura (o décimo copo de água no deserto, por exemplo, teria menor valor que o primeiro); quarta, o valor-trabalho, teoria explicativa da particularidade do modo de produção capitalista, é negado; quinta, a economia vulgar veste-se de um modelo elegante, com aparência de cientificidade, mas sua sistematização doutrinária permanece na aparência superficial da própria realidade.

Como vimos, a partir do período no qual eclodiu a explicitação das contradições entre capital e trabalho, a burguesia não era mais uma classe revolucionária e a conquista do poder político e econômico já era uma realidade. Nessa época, a ciência da Economia Política passou a não ser mais necessária e, em seu lugar, surge uma pseudociência, ou seja, a economia vulgar, mistificadora do real. Se a Economia Política Clássica constitui a ciência do capitalismo em ascensão, a Economia Vulgar representa o pensamento da burguesia já consolidada no poder. Repetindo o que foi exposto, a necessidade de instauração de uma pseudociência deriva do fato de que à classe burguesa não interessava mais a investigação do real, mas a mistificação de sua essência. É por essa razão que Marx denominou a economia vulgar de “espadacharia mercenária”.

Huberman (2012), acerca da necessidade da teoria do valor-utilidade para a burguesia, afirmou que a descoberta do valor-trabalho, melhor desenvolvida por Marx, foi desastrosa para essa classe, pois a arma que ela empunhou contra seu inimigo, os restos mortais do regime feudal, foi, desta vez, empunhada pelos trabalhadores contra ela. Restava agora lutar contra outro inimigo poderosíssimo, que outrora fora seu aliado, a classe operária. Sua arma? A economia vulgar. A arma dos trabalhadores? A descoberta científica do valor-trabalho – descoberta por seus próprios ideólogos – e tão brilhantemente explicada por Marx como a fonte da degenerescência humana no modo de produção capitalista. A esse entendimento Marx já havia chegado muito tempo antes de escrever *O Capital*. No *Manifesto do Partido Comunista*, por exemplo, publicado vinte anos antes da publicação da obra de maturidade de Marx, seus autores afirmaram que a burguesia havia produzido tanto as armas que a matarão quanto os homens que empunharão essas armas.

Voltando à teoria do valor-utilidade, foi dito acima que a economia vulgar está presente até os dias atuais. Tal como fizeram os primeiros, os vulgares de hoje também pretendem modificar a substância do valor devido ao desenvolvimento extraordinário das tecnologias, sobretudo as da informação e da comunicação, que seriam a base da propalada sociedade do conhecimento. Dito de outro modo, tais autores – que, a partir do último quartel do século XX, proclamam o cancelamento da “letra e do espírito” de Marx – preconizam que a sociedade de nossos tempos, supostamente baseada no conhecimento como a pedra angular da produção da riqueza, teria modificado a substância do valor, portanto a teoria do valor-trabalho estaria definitivamente superada (também como apregoaram os economistas vulgares, para quem o valor utilidade teria se tornado a fonte do valor). Entretanto, como demonstraremos no próximo capítulo, longe de modificar a substância do valor, o desenvolvimento científico e tecnológico engendrado pelo modo de produção capitalista possibilitou a subsunção real do trabalho ao capital e, hoje, esmaga a classe trabalhadora objetiva e subjetivamente num nível histórico sem precedentes. Começemos nossa análise sobre a negação do valor, empreendida pelos vulgares de hoje, a saber, os autores Gorz, Fausto e Dantas. Após a exposição do que disseram esses autores, buscaremos em Marx, nos *Grundrisse* e em *O Capital*, o que de fato escreveu o pensador alemão, demonstrando sua atualidade histórica.

3.2 As atuais inflexões ideológicas acerca do substrato do valor: mais uma vez, a negação do valor-trabalho.

A lei do valor se configura como a qualidade social inerente à mercadoria, conforme explicita Marx em *O Capital*. Ela é a lei que regula a produção de mercadorias de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. É essa mesma lei que determina o valor da força de trabalho, como qualquer mercadoria: é a teoria do valor-trabalho que explica que é somente o trabalho que produz valor, mas possui um valor menor do que o que produz, constituindo-se a fonte de acumulação do capital.

Sabemos que a teoria do valor-trabalho, pedra de toque da teoria de Marx, após a consolidação da burguesia como classe dominante, teve que ser encoberta para esconder a exploração sobre a classe trabalhadora, tarefa empreendida pela economia vulgar e pela neoclássica, a primeira a partir dos anos de 1840 e a segunda, da década de 1870. Nos tempos atuais, com a propalada tese de que o conhecimento seria a nova categoria central do mundo dos homens, mais uma vez – e agora mais profundamente – a teoria do valor trabalho vem sofrendo novo golpe que a joga mais distante ainda da qualidade de teoria explicitadora da exploração do trabalho, tendo que se adequar às pretendidas novas configurações da sociedade moderna. Iniciemos nossa análise acerca dessa questão.

Já expusemos no capítulo anterior que os teóricos que propalam a existência de uma sociedade baseada no conhecimento apregoam que estaríamos vivendo em uma sociedade pós-capitalista (para usarmos apenas um dos nomes que recebe), cujos valores não mais estariam ancorados no industrialismo, mas estariam baseados no setor de serviços. Dito de outro modo, uma sociedade pretensamente ancorada no conhecimento demandaria a superação das classes sociais, que estariam mortas e enterradas na dita sociedade industrial, juntamente com o pensador que as historicizou.

Aliás, pressupõe-se que a teoria do valor trabalho seria exclusiva somente dessa sociedade, começando a sofrer suas inflexões com a explicitação das contradições entre capital e trabalho, na década de 40 do século XIX. Em nossos tempos, como essa forma de sociedade – a industrial – estaria superada e, agora, a nova configuração social seria baseada no setor de serviços, portanto, na inexistência de classes (posto que as “novas classes sociais” não teriam mais o sentido “tradicional” do termo), a teoria do valor trabalho também estaria para sempre morta. Entretanto, é sugerido que essa teoria teria ressuscitado milagrosamente, sobre novas bases, a partir de 1990, devido aos estudos acerca das tecnologias da comunicação e da informação (TIC’s), base do trabalho imaterial⁵⁹, com o consequente crescimento das atividades intelectuais.

⁵⁹ O autor se fundamenta nas pesquisas não validadas no chão da história, empreendidas pelos italianos Negri e Lazzarato acerca da imaterialidade do trabalho. É interessante anotar aqui que referidos autores, além de Hardt,

Os autores que assim definem a configuração do atual tempo histórico, dentre eles, Gorz e Fausto, sobre os quais falaremos mais adiante, afirmam que a insuficiência da teoria do valor trabalho estaria vinculada ao crescimento do trabalho imaterial, que teria se tornado a força produtiva central, o que teria exigido um novo tipo de trabalhador, um trabalhador que exerceria atividades intelectuais. Esse trabalho imaterial imporiria a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias devido ao processo de transformação tecnológica do setor de serviços.

A justificativa para a modificação da substância do valor-trabalho dever-se-ia ao fato de que haveria uma nova forma de produzir, cujos objetos não mais possuiriam uma constituição física. Estes teriam como “matéria-prima” as capacidades cognitivas, por isso não poderia ser analisada com o mesmo estatuto da matéria-prima do trabalho industrial, a qual seria fornecida pela natureza. Afinal de contas, a questão para esses autores seria como mensurar o tempo de trabalho necessário à produção com base no trabalho imaterial.

Gorz, autor amplamente criticado por Lessa (2005, 2007) e Teixeira e Frederico (2009), é também um dos autores que apontam que a sociedade atual seria baseada no setor de serviços, e essa sociedade, para Gorz, teria motivado uma transformação do próprio conceito de valor-trabalho e do processo de produção, alargando as formas de exploração capitalista sobre o trabalho material e imaterial, o que poria fim à hegemonia do primeiro e constituiria o segundo com base nas atividades cognitivas.

Na obra *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, Gorz aponta, logo no Prefácio, que, nos tempos atuais, o conhecimento – ou melhor, o saber⁶⁰ – teria assumido o papel de principal força produtiva, provocando mudanças na economia, mudanças essas que teriam posto em xeque as “categorias econômicas do valor” (2005, p. 9), a saber, trabalho, valor e capital. Toda essa mudança seria decorrente do fato de que todo trabalho, nessa nova economia – marcada pela produção do setor de serviços – conteria um componente de saber, “[...] um saber vivo, adquirido no trânsito do cotidiano”, ligado “à cultura do cotidiano”. E seria sobre essa base que repousaria o trabalho como prestação de serviços – ou trabalho imaterial. Isso modificaria por completo a forma do trabalho. Este, “[...] que desde Adam Smith é tomado como substância do valor comum a todas as mercadorias, deixa[ria] de ser mensurável em unidades de tempo” (idem, p. 9), ou seja, o trabalho, no sentido marxiano do

foram objeto de crítica do pesquisador brasileiro Sérgio Lessa (2005). De acordo com este pesquisador, os autores italianos apontam que estaríamos vivendo numa sociedade comunista, baseada na inexistência da sociedade de classes.

⁶⁰ No segundo capítulo dessa referida obra, capítulo esse intitulado *O capital imaterial*, Gorz diferencia conhecimento e saber. Falaremos dessa diferença no momento oportuno.

termo, não seria mais a fonte da criação da riqueza, pois, em seu lugar, entraria um conceito amorfo de trabalho imaterial, que teria impulsionado o desatrelamento entre o conceito de riqueza e o de valor mercantil (idem, p. 11). Em outras palavras, a riqueza não mais seria a riqueza material, por isso, não poderia ser comercializada. Quanto ao trabalho imaterial, este não constituiria a base de uma sociedade pós-capitalista, como disseram os autores apontados no capítulo anterior, com exceção de Castells, para quem viveríamos no capitalismo de tipo informacional. No entender de Gorz, esta sociedade seria capitalista mesmo, capitalista pós-moderna, centrada na valorização do capital imaterial (capital humano, capital conhecimento ou capital inteligência), e o trabalho seria trabalho complexo, deixando para trás o trabalho simples, anulando a afirmação marxiana de que a diferença entre trabalho simples e qualificado é mera ilusão. Seria por esta razão que, conforme Gorz aponta no primeiro capítulo (denominado de *O trabalho Imaterial*) da obra anteriormente citada, “[...] os padrões clássicos de medida não mais pode[ria]m se aplicar” (2005, p. 15).

Este autor, pretendendo fundamentar suas conclusões no próprio Marx, aponta que, nos *Grundrisse*⁶¹, Marx teria dito, nas palavras de Gorz, que “‘o trabalho, em sua forma imediata’, mensurável e quantificável, dever[ia], por consequência, deixar de ser a medida da riqueza criada. Esta ‘depende[ria] cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho fornecida’; ela depender[ia] cada vez mais ‘do nível geral da ciência e da tecnologia’” (2005, p. 16)⁶².

O autor que dera *Adeus ao proletariado*, como vimos, buscou nos *Grundrisse* um trecho em que Marx teria dado a comprovação teórica para a existência do trabalho imaterial. Por esse motivo, para este autor, seria necessário analisar a referida obra *vis-à-vis* o entendimento de que a diminuição do tempo de trabalho teria imposto a superfluidade de parte desse tempo, que antes era utilizado para a extração da mais-valia. Esse trecho de Marx, apropriado erroneamente por Gorz, de que a riqueza criada dependeria cada vez mais do nível de desenvolvimento da ciência e da tecnologia seria a comprovação cabal de que a teoria do valor-trabalho seria incapaz de explicar a nova configuração do trabalho em nosso tempo, pois o trabalhador possuiria cada vez mais capacidades cognitivas que comporiam a base de produção imaterial, ou, como diz Gorz, essas capacidades seriam o capital imaterial do próprio trabalhador, negando, por exemplo, que essas “capacidades” são vendidas e compradas como qualquer mercadoria.

⁶¹ Sobre o que saiu da cabeça e da mão de Marx, falaremos no momento oportuno. Aqui – e mais adiante – continuaremos expondo as elaborações teóricas dos autores em questão.

⁶² Aspas simples referentes a trechos retirados pelo autor da obra de Marx.

A ideia defendida é que o trabalho imaterial, que incidiria sobre atividades intelectuais como força produtiva fundamental, seria cada vez mais ampliado à medida que fosse universalizada a utilização da subjetividade do trabalhador. Esse fenômeno tornaria confuso o valor trabalho, pois haveria uma contradição insuperável entre a lógica da universalização dos produtos imateriais e a mercadoria, redimensionando, em seu entender mistificador, o processo de valorização do capital.

Por que a valorização do capital seria redimensionada? A resposta é que o capital buscaria sem cessar a conservação do conhecimento, mas não poderia fazê-lo por completo, pois fugiria do próprio movimento do capital, de acumulação e de exploração do trabalhador. Assim sendo, o conhecimento, como força motriz, constituir-se-ia como uma “não-mercadoria” e como um bem comum, por isso a defesa operada pelos teóricos apontados no capítulo anterior deste trabalho de que o trabalhador seria proprietário dos seus meios de produção. Em se tratando de Gorz, este autor defende que o “monopólio do capital conhecimento” seria ilimitado frente ao movimento limitado de troca de mercadorias. Isso significaria dizer, para quem, como Gorz, defende essa funesta ideia, que o capital conhecimento não seria capital porque não estaria servindo à produção do sobrevalor. Em que consistiria o capital conhecimento? Numa força produtiva que poria o capitalismo num novo patamar de desenvolvimento, cuja riqueza não poderia ser regulada pelo capital, o que seria uma contradição entre os próprios termos.

Na dita sociedade do conhecimento, aponta Gorz que é o conhecimento que seria explorado, não o trabalhador; explorado seria o seu saber e não ele próprio. Por isso, a “idéia de tempo como padrão de valor não funciona[ria] mais” (VELTZ *apud* GORZ, 2005, p. 18), visto que a atividade por meio da qual produzir-se-ia a nova riqueza não seria nada palpável. Nesse processo de produção imaterial, seria o capitalista (ou seja, o empresário, como diz) que desceria “[...] ao nível da vida cotidiana de cada um” para buscar “[...] as competências e as capacidades de que ele necessita”. Essas capacidades e competências não poderiam ser compradas e não poderiam ser convertidas em propriedade privada. Esse entendimento de Gorz cancelaria a relação de compra e venda da força de trabalho e, por conseguinte, superaria o próprio capital, já que este sobrevive dessa relação.

Quanto ao tempo de trabalho para produzir a “não-mercadoria”, o capital conhecimento, este tempo não poderia ser medido pelo valor-trabalho, pois o trabalho baseado em intangíveis extravasaria, como foi dito anteriormente, a própria lógica da exploração do tempo de trabalho. Este tipo de trabalho fundamentar-se-ia em duas concepções basilares: a primeira é que haveria o fim da produção fundada no valor; a segunda, que o

processo de produção perderia seu caráter forçado, ou seja, seu caráter explorado, exatamente porque o saber não poderia ser comercializado. Nesses moldes, o desenvolvimento das forças produtivas – aquelas atividades intelectuais – alcançaria uma produção inigualável e, ainda, produziria tempo disponível, e este se constituiria como tempo de trabalho não mais como medida da produção da riqueza.

Referido autor vislumbra que, sob o trabalho imaterial, estaria abolida a divisão do trabalho e, ainda, os trabalhadores teriam a possibilidade de se apropriar dos meios de produção, e isso justificaria o fato de que não faria mais sentido falar em trabalho manual e intelectual. Essa abolição teria se tornado possível porque, na tese de Gorz, “[...] a separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, esta[ria] pois *virtualmente* abolida” (2005, p. 21 – grifos nossos), e os meios de produção teriam se tornado apropriáveis e partilhados devido à existência do computador, partilha essa que seria reivindicada pelas “comunidades anarco-sindicalistas” (idem, *ibidem*). O próprio Marx, diz Gorz, “definia o comunismo como a abolição do trabalho ‘que perdeu toda a substância viva’ dos indivíduos, ‘tornados abstratos’” (idem, p. 22 – aspas simples no original de Gorz). Essa categoria “abstratos” foi obscurecida pelo autor, que a tomou como sinônimo de abstração, teorização, e não referente ao caráter mercantil atribuído ao trabalho como produtor de valor de troca.

A ilusória mudança na substância do valor, que teria posto o trabalho numa condição secundária, teria provocado transformações tão profundas que “[...] não nos [seria] mais possível saber a partir de quando esta[ría]mos ‘do lado de fora’ do trabalho que somos chamados a realizar” (idem, p. 22). Na opinião de Gorz, não seria mais o sujeito que “adere” ao trabalho, mas o contrário, pois a atividade pressuporia o engajamento e a realização da potência mental e afetiva do sujeito, o que definiria “seu valor aos seus próprios olhos” e faria dele um autoempreendedor, suprimindo, por conseguinte, a diferença entre a força de trabalho e o capital. O trabalho – imaterial –, como foi dito anteriormente, seria o produtor de uma riqueza que não se poderia comprar, nem vender, nem trocar, “[...] ou seja, nada que tinha valor (no sentido econômico), mas apenas riquezas que têm valor intrínseco”, não podendo, por isso, serem comercializáveis – o que libertaria a produção “dos constrangimentos da valorização econômica” (idem, p. 27). Afinal de contas, seria a “[...] cultura que não serve para nada que torna[ria] uma sociedade capaz de cotejar questões sobre as mudanças que se operam nela, capaz de imprimir um sentido em si mesma” (idem, *ibidem*) e que poderia satisfazer as forças humanas, não seguindo nenhum padrão estabelecido (que, no caso, teria sido definido por Marx). A economia do imaterial poderia garantir, no entendimento de Gorz:

[1] o direito universal e ilimitado ao saber e à cultura (que não nos esqueçamos, adviriam da experiência do cotidiano); [2] a recusa a deixar o capital se apropriar desse saber e dessa cultura, pois os produtos do trabalho imaterial não mais seriam produtos do “trabalho cristalizado”, mas do “conhecimento cristalizado”, o que teria ocasionado a “crise do conceito de valor”. Dito de outro modo, o valor de troca – manifestação, na aparência, do valor – das mercadorias não seria mais determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, mas seria o conhecimento, ou melhor, o saber, a principal fonte de valor e de lucro do capital.

O valor conhecimento não poderia ser mensurado em “unidades abstratas simples” (2005, p. 29), não podendo ser “reduzível a uma quantidade de trabalho abstrato” (entendendo sempre a categoria “abstrato” como teorização, atividade cognitiva). Essa nova forma do valor não poderia ter uma medida comum, pois englobaria uma variedade de capacidades ditas cognitivas, como o “[...] julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas” (idem, p. 29). E seria por isso que o valor trabalho não poderia ser mensurado e estaria em crise, crise essa decorrente da “crise de medição do valor” (idem, p. 30). Qual seria a explicação para essa crise? A incerteza em torno do tempo de trabalho socialmente necessário, pondo em xeque as “noções de ‘sobretalho’ e de ‘sobrevvalor’” (idem, ibidem). Essa crise rebater-se-ia na definição da essência do valor, confundido com valor de troca. Este último seria “essencialmente relativo”, de modo que não poderia responder à pergunta “*O que isso vale?*”, mas “*Quanto isso vale?*” (idem, ibidem – itálicos do autor).

O valor – ou valor de troca, já que seriam a mesma coisa – poderia ser aplicado às mercadorias, ou seja, aos bens e serviços produzidos pelo trabalho para a troca comercial. Fugiria a esse conceito de valor as riquezas naturais, como o sol e a chuva, e o patrimônio cultural, do qual o saber seria parte integrante. As primeiras não poderiam ser produzidas pelo trabalho humano e este último não poderia ser dividido, nem trocado por nada. Tomando de empréstimo uma expressão de Thomas Jefferson, Gorz disse que os conhecimentos, que seriam o produto do comércio universal entre os homens, ou seja, das interações e das comunicações não comerciais, “não se prestam à apropriação privada”, pois não poderiam ser reduzidos a uma “[...] substância social comum, não poderiam ser expressos em unidade de valor, por isso não poderiam ser avaliados como capital” (idem, p. 31).

Os saberes, que resultariam da experiência cotidiana, não poderiam ser assimilados ao capital fixo (que Marx chamou de Capital Constante), ou seja, seriam forças produtivas de modo desvinculado de qualquer base que o cimente. Aliás, seriam um “novo

capital fixo” que não teria as “características tradicionais do capital fixo, pois seriam inapropriáveis, indivisíveis, não quantificáveis, difusos” (idem, p. 33). Não seria esse capital fixo trabalho acumulado, portanto, não poderia “tomar a forma ‘valor’”, constituindo um saber comum a todos, de modo que viveríamos num “comunismo do saber”, rumo a uma civilização “pós-humana”.

Já os conhecimentos seriam deferentes dos saberes, pois a industrialização teria separado conhecimento científico e cultura comum. E Marx, na opinião de Gorz, teria tratado desse assunto nos capítulos XIV e XV do Livro Primeiro, Volume Primeiro, de *O Capital*, que tratam da “‘manufatura’ e da ‘fábrica automática’”. Gorz retira desse excerto uma citação de Thompson utilizada por Marx. Para Thompson,

[...] o sábio e o trabalhador produtivo estão completamente separados; e a ciência, em vez de aumentar, nas mãos do trabalhador, as suas forças produtivas, e de melhor fazê-lo aproveitá-las, é em quase toda parte dirigida contra ele: o conhecimento (*knowledge*) se torna um instrumento que pode se separar do trabalho, e até mesmo se lhe opor (GORZ, 2005, p. 34).

A separação entre o conhecimento e o trabalho operada pela industrialização é explicada por Gorz da seguinte forma: o conhecimento técnico-científico, além de estar, na opinião do autor, ao “lado do capital”, representaria a dominação do trabalho pela maquinaria, fazendo parte do capital fixo para extorquir o sobretalho. Por isso, para o autor, é tão importante a distinção entre conhecimento e saber, este último considerado como o genuíno capital imaterial, como o verdadeiro meio de trabalho de propriedade do trabalhador do conhecimento, como o verdadeiro conhecimento do trabalhador. De acordo com esse entendimento, a ciência, cujo papel precípua (em consonância com a teoria de Marx recuperada por Lukács) é aumentar as potencialidades do trabalho, cumpriria uma função oposta: diminuiria as forças produtivas do trabalhador.

O capital imaterial constituiria, portanto, a base que cimentaria o “capitalismo cognitivo”, que, por sua vez, seria diferente do capitalismo “no sentido estrito”, vigente até a primeira metade do século XX. No “capitalismo cognitivo”, o conhecimento, considerado como a principal força produtiva, seria resultado de uma “atividade coletiva não remunerada”, de “uma produção da subjetividade”, porque o conhecimento seria uma “‘inteligência geral’, cultura comum, saber vivo e vivido” que não possuiria valor de troca e poderia ser “partilhado à vontade, segundo a vontade de cada um e de todos [...]” (2005, p. 36). Aquele conhecimento que não seria geral e comum, separado de seus produtores, seria virtualmente gratuito, produzido a custo desprezível e, por isso, poderia ser partilhado através da internet, sem passar pela forma valor (idem, *ibidem*).

Entretanto, o conhecimento, não passando pela forma valor, produziria valor, pois seria a “principal fonte de valor”, contraditoriamente servindo muito mais para destruir valor do que para criá-lo, visto que poderia economizar trabalho. É dessa forma que Gorz explica sua teoria: “ele [o conhecimento] economiza[ria] quantidades imensas de trabalho social remunerado e, conseqüentemente, diminui[ria], ou mesmo anula[ria], o valor de troca monetária de um número crescente de produtos e de serviços” (idem, p. 37), rumo a uma “economia da abundância”.

“Economia da abundância”: esta seria o resultado da evolução econômica provocada pelo conhecimento, pois a produção requereria cada vez menos trabalho “imediató” e, ainda, distribuiria cada vez menos os meios de pagamento. Como consequência, “o valor (de troca) dos produtos tende[ria] a diminuir e a causar, cedo ou tarde, a diminuição do valor monetário da riqueza total produzida, assim como a diminuição dos lucros” (idem, *ibidem*), tendendo a uma “economia da gratuidade” – que poria em xeque o próprio capitalismo “em seu sentido estrito” e, por conseguinte, faria com que atingíssemos uma “civilização pós-humana”.

De que forma o conhecimento se transformaria em capital imaterial? Ou seja, como se transformaria em valor que, contraditoriamente, produziria e destruiria valor? A resposta é que a dimensão imaterial dos produtos prevaleceria sobre a sua realidade material, visto que seu valor estético ou simbólico teria primazia sobre seu uso prático, sendo que o valor de troca seria praticamente apagado.

A materialização das mercadorias se tornaria secundária economicamente. Assim, o capital material seria terceirizado, o que desvalorizaria o trabalho e o “capital fixo material”. Gorz exemplifica: a Nike não possuiria nem instalações nem máquinas e sua atividade se limitaria à concepção e ao *design*. Quem produziria e distribuiria seus produtos imateriais? As empresas contratadas, que estariam aquém do trabalho imaterial. O valor dessas mercadorias não seria um valor econômico, mas um “valor quase artístico, simbólico, do que é inimitável e sem equivalente” (2005, p. 46). Como o trabalho é avaliado? Não em número de horas, mas “em função do comportamento, da competência social e emocional [...]” do trabalhador imaterial (idem, *ibidem*)⁶³.

⁶³ “As novas tecnologias da informação tiveram um papel-chave na crescente globalização do sistema, quando um punhado de corporações transnacionais distribui a produção e o investimento por todo o planeta, em busca de lucros mais imediatos. Boa parte da produção industrial foi terceirizada, com emprego de mão de obra de regiões com baixos salários no mundo ‘subdesenvolvido’, levando alguns ocidentais de mente provinciana a concluir que a indústria havia sumido por completo do planeta. Migrações internacionais maciças de mão de obra surgiram na esteira dessa mobilidade global, e com elas houve um ressurgimento do racismo e do fascismo, à medida que imigrantes empobrecidos inundavam as economias mais avançadas. Enquanto os países ‘periféricos’

Como se configuraria a relação de compra e venda de trabalho imaterial? Para Gorz, os compradores de serviços adquirem tais serviços pelo seu valor de uso e não pelo valor de troca. Os vendedores, por sua vez, devem se esquecer que seu objetivo é vender, dando à relação comercial “[...] a aparência de uma relação privada à qual a lógica econômica não se aplica[ria]” (2005, p. 47).

A economia do conhecimento seria a negação da economia capitalista “comercial”. Essa “nova forma de capital” seria diferente desta última porque não teria sido originada para se tornar propriedade privada, mas se enriquecer de conhecimentos, para satisfazer necessidades, “para penetrar a verdade do que está além das aparências e das utilizações. Ela não resulta[ria] do sobrevalor tirado da exploração do trabalho; ela [seria] a fonte da riqueza mesmo quando dela não nasce nada que possa ser vendido” (idem, p. 33), o que engendraria uma realidade em que o conhecimento seria acessível a todos. Esse conhecimento não seria capital, “no sentido usual”, porque não serviria à produção do sobrevalor. Do mesmo modo, não significaria “o advento de um hipercapitalismo ou de pancapitalismo”, mas, milagrosamente, “conte[ria] os germes de uma negação e de uma superação do capitalismo, do trabalho como mercadoria e das trocas comerciais” (idem, p. 54). Por isso, acrescenta Gorz, o valor, “no sentido da Economia Política”, seria diferente do valor cuja fonte seria o conhecimento (idem, p. 56). Por esta razão, nas elaborações teóricas de Gorz, o que “Marx designa como a fonte de onde brotam todas as riquezas” englobaria a solidariedade, o saber cotidiano, “externalidades positivas sociais” (idem, p. 57), que dariam origem a uma economia não formalizável, invisível, com relações não computáveis, não remuneráveis, “cuja motivação [seria] a alegria espontânea na colaboração livre, no convívio e na doação livres”, resultando na “capacidade de sentir, de amar, de se unir e de viver em paz com o próprio corpo, com a natureza e com o próximo”, o que criaria a “riqueza da vida” (idem, *ibidem*).

A tentativa alucinada de encontrar em Marx aquilo que justificaria as teses apócrifas de Gorz também pode ser encontrada em Fausto (1989), apesar de ser ainda um autor respeitado entre os marxistas. Da mesma forma que o primeiro, este também teria buscado nos *Grundrisse* a fundamentação teórica para a existência do que ele, Fausto, chamou de pós-grande indústria, outro termo que designaria o atual momento histórico. Fausto deixa claro que a fundamentação teórica para sua tese teria sido encontrada nos *Grundrisse* e não

eram submetidos ao trabalho nas *sweatshops* [locais de trabalho insalubres] em fábricas privatizadas, a uma previdência social inoperante e a condições comerciais surrealmente desiguais, os executivos das nações metropolitanas arrancavam suas gravatas, abriam os colarinhos e se preocupavam com o bem-estar espiritual de seus empregados” (EAGLETON, 2012, p. 7 – itálico, colchetes e aspas simples do autor).

em *O Capital*. Esta obra de maturidade de seu autor não explicaria os tempos atuais, segundo Fausto, porque nela, Marx teria analisado apenas “[...] certas modificações formais que ocorriam no capitalismo de seu tempo [...]”, sem levar em consideração “[...] as mutações essenciais por que passaria o processo *material* de produção” (1989, p. 48⁶⁴ – grifos do autor), processo esse em que a forma material da indústria passaria por “modificações radicais” e precisariam ser analisadas.

Fausto tenta explicar que os caminhos nos quais Marx enveredou para elaborar as duas obras acima citadas seriam distintos, e Fausto considera a perspectiva dos *Grundrisse* superior a *O Capital*. Nos *Grundrisse*, Marx teria “prospectado” as modificações que introduziriam uma ruptura qualitativa (que Marx não a teria explicado claramente em *O Capital*) com a manufatura (pré-grande indústria) e com a indústria (ou grande indústria), rumo à pós-grande indústria, que marcaria o nosso tempo atual. Sobre esta pretensa pós-grande indústria, a terceira forma do capitalismo que teria deixado para trás a grande indústria, Fausto pretendeu explicá-la, como afirma ele próprio, com conceitos análogos aos que Marx utilizara para explicar tanto a indústria como a manufatura.

O pensador revolucionário alemão, conforme entende Fausto, teria afirmado que na grande indústria já não haveria processo de trabalho. Para tentar comprovar sua tese, Fausto retirou dos *Grundrisse* as seguintes palavras de Marx:

A apropriação do trabalho vivo através do trabalho objetivado – a força ou atividade de valorização através do valor que é para si – que está contida no conceito de capital, é posta na produção que se basearia na maquinaria como caráter do próprio processo de produção, também segundo os seus elementos materiais e o seu movimento material. O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de que o trabalho o invadiria como unidade que domina (MARX *apud* FAUSTO, 1989, p. 50).

Fausto aponta que essa citação de Marx já teria definido a indústria como a negação do processo de trabalho, o que seria o prenúncio de uma segunda negação do processo de trabalho tempos depois, na pós-grande indústria. Ou seja, no entendimento de Fausto, o próprio Marx já teria antevisto a existência de uma organização social para além da grande indústria que seria a pós-grande indústria, “uma espécie de prolongamento da vida do sistema” (FAUSTO, *idem*, p. 50), que Marx teria posto nos *Grundrisse*. Enquanto a grande indústria seria, para Fausto, “a posição material (adequada) do capital no processo produtivo”,

⁶⁴ Para efeito de colocação do número da página, utilizamos o mesmo artigo publicado em PDF, pois este que estamos utilizando, publicado pela *Revista Lua Nova*, não apresenta nos números das páginas. Afirmamos que não há diferença em seu conteúdo, e o texto em PDF está utilizado tão-somente para indicar as páginas.

a pós-grande indústria seria “a segunda posição material”, restando investigar, segundo seu idealizador, se esta seria adequada ou não ao capital no processo produtivo.

Como, no entendimento de Fausto, Marx teria previsto a posterior existência da infundada pós-grande indústria? É que o autor dos *Grundrisse*, de onde Fausto retirou suas conclusões inadequadas, teria anunciado a substituição do trabalho vivo pelo trabalho objetivado, ou seja, do trabalhador pela maquinaria, resultado do desenvolvimento científico e tecnológico, transferindo para as máquinas a origem do valor. Este seria, até a grande indústria, a medida do tempo de trabalho para a produção da riqueza. Na pós-grande indústria, ele deixaria “de ser a ‘medida do movimento’” (idem, p. 51).

O que Fausto faz é retirar vários trechos dos *Grundrisse* para atribuir-lhes os significados que lhe convêm. Num desses trechos, Marx teria dito que “[...] à medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação da *riqueza efetiva* se torna menos dependente *do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado*, do que da força dos agentes que são postos em movimento *durante o tempo de trabalho [...]*” (FAUSTO, idem, p. 51 – grifos no original). Esse “durante” dito por Marx faria toda a diferença para Fausto comprovar sua teoria da pós-grande indústria. Para este autor, a valorização não mais seria a “cristalização de um tempo posto. Ela se da[ria] *no tempo*” (idem, ibidem – grifos do autor), libertando-se do tempo de trabalho, o que faria com que ela fosse mais valorização. A criação da riqueza dependeria, para Fausto, sempre utilizando as palavras de Marx, “da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência no processo de produção” – citação essa também utilizada por Gorz –, o que faria com que o valor passasse a ser qualitativo, no sentido de “valor negado”, não-valor no sentido de “trabalho abstrato” (entendido como atividade intelectual), portanto, “cristalizado, medido pelo tempo” (idem, p. 51), assumindo um caráter de valor no sentido “qualitativo”, determinado pelo grau de desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

No sentido posto por Fausto, a criação da riqueza não dependeria mais do processo de trabalho, mas seria processo de produção, na qual o homem não seria mais o “suporte da máquina”, mas um sujeito que teria se tornado “guardião da máquina”. Nesses termos, a ruptura entre a grande indústria e a pós-grande indústria estaria expressa na ruptura entre o “suporte” e o “sujeito”. Este último, em Fausto – assim como em Gorz –, não seria o sujeito do processo de produção, visto que o trabalho não seria mais o “agente principal” desse processo, e o homem dele estaria liberado, ao mesmo tempo em que o dominaria. De que forma o homem, sujeito (e não seria a máquina?) e não mais “suporte” da máquina, dominaria o processo de produção? Apropriando-se de sua força produtiva, que estaria

concentrada no cérebro – e somente nele – do produtor da riqueza (imaterial), por meio da qual o sujeito compreenderia a própria natureza.

No entendimento de Fausto, o processo de trabalho fora reduzido a uma abstração, visto que fora transformado, já na grande indústria, a processo de produção. No primeiro caso, teria sido reduzido o tempo de trabalho; no segundo, aumentado o tempo da máquina. Fausto não dá conta de responder, por exemplo, quem produziu as máquinas e se elas produzem sozinhas as mercadorias, já que, para Fausto, não seria mais o trabalhador que intercalaria entre ele e o objeto o objeto natural modificado, mas a máquina. No processo de trabalho, o trabalhador seria o sujeito; no processo de produção, o sujeito seria a máquina (tal como podemos depreender do que apontam os arautos da dita sociedade do conhecimento), já que o homem seria posto “para fora”, liberado, do processo de produção, mas milagrosamente, o homem o dominaria. De que modo? Como guardião e regulador, ele não mais seria um “apêndice da máquina”, através de sua compreensão da natureza.

Para comprovar sua tese, podemos colocar aqui uma citação de Marx que Fausto retirou dos *Grundrisse* como se Marx fosse fundamentar teoricamente sua tese da pós-grande indústria e, por conseguinte, a negação do trabalho. Ei-la:

Nessa transformação, não é nem o *trabalho* imediato que o homem executa, nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação da sua própria força produtiva universal, sua *compreensão da natureza* e sua dominação dela através de sua existência como *corpo social* – em palavra [é] o desenvolvimento do indivíduo que aparece como o grande pilar da produção e da riqueza (MARX *apud* FAUSTO, 1989, p. 52 – itálicos e colchetes postos por Fausto).

No entendimento de Fausto, Marx teria anunciado a posterior existência de um processo de produção que se aparta do trabalho. Nesse processo, o indivíduo – ou o sujeito – poria em movimento suas próprias forças produtivas que estariam em seu próprio cérebro, e seriam de sua propriedade, e ele mesmo, por meio do conhecimento, seria o pilar da produção e da riqueza.

Em outra citação mais longa – que a reproduziremos aqui por ser necessária –, Marx teria dito, na interpretação de Fausto, que o sobretrabalho, ou mais-valia, teria deixado de ser a fonte da riqueza, fazendo cair a produção fundada no valor de troca e, por conseguinte, a teoria do valor-trabalho. Eis a citação:

O roubo de tempo de trabalho alheio sobre o qual repousa a riqueza atual aparece como base miserável diante dessa [base] que se desenvolve pela primeira vez criada pela própria grande indústria. Logo que o trabalho em forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida e, por isso, o valor de troca [deve deixar de ser a medida] do valor de uso. *O sobretrabalho da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza universal, assim como *o não trabalho de poucos* para o desenvolvimento da força

universal do cérebro humano. Com isto, cai a produção fundada no valor de troca e o próprio processo de produção imediato se despoja da forma do carecimento e da posição (MARX *apud* FAUSTO, idem, p. 53 – itálicos e colchetes de Fausto).

Fausto entende que Marx estava anunciando que a base miserável da produção teria sido superada quando o trabalho teria deixado de ser a fonte da riqueza na chamada pós-grande indústria. Nela, o processo material de produção teria deixado de ser o lugar da necessidade e, num passe de mágica, os indivíduos teriam deixado de ser “apêndices dos meios de trabalho” (idem, *ibidem*). Essa ilusória transformação possibilitaria o pleno desenvolvimento das individualidades porque o tempo de trabalho necessário teria sido reduzido a um mínimo, liberando os indivíduos para a formação artística, científica, etc. e possibilitando a independência entre trabalho e produção da riqueza. Essa modificação teria transformado a relação entre ciência e produção, provocando uma mutação tecnológica que faria explodir as bases do sistema, explosão essa sobre a qual se ergueria a “verdadeira riqueza” na terceira forma⁶⁵ que o capitalismo assumiria nesses novos tempos: a “negação do trabalho como fundamento do valor, e do tempo de trabalho como medida da grandeza do valor” (idem, p. 56). Esses novos tempos teriam sido definidos por Fausto como o terceiro momento lógico: momento em que as forças produtivas seriam produzidas sob a forma da ciência, sendo a máquina transformada numa espécie de força de trabalho intelectual, visto que a máquina não precisaria de nenhum ou quase nenhum trabalho que a vivifique. Nas próprias palavras de Fausto, “o autômato é agora autômato espiritual, não simples autômato ‘vivo’” (idem, p. 58-59), “servidor do mecanismo” (idem, p. 61). Para Fausto, Marx teria apontado nos *Grundrisse* a existência de um posterior momento do capitalismo, que Fausto denominou pós-grande indústria, representando a segunda negação do processo de trabalho e, com essa negação, negar-se-ia também a condição do homem como apêndice da máquina. Essa transformação, Marx não a teria visto em *O Capital*, pois, nesta obra, segundo Fausto, o pensador alemão teria previsto a ruína do próprio sistema capitalista, ruína essa explicitada com a categoria da Composição Orgânica do Capital, de acordo com a qual a proporção inversa entre capital constante e capital variável, aumentada com o incremento tecnológico e a redução do trabalho vivo, levaria os capitalistas a diminuir a extração da mais-valia e,

⁶⁵ Fausto diz como na primeira forma, a pré-grande indústria, ou a manufatura, a mais-valia relativa e o prolongamento do trabalho seriam limitados. A pré-grande indústria estaria fincada na “produção simples enquanto aparência do modo de produção capitalista”, cujo princípio seria subjetivo, constituindo o primeiro momento lógico. A segunda forma do capitalismo corresponderia ao pleno desenvolvimento da mais-valia e da jornada de trabalho, o que faria expandir a mais-valia absoluta, segundo Fausto. Essa segunda forma ocorreria na grande indústria propriamente dita, com a produção capitalista.

portanto, seus lucros. Os *Grundrisse*, ao contrário, é que teriam anunciado a “verdadeira transformação [...] do processo produtivo” com o incremento da ciência na produção.

De acordo com Fausto, a “fome” do capital por trabalho alheio não seria mais uma realidade. Na verdade, para este autor, o que ocorre é que o capital se apossa do intelecto dos homens, mas acaba sendo dominado por ele, pois o processo de produção, na denominada pós-grande indústria, não exigiria mais que o homem seja apêndice da máquina, e esse fato indicaria “[...] o fim da subordinação do trabalho ao capital” (idem, p. 60). Continua afirmando Fausto que a riqueza hoje não dependeria mais do trabalho, que seria “não-liberdade”, mas seria produzida pelo não-trabalho. Em que consistiria a riqueza? Na ciência, na arte, etc. cujo substrato seria o não-trabalho. O que seria posto na produção seria o intelecto, não o trabalho humano, já que a máquina, uma espécie de trabalho intelectual, não precisaria mais do trabalho vivo para ser “vivificada”. Essa nova forma de expropriação, Marx não a teria visto.

Fausto, além de atribuir à teoria de Marx o significado que lhe interessa, tem a pretensão de criticar o pensador alemão. Ao tratar, por exemplo, da libertação do trabalho em relação ao capital, Marx teria dito, na interpretação de Fausto, que a libertação suporia “[...] o fim da subordinação *material* do trabalho ao capital” (1989, p. 61 – grifos de Fausto), ou seja, que a “espiritualização” do objeto implicaria numa libertação do trabalho. Entretanto, segundo Fausto, esse entendimento de Marx seria “excessivo”, pois no lugar da subordinação material teria entrado a subordinação espiritual do trabalho ao capital. Em poucas palavras espalhadas em seu texto nada autêntico, que nada revela sobre o real, Fausto, com suas inconsistências teóricas (o que pode ser dito em relação aos autores vulgares que não se cansam de pretender enterrar Marx e o trabalho no século XIX), verificadas inclusive nessas poucas palavras sobre o autor, teria superado Marx e seus quarenta anos de estudo sobre a lógica que preside a sociabilidade burguesa, que, por sua vez, ainda se mantém viva, apesar dos discursos em contrário.

Sendo a riqueza (que não possui um sentido “material”) o produto do não-trabalho, do tempo livre, isso significa dizer que os indivíduos teriam a possibilidade de serem enriquecidos “espiritualmente”, pois usariam suas próprias forças produtivas – cognitivas – para produzir riqueza – imaterial. Esse tempo livre teria transformado seu possuidor em outro sujeito, que agora possuiria uma indigesta “anti-economia política” ou “economia política negativa”, cuja base nodal seria o tempo de não-trabalho, num processo de subjetivização da própria riqueza e do valor. Seria por esta razão que, na pós-grande indústria, o processo de

produção teria “um caráter muito próximo ao de um processo da produção da ciência” (idem, *ibidem*).

Como o capital se alimenta do trabalho excedente, diz Fausto que ele “aumenta o trabalho excedente da massa através de todos os meios da arte e da ciência” (idem, p. 65). Esse aumento do trabalho excedente diminuiria o trabalho de todos, o que seria um aspecto importante para o desenvolvimento do próprio capital: contraditoriamente, aumentaria o trabalho excedente (o não trabalho) e reduziria o tempo de trabalho de todos, impulsionando o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas (que estariam no cérebro, não nos esqueçamos!). Mas não seria somente o capital que se desenvolveria. À medida que aumentaria essa contradição, mais a massa de trabalhadores deveria se apropriar, ela mesma, do próprio trabalho excedente. Apropriando-se do trabalho excedente, estaria eliminada a contradição entre trabalho excedente e tempo livre, e este último seria a medida da riqueza. A riqueza, na época de Marx, seria, segundo Fausto, “trabalho cristalizado”; hoje, “não trabalho cristalizado”. No primeiro caso, teríamos uma “espécie de promiscuidade”, que levou à excrecência o termo “material”. No segundo, não teria mais um sentido material e seria produzida pelo não trabalho, no trabalho livre. Ela própria teria se tornado tempo de não trabalho. Para Fausto, Marx teria visto nos *Grundrisse* a subordinação material do trabalho ao capital, dominando agora o trabalho intelectual. Assim, a subordinação do trabalho ao capital não se completaria, pois o processo de trabalho teria se transformado em processo de produção. Sendo a riqueza produto do não trabalho, no tempo livre, então o tempo livre seria subordinado ao capital.

Em nosso entendimento, Marx nunca defendeu que, num estágio posterior do desenvolvimento capitalista, com o avanço da ciência e da tecnologia, o processo de trabalho seria transformado em processo de produção. Muito menos que a riqueza seria produzida pelo não trabalho, no tempo livre, que seria tempo excedente do capital. O que Marx denunciava era o caráter do trabalho no modo de produção capitalista voltado para a produção do valor de troca (em que a máquina nunca poderá substituir totalmente os homens, mas uma parte deles, posto que, por mais que se dê a diminuição do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto, isto não significa o fim do trabalho, pois as máquinas precisam ser acionadas pelos homens e, ademais, são eles que as produzem), sendo o valor de uso o substrato material do valor de troca. Ele nunca disse que, nesse modo de produção, o valor de uso deixaria de ser produzido,

mas que a mercadoria possui um duplo caráter⁶⁶. Processo de trabalho é, pois, processo de produção de valor de uso.

Ao contrário de Fausto, que afirma que nos *Grundrisse* Marx teria apontado o antagonismo relativo entre trabalho vivo e trabalho morto, já que o intelecto humano estaria posto na produção, este pensador alemão denunciou, isto sim, as condições miseráveis da produção da riqueza sob o capital, anunciando que o trabalho somente assumirá seu caráter ontológico como produtor do valor de uso numa sociedade autenticamente humana, tarefa histórica que os próprios homens estão por construir.

Fausto, na verdade, não se coloca como defensor da dita sociedade ou economia do conhecimento. Entretanto, sua tese da modificação da substância do valor decorrente da transformação do processo de trabalho em processo de produção soma-se às teses defendidas em nosso tempo histórico de que Marx não poderia explicar a sociedade atual baseada no desenvolvimento ímpar da ciência e da tecnologia. Por isso, tal modificação do valor e do processo de trabalho é a consequência necessária de uma má interpretação do que realmente saiu da mão e do cérebro de Marx – e que interessa muito bem ao capital –, convergindo para a negação do próprio Marx e de sua teoria. Ademais, todos os grandes autores que negam o trabalho advieram das fileiras do marxismo, segundo eles próprios, o que faz da negação de Marx e da pedra angular de sua teoria um projeto ainda mais pertinente ao próprio capital.

As ideias de Gorz e de Fausto seriam suficientes para expormos que a fantasiosa desmaterialização do trabalho pretensamente operada pela informação, base da também fantasiosa economia do conhecimento, é posta atualmente como uma tese que, conforme dissemos, seria explicativa desses novos tempos. Como sabemos, os autores buscaram “fundamentação” teórica no próprio Marx, nos *Grundrisse*, como se esta obra oferecesse os elementos teóricos para o entendimento desses “tempos sombrios”, no dizer de Brecht, desconsiderando a trajetória de Marx nos estudos de Economia Política⁶⁷. Entretanto, faz-se necessário incluirmos aqui mais um autor, Marcos Dantas (2006), que, ao contrário de Fausto, demonstrou que nada conhece do próprio Marx, como demonstraremos mais adiante. Desta vez, a obra de Marx alvo de “atualizações” não são os *Grundrisse*, mas o próprio *O Capital*, obra que expõe, após décadas de estudos, as leis internas do modo de produção capitalista, ainda vigente, apesar dos discursos em contrário.

⁶⁶ Marx revelou, na sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, o processo histórico de constituição da mercadoria. Ver MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo; Martins Fontes, 2003, pp. 42-58.

⁶⁷ Mais adiante, faremos uma exposição do que saiu da letra de Marx feita por este pensador nos *Grundrisse* e em *O Capital*, para rebatermos o que está sendo posto por estes autores que defendem o fim do trabalho.

Aponta Marcos Dantas (2006) que, nestes tempos, o desenvolvimento científico e tecnológico exerceria uma função primordial no processo de criação do valor, este seria produzido pela informação. Nessa criação, o trabalho consistiria não na transformação material de uma mercadoria, mas na capacidade de o trabalhador introduzir nela informação, ou seja, o valor seria decorrente da capacidade que o trabalhador possuiria de processar informação.

Vale aqui reiterar que, na ótica desses porta-vozes do capital, o valor acrescido ao trabalho passado não adviria da exploração capitalista, pois esta ocorreria sobre o trabalho morto e não sobre o trabalho vivo, como teria posto Marx nos *Grundrisse*. Aliás, Marx não teria considerado que o conhecimento, as destrezas e as habilidades do trabalhador nada custavam ao capital. Este pensador teria hostilizado o desenvolvimento científico e tecnológico porque não teria se dedicado, em *O Capital*, à discussão sobre a transmissão de informações (DANTAS, 2006), pois, em sua época, o processo produtivo baseado na indústria empregava trabalhadores que possuíam conhecimentos tanto sobre as técnicas quanto sobre os processos de produção, absorvendo o conhecimento contido no trabalho, não explorando essa capacidade do trabalhador, mas apenas seu corpo. Em outras palavras, o capital não explorava o conhecimento do trabalhador, mas o seu corpo, suporte de sua mente e de sua memória (idem), por meio de uma extensa jornada de trabalho, uma das três dimensões da mais-valia, segundo este autor. As outras duas seriam o barateamento dos custos de produção e a absorção de inovações nascidas no próprio trabalho, e esta última não teria sido vista por Marx.

Em nossos dias, o capital não teria mais fome pela extração de mais-valia nem imporia o barateamento dos custos da produção da força de trabalho. Na época de Marx, segundo Marcos Dantas (2006), os custos de produção da força de trabalho não passavam de “[...] alguns alimentos essenciais, vestuário elementar e casebre quase sem móveis”. Hoje, a “[...] ‘subsistência’ do trabalhador médio, no capitalismo avançado, costuma incluir casa própria adquirida a prestações, automóvel mesmo que ‘popular’, viagem de férias com a família e toda a parafernália eletro-eletrônica que a indústria capitalista é capaz de produzir e criar, para cuja aquisição os salários necessitam situar-se acima de algum nível mínimo de ‘consumo’” (DANTAS, 2006, p. 56). Finaliza o autor (idem, ibidem): “duas das três dimensões da mais-valia já não afetam, em condições normais, o processo de valorização. Podem ser tomadas como constantes neutras”. Evidentemente, a única dimensão da mais-valia que teria validade para os dias atuais seria a inventada por este autor.

O que afetaria a mais-valia, segundo este autor, seria a intensificação do trabalho por unidade de tempo. Desta vez, o tempo teria se deslocado do tempo da máquina para o “tempo que poupa trabalho”, isto é, o tempo seria reduzido devido à maior capacidade de processar informações e produzir conhecimento que reduziria ao mínimo o que Marx teria chamado de interrupções na produção. O trabalho vivo já não mais transformaria materialmente quase nada, e a riqueza seria desmaterializada. Então, como explicar a existência da mercadoria nesses novos tempos? Ela seria produzida não pelo trabalho vivo, mas pelo trabalho morto, a maquinaria é que faria esse serviço. O trabalho vivo estaria na comunicação: com a máquina, com os colegas (idem).

Aponta Dantas (2006) que essa transformação teria modificado a fonte do valor, alterando aquela fórmula através da qual Marx explicou os ciclos de produção do capital-dinheiro. Mas que fórmula é essa? Marx explicitou-a no primeiro capítulo de *O Capital*, Livro II, Volume 3, Parte Primeira, *O Processo de Circulação do Capital*. Marx desvela quais *As Metamorfoses do Capital e o Ciclo Delas* no Capítulo I, que trata d’*O ciclo do capital-dinheiro*. Depois de expormos o que desenvolveu o pensador alemão, falaremos de tal substituição empreendida pelos teóricos atuais que defendem o fim do valor-trabalho, dentre eles, Dantas, que sugeriu a transformação da fórmula sobre a qual falaremos agora.

Esse processo, conforme expõe Marx, tem seu começo e seu fim na esfera da circulação. É nela que o capital tem seu ponto de partida. Na esfera da circulação, afirma Marx, o valor-capital assume a forma de capital-dinheiro e de capital-mercadoria, ao passo que na esfera da produção assume a forma de capital produtivo.

Marx explica que o processo cíclico do capital é realizado em três estágios. Esse processo fora exposto pelo autor, conforme afirma ele próprio, no Livro Primeiro e reiterado no Livro Segundo. Neste caso, em que o pensador alemão traz novos elementos principalmente sobre o segundo estágio, o processo, composto de três estágios, está explicitado da seguinte forma: [1] no primeiro, que tem início na esfera da circulação, o capitalista, possuidor do dinheiro, aparece como comprador de mercadorias, dentre elas, a mercadoria força de trabalho e os meios de produção; [2] no segundo, as mercadorias compradas são postas em movimento para a produção de novas mercadorias, cujo valor é superior ao valor utilizado para a sua produção; [3] no terceiro estágio, o capitalista retorna à esfera da circulação, só que agora como vendedor de mercadorias, e estas se convertem em dinheiro acrescido de mais-valia. O dinheiro, diz Marx no Livro Primeiro, Capítulo IV *Transformação de dinheiro em capital*, é o último produto da circulação e constitui a primeira

forma fenomênica do capital, pois o dinheiro é o equivalente universal por meio do qual são trocadas todas as mercadorias.

No Livro Segundo, no capítulo primeiro, que trata de *O ciclo do capital-dinheiro*, Marx explica que o primeiro estágio é expresso na fórmula $D - M$; o segundo, na fórmula $D - M (M_p \text{ e } F)$, sendo F a força de trabalho e M_p , os meios de produção, ou seja, por meio de D inicial, o capitalista comprou a força de trabalho e os meios de produção necessários à produção capitalista de mercadorias; o terceiro está expresso na fórmula $M' - D'$. A fórmula geral do processo cíclico do capital é este: $D - M (M_p \text{ e } F) \dots P \dots M' - D'$, sendo as reticências a interrupção do processo; P , a produção; M' e D' , o acréscimo de mais-valia.

O primeiro estágio, conforme desvelado por Marx, tem sua gênese na esfera da circulação, que ocorre entre comprador e vendedor de mercadorias: na relação entre capitalistas, o que compra transforma o dinheiro em mercadoria; o que vende transforma mercadoria em dinheiro.

Vimos que, por meio de D , o capitalista compra a força de trabalho e os meios necessários à produção de mercadorias, cuja bifurcação $D - M (M_p \text{ e } F)$ possui, de acordo com Marx, uma significação qualitativamente alta, pois a força de trabalho é vendida por um salário que não paga o valor produzido pelo trabalhador. Acerca dessa questão, Marx demonstrara incansavelmente que a jornada de trabalho possui uma dupla constituição: uma parte dela é trabalho necessário à reprodução da força de trabalho; a outra, trabalho excedente, portanto, trabalho não pago. Veremos, mais adiante, por que a inserção da ciência e da tecnologia altera essa constituição, em que o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente são inversamente proporcionais, ou seja, à medida que o primeiro diminui aumenta o segundo. Por exemplo, num contrato de trabalho cuja jornada é de 8 horas, o salário que o trabalhador recebe corresponde, no máximo, à metade desse tempo de trabalho, que é o trabalho necessário, portanto, 4 horas. Se o capitalista compra a força de trabalho de 100 trabalhadores, isso significa que eles terão de fornecer 800 horas de trabalho para o comprador, sendo que 400 horas, considerando uma taxa de mais-valia de 100%, compõem o trabalho não pago.

Antes de continuarmos, é necessário explicar aqui que a taxa de mais-valia não é idêntica à mais-valia. A primeira, expressa pela fórmula $m' = m/v$, refere-se ao grau de exploração da força de trabalho, fornecida pela relação entre trabalho necessário e trabalho excedente. A mais-valia, por sua vez, é extraída do trabalho não pago, fonte do lucro do capitalista. Portanto, é o trabalho quem cria valor, não as máquinas, como pretendem nos fazer crer os arautos do capital. Portanto, a mais-valia é extraída do trabalho vivo, e Marx

nunca disse outra coisa diferente, por mais que insistam em encontrar nele palavras que não foram ditas nem escritas pelo pensador alemão.

Voltemos ao nosso exemplo: se um capitalista contrata 100 trabalhadores, pagando-lhes semanalmente R\$ 50,00 reais como salário, esse capitalista gasta com capital variável R\$ 5.000,00. Em cada semana, os trabalhadores devem produzir mercadorias cujo valor deve estar acima do que foi gasto com salário, ou seja, com capital variável. Considerando a taxa de mais-valia de 100%, os trabalhadores devem produzir mercadorias que deverão ser vendidas pelo capitalista no terceiro estágio (do qual falaremos mais adiante), e este capitalista deve conseguir embolsar R\$ 10.000,00, sendo a metade a mais-valia extraída, cuja fonte é o trabalho não pago. Uma parte da mais-valia deve ser posta em movimento para o investimento em tecnologias e matérias-primas suficientes para aumentar a produtividade do trabalho e reduzir o tempo do trabalho necessário.

Em sua exposição, Marx deixa claro que o salário que o trabalhador recebe não é capital, é mercadoria por meio da qual ele trocará por outras mercadorias. Para ser capital produtivo, o dinheiro deve ser utilizado na compra da força de trabalho, porque é esta que cria valor. A fórmula $D - M (M_p \text{ e } F)$ não significa somente que o capitalista possui uma coisa útil, mas significa, isto sim, que ele possui as condições necessárias para colocar em movimento a força de trabalho e os meios de produção para produzir mercadorias com acréscimo de mais-valia as quais entrarão na esfera da circulação para serem vendidas e, ao final do processo, o capitalista embolsa dinheiro acrescido de mais-valia.

Marx explica ainda que no início do processo, o valor de P é igual ao valor de F mais M_p , ou seja, P é D que se converteu em F e M_p . É a etapa da conversão do valor-capital na forma de dinheiro, que é capital adiantado, em capital produtivo. E o pensador alemão explica por qual razão.

Podemos ver que na fórmula $D - M (M_p \text{ e } F)$ está contida a compra, pelo capitalista possuidor do dinheiro, dos meios de produção e da força de trabalho. O capitalista é possuidor de D que compra $M (D - M)$, sendo F também M . É a relação $D - F$ o fator que caracteriza a transformação da capital-dinheiro em capital produtivo e não $D - M_p$. Ou seja, D é dinheiro adiantado, que se transforma em capital, em valor que produz mais-valia. No entanto, F diz respeito, por outro lado, à venda da mercadoria força de trabalho pelo seu possuidor, o trabalhador assalariado. Na compra dessa mercadoria, a fórmula que a expressa é $D - M$. Na venda, há uma inversão: $M - D - M$, tal como ocorre na circulação simples. O trabalhador, proprietário dessa única mercadoria que possui, vende essa mercadoria para obter dinheiro com o qual comprará as mercadorias necessárias à sua existência. Estas mercadorias

compradas pelo trabalhador não retornam à esfera da circulação, mas são consumidas pelo trabalhador. A fórmula que expressa a venda dessa mercadoria força de trabalho é $F - D - M$, que, segundo Marx, configura-se primeiramente em $F - D (= M - D)$ e, depois, em $D - M$. Em outras palavras, o trabalhador primeiramente vende a sua única mercadoria para obter dinheiro; depois, com o dinheiro adquirido, compra mercadorias para o seu consumo. Marx assim se expressa acerca desse primeiro estágio da circulação: “[...] do lado do vendedor do trabalho, é transformação de sua mercadoria na forma dinheiro dela. O dinheiro assim recebido gasta-o o trabalhador pouco a pouco numa soma de mercadorias que satisfazem as suas necessidades, os artigos do consumo” (MARX, 2011a, p. 43).

Continua afirmando o pensador alemão que $D - Mp$ tem como função somente corporificar a massa de trabalho, que é o quantum de trabalho cristalizado na mercadoria. O trabalho cria valor, produz um valor maior do que o seu próprio, pois o salário, denuncia Marx, “[...] é uma forma dissimulante em que, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como preço do trabalho por ela realizado durante uma jornada, de modo que o valor produzido por essa força em 6 horas de trabalho se exprime como valor de seu funcionamento ou do trabalho durante 12 horas” (Idem, p. 43).

Na sociedade produtora de mercadorias, o “[...] característico não é que a mercadoria força de trabalho seja comprável e sim que a força de trabalho apareça como mercadoria” (idem, p. 44), ou seja, que o trabalhador seja tão despojado dos meios de produção para que possua sua própria pele para vender. E, para comprá-la, o capitalista deve comprar, antes, os meios de produção, para que já estejam presentes no momento de empregar a mercadoria força de trabalho.

Como sabemos, Marx denunciou que, para que o trabalhador venda a única mercadoria que possui, ele deve ser despojado dos meios de produção. Em Marx, tão logo é posta à venda, a força de trabalho, combinada com os meios de produção, constitui componente do capital produtivo do capitalista. Portanto, a fórmula $D - M (Mp \text{ e } F) \dots P \dots M' - D'$ expressa a produção numa sociedade em que o trabalho assalariado assume uma escala universal. A sociedade capitalista não produz apenas mercadoria e mais-valia: reproduz cada vez mais uma classe de assalariados, na qual os trabalhadores descem cada vez mais ao nível de mercadoria – e de miserabilíssima mercadoria, como aponta Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844.

Quanto ao segundo estágio, este trata da função do capital produtivo. Para expô-la, Marx relembra o que expusera no primeiro estágio: o ciclo do capital começa na circulação, em que o capitalista transforma o dinheiro que ele possui em mercadoria. Mas esse

ciclo tem que ser completado com a transformação da mercadoria em dinheiro. Do ato expresso em $D - M$, a circulação deve ser completada com $M - D$, o seu oposto. No primeiro caso, o capitalista compra a mercadoria; no segundo, vende-a.

Aponta Marx que o ciclo entre $D - M$ deve ser interrompido. Diz o pensador alemão que, ao transformar o capital-dinheiro em capital produtivo, o valor-capital não pode continuar a circular porque tem de se destinar ao consumo produtivo, que é a utilização da força de trabalho para empregar os meios de produção para gerar mercadorias com acréscimo de mais-valia.

O segundo ciclo tem, pois, que passar da esfera da circulação para a esfera da produção. É neste segundo estágio que funciona o capital produtivo. O capitalista só pode continuar a ser possuidor do dinheiro se o dinheiro adiantado no primeiro estágio retornar às suas mãos, o que ocorre somente com a venda das mercadorias produzidas.

Voltando à explicitação do segundo estágio, nele, a força de trabalho e os meios de produção, postos em funcionamento para a produção de mercadorias, já não funcionam como mercadorias, mas como capital variável e capital constante, respectivamente, sendo que a primeira, a força de trabalho, em mãos do capitalista, continua sendo capital mesmo fora do processo de produção, fato que explica a necessidade de o capital manter trabalhadores desempregados para constituírem o que Marx chamou de “superpopulação relativa”, ou, nas palavras dadas por Engels, “exército industrial de reservas”.

No lado oposto da relação compra e venda da força de trabalho, o assalariado, seu proprietário, vende a única mercadoria que possui para que o comprador utilize-a na produção. Quanto aos meios de produção, estes, por sua vez, só são capital produtivo se forem incorporados à força de trabalho. Esta não é, por natureza, capital, ela só se torna capital em determinadas condições históricas. Nelas, o produto do trabalho não é só mercadoria, é mercadoria produzida com mais-valor, que entrará novamente no processo de circulação para ser vendida e, por meio dessa venda, o capitalista embolsará o dinheiro com acréscimo de mais-valia, D' . Este é o terceiro estágio, em que a mercadoria produzida pela força de trabalho se transforma em capital-mercadoria, ou seja, em mercadoria com acréscimo de mais-valia, que precisa ser vendida para que a mais-valia se realize.

Nesse terceiro estágio, Marx explica que a forma capital-mercadoria tem sua gênese no processo de produção e não na circulação. A fórmula $M' - D'$ deste estágio não é idêntica a $D - M$ do primeiro estágio. O que diferencia M de M' é que nesta está contida a magnitude do trabalho que a objetivou, ou seja, é uma mercadoria valorizada pela mais-valia extraída do trabalho não pago, é a transformação do capital produtivo P em M acrescida de

mais-valor. No final do processo de circulação, M' , cuja função é a de ser produto-mercadoria, deixa a forma mercadoria para assumir, novamente no mercado, na esfera da circulação, a forma dinheiro, cujo valor está acima do dinheiro adiantado no primeiro estágio. Ao assumir a forma D' , o valor-capital serve para criar valor em graus diferentes.

Se o capitalista, ao vender sua mercadoria, retira dessa venda D' , é porque entregou ao mercado mercadorias com acréscimo de valor, portanto, é no processo de produção que é gerada a mais-valia (MARX, 2011a). O que muda não é a forma, mas a magnitude do valor. M' e D' têm a propriedade de ser capital enriquecido.

Marx aponta que o produto P é considerado coisa material diversa dos elementos do capital produtivo, ou seja, da força de trabalho e dos meios de produção postos em movimento para a produção de mercadorias, e seu uso também é diverso em relação a esses elementos. Isso ocorre, segundo Marx, quando o produto de P é um objeto. É aqui que Marx afirma que existem ramos industriais autônomos, destacados da produção, em que o resultado de P não é nenhum produto.

Marx, ao mostrar a totalidade contraditória do sistema capitalista ($D - M_p - D'$), na análise de *O capital*, apresenta as categorias Mercadoria/força de trabalho e Criação da mais-valia, convertida em mais capital e demonstra que a troca de equivalentes, princípio fundamental do capital, ou seja, a troca da força de trabalho por salário, passa a ser de não equivalente, uma vez que o dinheiro do capital já fora pago pela mais-valia. Dito de outro modo, nos primeiros anos de produção, a soma da mais-valia cobre o capital inicial investido pelo capitalista, depois é o próprio trabalhador que paga o seu próprio salário, mediante a exploração absoluta e relativa que produz e intensifica a mais-valia, ou seja, o trabalho de hoje é pago pelo salário de ontem.

Vale ressaltar que, para que esta troca ocorra entre o capitalista, como comprador, e o trabalhador, como vendedor, estes atos precisam ser isolados, ou seja, devem ser considerados como atos de indivíduos e não uma troca entre classes. Nestes termos, os contratos de compra e venda são independentes e, portanto, não haveria desrespeito de equivalência – não seria um roubo de trabalho alheio, mas algo contratual, permitido, não explorado.

Todavia, para haver produção capitalista de mercadorias, separa-se $D - F$ e $D - M_p$, ou seja, os trabalhadores livres são separados dos seus meios de produção, o que faz cair por terra a afirmação tão cara ao capital de que os trabalhadores, na proclamação “Sociedade do Conhecimento”, ou para utilizarmos um termo impresso por Duarte, “Sociedade das Ilusões” – para o qual acrescentaríamos, sociedade da negação do trabalho e da luta de classes –,

seriam proprietários dos seus meios de produção, ou melhor, do único que possuiriam, o conhecimento. Este, no sentido ontológico, exerce uma função primordial no processo de transformação da natureza e do próprio homem, mas nunca exercerá essa função isolada da atividade fundante do mundo dos homens que, sob o capital, assume o caráter de trabalho explorado. Nessa sociedade capitalista, que é a sociedade produtora de mercadorias, por excelência, as relações sociais são regidas pela lógica do ter, em que o conhecimento é deslocado da relação ontológica que possui com o trabalho e, ainda, tornado tão fugaz como a própria mercadoria.

A mercadoria força de trabalho e as mercadorias denominadas meios de produção são compradas separadamente, mas são postas em combinação para a produção de novas mercadorias. Marx (2011a) reitera sempre que o processo de produção de mercadorias se torna ao mesmo tempo processo de exploração da força de trabalho, contrariando mais uma vez a tese de que viveríamos em novos tempos para além da luta de classes – já que a dita “Sociedade” ou “Economia do Conhecimento” não nega o fato de que a sociedade atual é produtora de mercadorias, mas afirma que estas seriam produzidas pelo trabalho morto. O que ela nega é o fato primordial na teoria de Marx de que é o trabalho a fonte da riqueza do capitalista. Para essa tese, entretanto, o conhecimento seria a categoria central nessa produção de mercadoria, na propalada sociedade em que as TIC’s exerceriam papel fundamental.

A propósito do que hoje se denomina TIC’s, Marx apontou no capítulo I, do Livro II, que a indústria da Comunicação, tão alardeada em nosso tempo histórico como potencializadora da pretensa liberdade humana, está incluída dentro dos setores industriais de produção de mais-valia. Nesses ramos, o resultado da produção não é nenhum produto específico, mas cumprem uma função economicamente primordial na produção de mercadorias. Aponta o pensador alemão que, além do setor da comunicação, os ramos de transportes possuem uma função econômica fundamental. Em relação ao primeiro, sua função é a transmissão de notícias, serviço postal, etc., à procura de consumidores. No que tange ao setor de transportes, Marx afirma que sua função é vender a mudança de lugar de homens e de mercadorias, e esse movimento é o processo de produção que a indústria de transportes realiza, cujo efeito útil é usufruído exatamente durante o processo de produção. Por essa razão, não existe uma mercadoria circulando depois de ser produzida, como ocorre com os produtos dos outros ramos industriais. Aponta Marx que, entretanto, o valor-de-troca desse efeito útil é determinado como o valor-de-troca de qualquer mercadoria, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. No caso dos transportes, soma-se ao valor

dos elementos força de trabalho e meios de produção a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores da indústria dos transportes (MARX, 2011a).

Mas o que diz Marx acerca desses ramos industriais, sobretudo os da comunicação, no processo de produção de mais-valia não encontra ressonância nas teorias atuais. Melhor dizendo: estas pretendem ter superado o pensador alemão no que se refere às TIC's como base da produção da riqueza na dita sociedade do conhecimento. Em seu interior estariam incluídas as tecnologias da comunicação. Em se tratando do setor dos transportes, Marx, segundo Dantas (2006), tê-lo-ia incluído no setor da comunicação.

Disse Marx, como vimos, que a função que cumprem esses setores é primordial no processo produtivo, mas sua produção não é nenhum produto específico. Dantas (idem), aproveitando-se da afirmação marxiana, apontou que não seria estranho que houvesse na teoria marxiana a produção do valor sem a produção de nova mercadoria. Para Dantas, a “utilidade” do setor de comunicação seria poupar tempo de trabalho sem haver nenhuma transformação material. Nesse sentido, estaria alterada aquela fórmula marxiana que expressa as metamorfoses do capital-dinheiro.

Voltemos à fórmula explicitada por Marx acerca do processo de circulação do capital-dinheiro: $D - M (M_p \text{ e } F) \dots P \dots M' - D'$. Como vimos, o capitalista possuidor do dinheiro compra no mercado meios de produção e força de trabalho para pô-los em movimento tendo em vista a produção de mercadorias com acréscimo de valor. Essas mercadorias produzidas devem entrar na esfera da circulação para que sejam vendidas, visto que é por meio dessa venda que o capitalista embolsa o dinheiro valorizado.

Não é assim que explica Dantas (idem). Essa fórmula marxiana não se aplicaria ao setor de transportes e de comunicação. No caso do primeiro, a fórmula que o expressaria seria esta: $D \rightarrow M \dots P \rightarrow D'$. Nesta fórmula, D seria adiantado pelo setor de transportes; M, compra de mercadorias (caminhão, por exemplo); P seria a produção sem o “produto específico”, que, no caso, seria o ato de transportar determinadas mercadorias (alimentos, por exemplo); D' seria o dinheiro com acréscimo de valor criado pelo ato de transportar; as reticências seriam a interrupção no processo, pois as mercadorias a serem transportadas demandariam a atividade de pesar, medir, calcular etc. desenvolvida pelo trabalho vivo.

Qual seria a função do setor de transportes para Dantas? Anular o espaço por meio do tempo, ou seja, encurtar o espaço para acelerar a circulação de mercadorias e de dinheiro, de forma que o movimento de um lugar para o outro seja reduzido ao mínimo.

Além da dimensão espacial, haveria outro momento no processo de produção do capital: a dimensão temporal. A espacial, como vimos, seria encurtada pelo setor de

transportes; a temporal, pelo setor de comunicação. Ambas seriam valor sem serem mercadorias e implicariam um maior desenvolvimento das forças produtivas.

Em se tratando do setor de comunicação, a fórmula que a expressaria, segundo Dantas (2006), seria a seguinte: $D \rightarrow M \dots I \rightarrow D'$, sendo D o dinheiro adiantado pelo setor de informação e de comunicação; M, meios de trabalho (que seriam apenas usados pelo trabalho vivo) e capacidade de trabalho para realizar as atividades de perceber, processar, registrar e comunicar informação; I, a informação, “produto” a ser vendido; D', o valor extraído do setor de comunicação; as reticências, a interrupção no processo, visto que seria necessário instalar os “meios” imprescindíveis para pôr em funcionamento a capacidade de trabalho vivo para produzir informação.

Para esta valorização no setor de comunicação, conforme Dantas (2006), seriam secundários tanto a transformação material quanto o deslocamento. No que se refere à primeira, ela sempre ocorreria, devido à necessidade de repor “materiais e seres humanos”, que se desgastam. Mas essa transformação seria operada pelo trabalho morto, não pelo vivo (idem, p. 60).

O trabalho vivo teria se deslocado da transformação material, tornando-se “[...] um *processo combinado de trabalho informacional*” (idem, ibidem – grifos do autor). Seria trabalho “*coletivo, combinado, interativo*” (idem, ibidem – grifos do autor). Nesse processo, cada trabalhador, “seja o cientista, seja o operário, não passa de um *elo* num sistema *total* que, inclusive [...], contribuem repartindo trabalho entre si, para a produção *total* de *conhecimento valorizável e valores de uso mercantilizáveis*”, não necessitando mais que um trabalhe com a cabeça e o outro com as mãos (idem, p. 60 – grifos no original). Com as TIC's, o capital poderia acessar quase imediatamente os valores de uso criados pelo trabalho no setor informacional, derrubando, por conseguinte, as barreiras temporais e espaciais que poderiam retardar o processo de produção e de valorização.

Exigência desse processo seria a crescente automatização digital, que eliminaria milhões de trabalhadores por não possuírem este conhecimento, de modo que já não apareceriam como “exército industrial de reserva”. Os “sortudos” por ainda encontrarem trabalho estariam sendo transferidos, graças à teleinformatização, para lugares onde seriam explorados em “condições de quase-escravidão”, com “baixíssimo valor informacional” (idem, p. 60). Mas essa situação de “quase-escravidão” adviria tão-somente do fato de que o trabalhador não possui as capacidades cognitivas para dela sair e participar do trabalho informacional, que o tiraria dessa humilhante situação. Poderíamos dizer, partindo da análise de Dantas, que aquela parcela degradada do proletariado, somando-se ao lupemproletariado,

encontra-se nessa situação porque não possuem seus meios de produção, no caso, o conhecimento, ou a informação, escondendo descaradamente que tal parcela é produto histórico dos homens no modo de produção regido pela lógica do capital.

Marcos Dantas continua afirmando que o ciclo da comunicação produtiva, da valorização da informação, teria sido apenas percebido por Marx, mas não elaborado. Dantas, é claro, é quem ofereceria os delineamentos fundamentais para o entendimento desse ciclo. Em sua opinião, a dificuldade de Marx residiria no fato de que, em seu tempo histórico [de Marx], “o trabalho exclusivamente informacional era aquele executado pelo próprio empresário individual e alguns poucos auxiliares, com ajuda de papel e bico de pena [...]. Na firma capitalista de hoje em dia, assistimos a *trabalho vivo produzindo atividade viva*” (idem, *ibidem* – itálicos do autor), por exemplo, os artistas, que precisariam apenas de mentes e corpos; os criadores de softwares, que, para, criar, precisariam apenas utilizar os materiais produzidos pelo trabalho morto.

Diferentemente do “capital-industrial da época de Marx”, o “capital-informação” exigiria “um novo princípio de apropriação baseado não mais na troca”, pois este teria deixado de ser a medida do valor (idem, p. 66). Nesse ciclo do capital-informação, o trabalho vivo não mais transformaria nenhuma mercadoria. Hoje, o trabalho vivo utilizaria produtos materiais “ditos ‘mercadorias’” para processar e comunicar informação. Para reiterar, quem produziria a base material, o suporte físico do trabalho informacional, seria o trabalho morto. M se transformaria em M' não porque conteria mais-valia, mas porque teria congelado informação.

Pensamos que os autores utilizados até aqui bastam para tornar claro que a negação do trabalho e a afirmação de uma nova categoria que toma o seu lugar é uma estratégia do capital num contexto histórico em que esse sistema, pela primeira vez, joga a humanidade à beira de sua própria extinção. Além do mais, em relação a esses ideólogos vulgares ao extremo, que passam ao longe da superfície do real, precisamos de estômago para suportar suas palavras. Para explicitar sua falsidade, voltemos agora a Marx, às palavras que saíram do “bico de sua pena” escritas tanto nos *Grundrisse* quanto em *O Capital*. Tais palavras, sim, denunciam o caráter brutal e extremamente desumanizador da lógica do capital sobre o conjunto da humanidade. Vamos começar com os *Grundrisse*, obra que “caiu no gosto” do capital e de seus apologetas.

Os *Grundrisse* – que levaram cerca de 15 anos para serem elaborados (ROSDOLSKY, 2001) – referem-se a um texto, escrito entre 1857 e 1858, no qual Marx registrou seus estudos sobre Economia Política, já no exílio londrino, a partir de 1850, após a

vitória da contrarrevolução (dissemos, em momento anterior, que os anos de 1848 e 1849 foram anos de revoltas dos trabalhadores, revoltas essas que foram reprimidas violentamente pela burguesia, pondo fim à onda revolucionária que “rondava” a Europa, começando e terminando na França).

Após o fim dessa onda revolucionária – que, mesmo não se tratando de luta pelo socialismo (pois consistiu numa luta que interessou à própria burguesia para enterrar de vez os restos mortais do *Anciën Régime*), preparou o terreno para o advento da revolução proletária (como afirmou Engels no Prefácio de 1893 do *Manifesto do Partido Comunista*) e expôs, aos olhos da burguesia, o perigo que lhe oferecia a organização da classe trabalhadora, numa fase em que se abriu uma prosperidade industrial –, Marx compreendeu que era hora de recuar na luta prática e empreender uma tarefa teórica para oferecer ao proletariado o conhecimento sobre as condições econômicas nas quais se erguiam o descanso da burguesia e a escravidão da classe trabalhadora para garantir aquele descanso que a esta classe se contrapunha.

Nessa tarefa de elaborar a “arma da crítica”, Marx, segundo Rosdolsky (idem), comentou, entre setembro de 1850 e outubro de 1851, trabalhos de 52 economistas. Alerta Rosdolsky que não foi nesse período que Marx revelou toda a sua estatura, mas meia década antes, com a obra *Miséria da Filosofia*, o ensaio *Trabalho assalariado e capital*⁶⁸, ambos de 1847, e o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. Nessas obras, Marx já havia elaborado as linhas-mestras de sua teoria sobre a mais-valia, revelando que o trabalho se tornara definitivamente a pedra angular de sua vasta obra (ROSDOLSKY, 2001). É por isso que, nos *Grundrisse*, o trabalho como fonte do valor permeia toda a obra, não sendo verdadeira a afirmação dos autores acima citados de que nessa obra Marx teria previsto o fim do processo de trabalho e o tempo em que o trabalho prescindiria da transformação da natureza.

Marx estudou muito para tecer qualquer comentário sobre “interesses materiais”, pois envolvem questões econômicas, filosóficas, históricas. Para dar conta de sua obra sobre economia, Marx estudou inclusive matemática, pois sem ela não teria compreendido os fundamentos da Economia Política. Para se apropriar do conhecimento das leis objetivas que regem o modo de produção capitalista, Marx também deu aulas em casa sobre economia para os seus amigos (ROSDOLSKY, idem). Suas conclusões teóricas, portanto, não são especulações sobre o real, nem leituras parciais feitas de obras deste ou daquele autor, deste

⁶⁸ Título de uma série de conferências que Marx proferiu, em Bruxelas, entre 14 a 30 de dezembro de 1847, na Associação Alemã de Cultura Operária, fundada por Marx, Engels, Wilhelm Wolff, Moses Hess e Joseph Weydemeyer.

ou daquele fato, desta ou daquela teoria. As categorias econômicas explicitadas por Marx, incluindo a teoria do valor-trabalho, são constantemente verificadas no próprio real, por isso, são validadas pelo processo histórico, inclusive dos nossos dias, quando se proclama o fim da história e da luta de classes. Não é à toa que muitos de seus manuscritos foram propositadamente perdidos e outros tiveram suas publicações negadas.

Os *Grundrisse* (ou *Esboços da crítica da Economia Política*) foram escritos entre 1857 e 1858 e representam os registros teóricos do que Marx se apropriou no âmbito da Economia Política desde 1850. São formados por 8 cadernos e constituem o primeiro dentre os manuscritos redigidos por Marx sobre economia. Os próprios *Grundrisse*, que enchem os olhos daqueles que buscam negar Marx e sua obra, foram abandonados por seu autor em maio de 1858, para escrever a sua *Contribuição à crítica da Economia Política*, de 1859 (MUSTO, 2009), pois eram cadernos nos quais Marx escrevia suas apropriações teóricas do âmbito da Economia Política. São cadernos que não foram feitos para serem publicados, mas como “rascunhos”.

A tese para esse abandono é justificada por Musto (2009) no fato de que Marx tinha o costume de se referir aos seus próprios trabalhos, mas, no texto preparatório de *O Capital* – exceto aqueles de 1861-1863, que tratam da mais-valia relativa e da produtividade do capital, distinguindo trabalho produtivo e improdutivo –, o pensador alemão não faz nenhuma referência aos manuscritos de 1857-1858, demonstrando que não tinha interesse neles (MUSTO, 2009).

Musto (2009), ainda sobre os *Grundrisse*, afirma também que existe a possibilidade de Engels, após a morte de Marx, no processo de seleção e reunião dos inacabados manuscritos marxianos para publicá-los como Livros II e III de *O Capital*, tenha se deparado com o referido texto, mas deve tê-lo considerado como uma “versão prematura” dos estudos de Marx, registros imprecisos do que ele conseguira compreender sobre economia política, antes de 1859, ano de publicação de sua *Contribuição à crítica da economia política*. Desse modo, teria concluído Engels que tais manuscritos não poderiam ser utilizados para a redação dos dois livros de *O Capital*, a serem publicados por ele.

Tais manuscritos só foram encontrados em 1923, por Riazanov – responsável por publicar, em Moscou, as obras completas de Marx e de Engels (MEGA) –, e editados pela primeira vez em 1939, também em Moscou. Mesmo encontrados, tornaram-se conhecidos no mundo a partir de 1953, “depois de cem anos de solidão” (MUSTO, 2009, p. 102). Tornou-se pioneiro na divulgação dos *Grundrisse* Rosdolsky, em *Gênese e Estrutura do Capital*, de 1968. Mas antes da publicação desta última obra, seu autor dedicou vinte anos de estudos para

trilhar o caminho percorrido por Marx, por ter tido a sorte de encontrar, em 1948, um dos únicos três ou quatro exemplares que chegaram ao Ocidente. Rosdolsky, que, nessa época, encontrava-se exilado nos Estados Unidos, considerou essa raridade como um importantíssimo texto marxiano que nos permite adentrar no “laboratório econômico” de seu autor.

Nem todos os intérpretes dos *Grundrisse* compreendem-no como esse laboratório, o que possibilita compreender como Marx pensou e quais ideias teve que abandonar na redação de *O Capital*. Aponta Musto (2009) que, antes mesmo de Rosdolsky publicar a citada obra, fora publicado na Rússia, em 1965, um estudo de Vitallii Vygodskii denominado *A história de uma grande descoberta: como Marx escreveu O Capital*, publicado também na Alemanha, em 1967. De acordo com Musto (idem, p. 106), Vygodskii considerou os *Grundrisse* como um “trabalho de gênio”, que “nos esclarece sobre o ‘laboratório criativo de Marx’”, capacitando-nos para seguir *pari passu* “‘o processo no qual Marx elaborou sua teoria econômica’, e para a qual foi necessário, portanto, dar a devida atenção”.

Poucos anos após essa publicação, os *Grundrisse* tornaram-se um texto bastante lido entre vários “marxistas” de diversos matizes teóricos, dentre eles, os membros da Escola de Budapeste, na Hungria⁶⁹, e nossos velhos conhecidos Antonio Negri, na Itália, e Adam Schaff, na Polônia. Marco dessa publicação foi a divisão operada pelos intérpretes da referida obra, interpretações essas que são “equivocadas e que parecem hoje ridículas” (MUSTO, idem, ibidem), incluindo aquelas que apontam que os *Grundrisse* seriam muito superiores a *O Capital*, desconsiderando os dez anos a mais de estudos intensos dedicados por Marx para o entendimento da Economia Política. Musto (idem, p. 107) continua afirmando que uma das vertentes desses intérpretes considera os manuscritos de 1857-1858 como um texto no qual Marx esboça sua dívida intelectual com Hegel; outra, como um texto que explicaria os tempos atuais, cujos defensores estariam “fascinados pelas quase proféticas declarações [de Marx] nas passagens sobre maquinaria e automação”. É nesta última que podemos incluir Gorz, Fausto e seus consortes.

Gorz e Fausto colocam na boca de Marx que a medida da riqueza criada dependeria cada vez menos do tempo de trabalho e cada vez mais do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, retirando dos *Grundrisse* trechos que fundamentariam suas teorias. Marx jamais afirmou que a humanidade prescindiria do trabalho. O trabalho como protoforma

⁶⁹ Sabemos que a “Escola de Budapeste” foi fundada por Lukács, na década de 1960. A discussão empreendida, naquele contexto histórico, em torno da negação do trabalho também permeou os membros dessa escola, com quem Lukács estabeleceu profundos debates acerca de sua “Ontologia”.

originária do ser social, no dizer de Lukács, está posto em toda a obra de Marx, sobretudo a partir do livro *A Ideologia Alemã*, escrito em coautoria com Engels, entre 1845 e 1846. Voltando aos *Grundrisse*, nesse manuscrito Marx já denunciava que a ciência, com a maquinaria, encontrou-se cativa, “a serviço do capital” (MARX, 2011b, p. 587). Apropriada pelo capital, sua função é valorizá-lo e desvalorizar a capacidade do trabalhador, por isso a luta contra a maquinaria no início da instauração do modo de produção capitalista. É necessário pontuar que, mesmo sendo um “esboço prematuro”, os *Grundrisse* não poderiam conter a negação de Marx à teoria do valor-trabalho porque não existe sociedade que não necessite produzir valores de uso, suporte material do valor de troca, e a esse entendimento Marx já havia chegado há mais de uma década antes.

A indigesta tese de Gorz invalida não somente o trabalho como categoria ineliminável do ser social, mas também o próprio conhecimento que dele nasce. Ao valorizar o conhecimento cotidiano e afirmar, também como se Marx dissesse isso, que o conhecimento científico se opõe ao trabalhador (imaterial), este autor naturaliza o domínio do capital sobre a ciência, portanto, o verdadeiro conhecimento seria aquele ligado à mais rasteira cotidianidade. Esta tese de Gorz soma-se à defesa contemporânea do conhecimento deformador, que mantém os homens presos ao reino da aparência mais superficial, incapazes de responder às questões postas pelo cotidiano alienado, acentuando, sobremaneira, o caráter de perda de si mesmos e o estranhamento em relação ao gênero humano.

A tese de Fausto, por sua vez, também é estranha à obra de Marx. Nos *Grundrisse* não há essa categoria da pós-grande indústria. Esta é especulação teórica. O próprio Fausto afirma que explicou sua pós-grande indústria com as categorias análogas às que Marx utilizou para explicar a manufatura e a indústria. Aponta Fausto que já na indústria, que seria a época de Marx, não haveria processo de trabalho, mas processo de produção. Ora, não existe processo de produção sem processo de trabalho. Este é definido por Marx como processo de produção de valores de uso, sem os quais não poderia haver valor de troca. O processo de produção de valor de uso é processo de trabalho útil que produz valor de uso, coisas necessárias à existência viva da humanidade. O que Fausto aponta sobre a obra de Marx é pura gnosiologia, como ele mesmo deixa claro para os olhos atentos. Aquela crítica marxiana presente no Prefácio da Segunda Edição de *O Capital* dirigida à dialética hegeliana, de que ela está assentada em sua cabeça, exigindo, pois, sua inversão, não foi atendida por Fausto.

Em *O Capital*, no capítulo V, o pensador alemão trata do processo de trabalho, denominando-o como uma atividade dirigida a um fim: o de criar valores de uso. Satisfazendo necessidades humanas, o processo de trabalho é, conforme as palavras de Marx (2004, p.

218), “condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais”.

No início do referido capítulo, Marx aponta quais são os elementos constituintes do processo de trabalho: a própria atividade, isto é, o trabalho, o objeto de trabalho, os meios de trabalho.

Marx explica que a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. E este é, conforme posto pelo pensador alemão (2004, p. 211), uma atividade exclusiva do ser social, “[...] um processo do qual participam o homem e a natureza” para a produção de valores de uso necessários à existência humana. É a própria atividade dos homens adequada a um fim. É, para utilizar ainda suas palavras, a “[...] necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (2004, p. 65).

Os objetos de trabalho, por sua vez, dizem respeito à matéria sobre a qual incide o trabalho e constituem “Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com o seu meio natural” (MARX, 2004, p. 212). Os objetos de trabalho podem ou não passar por um trabalho anterior. No caso afirmativo, são denominados matéria-prima. Assim sendo, segundo Marx (idem, ibidem), “[...] toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima”.

O fato é que, sendo matéria-prima ou não, os objetos de trabalho são parte extraída da natureza – ou da causalidade – para a produção tanto das coisas úteis à existência humana quanto de instrumentos de trabalho por meio dos quais os homens criam os primeiros, numa escala crescente de aperfeiçoamento.

No que se refere aos meios de trabalho, estes são, como diz Marx, “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (idem, p. 213). É a coisa que o trabalhador se apossa imediatamente, fazendo-o uma extensão de seus órgãos corporais, potencializando seus próprios órgãos naturais. É por essa razão que Marx aponta que o uso e a fabricação de meios de trabalho caracterizam o processo essencialmente humano. De acordo com o pensador alemão, referidos meios de trabalho “[...] servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (idem, p. 214). A fabricação de instrumentos de trabalho é tão importante para a história humana que Marx afirmou na mesma página que o “[...] que distingue as diferentes épocas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz”.

É por essa razão que Marx (idem, ibidem) denomina os meios de trabalho como “sistema ósseo e muscular” e como “sistema vascular” da produção. Os meios que compõem

o primeiro “sistema” são exatamente os meios de trabalho mecânicos, pois possuem características muito mais marcantes de uma época social do que o “sistema vascular”. Este último, composto por “tubos, barris, cestos, cântaros”, etc., exerce função importante na produção química.

Meios de trabalho são ainda, conforme Marx, todas as condições materiais que entram indiretamente no processo de trabalho, cuja ausência impede total ou parcialmente a realização do trabalho. Entram nesse processo edifícios de fábricas, canais, estradas, etc., resultantes de trabalho anterior. Marx (2004, p. 215) afirma, outrossim, que, no “tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios do trabalho de épocas passadas”.

Pelo processo de trabalho, o homem opera, subordinado a um fim⁷⁰, uma transformação da natureza, agindo sobre o objeto por meio do instrumental de trabalho. No final do processo, obtém-se o produto, um valor de uso com o qual o processo de trabalho se extingue. Em outras palavras, utilizando os meios de trabalho para transformar os objetos de trabalho, os homens potencializam sua força de trabalho para criar as coisas úteis à existência humana.

Marx (2004, p. 215) aponta ainda que outros valores de uso participam da feitura de um valor de uso. Esses valores de uso são produtos do trabalho e servem como meios de produção. É por isso que Marx (idem, *ibidem*) afirma: estes “[...] não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho”.

Assim, todos os ramos industriais possuem como objeto de trabalho a matéria-prima. Esta pode ser a matéria principal de um produto ou pode ser apenas um acessório. Neste segundo caso, ela pode ser utilizada de três diferentes maneiras: a) pode ser consumida pelo meio de trabalho; b) pode ser adicionada à matéria, ou objeto de trabalho, para causar-lhe modificação; c) pode facilitar a execução do próprio trabalho. Para cada uma dessas formas, Marx dá exemplos. Exercem a primeira função a máquina a vapor, o óleo, o ferro, a roda, o cavalo de tração, etc. A segunda função é desempenhada, por exemplo, pela adição do cloro ao pano cru, do carvão ao ferro, da anilina à lã. A terceira, por fim, é cumprida pelos materiais que servem, por exemplo, para iluminar e aquecer o local de trabalho. A diferença entre material principal e acessório, entretanto, desaparece na fabricação de um produto processada

⁷⁰ De acordo com Lukács, no capítulo *O Trabalho* de sua *Ontologia*, a posição do fim e a busca dos meios fazem parte daquele momento do trabalho denominado como prévia-ideação. A busca dos meios exige o conhecimento correto dos processos causais, ou seja, daquela parcela do real que será transformada.

por uma transformação química, pois nenhuma dessas matérias aparece como a substância do produto.

Marx (idem, p. 216) acrescenta que o mesmo produto pode constituir matéria-prima de diversos processos de trabalho, visto que as coisas possuem diferentes propriedades – o que as faz servir para aplicações úteis diversas. Para clarear essa afirmação, Marx dá dois exemplos: o centeio e o carvão. O primeiro pode ser “matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador de aguardente, do criador de gado, etc.”. O segundo é, ao mesmo tempo, produto da indústria da mineração e meio de produção dela. Dessa forma, aponta o pensador alemão (idem, p. 216): “[...] um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso”.

Perdem o caráter de produto, entretanto, os produtos que entram no processo de trabalho como meios de produção. Para o fiandeiro, por exemplo, o fuso é, segundo Marx, apenas um meio de trabalho, a fibra de linho é apenas o objeto de trabalho. A fiação pode ser posta em movimento quando fuso e fibra de linho entram no processo mediado pelo trabalho do fiandeiro, esquecendo este que os dois primeiros são “produtos de trabalho anterior, do mesmo modo que é indiferente ao processo digestivo que o pão seja produto dos trabalhos anteriores do tricultor, do moleiro, do padeiro etc.”.

Acrescenta Marx (idem, p. 217) que é por meio dos defeitos que os “[...] meios de produção utilizados no processo de trabalho fazem valer sua condição de produtos de trabalho anterior”, visto que é nessa condição defeituosa que a faca que não corta e os fios rompidos fazem lembrar “[...] o couteleiro A e o fiandeiro B” (idem, ibidem). Marx acrescenta, igualmente, que, no “[...] produto normal, desaparece o trabalho anterior que lhe imprimiu as qualidades úteis”, e as coisas defeituosas são inúteis ao processo de trabalho.

É o trabalho vivo, diz Marx na mesma página, que deve arrancar tais coisas inúteis de sua inércia para “[...] transformá-las em valores de uso reais e efetivos”. Diz Marx (idem, ibidem):

O trabalho, com sua chama, delas se apropria, como se fossem partes de seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção.

Os meios de produção são constituídos pelos meios de trabalho e pelos objetos de trabalho. Somados à força de trabalho, compõem as forças produtivas. O desenvolvimento das

forças produtivas – que pressupõe o aperfeiçoamento da técnica e da organização do trabalho – é sempre o resultado do trabalho humano, constituindo-se num patrimônio de toda a humanidade.

Contudo, as forças produtivas operam dentro de determinadas relações técnicas e sociais. As primeiras dizem respeito ao grau de aprimoramento do próprio trabalho, possível com o desenvolvimento cada vez mais ampliado do conhecimento científico e com o aperfeiçoamento da técnica, ampliando o domínio do trabalhador sobre os meios de produção. Essas relações técnicas estão subordinadas às relações sociais de produção. Isso significa dizer que as relações sociais são determinadas pelo modo como os homens produzem e organizam a produção, ou seja, se ela é apropriada coletiva ou privadamente (NETTO & BRAZ, 2007). No modo de produção capitalista, que é a sociedade de classes produtora por excelência de mercadorias, essa apropriação é privada.

Explica Marx nesse mesmo Capítulo de *O Capital* que o processo de produção, na sociedade produtora de mercadorias, é também processo de formação de valor, pois o valor de uma mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado no valor de uso. Como na mercadoria está incorporado trabalho não pago, esse processo é formador de valor e de mais-valia.

Marx dedica todo o restante do Capítulo V para explicar de que modo o processo de produção é produtor de mais-valia. Diz este pensador que o produto do trabalho apropriado privadamente pelo capitalista é também um valor de uso. Este valor de uso não foi produzido por paixão, mas por ser o substrato material do valor de troca acima do valor dos meios necessários para produzi-lo, ou seja, dos meios de produção e da força de trabalho, pelos quais, como vimos, o capitalista adiantou seu dinheiro na esfera da circulação. Por isso, o capitalista produz valor de uso para ser vendido no mercado, portanto, valor de uso que contenha valor e, claro, mais-valia. Pontua Marx: “sendo a própria mercadoria unidade de valor-de-uso e valor, o processo de produzi-la tem de ser um processo de trabalho ou um processo de produção de valor-de-uso e, ao mesmo tempo, um processo de produzir valor” e não só valor, mas também valor excedente, a mais-valia (2004, p. 220).

O que é o valor, nós já o conhecemos. Ele é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria. E a mais-valia? Esta é extraída do trabalho excedente, que é aquela parte da jornada de trabalho não paga. A outra parte da jornada, nós o sabemos, corresponde ao trabalho necessário para a produção da força de trabalho.

Explicando de outro modo, a jornada de trabalho é dividida em duas partes: uma corresponde à parte em que o trabalhador produz para si, pois produzir sua força de trabalho pressupõe apropriar-se dos meios de subsistência necessários à manutenção da sua vida e da sua prole; a outra é a parte na qual o trabalhador produz gratuitamente para o capitalista. Sendo a mais-valia extraída do trabalho não pago, na mercadoria está incorporada a exploração da força de trabalho.

Sabemos que a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, portanto seu valor é determinado de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Para produzir a força de trabalho, o trabalhador vende-a para obter um salário por meio do qual conseguirá as mercadorias necessárias para a sua existência física. O salário que recebe – isso Marx já denunciara uma década antes de escrever os manuscritos de 1857-1858, em *Trabalho Assalariado e Capital* – paga apenas a parte da jornada denominada de trabalho necessário. Lembremos sempre que o trabalho excedente é trabalho não pago. Reiterando, o que determina o valor da força de trabalho é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, portanto, um valor menor do que o valor criado por ela. Como disse Marx em 1844, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miserável ele se torna.

Ao comprar a força do trabalho, o que interessa ao capitalista é o fato de que ela é a única mercadoria que produz valor, um valor maior do que ela própria. Marx diz que, na troca de mercadorias, o vendedor da força de trabalho realiza o valor-de-troca e aliena o valor-de-uso⁷¹, não podendo receber um sem transferir o outro. O caráter útil do trabalho é produzir valor de uso, mas somente pelo fato de que esse valor de uso da mercadoria é o substrato do valor de troca, manifestação, na aparência, do valor. Esse valor útil do trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista, pois é esta capacidade de produzir valor que

⁷¹ Assim como a mercadoria, o trabalho também possui o duplo caráter do valor nele materializado. Como produtor de valores de uso, o trabalho se constitui como dispêndio de cérebro, músculos, nervos e mãos, portanto, como dispêndio de força humana de trabalho, para a produção de coisas úteis, que, por serem diferentes, também se diferencia a forma como são produzidas. Marx (2004) utiliza como exemplos para clarear sua exposição os trabalhos do alfaiate e do tecelão. Trata-se de duas formas de trabalho útil, qualitativamente distintas que satisfazem a necessidade humana de se vestir. Afirma Marx (2004, p. 64-65): “[...] o trabalho, como criador de valores-de-uso [...], é indispensável à existência do homem [...], é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”. Continua Marx afirmando que o valor de uso é a conjunção da matéria fornecida pela natureza e dos diferentes trabalhos para produzi-lo (o casaco e o linho, por exemplo). A matéria é o substrato oferecido pela natureza, e o homem, para produzir, necessita mudar a forma da matéria. Na produção de mercadorias, porém, seu valor é determinado pela quantidade de trabalho simples médio, visto que na produção burguesa, todo trabalho é reduzido a trabalho simples. Isso significa dizer que, nessa sociedade, não interessa ao capitalista os valores de uso do casaco e do linho, mas o valor de troca neles contido. Da mesma maneira, para a produção do valor de troca, devem ser postas de lado as diferentes formas de produzi-la, ou seja, as atividades particulares do alfaiate e do tecelão. Para o capitalista, todos os trabalhos possuem uma única e mesma qualidade: a de serem trabalho humano para a produção de valor de troca, portanto, trabalhos iguais, indistintos, equivalentes.

ele vende ao capitalista, sem violar as leis que regem a troca de mercadorias – a troca entre equivalentes, na qual comprador e vendedor são considerados livres, iguais e proprietários – por isso, sem constituir, legalmente, violência contra o trabalhador.

Marx explica que o capitalista, que entrou na circulação para comprar mercadorias para colocá-las em movimento para produzir valor e mais-valia, agora reentra novamente na esfera da circulação para vender a mercadoria produzida pela força de trabalho, mas uma mercadoria diferente da mercadoria do primeiro ciclo porque, no terceiro, ela tem acréscimo de mais-valia. Nas palavras de Marx, ao

[...] se converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou fatores do processo de trabalho e ao incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a “trabalhar”, como se tivesse o diabo no corpo (MARX, 2004, p. 228).

É exatamente por isso que, no capítulo VIII, que trata da jornada de trabalho, que Marx definiu o capital não como uma coisa, mas como uma relação social de compra e venda da força de trabalho na qual o “[...] trabalho morto [...], como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (idem, p. 271).

Ocorre, por isso, que o processo de produção não é somente processo de formação de valor; é também processo de valorização, ou seja, processo de valorização do valor, que cresce à medida que cresce a extração da mais-valia. Processo de formação de valor e processo de produção de mais-valia distinguem-se porque este último é prolongado além do ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente, ou seja, se estende para além do trabalho necessário, ao passo que o primeiro é tempo de trabalho dispendido. Marx simplifica a explicação dessa questão da seguinte forma: [1] processo de trabalho e processo de formação de valor é processo de produção de mercadorias; [2] processo de trabalho e processo de valorização é processo capitalista de produção de mercadorias.

Quando Marx diz que, na maquinaria, o processo de produção deixou de ser processo de trabalho ele está afirmando que no processo capitalista de produção de mercadorias, o trabalho morto suga o trabalho vivo como um “vampiro”, dominando-o, mas nunca fazendo deixar de existir o processo de trabalho. Outrossim, Marx não afirmou que estaria na máquina a origem do valor. Este é produzido pelo trabalho vivo porque é determinado pelo tempo de trabalho materializado na mercadoria, que é também trabalho morto. Marx, ao incorporar em sua teoria a categoria do valor-trabalho – inicialmente negada sob influência de Engels a partir de um texto deste último denominado de *Esboços para uma*

crítica da Economia Política, publicado no único número dos *Anais Franco-Alemães*, em 1844 –, sempre compreendeu que o trabalho vivo é que produz valor, um valor maior do que seu próprio valor. Nos *Grundrisse*, Marx diz que a “[...] *apropriação passada de trabalho alheio aparece agora como a condição simples para nova acumulação de trabalho alheio*” (2009, p. 376 – grifos do autor). Em outras palavras, “o fato de que o trabalho alheio em forma objetiva, na forma de valores existentes, é propriedade do capitalista” é condição para que ele “possa se apropriar de novo da capacidade de trabalho *viva* – portanto, de trabalho excedente –, de trabalho sem equivalente” (idem, *ibidem*, grifos do autor). Não vemos, portanto, nenhum indício de substituição do trabalho vivo pelo morto. O que demonstra, isso é verdade, é que Marx estava atento ao papel que o desenvolvimento científico e tecnológico desempenharia no desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista.

Mais uma “interpretação ridícula”, no dizer de Musto, de Fausto: a de que o desenvolvimento do indivíduo aparece como o grande pilar da produção e da riqueza. Esta é uma justificativa eficaz do ponto de vista do capital para demonstrar a pretensa “subjetivização do valor”. É necessário reiterar – e Lessa (2007) já disse isso – que trechos são retirados da obra de Marx, são deslocados de sua totalidade e apresentados com os significados que aprouver ao capital e a seus ideólogos, para explicar o contexto histórico que eles quiserem. Mas o que se diz de Fausto se diz de todos os outros. Podemos colocar um exemplo que Dantas retirou não da obra de Marx, mas da de Rosdolsky (*apud* Dantas, 2006, p. 53 – grifos de Dantas) sobre os fatores objetivos e subjetivos do processo de produção. Colocamos aqui a mesma citação, mesma edição da obra de Rosdolsky, mesma página. No texto de Dantas, Rosdolsky teria dito o seguinte: o “[...] fator subjetivo da força de trabalho não somente produz o próprio valor, como também agrega ao produto um valor novo, uma mais-valia. *É o único elemento da produção que experimenta uma modificação de valor no processo de valorização*”. Embora consideremos que seja problemática a oposição feita por Rosdolsky entre fator objetivo e subjetivo do processo de produção, posto que a força de trabalho possui uma realidade objetiva, Dantas, entretanto, pretendeu colocar na boca de Rosdolsky, pioneiro no estudo dos *Grundrisse*, a tese de que ele Rosdolsky, também defendia a subjetivização do valor na obra de Marx. No entanto, reproduzimos a citação inteira do que Rosdolsky realmente disse:

[...] no que concerne ao valor, os diversos fatores do processo de produção se comportam de maneira totalmente diferente. Os fatores objetivos (matéria-prima, instrumentos de trabalho) não podem agregar, ao produto, mais valor do que eles mesmos possuem; seu valor se conserva, permanecendo portanto inalterado. Totalmente diferente é o caso do *fator subjetivo, da força de trabalho, que não*

somente produz o próprio valor, como também agrega ao produto um valor novo, uma mais-valia. É o único elemento da produção que experimenta uma modificação de valor no processo de valorização (ROSDOLSKY, 2001, p. 189 – grifos nossos).

Dantas retirou o trecho em itálico de forma isolada de toda a explicação oferecida por Rosdolsky acerca dos fatores objetivos e subjetivos do processo de produção. Porém, este autor não defendeu a pretensa subjetivização do valor, mas deixa clara a diferença entre esses dois fatores: um conserva valor, o outro cria. Além disso, as simples vírgulas que separam o trecho sublinhado faz toda a diferença. Neste caso, Rosdolsky não separou a força de trabalho entre fator objetivo e subjetivo, como fez Dantas. Ela própria é para o autor de *Gênese e estrutura do capítulo* “fator subjetivo” – daí o problema, em nosso entendimento –, pois diz respeito à capacidade viva do trabalho, e é esta que cria valor.

Podemos afirmar, portanto, que as interpretações equivocadas da obra de Marx representam, nas palavras de Chasin (1987, p. 20), “a mais absurda e sangrenta das escatologias”. Nesses tratados dos excrementos, Chasin (idem, ibidem) afirma que seus autores, as “[...] *personae* do capital são fiéis à sua autenticidade, ou seja, são mais *personae* do capital do que *personae* de alguma lógica inovadora”. O que fazem essas *personae* do capital é, como aponta este autor, encontrar um “escape relativo” à lei do valor. Nesse sentido, as TIC’s são o subterfúgio encontrado pelo capital para defender a tese da alteração da substância do valor, julgando tê-lo dominado por meio do avanço da tecnologia. Por trás dessa tese, há a necessidade de conservação do próprio capital, enevoando os desdobramentos desse sistema em nossos dias: a agudização da barbárie, eufemisticamente encoberta com o discurso do surgimento de uma nova forma do capital que brota de seu próprio interior para tornar sua lógica pretensamente mais humana (CHASIN, 1987).

Síntese do significado desse “escape relativo” à lei do valor, tão necessário ao capital em nosso tempo histórico, as longas, porém, belas palavras de Chasin (idem, 37-38 – grifos do autor) denunciam que, nesse “escape relativo”,

[...] põe-se o espessamento do “véu nebuloso” pelo incremento tecnológico. Poderio do mundo que emerge com fisionomia supra-humana, na fragilização do homem, posto como refugio que ameaça abarrotar os quartos de despejo da desocupação. Percepção da energia social e de sua fração individual, cada vez mais acentuadamente, como forças exauridas e sobrepujadas, que parecem nada mais poder, nem determinar. O homem vive e sofre o mundo, cada vez mais como produto de seu produto. Ao limite, como a borra residual das forças produtivas. Converte-se em insignificante, diante da exuberância da mercadoria multiplicada e das forças cada vez mais *misteriosas* que as põem no mundo. Sobre o “véu nebuloso” de um passado recente estende-se uma nova coberta, ainda mais espessa e fantasmagórica, que intimida e fascina, obnubila e faz prosélitos, reduzindo o homem a subproduto de uma história que anda e desanda à sua revelia. Em suma, ele *desaparece enquanto sujeito*, diante da maravilhosa infinidade da mercadoria

partogenética, capaz de se oferecer a uns e de se subtrair a outros, tornando nulo o gesto da mão que avança e da boca que reclama.

Essa “maravilhosa infinitude da mercadoria” é acentuada com o desenvolvimento científico e tecnológico no processo de produção como estratégia do capital para, como diz Marx, valorizar o mundo das coisas e desvalorizar o mundo dos homens, sobretudo no contexto em que esse sistema exige a militarização da ciência e da tecnologia para produzir mercadorias cuja utilidade é cada mais reduzida e, assim, inundar o mundo com lixo e, com ele, alimentar sua própria lógica, que não pode ser controlada em benefício da humanidade, mas deve ser suplantada pelo seu inimigo mortal: o trabalho. É sobre essa questão que vamos nos deter agora.

No mundo há muitas armadilhas

No mundo há muitas armadilhas e o que é armadilha pode ser refúgio e o que é refúgio pode ser armadilha.

No mundo há muitas armadilhas e muitas bocas a te dizer que a vida é pouca , que a vida é louca.

E por que não a bomba? Te perguntam.

Por que não a bomba para acabar com tudo, já que a vida é louca?

Contudo, olhas o teu filho, o bichinho que não sabe que afoito se entranha à vida e quer a vida e busca o sol, a bola, fascinado vê o avião e indaga e indaga.

A vida é pouca, a vida é louca, mas não há senão ela.

E não te mataste, essa é a verdade.

Estás preso à vida como numa jaula.

Estamos presos nesta jaula que Gagárin foi o primeiro a ver de fora e a nos dizer: é azul.

E já o sabíamos, tanto que não te mataste e não vais te matar e aguentarás até o fim.

O certo é que nesta jaula há os que têm e os que não têm, há os que têm tanto que sozinhos poderiam alimentar a cidade e os que não têm nem para o almoço de hoje.

De fato, o homem está preso à vida e precisa viver,

o homem tem fome e precisa comer,

tem filhos e precisa criá-los.

Há muitas armadilhas no mundo, e é preciso quebrá-las.

(Ferreira Gullar)

4 O PAPEL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL

“Considerando que o capital só pode funcionar por meio de contradições, tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua ‘cultura jovem’ e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal ‘solução final’ é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação.”

(Ístván Mészáros)

A epígrafe de Mészáros denuncia claramente a natureza incontrolável do capital, cuja autorreprodução cada vez mais ampliada sacrifica a humanidade, não importando as dores que mortificam o corpo e o espírito humanos e a possibilidade inédita de destruição da própria humanidade. No contexto de crise inédita na história do capital, esse sistema expõe a olho nu suas próprias contradições, visíveis inclusive nos países desenvolvidos, revelando, apesar dos discursos que obnubilam a realidade existente, seu caráter incontrolável⁷².

Essa incontrolabilidade, como sabemos, já fora denunciada por Marx, um século antes deste pensador marxista húngaro. Marx, no capítulo XXII do Livro Primeiro, Volume II, de *O Capital*, que *Trata da Transformação da mais-valia em capital*, denuncia com ênfase o “único valor” que o capitalista possui perante a história: enquanto personificação do capital. E é apenas como personificação que o capitalista é respeitável. Enquanto *personae* do capital, ele força a humanidade a produzir não para a satisfação de suas necessidades, mas para a satisfação das necessidades do capital. Por isso, diz Marx, ele partilha com o entesourador o instinto pelo enriquecimento, mas há uma diferença fundamental entre ambos: enquanto neste

[...] é mania individual, é naquele uma resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das rodas motoras desse mecanismo. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital [...], e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva (MARX, 1994, p. 689).

⁷² Mészáros (2006a) afirma que a lógica do capital é cada vez mais destrutiva, é por isso que esse sistema não pode ser controlado. A tarefa histórica dos homens é suplantá-lo com a instauração do trabalho associado.

Em outra passagem do mesmo volume, no capítulo XXIV, que trata da acumulação primitiva, numa nota de rodapé, Marx (idem, p. 879) se utiliza das palavras de J. Dunning para enfatizar a incontrolabilidade da lógica do capital. Sem meias palavras, diz Dunning:

O capital tem horror à ausência de lucro ou ao lucro muito pequeno, como a natureza tem horror ao vácuo. Com lucro adequado, o capitalista cria coragem. Dez por cento certos, e fica assegurado seu emprego em qualquer parte; com 20%, infla-se de entusiasmo; com 50%, é positivamente audacioso; com 100%, calca a seus pés todas as leis humanas; com 300%, não se detém diante de nenhum crime, mesmo sob o risco da força. Se a turbulência e a cizânia produzem lucros, encorajará a ambas. Prova: contrabando e tráfico de escravos.

Considerando que não há crime algum que o capital não possa cometer, tendo em vista a obtenção incessante de lucros, revelou o gênio de Trier que são férreas as leis que regem a sociabilidade burguesa, como foi demonstrado na citação acima. Tais leis são férreas porque não podem ser controladas pelos homens, o que lhes impõe a tarefa histórica de suplantá-las. Mészáros (2006a), seguindo os caminhos trilhados por Marx, reafirma as atualíssimas palavras do pensador alemão de que é inerente à lógica do capital sua própria incontrolabilidade, contra a qual, historicamente, esse sistema buscou respostas.

Neste capítulo, veremos, com o aporte teórico de Mészáros (idem), as respostas criadas pelo capital para “administrar” a incontrolabilidade inerente à sua natureza. Para este pensador marxista do século XX, a primeira das respostas já fora elaborada no próprio nascimento do modo de produção capitalista, ou seja, a sociabilidade burguesa já nascera exigindo de seus ideólogos estratégias para a manutenção desse sistema, tarefa empreendida inicialmente pelo economista escocês e pai da Economia Política, Adam Smith. Da Economia Política Clássica, passaremos para a Economia Neoclássica, que reelaborou um processo de negação da resposta científica anteriormente sistematizada pela ciência econômica burguesa, negação essa cujo cerne é o combate à teoria do valor-trabalho, dando continuidade, portanto, ao que fora iniciado por Bentham, Malthus, Say e Senior. Desta economia neoclássica, passaremos à resposta empreendida pelo capital no contexto de crise estrutural, cuja incontrolabilidade se torna mais evidente, o que exige do capital respostas que a obscureçam. Mészáros (2006a) apontou a “tecnoestrutura” de Galbraith (sobre a qual falaremos no momento oportuno) como a terceira resposta. Nós queremos inserir nessa terceira resposta a tese da propalada “Sociedade” ou “Economia do Conhecimento” (que, em nosso entendimento, assume uma nova reconfiguração da teoria de Galbraith), tese essa que impõe, no presente e, sobretudo, no futuro, consequências nefastas sobre o trabalho e o conhecimento que dele nasce, portanto, sobre a humanidade. Quanto ao presente da humanidade, ela amarga

a intensificação da barbárie; quanto ao futuro, corre o risco de sua própria destruição, intensificada pelo complexo industrial-militar, que a tudo destrói. Seguindo os passos de Mészáros (idem), abordaremos o papel que o conhecimento científico, longe de assumir o papel que lhe é próprio, exerce no processo de produção destrutiva e de intensificação da exploração do trabalho, mergulhando a humanidade numa montanha de lixo por ela própria produzida em nome da sustentabilidade do capital.

Nesse sentido, este capítulo está centrado em três subcapítulos: no primeiro, mostraremos, à luz da teoria de Mészáros (2006a), que não é a primeira vez que o capital elabora respostas para sua incontornabilidade, sendo a primeira aquela empreendida pelos economistas clássicos, e a segunda, pelos economistas neoclássicos; no segundo, faremos, sempre com o aporte teórico de Mészáros (2006a), uma breve exposição da terceira resposta do capital à sua incontornabilidade, a tecnoestrutura de Galbraith, rejuvenescida com a dita “sociedade do conhecimento”; no terceiro, faremos uma análise do papel da ciência e da tecnologia no processo de produção destrutiva, atrelada ao complexo industrial-militar para orientar a produção de descartáveis por meio da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias.

4.1 As respostas do capital para a incontornabilidade de sua lógica

A Economia Política Clássica nasceu com a tarefa de elaborar respostas para a natureza incontornável do sistema que triunfou sobre a produção de mercadorias, o que exigiu da ciência burguesa a justificativa ideológica eficaz para que fosse decretado como permanente o que é transitório (MÉSZÁROS, 2006a, p. 133). Em outras palavras, a Economia Política Clássica, embora considerando que a história é resultado da atividade humana, essa atividade seria regida por uma natureza humana naturalmente egoísta, cujos indivíduos zelariam por seus próprios interesses. A consequência imediata dessa natureza humana “egoísta” é que a humanidade faria sua história nos limites da sociedade burguesa, acreditando não haver, de acordo com essa perspectiva, qualquer alternativa para a sua superação. Ademais, tais respostas serviram como sustentáculo da própria ordem do capital, manipulando os problemas inerentes à “sacrossanta ordem causal” (idem, ibidem). Em outras palavras, a Economia Política Clássica não tratou como matriz da desumanidade dos homens a própria ordem sócio-metabólica do capital, mas defendeu exatamente o contrário: a ordem

do capital foi considerada como uma ordem inalterável, pairando acima das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos, que, aliás, estão acima dos interesses genuinamente sociais.

A ciência econômica, nascida para explicar a sociedade regida pela lógica das mercadorias, justificou cientificamente a necessidade da permanência dessa dita sociedade, que os economistas tanto naturalizaram, considerando-a como a sociedade perfeita (MÉSZÁROS, 2006a). Por esta razão, a ciência econômica burguesa, representada por Smith e Ricardo, defendeu, de fato e de direito, a continuidade dessa ordem.

Em se tratando de Smith, Mézáros (idem) aponta que a categoria da “mão invisível” do mercado elaborada por aquele que é considerado o pai da economia política clássica foi o primeiro “remédio” contra os efeitos negativos da ordem sócio-metabólica do capital, cujo intuito era o de dissimular com subterfúgios a incontabilidade desse sistema.

Em que consiste, então, a “mão invisível”, de Smith? Trata-se de uma categoria para explicar o egoísmo ilusoriamente natural proveniente dos interesses individuais⁷³ na esfera econômica, considerada como natural, “mão” essa que orientaria a organização dos indivíduos, que, por sua vez, agem, como foi dito, de acordo com seus próprios interesses. Assim, Smith explica que é a obtenção de lucros que impulsiona os indivíduos a investir seu capital em determinada atividade e “assegurar renda e emprego ao número máximo de pessoas de seu próprio país” (p. 437) e não em países estrangeiros, visto que reside na nação que este economista representava o nascedouro da sociedade burguesa. Ao fomentar seus lucros ao máximo possível, afirma Smith que o indivíduo capitalista contribui para aumentar a renda anual nacional, promovendo a instância pública, mesmo não tendo interesse neste último aspecto. O seu interesse é tão-somente estimular seu próprio ganho e garantir sua segurança, ou seja, promover seus próprios interesses. É assim que o próprio Smith define sua “mão invisível”:

⁷³ A tendência “natural” para a troca visando à satisfação dos interesses individuais é considerada por Smith como a gênese da divisão do trabalho. Diz este economista: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. Ninguém, a não ser o mendigo, sujeita-se a depender sobretudo da benevolência dos semelhantes. Mesmo o mendigo não depende inteiramente dessa benevolência. Com efeito, a caridade de pessoas com boa disposição lhe fornece tudo o de que carece para a subsistência. Mas embora esse princípio lhe assegure, em última análise, tudo o que é necessário para a sua subsistência, ele não pode garantir-lhe isso sempre, em determinados momentos em que precisar. A maior parte dos desejos ocasionais do mendigo são atendidos da mesma forma que os de outras pessoas, através de negociação, de permuta ou de compra. Com o dinheiro que alguém lhe dá, ele compra alimento. A roupa velha que um outro lhe dá, ele a troca por outras roupas velhas que lhe servem melhor, por moradia, alimento ou dinheiro, com o qual pode comprar alimento, roupas ou moradia, conforme tiver necessidade. *Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho* (p. 74 – grifos nossos).

[...] já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.[...]. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (1996, p. 438).

Como foi dito, no entendimento de Smith, as ações dos indivíduos de uma ordem baseada não na benevolência, mas agem egoisticamente, guiados por essa “mão invisível” do mercado, que não funcionaria se houvesse barreiras ao livre comércio. O Estado, nesse sentido, não poderia intervir nos interesses individuais, visto que, para Smith, são eles que decidem o que fazer com seu capital. Em sua *A riqueza das nações*, Livro I, Volume I, Capítulo II, que trata d’*O princípio que dá origem à divisão do trabalho*, diz o pai da Economia Política Clássica:

É evidente que cada indivíduo, na situação local em que se encontra, tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade nacional no qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo. O estadista que tentasse orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seu capital não somente se sobrecarregaria com uma preocupação altamente desnecessária, mas também assumiria uma autoridade que seguramente não pode ser confiada nem a uma pessoa individual nem mesmo a alguma assembleia ou conselho, e que em lugar algum seria tão perigosa como nas mãos de uma pessoa com insensatez e presunção suficientes para imaginar-se capaz de exercer tal autoridade (1996, p. 438).

Essa glorificação do mercado operada por Adam Smith é apontada por Mészáros (2006a, p. 135) como válida para os dias atuais, o que faz com que os postulados deste Iluminista escocês continuem sendo “[...] o modelo de todos os que ainda glorificam as insuperáveis virtudes do sistema do capital”. Smith, como sabemos, é o primeiro ideólogo da burguesia nascente como classe dominante que elaborou uma teoria científica que embasa a natureza exploradora do próprio capital, bem como seu caráter predatório de homens e de recursos naturais.

Para Smith, a sociedade que ele viu nascer teria sido construída com o “esforço” de cada um em promover seus próprios interesses, tal como Mandeville, no ano em que Smith nasceu, 1723, expressou em seu poema *A Fábula das Abelhas*: “vícios privados geram benefícios públicos”⁷⁴, pois a busca do autointeresse seria benéfico para a própria sociedade.

⁷⁴ Vide *O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek*, de Ângela Ganem. Disponível no sítio eletrônico <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/06.pdf> Acesso em 19.07.2013.

No poema de Mandeville, a cupidez das abelhas fazia com que elas tivessem mais trabalho que os próprios trabalhadores, ao passo que os desgraçados condenados à foice suam dia a dia para obter comida. Em Smith, esse “trabalho” das abelhas, ou melhor, do capitalista individual, consistia em promover seus próprios interesses e, por meio dessa promoção, ganhariam os indivíduos e ganharia a própria sociedade, que, supostamente, seria considerada como perfeita, por basear-se, de acordo com este economista, na justiça e na plena liberdade (não a genuína liberdade, nascida do trabalho como potencializador da liberdade humana, mas a liberdade de mercado, regida, como foi dito, pela sanha que faz os indivíduos capitalistas se atirarem à defesa de seus interesses privados) para a obtenção do lucro tanto quanto possível, que não poderia ser garantido sem a dita “mão invisível”.

Acerca dessa atualidade, não sem controvérsias, da obra smithiana, Mészáros (idem, ibidem) afirma que é “compreensível que desde então os conservadores mais extremados [...] tenham permanecido gratos a Smith por mostrar a obviedade dessa conclusão”, qual seja, a tese elaborada pelo pensador burguês do século XVIII de que esse sistema seria baseado na liberdade e na justiça, sistema esse que não necessitaria passar por melhoria de nenhuma autoridade seja individual seja de um órgão coletivo, afirmação que fora invalidada pelo próprio capital em seu processo de desenvolvimento. Dentre esses “conservadores extremados”, Mészáros (idem, ibidem) cita como exemplo o “guru” de Margaret Thatcher Friedrich August Hayek, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1974. Este economista austríaco, que, como Adam Smith, era defensor da economia de mercado, escreveu o seguinte sobre o pensador escocês defensor do capital: “o entusiasta do século XIX que declarou que a Riqueza das Nações tinha uma importância só inferior à da Bíblia tem sido ridicularizado muitas vezes; mas ele talvez não tenha exagerado tanto” (HAYEK *apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 136). De acordo com Mészáros (idem, ibidem), esse “conservador extremado”, em sua defesa excedida de Smith, nem sequer se preocupou com a contradição em suas próprias palavras. Hayek, segundo o pensador marxista húngaro (idem, ibidem), considerou que a “mão invisível” de Smith foi a “primeira descrição científica dos processos de mercado”. Tais palavras de Hayek em defesa de Smith foram proferidas após tê-lo acusado, em *The Fatal Conceit: the errors of socialism*, de ser um economista “preso ao animismo” (itálicos no original), fazendo-nos entender que Smith, com sua “mão invisível”, estaria representando abstratamente, de modo perfeito, uma ideia sobre como seria a sociedade por ele idealizada, ou seja, que Smith estaria personificando a própria sociedade, como se esta possuísse um espírito que guiaria os próprios homens.

A crítica que Hayek faz a Smith é completamente distinta da que Mészáros empreendeu, evidentemente. Este pensador marxista húngaro (idem, p. 136) afirma que hoje este economista escocês “[...] estaria completamente perdido, pois também teria de admitir que um dos principais pilares de seu edifício explicativo”, qual seja, “o favorecimento da indústria nacional contra a estrangeira”, “foi demolido por inteiro pela dominância das gigantescas corporações transnacionais no sistema global do capital”. Smith estava errado, sobretudo quanto ao futuro próximo do próprio capital: valorizava o “local” em detrimento do mercado mundial. O capital, nos tempos hodiernos, invalidando o postulado de Smith, subjuga o “local” aos ditames dos países capitalistas dominantes (fenômeno para o qual a Economia Neoclássica já teve que buscar respostas), que, no mercado mundial, lutam entre si para a garantia de seus interesses conflitantes.

Avançando na crítica empreendida por Mészáros ao iluminista escocês, este marxista do século XX reporta-se ainda a outra afirmação de Smith, que é esta: “o consumo é o único propósito de toda a produção; o interesse do produtor deve ser atendido apenas até onde seja necessário para promover o do consumidor. A máxima é tão perfeitamente óbvia, que seria absurdo tentar comprová-la” (SMITH *apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 136). Para Mészáros (idem, *ibidem*), as afirmações de Smith caem por terra no contexto histórico de crise estrutural do capital, momento em que as

[...] personificações do capital devem inventar todos os tipos de subterfúgios [...] não apenas para enfiar goela abaixo dos consumidores mercadorias que não fazem falta alguma, mas também, o que é mais importante, para poder justificar, num mundo de carências gritantes, a distribuição de recursos mais desperdiçadora que se possa imaginar em benefício do complexo industrial militar.

Em nosso entendimento, a afirmação de Smith seria inválida inclusive em seu próprio tempo, visto que ele mesmo afirmou em sua *A Riqueza das Nações* que não seria da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperaríamos nosso jantar, mas do atendimento de seus interesses individuais em buscar tanto quanto possível seus próprios lucros. Por esta razão, o pressuposto da produção do “nosso jantar” não poderia ser o consumo, como ele apregoou, mas a acumulação do capital a expensas do trabalho. Hoje, continua Mészáros (idem, p. 137), Smith estaria relegado a um “gênero de capitalista” de “importância insignificante”, pois seus postulados, elaborados para preencher uma lacuna em seu tempo, estariam falidos, incluindo a ideia de “mão invisível”. Esta, criada como metáfora para explicar seu próprio tempo, equivaleria, segundo o pensador marxista húngaro, à admissão de que o capital é incontrolável, pois essa “mão invisível” foi criada por Smith para afirmar, no plano ideológico, a (im)possível harmonização da sociedade, inclusive entre

produção e consumo, fratura insanável nos marcos do capital. Produção e consumo expressam, segundo Mészáros, uma contradição irremediável desse sistema sócio-metabólico do capital.

Nas palavras de Mészáros (*idem*, p. 138), a lógica incontrolável do capital derruba, inclusive, um grande pensador como Adam Smith. Smith elaborou respostas para a incontrolabilidade do capital que foram postas em xeque pelo próprio sistema que ele tanto defendeu. O sistema sócio-metabólico do capital demonstrou historicamente que sua lógica não pode ser controlada e que, dependendo do momento histórico e das contradições expostas, elabora respostas que, em outro momento, serão invalidadas. Outras têm como função precípua o enevoamento da realidade existente e a aquiescência de nossas subjetividades, em nome da sustentabilidade do sistema, para o qual não há nenhuma correção que o torne interessante para a humanidade.

No caso de Smith, este pensador burguês encontrou no capitalista individual, segundo Mészáros (*idem*, p. 138), o sujeito que poria em marcha o desenvolvimento, de modo indireto, da própria sociedade. Entretanto, adverte este pensador marxista, nosso coetâneo, de que um sujeito que controla um capitalista só pode ser um pseudo-sujeito, pois precisaria de uma força tão benevolente quanto misteriosa para que esse capitalista obtivesse sucesso. Mészáros (*idem*, *ibidem*) continua afirmando que esse pseudo-sujeito não pode pôr fim aos imperativos do capital, pois a agudização de suas contradições é sua “regra geral”, visto que tais contradições não estão “acima das cabeças” dos indivíduos, mas sob seus próprios pés.

Mészáros (*idem*, p. 138) aponta ainda que Smith e todos os que apregoam a lógica do capital buscaram respostas onde elas não existem, visto que seus discursos são desenvolvidos numa direção contrária à do “imperativo objetivo do capital”. Nesse processo, o pseudo-sujeito deve seguir as “determinações expansionistas do próprio sistema e não seus próprios ‘fins egoístas’”. Se tivesse como base essas intenções e motivações, “o domínio do capital não se sustentaria nem no mais curto dos curtos prazos” (*idem*, p. 138), pois o que orienta o sistema do capital é a sua própria expansão, tendo em vista a acumulação cada vez mais crescente a expensas da exploração do trabalho, não importando, por esta razão, os genuínos interesses da humanidade.

As personificações do capital, “sob as condições de fracassos e distúrbios econômicos”, continua Mészáros (*idem*), são obrigadas “[...] a reconhecer a importância dos parâmetros sistêmicos e [...] fazem meia-volta, implorando a intervenção do governo para assegurar a expansão econômica geral”, visto que elas mesmas são forçadas a “[...] perceber que, sem a livre expansão ininterrupta da economia, não poderão acumular nem para si nem

para suas firmas” (idem, p. 138-139), expansão essa que só pode ser garantida com a reentrada do capital na extração da mais-valia.

Por fim, para concluir o exame das respostas elaboradas pela Economia Política Clássica para a incontrollabilidade do capital, afirma Mészáros (2006a, p. 140) que o capital continua incontrollável porque a relação entre intenção e exigência da expansão desse sistema não pode ser solucionada nos limites do próprio capital. Não são as intenções subjetivas que determinam a lógica do capital. Conclui Mészáros (idem, ibidem) que, nessa lógica, cujas leis são férreas, não “pode haver espaço para intenções [...] autônomas”, pois o caráter de expansão e acumulação do capital não pode ser imposto sob a forma de intenção.

A segunda resposta elaborada sob o ponto de vista do capital para a sua incontrollabilidade foi aquela nascida com o nome de “utilidade marginal”, criada pela economia vulgar, em meados do século XIX, e sofisticadamente reelaborada pela Economia Neoclássica – pois travestida de explicações matematicamente especulativas sobre o próprio real, portanto, pseudocientíficas –, a partir dos anos de 1870, mais precisamente a partir de 1871, quatro anos após a publicação do Livro Primeiro de *O Capital*.

Acerca da teoria da “utilidade marginal” empreendida pelos economistas vulgares e amplamente aceita a partir da década de 1840, que apontamos aqui no segundo capítulo, esta foi, de acordo com Mészáros (2006a, p. 141), o remédio oferecido para abafar as crises que assolaram o sistema sócio-metabólico do capital naquele contexto histórico. Como vimos, trata-se de um momento em que a burguesia já se tornara a classe dominante econômica e politicamente, cujo domínio exigiu o enevoamento da realidade existente, tarefa muito bem cumprida pela economia vulgar por se manter na superficialidade do real ao afirmar que o valor das coisas seria determinado pela sua utilidade e não pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Referida teoria também foi pauta da Economia Neoclássica, que também é vulgar, mas se vestiu de uma roupagem matematicamente elegante, obnubilando as causas dos problemas existentes por se manter presa aos sintomas dos problemas gerados pela materialidade social regida pela lógica incontrollável do sistema do capital. Afirma o filósofo húngaro (idem, ibidem) que, já naquele contexto histórico, a “mão invisível” de Smith não dava mais conta de explicar, por exemplo, o fato de as empresas não mais assumirem um caráter “local”, fenômeno que exigiu a expansão da capital para além das barreiras nacionais, e os países passaram a se digladiar no mercado mundial em busca de consumidores e matérias-primas. Ademais, os “imperativos do sistema”, como coloca Mészáros (idem, ibidem), começaram a assumir “proporções mais danosas” ainda para o

conjunto da humanidade e, claro, para o controle sócio-metabólico desse sistema, já que, só para lembrar Gilson Dantas (2007), a “história não obedece ao capital”.

A Economia Neoclássica foi fundada pelos seguintes economistas, todos eles, obviamente, rejeitaram o valor-trabalho: Willian Stanley Jevons (1835-1882), na Inglaterra, com a obra *Teoria da Economia Política*, de 1871; Carl Menger, na Áustria, com a obra *Princípios de Economia Política*, também de 1871; León Walras, na Suíça, com a obra *Elementos de Economia Política Pura*, de 1874. Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 215) observam que os economistas neoclássicos formularam, em termos de cálculo diferencial, a “maximização racional e calculista da utilidade”. Cada um deles, utilizando-se dos exemplos da água e do diamante empregados por Smith para demonstrar que o valor das coisas não reside em sua utilidade, formulou independentemente uma solução lógica para o problema do valor-utilidade, cujas ideias permanecem aceitas até os dias atuais (HUNT e LAUTZENHEISER, idem), por contrapor-se à teoria do valor-trabalho e negar a luta de classes. Todos eles vestiram a teoria da “utilidade marginal decrescente” criada décadas antes por Bentham, Say e Senior com uma roupagem elegante para demonstrar matematicamente como a utilidade determinaria o valor das mercadorias. Mantendo-se presos à esfera da circulação, para estes economistas, a utilidade também determinaria o preço das mercadorias.

O que dizem esses economistas neoclássicos? Não pretendemos fazer uma longa exposição acerca de seus postulados matematicamente elaborados. Faremos aqui uma breve exposição das ideias que incidiram diretamente sobre a negação do trabalho e da luta de classes. Jevons, por exemplo, parte das ideias de Bentham para defender a tese de que o utilitarismo seria “a única base possível da teoria econômica científica” (JEVONS *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 216), descoberta que o fazia ficar indignado perante livros sobre economia que apontassem o contrário, ou seja, que apontassem o tempo de trabalho como medida do valor. Para ele, sendo a Economia um “cálculo de prazer e dor” (JEVONS, idem, *ibidem*), prazer que seria garantido no mercado, no momento de obtenção das “coisas desejáveis”, o valor, em seu entendimento, era o mesmo que preço. Dizendo de outro modo, no mercado, os indivíduos devem “maximizar o prazer”, ou seja, satisfazer, ao máximo possível, suas necessidades, obtendo, por meio da troca, o máximo de coisas desejáveis em detrimento do máximo possível de indesejáveis (HUNT e LAUTZENHEISER, idem), livrando-se destas.

No entendimento de Jevons, como todos os homens – que seriam racionais e calculistas e teriam uma visão utilitarista – querem obter o máximo de prazer, haveria uma igualdade entre os próprios indivíduos, que estariam isolados da totalidade social, igualdade

que, obviamente, seria uma igualdade que se situaria no plano abstrato, visto que não encontra veracidade na realidade objetiva, que segue seus caminhos próprios. Aliás, para ele, “o suposto conflito do trabalho com o capital [seria] uma ilusão” (idem, p. 218). Este economista rejeita a categoria “classe” porque, em economia, segundo suas proposições, “deve[r]íamos tratar todos os homens como irmãos” (idem, ibidem), e todos viveriam uma “harmonia social”, que seria a situação “natural” do próprio mercado, ou seja, que todos viveriam uma fraternidade e uma igualdades universais. Entretanto, contrariando a teoria de Jevons, as pessoas não são iguais, porque essa igualdade não é substantiva (MÉSZÁROS, 2003), ou seja, não é real. Essa igualdade existe somente no plano da formalidade, posto que não há igualdade entre trabalho e capital, e a troca entre eles, Marx o demonstrou, não é uma troca entre equivalentes.

Sobre a visão naturalmente utilitarista que faria parte da abstrata natureza humana calculista, Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 217) apontam que essa visão teria sido expressa por Jevons com equações matemáticas, justificando sua tese de que os economistas, para serem científicos, teriam que ser matemáticos. Em nosso entendimento, tais equações são complicadas e nada explicam a essência do real. Pelo contrário: mistifica-o e contribui, sob o ponto de vista do capital, para cancelar qualquer horizonte que aponte para a alternativa socialista e esconder a gênese da riqueza privada, naturalizando-a. O edifício teórico de Jevons – e dos economistas neoclássicos – foi construído com categorias econômicas envoltas numa vestimenta matemática completamente esvaziada de significado, visto que nada diz sobre a realidade objetiva.

Jevons, na verdade, estava interessado em elaborar um método científico matematicamente adequado para explicar as crises que tomaram enormes proporções em âmbito internacional (MÉSZÁROS, 2006a). É o que comprova Mézáros (idem, p. 143). Este pensador marxista afirma que Jevons, numa palestra sobre *O futuro da Economia Política*, em 1876, no Clube de Economia Política, em comemoração aos cem anos da obra smithiana *A Riqueza das Nações*, afirmou que “precisamos de uma ciência do mercado do dinheiro e das flutuações comerciais, que deveria investigar por que o mundo está cheio de atividades durante alguns anos e depois tudo fica inativo; enfim, por que existem essas marés nos negócios dos homens?” (JEVONS *apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 143). Era nos “negócios” e suas crises que ele estava interessado, e a resposta para essas marés, Jevons foi buscar na teoria da “utilidade marginal”.

A teoria da “utilidade marginal”, revestida de teoria matematicamente científica, foi, de acordo com Mézáros (idem), o remédio encontrado pelo capital e seus ideólogos para

explicar a crise pela qual vinha passando; mas também foi o remédio utilizado para anestésiar a classe trabalhadora que, naquela época, agigantava sua organização. Inclusive a Comuna de Paris – expressão gigantesca da organização dos trabalhadores, que, embora situando sua luta no plano político, descobriram a necessidade de destruição do estado burguês – eclodiu no tempo histórico de Jevons e seus consortes, contra a qual o capital teve que lutar. Hunt e Lautzenheiser (idem, p. 220) concluem que a perspectiva da utilidade conseguiu uma nova maneira de se encarar a teoria do valor-trabalho. Agora, com a nova formulação “científica” e matemática de Jevons, tal perspectiva pôde, ideologicamente, sob o ponto de vista do capital, maximizar a utilidade para todos, num mundo de fraternidade⁷⁵ abstrata que só existe como estratégia ideológica do capital para esconder sua natureza incontrolável, ou seja, preconizando a impossível igualdade num mundo de carências múltiplas que assolam a humanidade, vislumbrando jogar por terra a tese marxiana explicitada n’*A Ideologia Alemã* de que com carência não é possível a instauração de uma sociedade autenticamente humana, pois toda a “imundície” retornará. Não que a economia neoclássica tenha a pretensão de apontar para tal horizonte. Absolutamente! Sua pretensão – e isso ela conseguiu – é exatamente esconder com um manto matemático esse mundo de carências múltiplas geradas pela ordem sócio-metabólica do sistema que ela tanto defendeu.

Em se tratando dos outros consortes de Jevons, endossam a tese necessária da matematização da economia Menger (1840-1921) e Walras (1834-1910) em nome da sustentabilidade do capital. Quanto ao primeiro, este considerava que o valor-trabalho fora “um dos erros fundamentais mais clamorosos e que teve as maiores consequências no desenvolvimento passado de nossa ciência” (MENGER *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 224). A propriedade, para Menger, seria determinada de acordo com os bens disponíveis para satisfazer as necessidades de um indivíduo. Não seria uma determinada quantidade de mercadorias, mas um reflexo das necessidades desse indivíduo (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013). Por esta razão “*não haveria qualquer excedente a ser apropriado por qualquer pessoa ou classe*” (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 224 – itálicos no original).

Menger não considerava “imoral”, “para quem ame a humanidade”, o fato de que “a posse de capital ou da terra” tenha permitido, “muitas vezes, que seu possuidor tenha uma renda maior durante algum tempo do que a renda auferida por um trabalhador que realize uma atividade intensa no mesmo período” (MENGER *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p.

⁷⁵ Aspas simples do autor; colchetes nossos.

227), pois, em seu entendimento, a economia era uma ciência isenta de valores. Assim sendo, as leis do mercado foram consideradas como naturais e inquestionáveis. Num ataque fulminante à classe trabalhadora, este economista, referindo-se à Alemanha, berço do nascimento do socialismo científico, lamentava que, até sua época, não tivesse havido “uma escola histórica de economistas” para “defender os interesses econômicos da época contra os exageros do pensamento reformista no campo da Economia e, principalmente, contra o socialismo”, visando evitar perigosos “reveses posteriores” (MENGER *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 227).

Em sua defesa ardorosa dos interesses econômicos capitalistas, Menger (MENGER *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 228) afirmara com tom cáustico que a “agitação” daqueles que lutam para que seja garantida aos trabalhadores a distribuição de bens em quantidade suficiente para o atendimento de suas necessidades exige “uma completa transformação de nossa ordem social”. Acrescentam Hunt e Lautzenheiser (*idem, ibidem*) que Menger, na verdade, considerava essa transformação como “moralmente inadmissível”, visto que o economista em questão acreditava na “benevolência da ‘sabedoria subconsciente’ incorporada às instituições sociais, econômicas e jurídicas existentes” para garantir a cada um a “propriedade” de bens de acordo com suas necessidades. Assim sendo, poderíamos dizer aqui que, na perspectiva teórica de Menger, a “propriedade” da classe trabalhadora seria reflexo de suas necessidades, ou seja, cada um teria o que precisaria ter. Como a classe trabalhadora não tem acesso ao patrimônio material e cultural produzido no evoluir histórico da humanidade, isso significaria, na perspectiva de Menger, que essa classe não teria necessidade de tal apropriação, e a luta dos trabalhadores não teria significado nenhum.

Walras, por sua vez, endossava a crítica de Menger aos socialistas, dizendo que estes eram ignorantes em matéria de economia. Este economista neoclássico vocifera críticas aos socialistas “utópicos” ou não, por considerar que as ideias dos primeiros não são científicas. Sobre eles, diz Walras: “O socialista é um homem que denigre, sem os conhecer, todos os autores que não souberam, de um só golpe, começar a ciência e a encerrar” (1996, p. 17). Entretanto, Walras não se opunha apenas a eles, mas ao próprio socialismo, considerando-o como contrário ao interesse e à justiça, por isso deveria ser repellido (1996, p. 34). Contra o socialismo pretendeu responder com reformas compatíveis com o capitalismo (PAULA, 2002)⁷⁶, tarefa que empreendeu desde o início de sua carreira de economista,

⁷⁶ Artigo de João Antônio de Paula. Walras no *Journal Des Économistes*. In: *Revista Brasileira de Economia*, vol.56, n.1, Rio de Janeiro/Março de 2002. Disponível no sítio eletrônico

publicando suas ideias, tanto no Jornal *Le Travail*, do qual era editor, quanto no *Journal des Économistes*, em defesa fervorosa do capital (idem), como fazia o próprio jornal. Aponta Paula (idem) que o objetivo de Walras com a elaboração dessas teorias é oferecer uma alternativa de reforma social que combata a influência cada vez mais crescente do socialismo em todas as suas vertentes.

Walras era defensor da ideia de que era natural a existência das classes sociais. Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 229) afirmam, em relação a Walras, que havia, no tempo histórico deste economista (tempo esse marcado pelo capitalismo concorrencial e sua passagem para o capitalismo monopolista), proprietários de terras, trabalhadores e capitalistas, que funcionavam de maneira importante do ponto de vista econômico, visto que exerciam diferentes papéis no processo de produção. Em primeiro lugar, comportavam-se como proprietários de serviços produtivos, respectivamente, terra, trabalho e capital, serviços esses que eram oferecidos no mercado por seus proprietários. Em segundo lugar, assumiam o papel de consumidores, que procuravam no mercado bens de consumo, para atender a seus “desejos subjetivos” (idem, ibidem). Para cumprir cada função, era natural, no entendimento de Walras, a existência dessa divisão na sociedade. Portanto, para este economista, as leis que protegiam a propriedade eram moralmente corretas e justas (HUNT e LAUTZENHEISER, idem, p. 229-230).

Ele, por exemplo, elaborou com rigor uma teoria baseada no cálculo diferencial para explicar os preços, justificando que estes refletiriam as necessidades das pessoas, “maximizando [...] a satisfação humana” (HUNT e LAUTZENHEISER, idem, 230), portanto, os preços seriam determinados naturalmente de acordo com o valor da coisa, ou seja, com a sua utilidade, numa clara refutação da teoria do valor-trabalho. Lembram estes pesquisadores da história do pensamento econômico (2013, p. 235) que Walras, assim como todos os teóricos da utilidade, descreveram a economia como restrita aos preços, portanto, circunscrita à esfera da circulação, como deixa claro o próprio Walras: “todas as pessoas competentes na área sabem que a teoria da troca [...] constitui o próprio fundamento de todo o edifício da economia” (WALRAS *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 236). Lembram ainda os pesquisadores estadunidenses que Walras, mesmo quando falava na produção, interpretava-a como uma série de trocas e não na perspectiva de classe. No mercado, os indivíduos trocam mercadorias, e todos se comportam como indivíduos calculistas e racionais em busca da

maximização do prazer, portanto, a propriedade estaria em conformidade com a justiça (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 311).

Em sua crítica a Walras, Hunt e Lautzenheiser (*idem*, p. 238) apontam que, em relação à classe operária, a maximização do prazer sempre lhe foi estranha. Na verdade, continuam estes pesquisadores, a teoria da utilidade se ergueu para defender os interesses de mercado, centrados no atendimento das necessidades dos indivíduos, num momento histórico em que a teoria do valor-trabalho, pedra angular da teoria marxiana, identificou-se com os interesses da classe trabalhadora, voltando-se contra a própria burguesia, que a descobriu.

Todo esse arcabouço teórico elaborado pelos neoclássicos é apontado por Mészáros (2006a) como um “remédio” elaborado pela Economia para a incontabilidade do capital. Tais respostas se caracterizavam por fórmulas matemáticas que mantiveram um otimismo exagerado com relação à (im)possível solução da crise no interior do próprio sistema (MÉSZÁROS, 2006a).

A teoria da “utilidade marginal”, agora vestida com fórmulas e equações matemáticas, foi a estratégia do capital utilizada como mecanismo ideológico de cooptação e não de enfrentamento em relação à classe trabalhadora, que, naquela época, como nos ensina a História, agigantava sua organização – e precisava ser reprimida. No plano político-ideológico, lembra Mészáros (2006a) que referida teoria não trouxe à luz – nem poderia trazer – a essência da lógica do capital, mantendo-se em sua superficialidade enrolada num emaranhado de fórmulas matemáticas que nada explicam. Essa matematização da economia, lembra o pensador marxista radicado na Inglaterra, confundiu os próprios áduos defensores do capital, a exemplo de Keynes, para quem “uma proporção muito grande da economia ‘matemática’ é pura ficção, tão imprecisa quanto as premissas iniciais em que se baseia, o que permite que o autor perca de vista as complexidades e interdependências do mundo real, num labirinto de sintomas presenciais, que em nada ajudam” (KEYNES *apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 143).

Referida teoria foi a estratégia elaborada pelos arautos do capital como um remédio para abafar o perigo oferecido pela classe trabalhadora, contra a qual esse sistema se utilizou da “estratégia da cooptação e não do enfrentamento” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 147). Com essa teoria, aquele sujeito encarnado no economista individual, de Smith, foi substituído por outro sujeito: o do consumidor individual, que definiria na utilidade, e não no trabalho, o valor da mercadoria. Desse modo, conclui Mészáros (*idem*, *ibidem*) que as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser tratadas como demandas dos consumidores que buscam no mercado “serviços” prestados igualmente pelos proprietários da terra, do trabalho e do capital.

Outro neoclássico que não poderíamos deixar de citar aqui é Alfred Marshall (1842-1924), cuja obra foi caracterizada por Edgeworth com as seguintes palavras: “sob as vestes da literatura, a armadura da matemática”⁷⁷ (EDGEWORTH *apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 143).

Marshall era um matemático que se tornou economista (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 248), cujas ideias acerca da microeconomia continuam sendo ensinadas nas universidades até hoje (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 248). Sua obra que iria influenciar economistas posteriores à Economia Neoclássica só fora publicada em 1890 e tem como título *Princípios de Economia Política*.

Marshall defendeu a ideia da “desutilidade marginal do trabalho”. Ele afirmava que dentre os fatores de produção terra, trabalho e capital, estes dois últimos apresentavam uma utilidade negativa ou desutilidade, pois seria nesses fatores que os indivíduos – aqui agrupados em unidades familiares (que maximizariam a utilidade, ou seja, o consumo de bens, em relação ao que dispensariam na venda dos fatores de produção) – deveriam fazer os cálculos da utilidade (ao contrário das firmas, que maximizariam os lucros); por outro lado, seria desses fatores que adviriam a dor e a abstinência, que Marshall chamou de “espera”, por achar que o termo “abstinência” causaria muitos mal-entendidos (HUNT e

⁷⁷ Itálicos no original. Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926) é economista defensor do utilitarismo e colaborador da chamada “revolução marginalista” elaborada por Jevons, Menger e Walras e, depois, Marshall, filiando-se à matematização da economia. Em sua *Mathematical Psychics*, Edgeworth estabeleceu o “Cálculo do Prazer”, dividido entre o econômico e o utilitário, a aplicação matemática para representar tanto os estímulos egoístas que levam o indivíduo a desejar o prazer e evitar a dor quanto as relações interpessoais (MARIN e QUINTANA, 2011). Sobre ele, diz Mészáros (2006a, p. 145) que sua teoria é a “mais deslavada justificação para os privilégios da classe dominante, apoiados por um embuste pseudocientífico que justificava a posição social superior e a riqueza correspondente do empresário com verborreia darwiniana e camuflagem utilitarista”, pois ofereceu a ciência da economia como sugestão para o fim da luta entre capital e trabalho, pondo em xeque a relação antagonica entre salário e lucro e diretamente proporcional entre trabalho excedente e mais-valia. O pensador marxista húngaro, em *Para além do Capital*, na nota de rodapé número 17 (p. 144), afirma o seguinte sobre Edgeworth: “Edgeworth era obcecado pela idéia de que seu país natal, a Irlanda – ‘um país abalado pela conspiração política e associação econômica’ (ou seja, os sindicatos [...]) – poderia espalhar-se por todos os cantos; assim, ele tentou criar um antídoto ‘científico’ na forma de um ‘utilitarismo aristocrático’, o que garantia ‘votos plurais conferidos não apenas à sagacidade, como pensava Mill, mas também à capacidade de ser feliz’. E – surpresa! Surpresa! – o plano ‘científico’ da ‘psicologia matemática’ de Edgeworth estava perfeitamente sintonizado com seu ‘utilitarismo aristocrático’ com a seguinte argumentação: Se supusermos que a capacidade para o prazer é um atributo da habilidade e do talento (a); se considerarmos ser a produção uma função assimétrica do trabalho manual e científico (b); poderemos ver uma razão mais profunda do que a oferecida pela economia, pela qual o trabalho da aristocracia da capacidade e do talento, apesar de mais agradável, tenha maior remuneração. A aristocracia do sexo baseia-se igualmente na presumida capacidade superior do homem para a felicidade, para a *energia* da ação e da contemplação; sobre o sentimento[,] a mulher é o homem menor; sua paixão perto da minha é como o luar perto do sol e como a água do vinho. Como bonificação, além de justificar a classe dominante e o chauvinismo masculino, Edgeworth lança também uma justificativa para o *racismo* [...]. Falando sobre a sociedade do futuro, ele insiste em que a dominação e a subordinação das classes devem permanecer para sempre, justificando-o com a afirmação de que ‘a existência de uma classe menos afortunada e subordinada não parece incriminar a Providência’ [...]. São estes os valores sustentados com indisfarçada consciência de classe pelas habilidades matemáticas e pelo ‘rigor científico’ muito valorizados em Edgeworth” (grifos no original).

LAUTZENHEISER, 2013). Dizendo de outro modo: trabalhadores e capitalistas seriam os proprietários desses meios de produção, quais sejam, trabalho e capital. Deles adviriam a dor e a abstinência porque, em se tratando do trabalho, a sua desutilidade seria decorrente da fadiga do corpo e da mente, de más condições sanitárias, do convívio com maus colegas, do pouco lazer “ou, ainda, por interesses sociais ou intelectuais” (MARSHALL *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 249); do capital viria a abstinência (que seria o sacrifício do prazer presente em nome do prazer futuro). Assim sendo, as famílias estariam sempre calculando as trocas com base na minimização da dor, do trabalho, ou da espera (abstinência), do capital. Ou seja, os trabalhadores deveriam calcular até que ponto valeria a pena o esforço físico, e os capitalistas, até que ponto deveriam esperar pelo “prazer do futuro”. Considerando que a acumulação da riqueza adviria do adiamento do prazer, ambos, trabalhadores e capitalistas deveriam “ajustar as rédeas” e levar em consideração o “esforço” empreendido para maximizar a utilidade, ou seja, o consumo de bens. Desse modo, o trabalhador não deveria consumir toda a sua renda; o capitalista não deveria consumir tudo o que deseja. Ambos devem “adiar o prazer”, fonte da acumulação da riqueza. Acerca disso, diz Marshall (*apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 249-250) que “Karl Marx e seus seguidores achavam muita graça quando viam a acumulação de riqueza resultante da abstinência do Barão de Rothschild, que contrastava com a extravagância de um trabalhador que alimentava uma família ganhando sete *shillings* por semana e que, gastando toda a sua renda, não praticava abstinência alguma”, por isso ele era pobre, no entender de Marshall.

Marshall adverte que estavam fadadas ao fracasso as tentativas de modificar rapidamente a sociedade, pois tais tentativas, fracassadas, é que levariam à miséria (*idem*, p. 258). Para Marshall, Marx tinha uma “profunda simpatia pelo sofrimento” (MARSHALL *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 258), mas tal “simpatia” pareceria ser em vão, pois a estrutura social seria aparentemente exploradora, visto que, no entendimento deste economista, essa mesma sociedade, em seu aperfeiçoamento, superaria seus próprios defeitos. Hunt e Lautzenheiser (*idem*, *ibidem*) apontam que Marshall entendia que Marx, assim como os outros socialistas, atacou as diversas teorias econômicas porque, na verdade, eles, os socialistas, “[...] não estudavam as doutrinas que atacavam, e não era difícil mostrar que eles não tinham entendido a natureza e a eficiência da atual organização econômica da sociedade” (MARSHALL *apud* HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 258). A “simpatia” dos socialistas, e de Marx, pelo sofrimento era em vão porque

[...] todos os fundadores da economia moderna eram homens de temperamento cavalheiresco e simpático, movidos por um entusiasmo pela humanidade...

Abraçaram, sem exceção, a doutrina de que o bem-estar de todo o povo deveria ser o objetivo último de todo o esforço privado e de toda a política pública. Eram, porém, fortemente corajosos e cautelosos; pareciam frios, porque não assumiam a responsabilidade de advogar avanços rápidos [como faziam os socialistas, em seu entender] por caminhos ainda não trilhados, e cuja garantia única oferecida, em termos de segurança, era constituída pelas esperanças confiantes de homens cuja imaginação era fértil [a dos socialistas], porém desprovida do conhecimento ou da disciplina de uma análise mais detida...

Marshall referia-se à teoria da “mão invisível”, de Smith, teoria essa que os socialistas não tinham compreendido. No entendimento de Marshall, referida teoria representava a organização natural da própria sociedade e “[...] encerra[va] uma verdade [...] importante para a humanidade” (MARSHALL apud HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 259), pois os socialistas teriam elaborado doutrinas que impediriam a compreensão dos graves problemas sociais, visto que não possuíam um estudo adequado desses problemas, mas, apesar disso, “[...] exerciam um fascínio singular sobre as mentes sinceras e perquiridoras”. E é por esse fascínio que exerciam as ideias socialistas sobre mentes investigadoras que a “simpatia de Marx pelo sofrimento é sempre merecedora de nosso respeito” (idem, p. 258). Marx e os socialistas, no entendimento de Marshall, não precisavam mais se preocupar porque este economista neoclássico teria encontrado idilicamente a solução – que caíra do céu enrolada em fórmulas matemáticas e gráficos – para os problemas da humanidade, dependendo de cada indivíduo: no capitalismo, “[...] as relações sociais de classe [...] são, agora, perfeitamente variáveis e mudam de forma de acordo com a mudança das circunstâncias de cada dia” (MARSHALL apud HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 259). Nessa linha de argumentação, os trabalhadores que não se tornavam capitalistas é porque não reuniam as qualidades raras para o serem (idem, p. 260).

Marshall contrapõe-se claramente àquela crítica de Marx sobre a acumulação primitiva do capital, exposta no Livro I, Vol II, capítulo XXIV, de *O Capital*, quando o pensador alemão afirma que a acumulação do capital pode ser tudo, menos idílica. De acordo com este economista, a crueldade que o crescimento da “livre-iniciativa” impunha aos pobres era coisa do passado, pois os males sociais estariam sendo minorados. Para serem “afastados da terra [de uma vez por todas] os piores males da pobreza” (MARSHALL, idem, ibidem), o progresso social exigiria o “aperfeiçoamento da natureza humana”, que teria se “[...] desenvolvido durante séculos de [...] prazeres sórdidos e grosseiros”, aperfeiçoamento esse que não poderia ocorrer em apenas uma geração. Mas isso estaria mudando porque os “[...] defensores nobres e ansiosos da reorganização da sociedade têm pintado quadros bonitos da vida [...]” (MARSHALL apud HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 260).

Esses “quadros bonitos da vida” estavam pintados de róseo. Mészáros (2006a, p. 147) lembra que, nessa pintura, Marshall arriscara uma opinião sobre a sociedade futura. Diz Marshall que, nessa sociedade,

[...] o rico cooperaria mais com o Estado, bem mais tenazmente do que o faz agora, aliviando o sofrimento dos que, não por sua própria culpa, são fracos e doentes, e a quem um xelim poderia trazer mais benefício real do que ele obteria gastando muitas libras a mais. Sob tais condições, o povo em geral estaria tão bem nutrido e tão bem educado que seria agradável viver na terra. Nela os salários por hora seriam altos, mas a força de trabalho não seria cara. O capital portanto não estaria muito ansioso para emigrar, mesmo que se impusessem sobre ele impostos bastante pesados para fins públicos: os ricos adorariam viver nela; e assim o verdadeiro Socialismo, baseado no cavalheirismo, elevar-se-ia acima do receio de que algum país possa andar mais depressa do que os outros por medo de perder capital. Um Nacional Socialismo desse tipo estaria cheio de individualidade e elasticidade. Não haveria nenhuma necessidade daqueles laços de ferro de simetria mecânica que Marx postulava como necessários para seus projetos da “Internacional”.

Acerca dessas palavras de Marshall, diz Mészáros (idem, p. 148) que este economista neoclássico, além de apresentar falsamente Marx como “um rude pensador mecânico, fez conjecturas falsas em relação a um devir historicamente impossível, defendendo a ideia de que haveria um socialismo possível no interior do capitalismo e de que a classe trabalhadora poderia elevar gradualmente suas condições de vida”, discurso que contaminou o próprio movimento socialista, contra o qual Marx já alertava em sua *Crítica ao Programa de Gotha* – e que se revelou inútil (MÉSZÁROS, idem, ibidem).

Lembra esse pensador marxista húngaro que a “armadura da matemática”⁷⁸ é, na verdade, uma armadura contra a alternativa do trabalho, afastando, do ponto de vista ideológico, qualquer possibilidade de construção de uma sociedade “para além do capital”. Para empreender tal resultado, o capital se utilizou da estratégia de cooptar inclusive representantes dos trabalhadores, a exemplo da Berstein e Lassalle, este último se tornando o preferido do próprio Marshall enquanto o primeiro, o preferido de Max Weber.

Entretanto, apesar do domínio do capital sobre o trabalho, sua incontornabilidade permanece na ordem do dia. A especulação teórica de Marshall deixou visível sua falsidade. Diz Mészáros (2006a) que seu postulado não somente caiu por terra como deixou claro que a história segue seus caminhos próprios. A grande crise de 1870 levou o capital a exigir a primeira grande guerra mundial quatro décadas depois e à posterior ascensão do nazi-

⁷⁸ Mészáros (2006a, p. 145), numa nota de rodapé, aponta que Marshall foi criticado inclusive pelos defensores do capital, a exemplo de Keynes. De acordo com este economista britânico, “Marshall foi o primeiro grande economista *pur sang* que jamais existiu, o primeiro a devotar a vida a erigir o tema como ciência separada, sustentada em sua própria base, com padrões de exatidão científica tão elevados quanto os das ciências físicas ou biológicas”.

fascismo, com suas monstruosidades gigantescas e consequências nefastas para o conjunto da humanidade.

Sobre o domínio do capital sobre o trabalho, é pertinente reiterarmos aqui que a classe trabalhadora, apesar das derrotas que marcaram sua trajetória histórica de luta, não assistiu passivamente o sacrifício da humanidade. Se assim o fosse, a burguesia não teria precisado criar as mais nefastas estratégias (incluindo o convencimento de que era necessário abandonar a luta revolucionária para empreender negociações por melhorias nas condições de vida no interior do próprio sistema) para dismantelar teórica e praticamente sua organização, considerada como empecilho à acumulação do capital⁷⁹.

Verdade é, e a história comprova isso, que a classe antagônica ao capital, à medida que pioravam cada vez mais suas condições de vida e de trabalho, agigantava-se em número e em “perigo”. Suas derrotas históricas fazem parte daquelas estratégias nefastas de cooptação e dismantelamento de sua organização, portanto, não são resultado de uma pretensa resiliência histórica. Ocorreu, porém, que o horizonte da luta curvou-se da centralidade do trabalho para a centralidade da política, como põem Tonet e Nascimento (2009), abandonando *pari passu* a perspectiva revolucionária para abarcar o reformismo como eixo central da luta contra o capital. A social-democracia – que apareceu entre o final do século XIX e início do século XX – é representativa dessa inflexão. Esse contexto histórico, marcado pela passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, exigiu a ampliação e a reestruturação das atividades estatais para expandir os interesses do capital. Na luta contra o trabalho, o capital faz concessões concernentes à questão salarial e à ocupação política dos trabalhadores no aparato da estrutura estatal, concessões essas que não colocaram em xeque a ordem sócio-metabólica do sistema do capital. Consequência inevitável desse processo no âmbito ideológico foi a desmobilização prática e teórica da classe trabalhadora, que adentrou na defesa do aperfeiçoamento do poder político como arame da luta. Contra o reformismo, Marx já vinha lutando desde a década de 1870⁸⁰, mas venceu a estratégia da negociação e da cooptação utilizada pelo capital contra o trabalho, culminando na vulgarização da própria teoria marxiana operada na II Internacional – e a partir dela –, sendo representantes desse movimento social-democrata Kautsky e Bernstein. Enfraquecida

⁷⁹ Tonet e Nascimento (2009) fazem uma análise dos desdobramentos da social-democracia como artimanha do capital para cooptar a classe trabalhadora, fazendo-a abandonar a centralidade do trabalho e assumir a perspectiva da centralidade da política.

⁸⁰ Diz Marx que “o caráter peculiar da social-democracia consiste em exigir instituições democrático-republicanas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia” (MARX *apud* TONET e NASCIMENTO, 2009, p. 65).

teoricamente, a classe trabalhadora sofreu sucessivas derrotas históricas até entrar no contexto da crise estrutural completamente desmobilizada.

Lembra Lessa (2012)⁸¹ que, apesar dessa inflexão, as lutas e as derrotas possuem também um duplo significado histórico: [1] de denunciar quão é desumana a lógica que preside a sociabilidade do capital; [2] de evidenciar que pode ter fim o domínio do homem sobre o homem. Considerando que o capital não enterra a si próprio e produz seu próprio coveiro (LESSA; TONET, 2012), fazemos referência mais uma vez ao *Manifesto do Partido Comunista*, no qual seus autores afirmaram que o capital produziu tanto uma classe revolucionária que lhe é antagônica como a necessidade histórica da revolução em benefício da humanidade. Como diz Marx no Prefácio da Primeira Edição de *O Capital*,

São os sinais dos tempos, que não se deixaram encobrir por mantos purpúreos ou negras sotainas. Não significam a ocorrência de milagres amanhã. Eles mostram como as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar constantemente submetido a processos de transformação (2004, p. 18).

Voltando às respostas do capital à sua incontrolabilidade, Mészáros (2006a) reitera sempre que, apesar das tentativas históricas de controlar a lógica do capital, esta é uma tarefa impossível de se concretizar, posto que a incontrolabilidade é inerente à natureza desse sistema e para ela não existe solução em seu interior. O sistema do capital entrou no século XX enfrentando crises gigantescas. Na época de Smith, diz Mészáros (idem, p. 150) que sua “mão invisível” podia resolver os efeitos do sistema nocivos ao próprio capital através do capitalista individual. Por esta razão, Smith não necessitou elaborar uma teoria que justificasse facilmente os valores do capital, que, diz o pensador marxista (idem, p. 151), eram contestados apenas pelo trabalho. Com a economia neoclássica, porém, o processo de manutenção do sistema sócio-metabólico do capital teve de ser “o mais amplificado possível para desviar e neutralizar a crítica” e, claro, ludibriar a classe trabalhadora com cálculos

⁸¹ Lessa oferece-nos um estudo, embora breve, nos limites de um artigo, sobre a trajetória dos trabalhadores que os levou da “contestação à rendição”, título deste artigo. As revoltas dos trabalhadores, que marcaram todo o século XIX e a primeira metade do século XX, trouxeram à tona o caráter alienante do capital, mas desembocaram na estratégia da negociação e não mais do confronto entre capital e trabalho, abandonando o horizonte da luta, que é a derrubada da ordem sócio-metabólica do sistema do capital. Esse “adestramento” histórico acabou por mergulhar a classe trabalhadora na crise estrutural com a estratégia da negociação: “antes, negociava-se melhorias de salário e de trabalho [...]; agora, negocia-se o desemprego dos próprios colegas de trabalho” (2012, p. 36). Todavia, como tudo o que é sólido se desmancha no ar, Lessa afirma também que, contraditoriamente, “[...] o peso das condições objetivas é tamanho que mais cedo ou mais tarde a consciência dos trabalhadores será forçada a dar um salto avante e recuperar uma maior proximidade à realidade” (idem, ibidem). Esse salto é necessário para questionar a dominação ideológica do capital.

matemáticos que escondem as relações antagonicas entre capital e trabalho. Essa vestimenta matemática para encobrir o real foi criticada por Lukács da seguinte forma:

Pensemos na história das ciências naturais: por quanto tempo se considerou “necessário” que os corpos celestes devessem se mover em forma circular – a forma “perfeita”, “mais racional”, – por quanto tempo pareceu que a geometria forneceria a chave para as leis da física, etc. Hoje estas tendências parecem de muito ultrapassadas. Mas, se refletirmos quão frequentemente a análise real de fenômenos reais permanece encoberta por fórmulas matemáticas, aliás é substituída completamente por estas, se perceberá rapidamente que a orientação errônea de considerar a forma “racional” como a essência última do ser, de ordenar os fenômenos segundo o critério da “razão”, é ainda hoje predominante em relação ao esforço de lhes compreender no seu concreto ser-precisamente-assim (1981, p. 97 – grifos nossos).

Mészáros (2006, p. 151), por sua vez, encerra sua análise sobre essa questão afirmando que o “uso da álgebra e de diagramas convenientes não apenas eliminou os atores reais – capital e trabalho – do palco da história, mas também criou um simulacro de grande rigor científico no tratamento do tema da ‘economia’, fornecendo os melhores instrumentos possíveis para o saudável funcionamento do sistema”.

O pensador marxista húngaro (idem) também apresenta uma terceira resposta do capital à sua incontornabilidade, por ele denominada de “tecnoestrutura”, engendrada por Galbraith. Aqui, os porta-vozes do capital continuam buscando anular as contradições agora explícitas desse sistema, manifestadas pela evidência dos limites absolutos, como o desemprego crônico, a destruição ímpar do meio ambiente etc. que já não podem ser ignoradas. De acordo com o pensador marxista, essa terceira resposta é marcada pela expropriação capitalista de termos caros ao marxismo como revolução, mais-valia, luta de classes e por tornar obsoleto o próprio Marx (bem a gosto da propalada “sociedade do conhecimento” – que, em nosso entendimento, posto que representa uma nova roupagem da teoria de Galbraith, constituiria também esse terceiro momento da luta dos ideólogos do capital para o problema da incontornabilidade), por meio de teorias anticientíficas que justificam muito bem a ordem estabelecida que, agora, está mergulhada numa crise estrutural.

4.2 Sociedade do Conhecimento: reconfiguração da tecnoestrutura como resposta contemporânea do capital à crise hodierna

Para apontarmos aqui que a dita sociedade do conhecimento constitui-se, em nosso entendimento, o rejuvenescimento da tecnoestrutura de Galbraith como a terceira

resposta do capital à sua incontornabilidade, elaborada como um desdobramento da crise estrutural do capital no âmbito ideológico-político, é de suma importância trazer alguns apontamentos sobre referida crise. Não pretendemos esgotar o assunto, mas apenas apontar alguns elementos que constituem a engrenagem do capital em nosso tempo histórico, pois é sobre essa engrenagem que se erguem as mais diversas teorias com aparência de científicas para promover a aceitação da tese de que teríamos chegado ao fim da história e, portanto, não haveria nenhuma alternativa para a própria humanidade.

A elaboração de uma obra que evidencia o caráter destruidor do capital em nossos tempos foi, como sabemos, tarefa do pensador marxista húngaro István Mészáros, e a categoria marxista que responde às engrenagens desse sistema nos tempos hodiernos tem nome: crise estrutural do capital, inédita na história desse sistema. Conforme é de nosso conhecimento, tal tarefa era, antes, de Lukács. Este pensador marxista, quando estava escrevendo sua *Ontologia do Ser Social*, expressou seu desejo de escrever uma obra que desvelasse as características do capital em nosso tempo histórico, tal como fizera Marx em *O Capital*⁸². Não pretendia Lukács superar o pensador alemão tal como pretenderam os defensores da propalada sociedade do conhecimento, muito menos fazer uma atualização da teoria marxista que pudesse responder àquilo que Marx não conseguira responder em sua crítica à Economia Política, tarefa que lhe custou grande parte da sua vida. O que Lukács pretendia era investigar como se configura o capitalismo nos tempos atuais, demonstrando, outrossim, a atualidade histórica de *O Capital*. Não houve tempo. Lukács deu seu último suspiro antes mesmo de iniciar essa tarefa. Por isso, coube a Mészáros, intelectual marxista que faz parte do grupo reduzidíssimo que conviveu com Lukács, empreender essa tarefa, e o resultado de sua investigação está organizado no livro de grande envergadura denominado *Para além do capital*, ao qual seu autor dedicou vários anos de pesquisa.

Como sabemos, foi nessa densa obra conhecida internacionalmente que Mészáros expôs as engrenagens do sistema do capital a partir das últimas décadas do século XX. Como é de nosso conhecimento, foi Marx, um século antes de Mészáros, quem dissera, em *O Capital*, que esse sistema possui “leis férreas” que não podem ser controladas, visto que só pode existir sob a forma de sua reprodução ampliada – por isso a grande tarefa da humanidade é a superação desse sistema cuja lógica é a destruição dos homens e da natureza.

⁸² ANTUNES, Ricardo. *Para além do capital e de sua lógica destrutiva*. Resenha do livro *Para além do Capital*, de Mészáros, publicada na *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, nº 14, julho de 2002, ISSN 1519-6186. Disponível no sítio eletrônico <http://www.espacoacademico.com.br/014/14lmeszaro.htm> Acesso em 31 de outubro de 2013.

Foi Marx – e não Mészáros – quem apontou que o capital só pôde se tornar dominante sobre seus antecedentes históricos subjugando as necessidades humanas ao imperativo fetichizado da produção do valor, ou seja, vinculando o “valor de uso” aos desígnios do “valor de troca”. É mérito de Marx ter denunciado a subsunção da produção da riqueza para o atendimento das necessidades genuinamente humanas ao imperativo da produção da riqueza privada sobre a base do trabalho explorado. O que o pensador húngaro expôs em sua obra atualíssima é que o capital vive uma crise inédita em sua história, crise essa que evidenciou a natureza incontrolável da lógica desse sistema, ou seja, que o capital, para se expandir, arrasa a própria humanidade de forma cada vez mais intensificada.

A crise estrutural do capital significa a criação de barreiras pelo capital – assentada [1] na crise das relações de produção; [2] na irracionalidade que produz a superprodução; [3] na queda tendencial da taxa de lucros –, devido à sua lógica incontrolável, para sua própria expansão. Ela é, na acepção de Mészáros (2006a), o encontro do capital com seus próprios limites absolutos. Por limites absolutos entendemos, com o aporte teórico deste pensador húngaro, os problemas intensificados que não podem ser deslocados/ultrapassados no interior da lógica reprodutiva desse sistema, constituindo parte integrante do funcionamento do próprio capital em sua fase destrutiva. Ou seja, os limites absolutos fazem parte da própria natureza do capital, aprofundando as contradições a ele inerentes, como o desemprego, a miséria, a destruição ímpar do meio ambiente, etc. São problemas graves enfrentados pela humanidade, ao mesmo tempo em que afetam profundamente o funcionamento do próprio sistema do capital, pois, à medida que este sistema busca alternativas para sair da crise, mais os dramas da humanidade são agudizados⁸³. Entretanto, o capital busca inculcar em nossas consciências que a miséria (ou melhor, a situação de vulnerabilidade social, que acomete grande parte da população mundial, cujos dados, no plano ideológico, tendem a ser manipulados⁸⁴) seria o castigo imposto pelo mundo atual aos indivíduos que, por algum motivo, não quiseram construir seu próprio conhecimento, afirmação que se contradiz com a denúncia de Mészáros (2006a, p. 104), qual seja, a de que, sob a crise que se intensifica e, com ela, a barbárie social, até “os países mais ricos têm de

⁸³ Numa alusão ao cantor e compositor brasileiro Francisco Buarque de Holanda (1944), podemos dizer que, sob a crise estrutural do capital, “legiões de famintos se engalfinham” enquanto “pálidos economistas pedem calma” (trecho de *Sonhos sonhos são*).

⁸⁴ O próprio Banco Mundial, diante desse grave problema que afeta a humanidade, admite que, nos próximos 25 anos, a fome aumentará. Quais seriam os fatores que agravariam a “penúria alimentar”? Evidentemente, para este Banco, seriam aqueles relacionados ao aumento da temperatura do planeta, às inundações e às secas, ou seja, a fome seria um problema da natureza e não dos homens. Vide informação intitulada *Banco Mundial: fome vai agravar-se nos próximos 25 anos*. Artigo publicado em 19.06.2013. Disponível no sítio eletrônico http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=3271377&page=2 Acesso em 21.08.2013.

oferecer sopões e outros benefícios miseráveis ‘para os pobres merecedores’” que vivem sob o “risco” da fome.

À luz da teoria marxista (que, contra o capital, infelizmente para ele, jamais deixará de ser uma teoria explicativa do real) explicitada por Mészáros nos tempos hodiernos, entendemos que se trata de uma crise sistêmica, sem precedentes na história do capital, que abarca toda a estrutura desse sistema. Essa crise – que vem assolando o modo de produção capitalista desde a década de 70 do século XX – deixa à mostra a incontrollabilidade da sua própria expansão, cuja lógica é sua própria estrutura de mercado que promove fraturas e contradições antagônicas e conflitantes, ampliando, por esta razão, o seu caráter extremamente destrutivo. Os rebatimentos catastróficos da crise estrutural sobre os homens agudizam os problemas humanos originados pela lógica que preside a sociedade nos tempos hodiernos, qual seja, o aprofundamento da ruptura entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e aquela direcionada para a autorreprodução do capital, com base na utilização da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias. Essa crise é, como diz Mészáros (2009, p. 48), “[...] o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da *sociedade de mercado*⁸⁵”. Nessa processualidade da produção de bens e serviços altamente destrutiva, a natureza e os homens não interessam ao capital. Aliás, o colapso dos recursos naturais e a crescente precarização do trabalho⁸⁶ colocam o planeta e sua população sob o risco da destruição da própria humanidade, mas tal problema é-nos apresentado como resultado da falta de conhecimento acerca dos cuidados que devemos ter com o meio ambiente, sem nos dar conta (é evidente!) de que sua gênese situa-se na esfera da produção de mercadorias.

Em se tratando dos recursos naturais para a produção de descartáveis, sua utilização entrou num processo de exaustão, a ponto de gozar de particular prestígio no interior do próprio capital, rendendo-lhe excelentes negócios lucrativamente vantajosos, em nome da ilusória proteção ao meio ambiente. A exaustão dos recursos naturais, alerta Mészáros (2009), já era um problema anterior à crise estrutural do capital e foi objeto de crítica de Marx e Engels no livro *A Ideologia Alemã*. Nessa obra, os pensadores alemães opõem-se à concepção idealista de Feuerbach acerca do homem e da relação deste com a natureza – cuja relação, de acordo com a ontologia maxiana/lukacsiana, constitui-se a base ineliminável do ser social:

⁸⁵ Grifos no original.

⁸⁶ “Remédios” do capital contra este limite absoluto: tornar “a força de trabalho precarizada” e transformar “em criminosos os que protestarem contra” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 321).

Por isso Feuerbach, em tais casos, nunca fala do mundo humano, mas sempre se refugia na natureza externa e, mais ainda, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas cada nova invenção, cada avanço feito pela indústria, arranca um novo pedaço desse terreno, de modo que o solo que produz os exemplos de tais proposições feuerbachianas restringe-se progressivamente. A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – para tomar apenas uma de suas proposições. A “essência” do peixe do rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência (MARX e ENGELS *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 52).

Sob a crise inédita na história do capital, lembra Mézáros (Idem, *ibidem*) que as consequências nefastas do capital sobre a humanidade que Marx denunciara há quase duzentos anos demonstram a atualidade histórica deste pensador alemão e, ainda, que seu sepultamento no século XIX é uma estratégia do capital para mistificar as profundas contradições que este sistema já não consegue mais esconder, a não ser, como aponta Mézáros (2006b), recorrendo à esfera da ideologia – esta categoria que, nas proposições de Bell, teria alcançado sua inadequação histórica há mais de meio século.

Considerando que “a história não obedece ao capital” (DANTAS, 2007), visto que ele se esbarra nas próprias contradições geradas por sua lógica destrutiva, vale lembrar com Mézáros (2006a, p. 51), que o pretense “fim da ideologia” anunciado por Bell – para quem Schumpeter⁸⁷ e não Marx tinha razão quanto à constituição da classe trabalhadora nos tempos modernos – não significou, naquela época, o fim da ideologia, mas o “fim do quase completo *monopólio* da cultura e da política pela ideologia antimarxista que se autoproclamava com sucesso, até recentemente, como a supressão final de toda ideologia” – isso numa época em que era urgente ao capital dar o xeque-mate às manifestações sociais eclodidas com o estouro da crise estrutural do capital. Lembrando Coggiola⁸⁸, não é mera coincidência que “a ‘cruzada

⁸⁷ Paul Sweezy (*apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 157) assim se manifesta sobre Schumpeter: “Se me pedissem para datar o início de uma teoria distintivamente burguesa do sistema do capital como a forma que assumiu no século XX, penso que citaria o artigo de Schumpeter, ‘A instabilidade do capitalismo’, publicado no *Economic Journal* em setembro de 1928. Ali não foram encontrados apenas a corporação ou *trust* gigantescos na qualidade de característica do sistema; ainda mais importante era o fato de sua unidade econômica, tão estranha a todo o conjunto da teoria clássica e neoclássica, proporcionar a base para as novas proposições teóricas importantes. É preciso lembrar que na teoria schumpeteriana apresentada na *Teoria do desenvolvimento econômico*, a inovação é função do empresário individual e que é da atuação dos empresários inovadores que derivam direta ou indiretamente todos os aspectos dinâmicos do sistema. ... No entanto, em a ‘Instabilidade do capitalismo’, Schumpeter já não coloca a função inovadora no empresário individual, mas na grande empresa. Ao mesmo tempo, a inovação é reduzida a uma rotina executada por equipes de especialistas instituídos e preparados para seus misteres. No plano schumpeteriano das coisas, essas mudanças absolutamente básicas destinam-se a produzir mudanças igualmente básicas no *modus operandi* do capitalismo” (aspas simples e itálico no original). É este o pensador cujas ideias são tão caras a Bell e, portanto, ao capital.

⁸⁸ Texto disponível no sítio eletrônico http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/D_Coggiola.pdf Acesso em 02.02.2013.

ética' contra o marxismo" ganhe força no contexto da mais avassaladora crise mundial que afeta o modo de produção capitalista, fazendo cair por terra a afirmação de Drucker de que os "eventos de 1989 e 1990" (a derrocada final do regime soviético com a queda do muro de Berlim) significaram "o fim de uma espécie da história", qual seja, o marxismo como teoria explicativa da atual sociabilidade.

Nestes tempos, a subsunção do valor de uso ao valor de troca acarreta a destruição ímpar do meio ambiente, pois é necessário, para a "administração" da crise, produzir objetos com sua obsolescência já programada em fábrica e, ainda, produzir o luxo como necessidade da humanidade em contraposição ao atendimento das necessidades básicas para a maior parte dela, luxo esse ordinariamente proclamado como intrínseco à natureza humana.

No que se refere aos homens, grande parte da humanidade é jogada na miséria, resultante da subsunção da produção de coisas úteis necessárias à vida humana ao caráter da produção que verdadeiramente interessa ao capitalista: o valor de troca, produção essa, vale salientar aqui, presidida pela exploração de uma classe sobre a outra. Enquanto as "personificações do capital" anunciavam o fim do trabalho e da luta de classes, espalhando-se aos quatro cantos do mundo – sobretudo naqueles localizados na parte sul do globo – a ideia de que estaria ocorrendo metamorfoses no mundo do trabalho e que os homens estariam, finalmente, libertos do que Marx chamou de "reino da necessidade" (como Schaff anunciou com a pseudocientífica categoria do *homo ludens*), a classe produtora da riqueza privada – sendo ela própria transformada em miserável mercadoria (MARX, 1964) –, nos tempos de produção dos descartáveis, amarga o desemprego crônico (problema esse, é importante notar, jogado como responsabilização individual sobre as costas da classe trabalhadora). Esse problema do desemprego denominado por Mézáros de crônico ou estrutural é decorrente da necessidade do capital de incrementar a tecnologia no processo produtivo, visando à redução dos custos, à economia de trabalho vivo e ao aumento da produtividade, sendo esta última exercida sobre a superexploração do trabalho (para aqueles que continuam em seus postos de trabalho), com o conseqüente desmantelamento, na atual ordem neoliberal do capital, das limitadas conquistas dos direitos sociais da classe trabalhadora. Mesmo assim, autores diversos – como os que propalam a dita sociedade do conhecimento – insistem em afirmar que as formas degradantes de trabalho denunciadas por Marx não fazem nenhum sentido e, ainda, que as tecnologias seriam responsáveis por colocar os homens, pela primeira vez, no âmago do capital, sob a possibilidade de gozar de tempo livre e de poder exercer atividades dignamente humanas, aquelas relacionadas ao trabalho intelectual, discurso que enevoa

ideologicamente a gênese dos graves problemas que assolam os homens, dentre eles, o desemprego crônico.

No contexto da crise estrutural do capital, Mészáros aponta o acréscimo do desemprego em massa, cuja gravidade não é limitada a um “exército de reservas” à espera de ser empregada na cadeia produtiva da expansão do capital. Agora, a realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, estrutural, reconhecido inclusive pelos defensores do capital, incluindo os que proclamaram a existência de uma sociedade sobre novas bases, como demonstram as diversas “pesquisas” sobre desemprego, que, embora depurado das causas desse fenômeno⁸⁹, revelam a sua face cruel, principalmente porque os países ricos estão vivendo essa realidade. A diferença entre Mészáros e os apologetas do capital é que estes últimos veem o desemprego como um problema naturalmente intrínseco à racionalidade técnica. O pensador húngaro, ao contrário, compreende-o como um problema inseparável do próprio modo de produção capitalista, que se utiliza da tecnologia e do desenvolvimento científico para garantir suas taxas de lucro e economizar força de trabalho.

Ainda amparadas na tese de Mészáros, argumentamos que não é somente a natureza que se degrada na guerra do capital pelos lucros, em acentuada tendência decrescente, mas os homens estão em processo de profunda degenerescência humana sem articulação entre matéria e espírito, contribuindo sobremaneira para essa degenerescência a superficialidade e o rebaixamento da produção da arte, da ciência e da filosofia. Além dos fatores anteriormente explicitados de forma breve, entra em cena, na conjuntura de crise do capital, o complexo industrial-militar, cuja função social é servir como estratégia essencial para a manutenção das taxas de lucro e a acumulação de capital, pois promove a destruição incessante de forças produtivas. A guerra torna-se, por assim dizer, um mal necessário, quando as estratégias “normais” de expansão do capital não são mais suficientes (MÉSZÁROS, 2006a)⁹⁰.

É necessário apontar que Marx já tinha denunciado que o caráter destrutivo do capital é inerente à sua própria natureza, visto que promove o desenvolvimento das forças produtivas, mas torna-se destruidor dessas mesmas forças quando elas se elevam como

⁸⁹ Podemos citar como exemplo uma informação que Mészáros traz de um artigo de jornal: “[...] qualquer trabalhador que recebe um salário referente a uma hora da última semana do mês não é incluído nas estatísticas de desemprego” (*Japan Press Weekly*, 16.05.1998 *apud* MÉSZÁROS. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006c).

⁹⁰ Sobre o papel que cumpre o complexo industrial-militar no contexto da crise estrutural do capital, ver: Mészáros, nos livros *Para além do capital*, *O poder da Ideologia* e *Crise estrutural do capital*; Gilson Dantas. *Estados Unidos, Militarismo e Economia da Destruição (belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

entraves ao desenvolvimento do capital. E é a produtividade do trabalho, decorrente desse desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, a fonte das crises do capital, porque aumentam o que o pensador alemão chamou de “composição orgânica do capital”, que é a razão inversamente proporcional entre capital constante e capital variável para exprimir a quantidade de maquinarias, matérias-primas, etc. para produzir uma determinada mercadoria em relação inversa à quantidade da força de trabalho necessária para produzi-la.

Como a história demonstrou, o desenvolvimento das forças produtivas levou o capital a um período histórico de maior crescimento no período entre o término da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970. O fim desse crescimento não tem como gênese a decadência do comunismo ou do capitalismo, como anunciaram os autores que, como Gorz, deram “adeus ao proletariado”. Esse período de crescimento vertiginoso teve fim porque houve uma crise de superprodução de valores de troca que, não encontrando mercado consumidor, não puderam os capitalistas realizar a mais-valia extraída na esfera da produção. E o velho Marx nunca deixou de ensinar àqueles que o contradizem que o trabalho é, sim, a categoria ineliminável do mundo dos homens e, sob o capital, jamais deixará de ser a fonte do enriquecimento do capitalista e, contraditoriamente, do seu próprio empobrecimento. É para esconder da humanidade o caráter libertador do trabalho que o capital tanto engendra estratégias para negá-lo como medida do valor.

Até aqui, a exposição, em linhas gerais, de alguns dos limites absolutos da expansão do capital analisados por Mészáros demonstra que a crise vivida pelo capital é estrutural e abrange o sistema como um todo. Dito de outro modo, a crise da ordem sócio-metabólica do capital possui um caráter universal, atingindo todas as esferas constituintes do sistema e envolvendo toda a humanidade. Pontua ainda este autor que a crise estrutural do capital é irreversível, cumulativa, permanente e crônica.

Essa crise é irreversível porque não há saídas para o capital, nem para a humanidade inserida nesse sistema. A única saída viável é a ruptura com a sociedade de mercado e a instauração da sociedade, como diz Mészáros, para além do capital, cuja base é a produção para o atendimento das reais necessidades humanas – e essa sociedade tem nome: comunismo.

A crise estrutural do capital também é cumulativa porque, à medida que esse sistema busca saídas para a crise econômica, inerente a sua própria constituição, mais aprofunda o processo de exploração e, conseqüentemente, mais os dramas da humanidade se acumulam, demonstrando que esse sistema não tem controle e que maiores serão as crises futuras. É por essa razão que Marx anunciara que o capital não pode ser controlado, nem

reformado, apesar das tentativas empreendidas para o controle daquilo que é incontrolável, desde Smith até nossos tempos. Portanto, Marx, já no século XIX, denunciara que o capital precisa ser suplantado como necessidade vital da humanidade.

Voltando às características dessa crise inédita, ela é ainda permanente, porque se arrasta até os dias atuais, e crônica, porque suas raízes são fincadas na própria estrutura social, não podendo ser removidas. Por essa razão, vale a pena lembrar com Paniago (2001, 2012), que as características dessa crise, que fazem dela uma crise crônica que se arrasta até nossos dias, denotam a impossibilidade histórica de o capital vislumbrar para o futuro a retomada de um crescimento saudável e sustentado. E o que conheceremos no futuro próximo não será o fim de uma transição, como profetizou Drucker, mas a agudização a níveis insuportáveis da barbárie humana sob a crise estrutural do capital, que, por sua vez, deverá se tornar mais profunda (MÉSZÁROS, 2006a).

As mistificações do capital fazem de seus ideólogos aquilo que Marx chamou de “personificações do capital”. Estes apologetas, diante da necessidade desse sistema de aprofundar as formas de exploração para reverter as taxas de lucro, “cegam-se para o óbvio”, parafraseando Mészáros (2006a): não reconhecem que o sujeito real que produz a riqueza para outrem e a miséria para si não pode deixar de ser o trabalhador. E o capital aparece, nos textos de seus defensores, como o verdadeiro produtor da riqueza, como demonstram abaixo as indigestas palavras de Hayek denunciadas por Mészáros (2006a, p. 191), que, apesar de longa, dá-nos uma ideia de como o capital é apresentado como benéfico para a humanidade, e os trabalhadores é que não sabem “aproveitar-se dele”:

“Quando perguntamos o que os homens devem às práticas morais dos chamados capitalistas, a resposta é: suas próprias vidas.” Não obstante, os ingratos trabalhadores criados e mantidos vivos pelos generosos sujeitos chamados de capitalistas não hesitam em morder a mão de quem os alimenta, em vez de “se submeterem à disciplina impessoal” necessária para o funcionamento do melhor dos mundos, a “ordem econômica ampliada do capital”... Pois, “embora essa gente se *sinta* explorada e os políticos possam brincar com esses sentimentos para ganhar poder, grande parte do proletariado ocidental e grande parte dos milhões do mundo em desenvolvimento devem suas existências às oportunidades que os países avançados criaram para eles”. Sua ingratidão também traz consigo a mais lamentável e autodestrutiva irracionalidade porque, como consequência, “o capital às vezes é impedido de fornecer tudo o que poderia para os que desejam aproveitar-se dele, porque os monopólios de grupos de trabalhadores organizados, ‘sindicatos’ que criam uma escassez artificial de seu tipo de trabalho, não permitem que outros façam, por salário mais baixo, o trabalho que recusam”⁹¹.

Quando os teóricos da sociedade do conhecimento anunciaram o fim do trabalho e da luta de classes, como Hayek, eles estavam evidenciando, como diz Mészáros (2006a), a

⁹¹ Itálico e aspas simples no original.

incontrolabilidade do capital, e o avanço das tecnologias, como veremos no próximo capítulo, que representa o controle mais acentuado sobre a classe trabalhadora, é apresentado como vantagem para esta mesma classe. Suas teorias são extremamente úteis ao capital porque preconizam, no plano ideológico, a transformação do real, deixando intactas as bases de sustentação desse sistema, para o qual serve muito bem aquilo que Mészáros chama de “negação do futuro” (2006a). Dizendo de outro modo, tais autores, ao elaborarem suas teorias mistificadoras do real, não manifestam nenhuma preocupação com o futuro da humanidade, com o vir-a-ser. Nenhum pensador de nossos tempos se assusta com a possível iminência da destruição da própria humanidade, e os pouquíssimos que se desesperam diante dessa possibilidade denunciam para ninguém ouvir a perversidade do capital.

Sob a tônica da dita sociedade do conhecimento, tudo é manuseado de forma apologética sob o discurso de que viveríamos em uma nova sociedade que não seria mais capitalista, ou, no mínimo, seria capitalista de novo tipo, do tipo informacional (como defende Castells). Intentando varrer qualquer possibilidade de entendimento da lógica que preside a atual sociabilidade, podemos dizer, com Mészáros (2006a), que os arautos do capital põem “estranhas aspas” em palavras caras ao marxismo como luta de classes, comunismo, exploração, classe trabalhadora, etc. e, em seu lugar, criam neologismos que cumprem muito bem a função de enevoar a realidade existente e aliviar as dores da humanidade com ilusórios subterfúgios. Dentre essas “estranhas aspas”, apontamos aqui a categoria revolução, que Drucker entende-a como uma palavra desgastada e negligentemente utilizada “toda vez que a barra das saias das mulheres sobe ou desce uns míseros centímetros”. Mészáros (2006a, p. 156-157) compreende-a como uma palavra expropriada, mas “utilíssima” e “intelectualmente respeitável, precisamente com relação ao que abertamente Keynes admitia ser sua ‘guerra de classes’”, desviando a crítica ao capital e à desumanidade intrínseca à sua lógica.

Um dos ilusórios subterfúgios que precisamos colocar aqui é o elogio de Drucker ao que ele chamou de socialismo fundo-de-pensão, que teria chegado ao fim antes mesmo de seu início. Tal como Drucker, Galbraith (*apud* MÉSZÁROS, 2006a), defensor da tecnoestrutura⁹², a nova artimanha do capital para esconder suas contradições, faz apologia à

⁹² De acordo com Mészáros (2006a), a tecnoestrutura foi defendida por Galbraith no livro *O novo estado industrial*, de 1967, considerada como o novo tipo de economia centrada na tecnologia, cujo poder de decisão teria passado do indivíduo para o grupo, visto que seria este último que teria o controle a informação que exigiria o processo de produção baseado na tecnologia e no planejamento. Em uma nota de rodapé (p. 169), Mészáros diz o seguinte sobre a relação entre poder e informação: “Essa linha de raciocínio é [...] falaciosa [...] porque ela postula uma correlação automática entre a produção da informação (e aqueles que realmente a produzem), de um lado, e o poder, do outro. Como se a informação (ou o conhecimento relevante para a tomada de decisões) não pudesse ser comprada por quem controla o poder real de tomada de decisão! Na verdade, a ordem capitalista não somente opera rotineiramente nessas bases, mas aperfeiçoa a divisão do trabalho por meio da qual os produtos

General Motors por ter criado os fundos de pensão para seus trabalhadores. Afirma este autor que desses fundos de pensão não participaram apenas os “não-qualificados” e os “desgraçados”.

Tal afirmação é criticada por Mészáros com as seguintes palavras:

[...] os trabalhadores demitidos em massa por todo o mundo – inclusive nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados – não precisam se preocupar. Os trabalhadores que ainda permanecem no emprego, cujos fundos de pensão são assaltados ou “tomados como empréstimo” pela administração de suas empresas quase falidas (como a General Motors), olham para o futuro sem qualquer ansiedade. Para não mencionar os netos, que herdaram as lendárias mil ações. É óbvio que todos esses problemas pertencem estritamente ao reino da impossibilidade (2006a, p. 172).

O que Mészáros entende, Galbraith e Drucker jamais entenderão, dadas as limitações teóricas de entendimento do real. Galbraith, por exemplo, não compreendeu, segundo o pensador húngaro, que os “não-qualificados” e os “desgraçados” não caíram do céu, mas foram produzidos pela ordem sócio-metabólica do capital, que transformou em “não-qualificadas” e “[...] desgraçadas as pessoas consideradas ‘supérfluas’ para as necessidades da expansão e acumulação do capital [...]”. Drucker, por sua vez, com quem havemos de concordar que de fato não há nenhuma “justiça nesse mundo” do capital, aponta a (im)possibilidade de esses “novos tempos” tornarem capitalista e trabalhador a “mesma e única pessoa”, não podendo se tornar capitalista apenas o trabalhador desqualificado, ou melhor, que não possui conhecimento – esta pérola negra da chamada “riqueza revolucionária”, no dizer de Toffler e Toffler (2007).

Esse enevoamento da realidade é decorrente daquilo que Mészáros (idem, p. 175) aponta como o aspecto mais problemático do capital, qual seja, sua incapacidade de “[...] *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo”. Em se tratando da crise estrutural, este sistema procura soluções irremediáveis para seus defeitos estruturais por meio de ajustes nos “*efeitos e nas consequências*”, resultando em teorias que têm o seu papel na luta ideológica de nossos tempos: “servir de consolo para a desumanidade e os sofrimentos de nossas vidas” (LESSA, 2005, p. 53 – grifos do autor). Diante dessa incapacidade de resolver seus problemas estruturais nem “a curto” e nem a “longo prazo”, diz o pensador húngaro que os apologistas do capital – e poderíamos incluir os defensores da “nova era” tratados por nós – “gostam de citar o dito keynesiano: ‘a longo

do trabalho mental podem ser comprados e vendidos conforme determine a circunstância”. No entendimento do pensador húngaro, essa tecnoestrutura representou mais uma versão do determinismo tecnológico enfatizado por Sweezy, com o intento de “dar o golpe final no projeto socialista” (idem, p. 165), considerado como “antigo” e “impraticável”.

prazo, estaremos mortos””, embora, a curto prazo, sua vida de embusteiros seja garantida com estratégias ideológicas que enganam milhões de pessoas, que devem permanecer presas à ideia de que realmente estaremos mortos, portanto, não interessa a superação da ordem que as mantém presas à imediaticidade miserável de suas vidas. A razão dessa incapacidade? Mészáros responde que “[...] esta é a *sua própria fundamentação causal*: uma verdadeira *causa sui* perversa” (idem, p. 176 – grifos do autor) da ordem sócio-metabólica do próprio capital.

É nula a preocupação com o futuro da humanidade. Essa futilidade demonstra claramente que o capital dizima milhares de seres humanos em todo o planeta “a curtíssimo prazo”: diariamente. Retomando o elogio de Galbraith, não devemos nos preocupar com isso porque morrem de fome apenas os “não-qualificados” e os “desgraçados”. Os que possuem conhecimento, diriam todos os que deram “adeus ao proletariado”, escapam desse castigo.

Acrescenta o pensador húngaro que é

[...] bastante revelador que os apologistas do modo estabelecido de reprodução sociometabólico continuem a fantasiar sobre a nossa alegada “sociedade *pós-industrial*”, descartando perversamente as condições absolutas da sobrevivência humana como anacronismo histórico, para distorcer a segunda ordem das mediações do capital historicamente geradas e cada vez mais problemáticas como absolutas e historicamente insuperáveis (Idem, p. 179).

Esta é outra questão digna de nota: as mediações de segunda ordem do capital. Estas constituem a interrupção alienada e alienante no sistema sócio-metabólico do capital das mediações de primeira ordem, que ontologicamente estão relacionadas às possibilidades de humanização do próprio homem, ou seja, ao processo de reprodução social, cuja base, como sabemos, é o trabalho. Sob o capital, essas mediações de primeira ordem são interrompidas pelas mediações de segunda ordem, ou seja, a relação entre homem e natureza e entre homem e sociedade passa a ser uma relação regida pelas mediações de segunda ordem, que tiram dos homens a possibilidade de sua própria humanização. As de segunda ordem são, pois, “[...] os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para a troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial”, que cumprem a função fetichizadora de sobrepor-se, “[...] na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 71), provocando, nas palavras deste autor, uma degradação das mediações de primeira ordem e usurpando seu lugar. Elas constituem, segundo o pensador marxista húngaro, “[...] uma desorientadora rede em que estão inseridos os indivíduos particulares” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 187) no interior da lógica reprodutiva do capital,

“muito antes mesmo de aprender as primeiras palavras no ambiente familiar” (idem, *ibidem*), subordinando todas as funções da reprodução social – desde a família até as obras de arte – à expansão do capital. Estão relacionados a essas mediações de segunda ordem do capital os discursos que proclamam a existência de novos tempos sem a ruptura com o velho, que, por sua vez, necessita engendrar mediações de segunda ordem para garantir sua sustentabilidade.

Dizendo por outras palavras, podemos depreender que constituem papel importante nessas mediações de segunda ordem do capital as teorias que anunciaram a morte de Marx porque constituem um poderoso embuste ideológico que reforça a dominação do capital sobre o trabalho, cujo caráter apologético aponta cinicamente para uma (im)possível sociedade sem classes e sem trabalho no âmago da sociabilidade alienada. Acerca dessa questão, diz Mészáros (2006a, p. 180) que são também mediações de segunda ordem “os meios alienados de produção e suas ‘personificações’, pelos quais o capital adquire rigorosa ‘vontade férrea’ e consciência inflexível para impor rigidamente a todos a submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente”.

Todo esse embuste, como lembra Lessa (2007, p. 44-45), foi elaborado no contexto da crise estrutural do capital e sugere que: [1] o fim da segunda guerra mundial teria lançado a humanidade em um novo patamar de desenvolvimento histórico com transformações profundas na produção e no consumo, fazendo com que as classes sociais desaparecessem; [2] as novas tecnologias estariam abolindo a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual; [3] tais transformações estariam exigindo um novo conceito de classe “mais atual do que Marx”. Referido debate tornou-se predominante, segundo este autor, a partir do surgimento das plantas industriais flexíveis, que, na análise dos adeptos da referida tese, fundiriam trabalho manual e trabalho intelectual, pondo “fim” à atividade maçante do taylorismo/fordismo. Essas indústrias, aponta Lessa (idem, p. 34), são “‘casos’ escolhidos para pesquisa de campo”, cujas “conclusões são universalizadas e apresentadas como indicações seguras acerca do futuro”. Trata-se de ideólogos que, como dizem Teixeira e Frederico, “transformam em ‘teoria’ o ponto de vista imediato, unilateral e aparente desses fenômenos [...]” (2009, p. 27). Como tais teorias mistificam o real, suas conclusões são negadas pela própria história, mas a ciência e a tecnologia são postas nesse processo de distorção da realidade existente e cumprem papel fundamental no processo daquilo que Mészáros (2006a) chama de “produção destrutiva”, da qual falaremos mais adiante.

Para citar Mészáros (2006a, p. 605) mais uma vez, este pensador aponta que, no momento atual, a

[...] crença segundo a qual não pode haver *nenhuma alternativa*⁹³ às práticas produtivas dominantes se baseia na falsa teorização em relação entre produção, ciência e tecnologia, concebida e caracteristicamente distorcida do ponto de vista do capital que ele eterniza. Tal visão é absolutamente insustentável, pois o domínio do modo de produção do capital possui apenas alguns poucos séculos na história humana, e estabelecer sua permanência absoluta requer muito mais do que as asserções, que se confundem com desejo, de seus defensores.

Essa falsa teorização entre produção, ciência e tecnologia à qual se reporta Mészáros eleva as duas últimas sobre a primeira, num evidente determinismo tecnológico que significa, no plano da mistificação ideológica, a eliminação da relação antagônica entre capital e trabalho, exatamente porque se sobrepõem a este último e aparecem como produtos do capital (capital-conhecimento, no dizer de Gorz) e não do trabalho. Entretanto, com o aporte teórico na crítica marxista, compreendemos que esse determinismo tecnológico significa a subsunção real do trabalho ao capital, e a ciência assumindo, teoricamente, o papel de força produtiva primária representa a necessária mistificação ideológica de que o trabalho não produziria mais riqueza, mas esta seria produzida pelo conhecimento. Sob a crise estrutural, a ciência e a tecnologia assumem intensificadamente um caráter fetichizador, postas a serviço da destruição da própria humanidade, caráter esse assumido desde o nascimento da própria ordem burguesa, no processo de expansão e acumulação do capital, mas agudizado a partir de sua inserção no complexo industrial-militar. Dedicar-nos-emos sobre o papel da ciência e da tecnologia no processo de produção destrutiva, mas, para tanto, precisaremos fazer uma breve exposição sobre sua inserção na produção capitalista de mercadorias.

4.3 Desenvolvimento científico e tecnológico: da destruição produtiva à produção destrutiva em nome da subsunção real do trabalho ao capital

No quarto aniversário do *The People Paper*⁹⁴, num brilhante discurso sobre o papel histórico do proletariado em âmbito mundial, Marx proferiu as belas palavras abaixo reproduzidas:

⁹³ Itálico do autor.

⁹⁴ *O Jornal do Povo* era um semanário cartista publicado entre maio de 1852 e junho de 1858, em Londres. Marx e Engels publicaram diversos textos para colaborar com o jornal, entre outubro de 1852 e dezembro de 1856. Entretanto, em junho de 1858, o jornal passou para as mãos dos capitalistas da Inglaterra. O cartismo era um movimento operário do século XIX e assistiu ao surgimento da classe operária na Europa, naquele século. Os cartistas lutavam por reformas sociais, como, por exemplo, a proteção ao trabalho infantil e a redução da jornada de trabalho para 10 horas. Mesmo não tendo cunho socialista, o cartismo foi imprescindível para demonstrar

Nos dias de hoje, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas de propriedades maravilhosas de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e a exaustão do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. [...]. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a luz pura da ciência parece só poder brilhar sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta.

Nas palavras proferidas acima, Marx aponta que o crescimento da ciência e da tecnologia, no modo de produção capitalista, alcançou um patamar de desenvolvimento tão maravilhoso que poderia livrar os homens da exaustão e do trabalho sujo. Ocorre, porém – ao contrário do que afirmam aqueles que advogam a existência de uma nova sociedade baseada na riqueza imaterial, produzida pelas atividades cognitivas – que esse desenvolvimento, no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que representa o afastamento cada vez maior das barreiras naturais, significa a acentuação do domínio do homem pelo próprio homem, provocando fome e privações para a classe trabalhadora e sua prole, reduzindo “[...] a vida humana ao nível de uma força bruta”. E a tragédia da ignorância, esta “força demoníaca”, é, para a classe reduzida “à força bruta”, a face oposta da “luz pura da ciência” nos moldes capitalistas da produção do valor de troca.

Como ciência, entendemos aquele complexo social nascido do trabalho, naquele momento denominado por Lukács de “busca dos meios”, que nasce na teleologia, e tem como função precípua revelar ao homem as leis que regem os processos naturais – e sociais, evidentemente. Ou seja, a ciência é fundamental para o conhecimento da realidade objetiva e para a transformação daquela parcela do real que será transformada pelo trabalho, portanto, é imprescindível para o aperfeiçoamento deste. A ciência é o reflexo do real na consciência dos homens. A tecnologia, por sua vez, entendemo-la como o resultado do aperfeiçoamento do próprio trabalho e este, ao mesmo tempo, é também aperfeiçoado por ela. Ela, a tecnologia, é fundamental para o domínio do homem sobre a natureza, mas sem o conhecimento científico das leis que a regem, não seria possível esse domínio. Por esta razão, a ciência não se identifica com a tecnologia (como pretendem os defensores do capital de nossos tempos), porque ser não é idêntico ao pensar. Tampouco, a tecnologia é anterior à própria ciência (como afirma Harvey, 2013), já que ela só é possível a partir da transformação da natureza

quão grande é a força da organização da classe trabalhadora na luta contra o capital, visto que se tornou o primeiro movimento operário de massa. Ver COGGIOLA, Osvaldo. *O movimento operário nos tempos do Manifesto Comunista*. Artigo acessado em 29.07.2013, disponível no sítio eletrônico <http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf>

pelo homem por meio do trabalho, que, por sua vez, exige o desenvolvimento do conhecimento científico⁹⁵.

Mas o avanço extraordinário da ciência e da tecnologia que se tornou possível no modo de produção capitalista representa, no atual estágio do capitalismo, a acentuação do domínio do homem sobre a natureza, não a seu favor, e, sim, contra ele mesmo, pois atrela-se à lógica da produção do valor de troca. Essa questão não passou despercebida aos olhos e ao cérebro daquele que dedicou sua curta e atribulada vida ao desvelamento da célula que preside a sociedade burguesa, que é a célula mercadoria. E foi a partir da mercadoria, que reveste o produto do trabalho, que Marx começou a desvendar a lógica que preside a sociedade capitalista.

Com efeito, o processo de trabalho, sob o capitalismo, é também processo de criação e de valorização do valor, ou seja, é processo capitalista de produção de mercadorias cujo valor de uso é subjugado ao valor de troca. Marx desvelou que essa unidade entre valor de uso e valor de troca que constitui a mercadoria é apenas manifestação de sua aparência fenomênica. O valor de uso, diz o pensador alemão, é o substrato material do valor de troca, e este é a manifestação do valor. O valor, por sua vez, é uma relação social de produção, que só pôde se manifestar na sociedade produtora de mercadorias por excelência, qual seja, a sociedade capitalista.

É esta sociedade, pois, na qual a “célula” geradora da desumanidade dos homens exigiu o desenvolvimento da maquinaria para produzi-la, que impulsionou o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, possibilitando o enorme desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, tal desenvolvimento existe em oposição à própria humanidade, visto que foi posto

⁹⁵ Há em Marx uma ontológica relação entre ser e pensar, sendo o primeiro o ponto de partida e também de chegada. Como a ciência, para a ontologia marxiano/lukacsiana, diz respeito à investigação do real pela subjetividade, esta deve partir, como explica Marx (2003, p. 247), do real e do concreto, posto que “são a condição prévia e efetiva”. Para o pensador alemão (idem, p. 248), o “método cientificamente correto” é aquele que parte do concreto, “por ser a síntese de múltiplas determinações”. Esse ponto de partida revela-se ao homem como ponto da observação imediata, porém é necessário investigar aquilo que está para além dessa imediaticidade. A apreensão da essência do real só é possível por meio da abstração, para a apropriação, na consciência, do movimento das categorias, que são categorias do real, “exprimem formas de existência” (idem, p. 255). O objeto, diz Marx (idem, ibidem), tem que existir no real para que exista no pensamento. O método marxiano, portanto, parte do concreto e retorna a ele, mas a volta é qualitativamente distinta da partida porque se manifesta agora em forma de concreto-pensado. No Prefácio da Segunda Edição de *O Capital*, o pensador de Trier explica que a “[...] investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada” (2004, p. 28). A esse entendimento, Marx já tinha chegado mais de uma década antes. É o que demonstra a segunda tese sobre Feuerbach, na qual Marx esclarece que é uma questão prática e não teórica saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva – e essa verdade deve ser demonstrada na práxis. Acrescenta ainda que é nela, na práxis, que o homem deve evidenciar “o caráter terreno do seu pensamento”.

a serviço não da satisfação das necessidades humanas, mas da produção de mercadorias. Dito de outro modo, a sociedade produtora de mercadorias pôs numa relação antagônica “[...] a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro”, ou “[...] entre as forças produtivas e as relações sociais da nossa época”, constituindo-se em “[...] um fato palpável e esmagador” deste tempo sombrio e tirânico⁹⁶.

Mas o desenvolvimento científico e tecnológico não tem como função libertar o homem do trabalho sujo? Não numa sociedade em que as relações sociais de produção são estabelecidas com base na apropriação privada da riqueza e na exploração do trabalho até o limite suportável pelos homens. No capitalismo, as forças produtivas estão tão maravilhosamente desenvolvidas que haveria a possibilidade de satisfação das necessidades humanas, necessidades essas que vão do “estômago à fantasia”⁹⁷, como dissera Marx em *O Capital*. O que ocorre de fato é um crescimento vertiginoso da riqueza privada em oposição ao seu produtor, o trabalhador. Este, privado de qualquer propriedade, mergulha cada vez mais na miséria material e espiritual⁹⁸, miséria essa que também cresce na proporção inversa

⁹⁶ Marx, *The People Paper*.

⁹⁷ Ao afirmar que o trabalho satisfaz necessidades humanas que vão do estômago à fantasia, Marx se utiliza da afirmação de Nicholas Barbon para quem o “[...] apetite do espírito é tão natural como a fome para o corpo” (MARX, 2004, p. 57).

⁹⁸ São muito conhecidas aquelas passagens de Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e em *Trabalho assalariado e capital* nas quais este pensador denuncia o embrutecimento dos trabalhadores e o seu rebaixamento ao nível da mercadoria na mesma proporção, só que inversa, da riqueza por eles criada. Esse embrutecimento não é só físico, é também mental, intelectual, ou seja, o trabalho assalariado deforma no trabalhador seu corpo e seu espírito. Aponta Marx que esse embrutecimento fora denunciado exaustivamente por Engels, embrutecimento esse resultante da transformação do trabalhador criança e adolescente em “[...] simples máquina de fabricar mais-valia” (MARX, 2004, p. 457). Esse fato levou o parlamento inglês no ano de 1844 a elaborar uma legislação que considerasse a instrução elementar como condição obrigatória para empregar “produtivamente” menores de 14 anos. Leonard Horner, um dos Comissários para a Investigação Fabril no período de 1833 até 1859, assim afirmou o que compreendia sobre essa legislação: “Toda crítica deve ser dirigida contra a legislatura que promulgou uma lei ilusória que, ostentando o pretexto de cuidar da instrução das crianças, não contém nenhum dispositivo que assegure a consecução desse objetivo. Essa lei estabelece apenas que as crianças sejam encerradas ‘por determinados números de horas’ [3 horas] por dia entre quatro paredes de um local chamado escola, e que o empregador receba por isso, semanalmente, certificado subscrito por uma pessoa que se qualifique de professor ou professora” (MARX, 2004, p. 457). O depoimento desse comissário deixa claro que nem antes e nem depois dessa legislação as crianças e os adolescentes de fato receberam alguma instrução. Poderíamos dizer que também não recebem em nosso tempo histórico. Segundo Marx (Idem, ibidem), o “[...] espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava frequentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino [...]”. Do mesmo modo, a obrigatoriedade do ensino no século XXI, quase dois séculos depois que Marx denunciou essa monstruosidade, rebaixa mais ainda a consciência do trabalhador. Voltando ao tempo de Marx, o que ocorria de fato, nas pretensas escolas, era que “[...] o mestre-escola tinha de escrever, com seu próprio punho, o número do certificado escolar, subscrevendo-o com seu nome e sobrenome” (HORNER *apud* MARX, 2004, p. 458), certificados esses que os próprios inspetores eram obrigados a aceitar. Numa visita a uma dessas escolas que expediam tais certificados, Horner sublinha: “[...] fiquei tão chocado com a ignorância do mestre-escola que lhe perguntei: ‘por favor, o senhor sabe ler?’ Responde ele: ‘Ah! Sei somar.’ Para justificar-se, acrescentou: ‘Em todo caso, estou à frente dos meus alunos’” (Idem, ibidem). Esses e outros depoimentos chocantes são expostos por Marx para denunciar a extrema brutalidade na qual está submetida a classe trabalhadora. Quanto à ignorância, esta não é uma especificidade do trabalhador da época. Em nossos dias, sobretudo neles, a consciência deve ser manipulada ao extremo.

ao crescimento da riqueza. Nestes termos, analisando as extensivas jornadas de trabalho de adultos e crianças na indústria moderna, Marx denuncia as precárias condições de trabalho dos trabalhadores e sua pauperização (dentro e fora das fábricas) até o nível mais baixo de humanidade. Estudando vários documentos de sua época – relatórios, jornais, laudos e diagnósticos médicos etc. – acerca da degradação física dos trabalhadores, o pensador revolucionário alemão põe às claras o tratamento brutal conferido pelos capitalistas ao conjunto dos trabalhadores. Trata-se de jornadas de trabalho estendidas até 36 horas ininterruptas, com início nas madrugadas, ambientes apertadíssimos e sufocantes, doenças, exaustão, alimentação mínima – o suficiente para os trabalhadores não morrerem de fome –, descanso no menor tempo possível, acidentes de trabalho (incluindo mutilações), baixos salários e castigos a serem pagos com os míseros trocados recebidos pelo excessivo e degradante trabalho. Esses horrores não eram aplicados somente a trabalhadores homens, como sabemos. Mulheres, adolescentes e crianças da mais tenra idade, além dessas numerosas iniquidades, sofriam com salários menores que os dos homens. Todos eram “[...] levados ao túmulo por estafa [...]” ou morriam aos poucos (2004, p. 296), visto que o capital, “[...] que tem tão ‘boas razões’ para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final” (Idem, p. 311).

Sob a lógica da acumulação do capital jaz a negação da satisfação das necessidades humanas, contribuindo para o crescimento inversamente proporcional entre riqueza e pobreza o desenvolvimento científico e tecnológico, monopolizado pelo capital. Este domina os mais avançados meios de produção e os resultados da ciência também avançada para reduzir drasticamente o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e aumentar o trabalho excedente, o trabalho não pago, visando à extração da mais-valia no mais alto grau que for possível. Esta foi a primeira coisa que Marx disse quando começou a escrever o Capítulo XIII, de *O Capital*, que trata da maquinaria e da indústria moderna.

Capital industrial: este é o único modo de existência do capital, pois agudizou a contradição entre capital e trabalho. Recorremos aqui às palavras de Marx para explicar por que o capital industrial é verdadeiramente o único modo de existência do capital:

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente, mas também criá-la. Por isso determina o modo de produção: sua existência implica a oposição entre a classe capitalista e a trabalhadora. Na medida em que se apodera da produção social,

são revolucionadas a técnica e a organização social do processo de trabalho [...] (2004, p. 56).

Aponta Marx (2011a) que a característica essencial da produção capitalista é a continuidade determinada pela base técnica dessa produção, visto que o capital industrial está presente em todos os três estágios do ciclo – aqueles que foram apresentados por nós no capítulo anterior –, e o produto se encontra nessas diversas fases, bem como no momento de transição entre elas.

Foi dito por Marx que a articulação entre base técnica e o conhecimento científico na produção de mercadorias põe a ciência e a tecnologia numa posição articulada com a valorização do capital, visto que propiciam o aumento da produtividade do trabalho não para reduzir o tempo de trabalho e aumentar o tempo de fruição, num autêntico atendimento das necessidades humanas, mas para reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo de trabalho excedente, pois é deste que advém a exploração do trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico interessam à sociedade capitalista à medida que contribuem para a valorização do capital. Não se trata de um desenvolvimento científico e tecnológico que busca atender aos interesses da humanidade, mas aos interesses do capital. O atrelamento ímpar da ciência e da tecnologia à produção de mercadorias deu-se, de acordo com Marx, com o incremento da maquinaria, que absorveu o conhecimento que o trabalhador possuía do processo de trabalho e, de uma vez por todas, separou o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho, operando a separação entre o “caracol” e sua “concha”. Essa separação tornou-se possível porque faz parte da lógica capitalista a separação entre a força de trabalho e os meios de produção, ou seja, o trabalhador, para vender sua força de trabalho, teve que ser, antes, despojado das condições que propiciavam tanto a propriedade dos instrumentos de trabalho quanto o conhecimento de todo o processo produtivo. Essa separação, como Marx denunciou, teve início com a manufatura, pois nesta nasceu a divisão do trabalho do artesão em diversas operações.

Sob a manufatura, exclui-se, segundo Marx, a análise científica de todo o processo de produção, devido à realização de partes do todo por diferentes trabalhadores individuais. Pontua Marx (idem, ibidem) que é “justamente por continuar sendo a habilidade profissional do artesão o fundamento do processo de produção que o trabalhador é absorvido por uma função parcial e sua força de trabalho se transforma para sempre em órgão dessa função parcial”. A manufatura, nas palavras de Marx (idem, p. 394), “[...] produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado [...]”, por “[...] transformar o trabalho parcial em profissão eterna de um ser humano”. Todo o seu corpo, acrescenta Marx, é transformado em

órgão especializado numa única operação, e o trabalhador coletivo é constituído pelos trabalhadores especializados. Como a ação repetitiva de uma mesma função faz com que o trabalhador exerça a atividade com um mínimo de esforço e com maior rapidez, a manufatura possibilitou o aperfeiçoamento do método de trabalho em direção à diminuição do tempo da produção das mercadorias.

Sobre o trabalhador coletivo acima referido, Marx afirma que ele é um mecanismo específico da manufatura, passando a possuir todas as qualidades produtivas, o que permite superar as deficiências do trabalhador individual “compelindo-o à conexão com o mecanismo global a operar com a regularidade de uma peça de máquina”. Suas funções podem ser simples ou complexas, superiores ou inferiores e suas forças individuais exigem graus diferentes de formação – o que culmina na diversidade de valores numa escala de salários. Faz parte da produção capitalista, a começar pela manufatura, a criação de trabalhadores sem “destreza especial”, transformando “numa especialidade a ausência de qualquer formação”, ou seja, faz parte da lógica da produção capitalista a classificação dos trabalhadores, segundo Marx, em hábeis e inábeis (idem, p. 405), o que faz cair por terra a tese defendida pelos apologetas do capital acerca do conhecimento como a base da produção da riqueza, de acordo com a qual aqueles que não possuem conhecimento poderiam buscá-lo para sair da condição de explorado e de degradado.

Nessa etapa da produção capitalista, a manufatura, os próprios instrumentos – que antes poderiam ser utilizados em diferentes operações de um processo de trabalho – tiveram que ser modificados. Isso ocorreu porque, segundo Marx (2004, p. 396), a “[...] produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas”. Na manufatura, as ferramentas foram adaptadas para servir em cada uma das especializações e para cada trabalhador parcial. Trabalhador parcial e instrumentos constituem, segundo Marx, os elementos simples da manufatura. Contudo, a manufatura – que “simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas do trabalhador parcial”⁹⁹ – criou as condições para o surgimento da maquinaria.

Quando o capital emprega maquinaria, isso já foi reiterado diversas vezes aqui, não é libertar o homem do trabalho sórdido¹⁰⁰. É baratear as mercadorias e aumentar a extração da mais-valia. A ferramenta, que até a manufatura era de propriedade do trabalhador, com a indústria, deixou de sê-lo. Na fórmula $D - M (M_p \text{ e } F) \dots P \dots M' - D'$, F não é

⁹⁹ MARX, 2004, p. 404.

¹⁰⁰ Marx (2004, p. 454) dá um exemplo: apesar da legislação fabril, que proibia trabalhos de crianças de tenra idade, crianças foram contratadas para limpar chaminés, embora existindo máquinas para fazer esse serviço.

proprietária de Mp, pois, com a indústria, a ferramenta transferiu-se das mãos do homem para a máquina, e esta tomou o lugar do primeiro. A vantagem da máquina sobre o trabalhador é que ela, e não ele, faz operações múltiplas, com um movimento contínuo e uniforme, que o homem com sua ferramenta não é capaz de fazer. A máquina não suprime a ferramenta, mas esta é incorporada naquela. Trata-se, pois, de um mecanismo que o próprio homem criou para aumentar e multiplicar o instrumental de trabalho. Na indústria, o trabalhador é obrigado a trabalhar com a máquina, não mais com a ferramenta exatamente porque é ela e não ele que a maneja. É por isso que Marx afirma que o ponto de partida da indústria não é o trabalho, mas a ferramenta, o instrumento de trabalho, um daqueles três elementos do processo de trabalho.

Marx oferece, no Livro Primeiro, que trata *d'O processo de produção do capital*, na Quarta parte, *A produção da mais-valia relativa*, no XIII capítulo, *A maquinaria e indústria moderna*, informações importantes como a máquina substituiu as ferramentas até chegar na fase de desenvolvimento industrial na qual as máquinas foram criadas por máquinas. É um longo processo, que durou séculos, que se propagou para todos os ramos industriais, de modo que cada um passou a produzir uma mercadoria diferente. É somente no último estágio, no qual a máquina foi criada por máquinas, que a indústria “[...] se colocou sobre seus próprios pés” (MARX, 2004, p. 441).

Na indústria, o instrumental de trabalho agora convertido em máquina necessitou da substituição da força humana de trabalho por forças naturais. No lugar do homem, agora o boi, o cavalo, a água, o vento tornaram-se forças motrizes da indústria. Essa necessidade foi atendida pelo desenvolvimento cada vez mais aperfeiçoado da própria ciência. Agora, na indústria, o que ocorre não é mais a combinação de trabalhadores parciais, como na manufatura, mas o trabalhador encontra pronta e acabada a organização da produção. Lembremos daquele segundo ciclo do capital-dinheiro, no qual o possuidor do dinheiro compra mercadorias no mercado para pô-las em movimento para produzir mercadorias. O que o capitalista compra primeiro são os meios de produção; depois, a força de trabalho. Quando esta for comprada, aqueles já devem estar prontos para que o trabalho inicie o processo de produção do valor – e da mais-valia. Esta é a condição da produção na indústria: o trabalhador – coletivo e não parcial – já deve encontrar prontos e acabados os meios de produção.

Ocorre que a indústria moderna aumentou de forma extraordinária a produtividade do trabalho, incorporando a ciência no processo de produção. A máquina, agora, é regulada por leis científicas. Mas afirma Marx que esse desenvolvimento é empiricamente observável, ou seja, não se faz necessário um grau de abstração para compreender esse fato. Nesse sentido, é necessário verificar em que grau o homem dispense força de trabalho para produzir

valor. Este, vale a pena reiterar, para eliminar qualquer desentendimento, não é criado pela máquina. Como produto do trabalho humano, portanto, trabalho morto, o que a máquina faz é transferir seu valor ao novo produto. A máquina, que faz parte do que Marx chamou de Capital Constante, não cria valor, transfere-o ao produto. O trabalho vivo, sim, cria valor. E cria valor numa escala cada vez maior, à medida que cresce vertiginosamente o desenvolvimento científico e tecnológico na produção.

Esse crescimento vertiginoso torna mais potente a máquina e mais embrutecido o trabalhador. Esse embrutecimento, é claro, foi denunciado por Marx. Nesse capítulo sobre a maquinaria e a grande indústria, Marx explicitou quais as consequências imediatas – e nefastas – da produção mecanizada sobre o trabalhador: primeiro, mulheres e crianças são postas para trabalhar; segundo, a jornada de trabalho é prolongada até o limite em que suporta fisicamente o trabalhador; terceiro, o trabalho é intensificado.

Em se tratando do primeiro, Marx afirma que a maquinaria torna supérflua a força muscular. Isso significa dizer que ela permite o emprego de trabalhadores sem força muscular. Mulheres e crianças engrossam o número de trabalhadores empregados na maquinaria, de modo que todos os membros da família passaram a trabalhar¹⁰¹. Sob o capital, por meio da maquinaria, o valor da força de trabalho é determinado de acordo com o tempo de trabalho para garantir a manutenção do trabalhador e de sua prole, e não do trabalhador individualmente, de maneira que o capital, supondo uma família de quatro membros, obtém quatro jornadas de trabalho em vez de uma, o que faz cair drasticamente o preço da força de trabalho, porque o trabalho excedente é multiplicado por quatro. É por essa razão que a máquina amplia o grau de exploração da força de trabalho, explicado pela taxa de mais-valia.

Marx denuncia que, na relação livre entre proprietários também livres, o trabalhador, “livre como um pássaro”, em vez de vender sua própria força de trabalho, passou a vender mulher e filhos, com característica de tráfico de escravos, mas se trata de uma brutalidade que o próprio capitalista criou. O trabalhador não se tornou traficante de escravos. Ele teve que vender a força de trabalho de mulher e filhos porque estes últimos eram mais da metade mais baratos ao capital, portanto mulheres e crianças substituíram os homens no trabalho, exercendo as mesmas atividades no mesmo tempo. Em muitas situações, as crianças são obrigadas a trabalhar para obter única e exclusivamente “o pão de cada dia”. Essa situação na qual o trabalhador vende mulher e filhos, Marx compara-a com a destruição de Jerusalém

¹⁰¹ Este fato foi denunciado por Marx quando fala da necessidade de o capital revolucionar os contratos de trabalho que, antes, era a mediação entre o trabalhador e o capitalista, “livres”. Agora, o capital compra a força de trabalho de mulheres, crianças e adolescentes porque representam menor custo relativo ao pagamento de salários. Marx compara o trabalho infantil com o tráfico de escravos negros.

por Tito. Diz o pensador alemão: “A propósito da destruição de Jerusalém por Tito, observou o historiador judeu que não era de admirar fosse a cidade totalmente arrasada, pois lá uma mãe desumana sacrificou seu próprio filho para matar a fome que a torturava” (2004, p. 453). Mulheres e crianças foram, portanto, transformadas em máquinas de produzir mais-valia (idem).

Acerca dos princípios burgueses de liberdade e igualdade, “celebrados” nos contratos de trabalho entre homens livres, tais princípios nascem na circulação, aparência fenomênica do modo de produção capitalista. É na circulação que as mercadorias são trocadas, e a riqueza nasceria da circulação cuja origem seria o valor de troca. Tais princípios encobrem a desigualdade e o aprisionamento da própria produção porque é na circulação que o trabalhador vende “livremente” sua força de trabalho. Se, na circulação, de onde adviria a riqueza, trabalhador e capitalista seriam proprietários livres e iguais, de onde viria a pobreza do trabalhador? De si próprio e não das relações de produção mercantis (ROSDOLSKY, 2001). Trata-se, portanto, de uma igualdade enganosa, pois o trabalhador é proprietário de sua própria força de trabalho e de mais nada. O que ele vende na troca é sua capacidade viva de trabalho para criar valor e mais-valia, pois integrado à corporalidade do trabalhador, o trabalho vivo é potencialmente fonte de valor.

Lembra Rosdolsky (2001) que Marx já havia dito nos *Grundrisse* que o capital não é uma coisa, não é trabalho acumulado, portanto, a riqueza do capitalista não poderia advir da troca de mercadorias. Essa definição faria com que todo trabalho objetivado fosse capital. Se assim o fosse, teria existido capital em todas as formas sociais. Essa naturalização das categorias econômicas empreendida pela Economia Política Clássica fora duramente criticada por Marx. O capital é, enfim, uma relação social, um valor que cria mais-valia, uma relação “[...] que, refletida em si, é justamente o capitalista” (ROSDOLSKY, 2001, p. 184). O próprio Marx afirmara em *O Capital*, no capítulo VIII, que trata da jornada de trabalho, que o capital é trabalho morto que suga o vivo como um vampiro e o domina.

No que se refere à segunda consequência, o prolongamento da jornada de trabalho, aponta Marx que, como o homem é o limite para a produção ininterrupta, a maquinaria tornou-se o meio necessário para aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o valor das mercadorias, dentre elas, aquelas destinadas à manutenção da vida física do próprio trabalhador e de sua família. Isso significa que o tempo de trabalho necessário, aquela parte da jornada de trabalho paga, é reduzido, o que faz aumentar o trabalho excedente. Mas a jornada de trabalho, diz Marx, tornar-se-ia ininterrupta se não fosse um obstáculo: o próprio homem. Por isso, a maquinaria tornou-se também o meio mais potente para prolongar a

jornada de trabalho para além dos limites fisicamente suportáveis. É importante reiterar aqui que Marx afirma que, por meio da maquinaria, o capital expande seu valor, mas nunca abre mão do trabalho vivo, pois sem trabalho vivo, o próprio capital iria à bancarrota. Sem esse acréscimo na jornada de trabalho, o capital não poderia valorizar-se.

Qual o segredo da valorização do capital? É este: “despojado dos meios de produção, o trabalhador assalariado é obrigado a trabalhar mais do que o tempo necessário para produzir seu sustento; para viver, precisa entregar uma parte de seu tempo de vida ao capital” (ROSDOLSKY, 2001, p. 191). O que para o capital é mais-valia, para o trabalhador é mais-trabalho (idem). Mais-valia absoluta e mais-valia relativa são os dois modos de extração da mais-valia.

A extração da mais-valia na sua forma absoluta é anterior ao modo de produção capitalista. Até o modo de produção feudal, a produção estava voltada predominantemente para o valor de uso. Foi somente no modo de produção capitalista que o valor de uso passou a ser produzido indiretamente, pois o objetivo do capital, nesse novo modo de produção, é o valor de troca, e o valor de uso, como Marx deixa claro, é o substrato material do valor de troca e, por conseguinte, do próprio valor.

Sendo comum a todas as sociedades de classes, a mais-valia absoluta é a base da extração da mais-valia relativa, que surgirá no modo de produção capitalista. É por isso que a diferença entre a produção neste modo de produção e em seus antecedentes históricos é formal. Foi com o aparecimento da mais-valia relativa no modo de produção capitalista – visto que, neste sistema, o “[...] mais-trabalho se converte em um fim em si mesmo, e o constante incremento deste [o mais-trabalho] se transforma em condição indispensável do processo de produção” (ROSDOLSKY, idem, p. 193) – que o trabalho foi subjugado completamente ao capital.

É importante lembrar, como faz Rosdolsky (idem), que o capital não pode abrir mão da mais-valia absoluta. Mas ela não é suficiente para o entendimento da essência da produção no modo de produção capitalista. “Essa essência”, diz Rosdolsky (2001, p. 194), “[...] consiste, principalmente, na revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho”. Tal revolução consiste no objetivo do capital “[...] para fazer recuar cada vez mais os limites naturais decorrentes do tempo de trabalho necessário e alargar cada vez mais o domínio do mais-trabalho”. Portanto, “[...] não é no mais-trabalho absoluto, mas sim no relativo, que aparece ‘claramente o caráter industrial, historicamente específico [...]’”, do modo de produção capitalista. É por isso que a diferença entre este último e os seus precedentes históricos é mais profunda.

Na mais-valia relativa, o que muda não é a jornada de trabalho, mas a sua repartição entre trabalho necessário e trabalho excedente. Por meio dela, o capital intensifica a extração da mais-valia sem aumentar a jornada, “[...] usurpando parte do tempo de trabalho necessário” (MARX, 2004, p. 365), fazendo cair o valor da força de trabalho. Essa usurpação só é possível com o incremento científico e tecnológico na produção, visando aumentar a produtividade do trabalho. Tal incremento revoluciona as condições de produção do trabalho, o modo de produção e o próprio processo de trabalho (MARX, idem, ibidem) para produzir quantidade maior de valor de uso com no menor tempo possível. Mas o objetivo dessa redução não é diminuir a jornada de trabalho; é reduzir o tempo de trabalho necessário.

Esse mecanismo nunca foi explicitado pela economia política nem na época de Marx (2004, p. 372) nem em nossos tempos. Em sua época, era possível ler nas obras de “economistas de extirpe” como MacCulloch, Ure, Senior etc. que “o trabalhador tem uma dívida de gratidão para com o capital, que desenvolvendo a força produtiva, encurta o tempo de trabalho necessário”, necessitando que esse trabalhador deva “demonstrar seu agradecimento passando a trabalhar 15 horas em vez de 10”. Em nossos tempos também, os porta-vozes do capital proclamam que a redução do trabalho necessário libertaria o homem do próprio trabalho, enevoando o verdadeiro objetivo do capital por trás dessa redução do tempo de trabalho necessário: o aumento do trabalho excedente, aquela parte na qual o trabalhador produz gratuitamente para o capital, mas, mesmo assim, o trabalhador deve agradecer ao capital por manter-se vivo.

O que possibilita a extração da mais-valia em sua forma relativa, nós o sabemos, é a produtividade do trabalho. Analisando os *Grundrisse*, Rosdolsky (2001, p. 198) afirmou que já nesses manuscritos Marx chama a atenção para o fato de que a mais-valia relativa não aumenta na mesma proporção que a produtividade do trabalho. Por exemplo, numa jornada de trabalho de 8 horas, considerando a taxa de mais-valia de 100%, trabalho excedente e trabalho necessário teriam a mesma quantidade de tempo de trabalho: 4 horas. Supondo que a produtividade de trabalho duplique, o tempo de trabalho necessário reduziria à metade, portanto, 2 horas ou $\frac{1}{4}$. O trabalhador, que, antes, trabalhava $\frac{2}{4}$ de sua jornada gratuitamente, agora deve trabalhar $\frac{3}{4}$. Comparando a produtividade do trabalho com a extração da mais-valia, a primeira duplicou, passando a fornecer o dobro dos valores de uso, enquanto a segunda aumentou em 50%.

Rosdolsky (2001) oferece o resumo feito por Marx, nos *Grundrisse*, para explicitar essa diferença entre aumento da produtividade do trabalho e mais-valia relativa: [1] o aumento da produtividade do trabalho aumenta o valor do capital porque reduz o trabalho

necessário; [2] a mais-valia não aumenta na mesma proporção que a produtividade do trabalho; quanto maior a produtividade, menor a mais-valia. Reiterando: isso não significa dizer que o capital reduz a extração da mais-valia com o aumento da produtividade. A mais-valia relativa continua sendo extraída, pois a finalidade do capital é valorizar-se, e essa valorização só é possível através do alargamento do mais-trabalho. Significa tão-somente – e isso é muita coisa – que a produtividade do trabalho aumenta numa proporção muito maior do que o aumento da mais-valia. Que fique clara essa questão, para evitar possíveis equívocos!

Reiteradas vezes foi lembrado aqui que o aumento da produtividade é decorrente do avanço científico na produção. Sob o capital, esse desenvolvimento científico não foi posto a serviço do enriquecimento do trabalhador, mas para valorizar o próprio capital. É necessidade do modo de produção especificamente capitalista o desenvolvimento ampliado das forças produtivas, aumentando a capacidade produtiva do trabalhador, diferenciando-se da corporação e da manufatura. Essa questão foi desenvolvida por Marx, na IV parte do Livro Primeiro de *O Capital*, mas foram apenas esboçadas pelo referido pensador nos manuscritos de 1857-58 (ROSDOLSKY, 2001).

A capacidade produtiva dos trabalhadores aumentou quando, na maquinaria, o caráter coletivo do trabalho substituiu o trabalhador individual e assumiu o caráter de trabalho assalariado, porque este – por pressupor “que o trabalhador renuncie ao valor de uso de sua mercadoria e, portanto, aos frutos do seu trabalho” (ROSDOLSKY, idem, p. 201) – é a condição na qual os trabalhadores não podem apropriar-se do produto do trabalho. Portanto, esse aumento de sua capacidade produtiva não serve para enriquecê-los. O que o trabalhador assalariado, na circulação, vende ao capitalista é sua força de trabalho, mas, na produção, ele integra um “‘organismo ativo’ que acrescenta novas potências à capacidade de trabalho de cada um” (ROSDOLSKY, idem, ibidem). Lembra este intérprete dos *Grundrisse* que a coletividade dos trabalhadores não é estabelecida por eles, mas pelo capital. Para eles, essa associação é arbitrária, pois beneficia ao capital. Para o trabalhador, pelo contrário, esse desenvolvimento é-lhe hostil, pois aumenta o poder objetivo do capital sobre o trabalho.

No modo de produção especificamente capitalista, baseado na indústria moderna, a revolução ocorre nos meios de produção, não na força de trabalho. Nos *Grundrisse*, diz Rosdolsky (idem, p. 204) que Marx já dizia que o trabalhador “aparece agora como um ‘monstro vivo’ que ‘materializa o pensamento científico e passa a exercer, de fato, o papel de coordenação’, dominando todo o processo; a partir daí, o trabalhador individual passa a existir ‘como apêndice vivo e isolado’”. Queremos deixar claro aqui que o problema não a ciência,

mas o papel que ela exerce no modo de produção capitalista, sobretudo no contexto de crise estrutural, como falaremos mais adiante.

Na maquinaria, a atividade do trabalhador foi reduzida a trabalho abstrato, trabalho produtor de valor de troca, regulado pela maquinaria e não pelo trabalhador. Como a maquinaria é uma forma eficiente de aumentar a mais-valia relativa, nela, o

[...] processo de produção deixa de ser processo de trabalho, no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante. O trabalho só se apresenta nele como órgão consciente, disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos, presentes em muitos pontos do sistema mecânico [...]. O pleno desenvolvimento do capital só ocorre [...] quando o meio de trabalho [...] se apresenta diante do trabalho, no processo de produção, sob a forma de máquinas; então, o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência. A tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo (MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 205).

Lembremos que parte dessa citação já foi apresentada neste texto em momento anterior, como se Marx estivesse afirmando que na indústria não haveria mais processo de trabalho. Cremos que aqui fica claro que o processo de trabalho é subjugado ao capital, porque, com a indústria moderna, o processo de produção de valor de uso é apenas um momento da formação do valor e da valorização do capital. Em outras palavras, o processo de trabalho, como processo de produção do valor de uso, é apenas a premissa necessária para a produção de mercadorias no modo capitalista de produção de mercadorias.

Denuncia Marx em *O capital* que as potências intelectuais do trabalhador ampliam a produção para satisfazer as necessidades do capital e não da humanidade, com o qual se confronta, como não poderia deixar de ser. A manufatura opôs essas forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que domina o próprio trabalhador. Essa oposição teve início na cooperação; desenvolveu-se na manufatura, e nela o trabalhador já foi mutilado, convertendo-se em trabalhador parcial; completou-se na indústria moderna, que, definitivamente, separa o trabalho da ciência, esta última posta nos tempos atuais como a potência autônoma de produção e a força a servir ao capital, separada do trabalho, aliás, enterrando-o num passado longínquo.

Acerca do papel da ciência nesse processo de valorização do capital, Marx afirma que, por um lado, o capital

[...] traz à luz todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro, pretende medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas, mantendo-as confinadas nos estreitos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor (MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 207).

É desse caráter do capital de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas que decorre a tendência de explorar a natureza para obter dessa exploração o conhecimento de novas propriedades das coisas a serem produzidas. Isso exige o desenvolvimento máximo das ciências da natureza (ROSDOLSKY, idem). Diz este autor que esse desenvolvimento das ciências da natureza, além da descoberta das propriedades úteis das coisas, implica no conhecimento sobre a forma como devem ser intercambiados os produtos em âmbito universal, pois traz conhecimentos sobre climas e países; criação e satisfação de novas necessidades sociais; cultivo “[...] de todas as propriedades do homem social e a produção deste como um indivíduo portador de múltiplas necessidades [...]”. Contudo, esse conhecimento exponencial das ciências naturais baseia-se nas relações sociais mercantilizadas, cujo objetivo é, sob a produção capitalista, criar um “[...] indivíduo social o mais pleno e universal possível (pois, para aproveitá-lo de modo multifacetado, é necessário que seja capaz de fruir, que tenha um alto grau de cultura)” (MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 195). Essa afirmação marxiana faz cair por terra o *homo culturalis*, de Adam Schaff.

Rosdolsky (2001, p. 206) conclui:

A aplicação capitalista da maquinaria se revela, na verdade, como o contrário exato do que diz a apologia burguesa: em lugar de tornar o trabalhador mais independente e atenuar sua exploração, serve para confiscar uma parte crescente de seu tempo de trabalho na forma de mais-trabalho, de modo a perpetuar e fortalecer o poderio do capital, que lhe é hostil.

Entretanto, como a valorização do capital é, contraditoriamente, empecilho para sua própria valorização, o amplo desenvolvimento das forças produtivas torna-se uma barreira para o próprio capital, pois há riqueza criada em demasia. Como afirma Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, o capital, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas, “assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas” (2005, p. 57), criando a “epidemia da superprodução”. Essa superprodução é decorrente da produtividade do trabalho, tão maravilhosamente desenvolvida com o incremento da ciência e da tecnologia, fazendo aumentar em proporção direta o que Marx chamou de “Composição Orgânica do Capital”, que reflete o montante de meios de produção para produzir uma determinada mercadoria. Como foi dito anteriormente, Marx chamou de “Composição Orgânica do Capital” o montante de maquinarias, instalações, matérias-primas (capital constante) numa proporção inversa ao capital variável, ou seja, quanto mais aumenta o capital constante, mais diminui o capital variável. Diminuir não significa substituir, como querem afirmar os apologetas da dita

sociedade do conhecimento, pois o trabalho vivo e não o morto é a fonte de valor e de mais-valia. É por isso que quanto mais cresce a Composição Orgânica do Capital, mais tendem a diminuir os lucros do capitalista.

Dizendo de outro modo, o conhecimento científico e tecnológico, tão aclamado pelos arautos do capital num contexto histórico em que se faz necessário negar o trabalho e modificar a substância do valor, tem como função, na verdade, revolucionar o trabalho passado, isto é, o trabalho morto, e tornar-se incorporado ao capital, cuja consequência é aumentar a Composição Orgânica do Capital, medida pela relação inversa entre capital constante e capital variável (ou seja, quanto mais cresce o primeiro, mais reduzido é o segundo). A depender do maior ou menor incremento científico e tecnológico na produção, a taxa de lucro diminuirá ou aumentará. Quanto mais um capitalista investe em capital constante, mais aumenta a composição orgânica do capital, obtendo um lucro menor, constituindo a fonte das crises, decorrentes da lei tendencial à queda da taxa de lucros. Essa tendência da produção do capital, sempre impulsionado para a expansão, acarreta um desequilíbrio entre o crescimento da taxa de lucro e a extração da mais-valia: como é o trabalho vivo que produz mais-valia e o crescimento tecnológico poupa trabalho vivo, então a consequência é a redução da taxa de lucro.

Se o capitalista obtém um lucro menor, por que ele investe no desenvolvimento científico e tecnológico? Porque, num curto período de tempo, ele se beneficia com esse incremento, obtendo elevados lucros, pois consegue vender acima dos demais concorrentes, até que o mercado seja inundado pela mesma tecnologia que barateia os produtos. Marx jamais deixou de acentuar o fato de que esta sociedade promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Porém, por outro lado, compreendeu – já nos anos de 1840, como demonstra o *Manifesto do Partido Comunista* –, que o capitalismo, a partir de determinado momento histórico, necessita destruir as forças produtivas (o que ocorre quando as forças produtivas se tornam empecilho para o desenvolvimento do capital). É o caso da crise estrutural do capital, da qual Mézáros é expoente e sobre a qual falamos em momento anterior.

Voltando ao desenvolvimento científico e tecnológico, ocorre em nosso tempo histórico, no contexto da crise estrutural do capital, a fetichização da própria ciência e da tecnologia¹⁰². Como sabemos, *O fetichismo da mercadoria: seu segredo* foi desvendado por Marx no Capítulo I, Livro I, de *O Capital*. Esse fetichismo é a fantasmagoria na qual os

¹⁰² Falaremos sobre essa questão mais adiante.

produtos do trabalho aparecem como se fossem produzidos por si mesmos e não tivessem caráter físico, independente do trabalho, como se tivessem qualidades próprias, dando a impressão de assumirem uma personalidade, exercendo domínio sobre os próprios homens. Fetichizadas, as mercadorias aparecem ao homem como se fossem produtos do capital constante e não do variável, ou seja, como se o capital constante criasse valor. Desdobramento dessa mistificação é o fato de os homens serem levados a acreditar que as relações sociais estabelecidas são governadas por esse fascínio que exercem as mercadorias, como se tais relações não fossem produzidas por eles próprios e mistificadas pela mercadoria.

Coggiola (1998, p. 67) fala de um fetichismo natural, que fora substituído pelo fetichismo social. A primeira forma ocorria, sobretudo, nos grupos humanos primitivos, quando o afastamento das barreiras naturais era uma possibilidade, mas não uma realidade. Neles, a criação de fetiches tinha como motivo o “escasso poder dos homens sobre a natureza”, visto que as sociedades “estavam desarmadas diante das secas, das tormentas, das epidemias, etc.”, por esta razão atribuíam ao sobrenatural características humanas. A segunda forma é puramente social. Na sociedade atual, a humanidade, que alcançou um domínio extraordinário sobre a natureza, entende os problemas que enfrenta, como desemprego, etc. como se não fossem produtos históricos dos próprios homens, mas como oriundos da tecnologia, de modo que as mercadorias parecem se divertir ao fazerem “sofrer os homens” (idem, *ibidem*). O fetiche da mercadoria, que se desdobra na fetichização da técnica e da própria ciência, oculta as relações de exploração entre os homens, de modo que tais relações aparecem como relação entre coisas: “produto da mão do homem, contra ele parece ter vida própria” (CHASIN, 1987, p. 36).

Como sabemos, exerce enorme fascínio sobre os homens o desenvolvimento tecnológico, produto do aperfeiçoamento da ciência, de modo que a tecnologia é posta como o “sujeito” da história, e o sujeito real aparece como pseudo-sujeito. O que é atributo do trabalho aparece como atributo do capital. Desse modo, as forças produtivas sociais do trabalho apresentam-se como forças produtivas do capital, portanto, opostas ao trabalhador. Assim sendo, acentua-se o fato denunciado há mais de um século por Marx, qual seja, o fato de que a “[...] ciência, como o produto intelectual geral do desenvolvimento social, apresenta-se aqui ao mesmo tempo como diretamente incorporada ao capital [...] e o desenvolvimento geral da sociedade, enquanto é usufruído pelo capital, contrapondo-se ao trabalho, apresenta-se como o desenvolvimento do capital, e [...] para a grande maioria esse desenvolvimento acontece paralelamente ao desgaste da capacidade de trabalho” (MARX *apud* COGGIOLA, 1998, p. 66).

De acordo com Mészáros (2004), nenhuma sociedade anterior ao capitalismo exigiu tanto a articulação entre a produção e o desenvolvimento científico combinado com o desenvolvimento tecnológico, fato sem precedentes na história. Ou seja, a produção capitalista exigiu uma nova racionalidade na qual a produção se articula à ciência e à tecnologia para esmagar os homens e suas objetivações materiais e espirituais.

Em nossos tempos, é acentuada em nossas consciências a crença de que a tecnologia poderia resolver por si mesma os problemas do mundo, ou, pior, “reverter o próprio modo de produção que está em sua origem” (LESSA, 2007, p. 254)¹⁰³. Dito de outro modo, atribui-se à tecnologia a eliminação da relação antagônica entre capital e trabalho, ou seja, ela, a tecnologia, faria sucumbir as relações de classes, o trabalho, o próprio capital. Nesse pretense sentido, a afirmação do fim do trabalho é a justificativa ideológica que atribui à ciência e à tecnologia a possibilidade superior de solução das contradições engendradas pelo capital. Nesse processo mistificador, somos levados a acreditar, como foi dito acima, que é o desenvolvimento tecnológico o sujeito da história, de modo que seria ela, a tecnologia, e não os homens, que determinaria a história (LESSA, *idem*), como se ela não estivesse subordinada às relações mercantis. Essa crença cria uma consciência profundamente fetichizada que atribui à tecnologia a responsabilidade para mudar o rumo da história e dos próprios homens, afundando-os na hipermistificação de um mundo criado pelos próprios homens. Dito de outro modo, sob o imperativo das tecnologias como o sujeito, o homem só poderia funcionar como pseudo-sujeito de seu próprio processo histórico, que caminha na direção contrária dos discursos que sobre esse processo histórico são elaborados: o que a realidade demonstra é a crueldade ímpar da vida social e do rebaixamento do nível da própria humanidade, evidenciando um declínio dos homens em apreender racionalmente as complexas questões que lhes dizem respeito. O capital expropriou os trabalhadores dos meios de produção; conseqüentemente, do próprio conhecimento, expropriação necessária para engrossar aquele véu nebuloso que obnubila o real.

¹⁰³ Esta é uma crença que acompanhou os defensores do capital desde Adam Smith. Mészáros (2004) afirma que a nova racionalidade exigida pela indústria constitui um modo de legitimação ideológico em relação à qual pensadores como Smith mantiveram-se numa postura acrítica e depositaram nessa nova relação entre produção e desenvolvimento científico e tecnológico a possibilidade de superação das desigualdades sociais. Tal crença, como dissemos acima, ocorre também em nossos tempos. Mas Mészáros (2004, p. 247) afirma que há uma diferença fundamental que separa Smith dos apologetas do capital de nossos tempos: “[...] é que os dois séculos que os separam, com sua dolorosa incapacidade de realizar minimamente as expectativas originais, deveriam ter ensinado aos últimos uma lição”, a de que a redução das desigualdades através do avanço tecnológico é um embuste ideológico para inverter a relação entre o produtor e seu produto, atribuindo a este último o papel de verdadeiro produtor, com conseqüências obscuras sobre o futuro dos homens.

Agora, a “dimensão metafisicamente metafísica redonda na acentuação objetiva da fraqueza do homem” (CHASIN, 1987, p. 38), ou seja, a consciência fetichizada “reforça seu próprio cativeiro” (CHASIN, *idem*), numa redução drástica da consciência humana. Nesse processo, a ciência foi transformada em “ópio do povo” (CHASIN, *idem*), secundarizando aquele caráter ontológico que lhe é imanente, qual seja, oferecer aos homens que a produzem o entendimento das leis naturais e sociais para tornar ricos o próprio homem e o mundo no qual ele vive, questão que não passou despercebido ao pensamento vivo de Marx, atento às questões pertinentes ao mundo dos homens.

De acordo com esse pensamento, a ciência não tem sua gênese como um complexo acima das relações sociais, pairando sobre elas, ou seja, “não nasceu do céu”, como disse Engels numa carta a Heinz Starkenburg, de 25 de janeiro de 1894. Ela, a ciência, é fundamental para o processo de transformação da natureza e do próprio homem pelo trabalho, matriz da sociabilidade humana. A acumulação do conhecimento científico (também artístico, literário, etc.) está ontologicamente articulada com o trabalho. Este, por possuir três processos a ele constituintes, exige o conhecimento científico sobre a escolha do objeto de trabalho (a matéria sobre a qual se trabalha) e os instrumentais de trabalho, para que a força de trabalho seja cada vez desenvolvida, enriquecendo o domínio do homem sobre a natureza para afastá-lo cada vez mais das barreiras naturais – sem que isso signifique rompimento com a própria natureza. Sua função no trabalho é potencializar o trabalho humano, ou seja, a ciência é importante para o aperfeiçoamento do próprio processo de trabalho. No final desse processo, os homens não acumularam somente a riqueza material, mas também a espiritual, da qual fazem parte os conhecimentos científicos e que, portanto, tornam-se patrimônio da humanidade. E a tecnologia, que dela deriva, é o produto do aperfeiçoamento do próprio trabalho e, num processo dialético, também o aperfeiçoa, como mostra Marx na citação abaixo:

[...] considerada em si[,] a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada pelo capital, aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada pelo capital[,] aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital[,] submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada pelo capital o pauperiza, etc. (MARX *apud* LESSA, 2005, p. 257).

Pauperizar cada vez mais o trabalhador ao passo que se intensifica sua exploração é o objetivo do capital quando utiliza maquinaria, pois esse sistema não se nutre de humanidade. A crise atual que o assola põe em evidência que o desenvolvimento científico e tecnológico nunca esteve tão a serviço da destruição da própria humanidade. Mas o entendimento desse aspecto é possível, como diz Chasin (1987, p. 45), somente com uma

“operação ontológica que rastreia e determina o processo de entificação do mundo e da lógica de sua transformação” para, assim, “enganar a especulação filosófica que fala pelo mundo” e fazer com que o “mundo possa falar de si pela voz, assim tornada concreta, da filosofia” (idem, p. 44). Acrescenta este autor que tal operação só é possível com o entendimento do *corpus* teórico revolucionário deixado por Marx e recuperado por Lukács, do qual Mészáros é herdeiro, intelectual que expôs a natureza da crise que acomete o sistema do capital desde o último quartel do século passado. É a voz do mundo que ecoa por meio da ontologia marxiano/lukacsiana que evidencia o caráter altamente destruidor da ciência e da tecnologia em nome da reprodução do capital no contexto de crise estrutural, no interior da qual esse sistema se defronta com seus próprios limites absolutos.

Diz Mészáros (2006a, p. 526-527) que o encontro do capital com seus próprios limites absolutos sempre foi o medo dos apologetas desse sistema. Sob a tônica da crise estrutural, esse sistema põe a ciência e a tecnologia a serviço da produção destrutiva, cuja tarefa é capacitar o capital para “engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e ‘produtos de consumo de massa’ cronicamente subutilizados” para responder à lei tendencial da queda da taxa de lucros já explicitada por Marx em *O Capital*. Dizendo de outro modo, a “produção generalizada do desperdício” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 634) não é um defeito do capital no contexto de sua crise inédita na história, mas expressa a “tirania capitalista [...] que degrada o ser humano” (idem, ibidem), constituindo-se uma estratégia desse sistema em sua luta contra o trabalho e em prol de sua própria reprodução (MÉSZÁROS, 2006a). À luz das elaborações teóricas de Marx, Mészáros (idem) entende que nesse contexto o desenvolvimento científico e tecnológico cumpre papel imprescindível nessa luta, à medida que garante ao capital o atendimento da necessidade de acumulação, inerente à sua lógica, por meio da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias em sua variante capitalista.

Aqui precisamos abrir um parêntesis para explicarmos o que significa essa taxa no processo de produção destrutiva. Reitera Mészáros (2006a) aquela afirmação marxiana de que nas sociedades pré-capitalistas o que prevalecia na produção era o valor de uso direcionado para o consumo de acordo com a demanda, ou seja, embora produzido para a troca, este se subordinava ao valor de uso, pois o que prevalecia era a produção daquilo que satisfazia uma determinada necessidade humana. Lembra o pensador marxista húngaro que a taxa de utilização de cada produto era alta, e o que ele chama de “círculo de consumo” era baixo, isto é, a quantidade de pessoas “atraídas” pelo consumo era reduzido porque, de fato, a produção

era caracterizada pela fabricação de coisas úteis para a satisfação das necessidades socialmente postas em cada sociedade.

Sendo a produção voltada para o valor de uso, o trabalho também assumia esse caráter, ou seja, enquanto produtor de valor de uso, o trabalho podia expressar sua própria substância, aquilo que Marx afirmou em *O Capital* como o trabalho do ferreiro, do sapateiro etc. Dito de outro modo, o trabalho ainda não tinha sido reduzido a trabalho abstrato, portanto, ainda não podia ser comparado e vendido como mercadoria.

Outra característica do trabalho como produtor de valor de uso é que o trabalhador era proprietário dos seus meios de produção (a matéria e os instrumentais de trabalho), como “o caracol e sua concha”, como disse Marx e reiterou Mészáros. Mas o capitalismo rompeu com a produção orientada para o atendimento das necessidades, e o “caracol” foi separado de sua “concha”, ou seja, o capital empreendeu a separação entre os trabalhadores e seus meios de produção, impondo sobre os primeiros a “alienação das condições objetivas de sua auto-reprodução” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 641), fundada na alienação do trabalhador em relação ao produto do trabalho, à sua própria atividade, a si mesmo e aos outros homens, como denunciou Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844. Dada a sua natureza de expandir-se, esse sistema removeu a possibilidade de controlar suas próprias tendências destrutivas, para as quais buscou respostas, desde Adam Smith até os teóricos que propagam no atual tempo a morte de Marx e a obsolescência de sua teoria.

Ocorreu que, no modo de produção capitalista, o “caracol” foi separado de sua “concha”, ou seja, este modo de produção necessitou, para empreender sua acumulação cada vez mais ampliada, que o trabalho assumisse o caráter de mercadoria a ser trocada no mercado, e isso só era possível por meio da separação entre meios de produção e força de trabalho, como explicado no capítulo anterior. Aqui, aponta Mészáros (2006a), a produção não é voltada ao consumo, mas para a produção cada vez mais desenfreada de mercadorias, subordinando de forma drástica o valor de uso ao valor de troca – ou, como afirma este pensador, a riqueza da produção cedeu lugar à produção da riqueza para o atendimento das necessidades do capital –, num acúmulo acentuado de descartáveis. É por isso que a taxa de utilização decrescente é uma tendência que assume, nos tempos hodiernos, “[...] uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico”. Além disso, atualmente, faz-se necessário que “[...] quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes” (MESZÁROS, 2006a, p. 655-656). Dentre essas manifestações mais

desconcertantes estão os cortes naquelas áreas que constituem necessidades básicas, como educação e saúde, por exemplo.

Para fazermos referência mais uma vez a *Para além do capital*, nesta obra seu autor explica que a taxa de utilização decrescente reflete, no modo de produção capitalista, a contradição insanável entre a produção para o uso e a produção para a troca ou entre a produção voltada para o consumo imediato (abarcando aquelas que são produzidas realmente para o consumo imediato e as que poderiam ser reutilizadas) e aquela orientada para o que pode ser utilizado e reutilizado, em favor da utilização decrescente da mercadoria na forma capitalista.

É necessário apontar que Mészáros esclarece que a utilização decrescente, no modo de produção capitalista, não é inerente ao aumento da produtividade do trabalho. Dizendo de outra maneira: sob o capitalismo, a vida útil das mercadorias não pode ser maximizada porque esse sistema necessita, para sua reprodução, da produção cada vez mais acentuada do desperdício.

Aponta Mészáros (2006a) que avanços na produtividade alteram o padrão de consumo e a maneira como os homens utilizam os bens de consumo e os instrumentos para produzi-los, afetando, por conseguinte, a natureza da atividade produtiva. Ou seja, quanto mais avançada for a produtividade do trabalho mais o próprio trabalho será complexificado, podendo determinar como a sociedade organizará a produção para atender tanto às necessidades imediatas quanto àquelas que atendem necessidades que não se limitam à reprodução biológica. No primeiro caso, os homens precisam produzir bens de consumo rápido (como os alimentos); no segundo caso, aqueles que podem ser utilizados e reutilizados. Dito de outro modo: a humanidade não carece apenas de bens que satisfaçam necessidades imediatas. Ela necessita daqueles bens que terão uma vida útil prolongada e é sobre a produção destes que se ergue a possibilidade do aumento do tempo livre, já que os que atendem a necessidades imediatas precisam ser constantemente produzidos.

A proporção entre a produção de bens para consumo imediato e aquela voltada para a produção de bens que podem ser usados e reutilizados tende a se alterar em favor dos últimos (MÉSZÁROS, 2006a, p. 641), condição sem a qual não poderia haver nem um desenvolvimento sustentável no verdadeiro sentido do termo nem uma sociedade emancipada, exatamente porque esta se assenta no aumento do tempo livre.

Como exemplo para ilustrar a afirmação de que a utilização decrescente está ancorada no aumento da produtividade do trabalho, Mészáros (idem, p. 641) cita os instrumentos de trabalho, que, nos estágios primitivos, eram quase literalmente a extensão das

mãos humanas. Entretanto, aumentando a capacidade produtiva do homem e o enriquecimento de suas objetivações, ocorrem mudanças significativas no que tange à utilização desses instrumentos. É o caso de um artesão, que, possuindo muitas habilidades, ao utilizar determinados instrumentos para produzir determinado objeto, deixa em “repouso” outros instrumentos que, para aquele objeto, não precisam ser utilizados. Podemos citar como exemplo, o leite, que precisa ser produzido constantemente. Esse leite, embora satisfaça necessidades imediatas, pode ter uma vida útil maior se embalado em recipientes chamados “longa vida” e não em sacos plásticos. Uma mesa, que, ao contrário do leite, não satisfaz a necessidade imediata da reprodução biológica, não precisa ser produzida de forma constante, liberando o homem para outras atividades mais especificamente humanas. É por isso que esta é uma qualidade da produção, inerente à produtividade do trabalho, e que possibilita ao homem a dedicação a outras atividades naquele sentido posto por Marx e Engels n’*A Ideologia Alemã*, de que o homem pode exercer uma atividade pela manhã, outra à tarde, outra à noite, sem necessariamente exercer apenas uma delas a sua vida inteira.

Nos termos postos por Mészáros, este é o verdadeiro sentido da utilização decrescente e facilmente verificamos que ela é decorrente do desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, quanto mais potente o trabalho, mais capaz ele é de produzir coisas com uma vida útil longa, que pode ser usada e reutilizada. Mas não é esse o sentido que ela assume no modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento alcançou um estágio que necessita da produção destrutiva como estratégia para a manutenção de sua própria existência. Neste caso, a maquinaria, que possui, como diz Marx em sua carta a Annenkov, tanta categoria econômica quanto o boi que puxa o arado, cujo uso precisa ser contínuo, provoca consequências desastrosas para o planeta e, como não poderia deixar de ser, para os próprios homens. Trata-se, como diz Mészáros (idem, p. 641), de uma “séria *doença social*”, visto que a ordem sócio-metabólica do capital em seu estágio avançado exige que os avanços na produção favoreçam o “consumo” imediato, provocando o esgotamento dos recursos naturais e da capacidade humana, já que “impõe à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato” (idem, p. 642). É para essa perversidade que o capital investe no desenvolvimento científico e tecnológico. Mas o feitiço pode se voltar contra o próprio feiticeiro. Embora ponha em risco a existência humana, o desenvolvimento científico e tecnológico carrega a potência de satisfazer necessidades genuinamente humanas. Para cumprir esta última tarefa, o autor de *Para além do capital* acrescenta ainda que seria desejável que a humanidade destinasse recursos para a produção cada vez maior de bens utilizados e reutilizáveis, ou seja, “de moradias duráveis e esteticamente agradáveis a meios

de transporte rápidos e confortáveis, ou ainda, de pinturas e obras de arte literárias e musicais”, mas essa satisfação para a totalidade da humanidade só é possível com a superação da ordem do capital (idem, ibidem).

Como sabemos, o que interessa ao capitalista é o valor de troca. Agora, não é possível a produção voltada para o valor de uso, não importando mais a taxa de utilização de uma dada mercadoria, mas, como diz Mészáros (2006a, p. 661), “o decréscimo de suas horas de uso diário”. O que interessa agora nesse novo estágio do capital é a redução dessa taxa de utilização sem diminuir a demanda. Nas palavras deste pensador húngaro (idem, ibidem – itálicos do autor), “se a *taxa de utilização* de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser *diminuída* de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada”. Afirma este pensador que a redução da taxa de utilização real tem sido o principal meio pelo qual o capital conseguiu acumular, o que ocasiona um enorme montante de desperdício à custa da humanidade e do planeta em que ela habita, ou seja, essa taxa abriu novas possibilidades para a expansão do capital, pois constitui um recurso utilizado por esse sistema para manter sua acumulação ilimitada, tendendo à taxa zero das mercadorias. Essa estratégia é alcançada por meio da restrição artificial do consumo, ou seja, o consumo é estimulado, mas não das coisas úteis necessárias à existência humana, e, sim, daquelas que contribuem para a reprodução ampliada do capital: o supérfluo, eliminando o consumo real e estimulando o “consumo” fictício de produtos que não fazem nenhuma falta.

Nesse processo destrutivo, de aniquilamento de homens e de recursos naturais, reitera Mészáros (idem, ibidem) a afirmação marxiana de que a tecnologia é inserida na produção com o papel de acelerar a reprodução do capital cada vez mais ampliada a expensas da própria humanidade e dos recursos naturais. O capital, cujo desenvolvimento “impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que a tudo absorve” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 610), exigiu a produção destrutiva como uma necessidade no atual contexto histórico, lançando “sua sombra como uma ameaça constante e aguda à sobrevivência” (idem, 527-528) da própria humanidade, qual seja, a sombra da incontrolabilidade, cuja escuridão se acentua cada vez mais (idem). Quanto aos perigos para o futuro, Mészáros aponta, em *O poder da ideologia*, que eles se dividem em dois tipos, um mais distante e outro iminente: o primeiro está relacionado à possibilidade de extinção total da vida, contando com o alto poder de destruição das armas biológicas, que, conforme Gilson Dantas (2007), já estão sendo desenvolvidas em segredo pelo Pentágono; a segunda, relacionada à combinação dessas armas biológicas com as precárias condições de higiene e de saúde dos países pobres.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, o capital não pode atacar as causas de sua incontrollabilidade, pois esta é inerente à sua própria lógica, necessitando deslocar, até atingir seus limites absolutos, suas próprias contradições. Como a crise estrutural engendrou o encontro do capital com esses limites absolutos, uma das soluções encontradas¹⁰⁴ foi a produção destrutiva. Dito de outra maneira, a produção do desperdício, representada aqui pela produção tanto de objetos descartáveis quanto do luxo, que também é uma forma de descartabilidade, já que este último não é uma necessidade da humanidade, mas do próprio capital, ou seja, é o oposto do naturalmente necessário, no dizer de Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2006a, p. 257). Aponta Mézáros que, no atual contexto histórico, “[...] passamos da prática de destruição produtiva da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez mais e mais irremediável” (*idem*, p. 267).

Para satisfazer a necessidade desse sistema, a única que ele conhece – sua própria expansão baseada na ruptura insanável entre produção e controle a expensas da humanidade – , ciência e tecnologia só podem “[...] ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuírem diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema” (2006a, p. 254-255), mesmo “melhorando”, do ponto de vista do capital, a destrutividade ambiental e humana em escala global, cujas prioridades “[...] são fatalmente distorcidas contra os condenados à fome e à desnutrição” (*idem*, p. 255). Um desses exemplos de destrutividade citados pelo pensador marxista húngaro é a produção de agrotóxico para tornar mais duradouros – ou melhor, mais lucrativos – os próprios alimentos (embora possam provocar no organismo humano diferentes doenças, dependendo do grupo químico ao qual pertençam, que variam desde dores de cabeça, alergias e coceiras até distúrbios do sistema nervoso central ou, ainda, câncer etc.¹⁰⁵), sobretudo para quem trabalha e passa “[...] fome para manter a saúde de uma economia ‘globalizada’ paralisante” (*idem*, *ibidem*).

A manutenção dessa “saúde” conta com o desenvolvimento ilimitado da tecnologia. Mézáros (2006a, p. 666) aponta que esse desenvolvimento é paradoxal por duas razões: a primeira, porque, não atendendo às necessidades humanas sob o capital, está capacitada a seguir um desenvolvimento contínuo, sem limites; a segunda, porque está

¹⁰⁴ Podemos citar também como exemplos a queima da produção para combater a queda da taxa de lucro e a precarização do trabalho.

¹⁰⁵ Informações fornecidas pela própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), apesar dos eufemismos apresentados para revestir de ouro um problema gravíssimo. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/d0c9f980474575dd83f3d73fbc4c6735/nota+tecnica+risco+consumo+frutas+e+hortalicas.pdf?MOD=AJPERES> Acesso em 29.08.2013.

orientada para a obtenção do lucro. Portanto, orientado para a lucratividade, o capital não se importa se tal desenvolvimento poderá ser maléfico para a humanidade. Aliás, para garantir suas taxas de lucro, planeta e humanidade importam para esse sistema à medida que entram no processo de valorização do capital. Em relação ao planeta, é porque é de seus recursos naturais que advém a matéria-prima para a produção de mercadorias e de maquinários para produzi-las; no que tange à humanidade, interessa-lhe aquela parcela que constitui o trabalho vivo, porque é ele a fonte do valor. É com esse intuito que ciência e tecnologia estão afinadas com os interesses do capital, porque cumprem seu papel na “superprodução em massa de mercadorias” e no “excesso acumulado de capacidade produtiva” (idem, *ibidem*). Lembra o autor de *Para além do capital* que as limitações que esse desenvolvimento tecnológico possa causar – bem como o controle, ou “ação terapêutica”, dessas limitações – só podem ser evidenciadas *post festum*, cujas respostas só podem ser reduzidas. Evidentemente, as limitações das quais se fala são aquelas que podem trazer algum prejuízo para o desenvolvimento do capital, pois os prejuízos irreparáveis que possam trazer para a vida humana e do planeta não são sequer considerados, prejuízos que se agravam quando ciência e tecnologia, que já não são acessíveis a todos os povos, articulam-se ao complexo industrial-militar para intensificar a destrutividade.

O complexo industrial-militar é, conforme põe o pensador húngaro (2004), a manifestação do capitalismo de nosso tempo e exige o desenvolvimento de pesquisas para orientar a produção em direção à destruição, porque esta favorece a obtenção de grandes lucros, interessando ao capital, por exemplo, uma formação científica que provoque câncer por radiação nuclear em vez de descobrir sua cura. Seguindo as ideias de Mészáros, podemos acrescentar que ao capital interessa construir valas e gastar com transporte de dezenas de milhares de pintinhos para que sejam enterrados vivos¹⁰⁶ em vez de produzir comida para alimentá-los; matar animais e homens de sede e de fome no sertão nordestino – e não apenas nele – em vez de construir duques, transpor rios, canalizar água etc. para matar aquilo que dizima vidas tanto de homens quanto de animais: a fome e a sede.

Este é o papel que assumem a ciência e a tecnologia na produção de descartáveis. Mészáros denuncia que esse papel, aliado ao complexo industrial-militar, serve para “[...] auxiliar a multiplicação das forças e modalidades de destruição” (MÉSZÁROS, 2004, p. 299), pois não podem, devido à natureza do próprio capital, interferir no curso expansionista desse sistema, pois estão atreladas aos seus ditames. Continua afirmando este pensador que “todos

¹⁰⁶ Vide matéria disponível em <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/08/milhares-de-pintos-sao-enterrados-vivos-em-vala-na-grande-florianopolis.html>, Acesso em 28.06.2013.

os ramos da ciência e da tecnologia são levados a funcionar em auxílio aos objetivos das poderosas estruturas econômicas e políticas organizacionais” (2004, p. 287) da ordem sócio-metabólica do capital.

No livro *A crise estrutural do capital*, Mészáros aponta também que, quanto mais esse “[...] sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes da destrutividade; quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante” (2009, p. 73). O “poder da produtividade” não é acionado, como sabemos, para a produção de valores de uso que visem à satisfação das necessidades genuinamente humanas, aliás, essa é uma contradição indelével do sistema sócio-metabólico do capital. Marx já afirmou em *O Capital* que o valor de uso só é produzido porque ele é o substrato material do valor de troca, que é o que realmente interessa ao capitalista. Mészáros (2006a, p. 660-661), seguindo os caminhos trilhados por Marx, afirma que o “capital define ‘útil’ e ‘utilidade’ em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e o domínio do próprio valor de troca”¹⁰⁷. É em prol da produção do valor de troca – portanto, da busca pela lucratividade – que o desenvolvimento científico e tecnológico, sob o ponto de vista do capital, está voltado para a destruição, pois o capital é inimigo da longa vida útil das mercadorias, exigindo, na própria produção de mercadorias, a chamada “obsolescência programada” das mesmas. O avanço, do qual se fala, é, na verdade, o alto desenvolvimento do poder de destruição e do desperdício contra a própria humanidade e os recursos naturais, o que faz cair por terra o discurso do “respeito ao meio ambiente”, tão entusiasmado em nosso tempo.

É interessante ressaltar que o fato de as mercadorias possuírem uma vida útil curta não decorre de um parco desenvolvimento das forças produtivas, em que a capacidade humana ainda não seria capaz de produzir coisas duráveis, mas porque o capital, como válvula de escape da crise inédita que ele próprio engendrou, exige a produção de descartáveis como estratégia de estimular o consumo e, para tanto, as mercadorias já são produzidas para durarem pouco, provocando, como acentua Mészáros (2006a), um acúmulo de lixo. Por esta razão, a produção destrutiva é uma realidade perversa que põe em xeque a própria existência humana. Para essa destrutividade, para a qual a indústria bélica cumpre papel importante, apesar do enorme poder de destruição de forças produtivas e cause um enorme prejuízo à própria humanidade, esse sistema, que se alimenta de desumanidade, gasta trilhões de dólares por ano (MÉSZÁROS, 2006a; DANTAS, 2007) para ceifar vidas humanas e matar de fome

¹⁰⁷ Grifos no original.

aqueles que poderiam se alimentar desses trilhões desperdiçados (MÉSZÁROS, 2006a). Essa quantia exorbitante gasta para a destruição revela a impossibilidade de o capital atender às genuínas necessidades humanas, gestando uma nuvem negra sobre o futuro da humanidade, nuvem essa que, no presente, já pode ser vista, pois natureza e humanidade estão submetidos às necessidades insaciáveis do próprio capital por lucro.

Mas não é assim que entendem os teóricos da dita “sociedade do conhecimento” sobre o papel das ditas TIC’s. No entendimento desses defensores do capital, a base sobre a qual se erigiria essa propalada sociedade, as chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC’s), como apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, teriam como função a elevação da humanidade a outro patamar, no interior da lógica do capital. Entretanto, considerando que a ciência e a tecnologia cumprem papel fundamental no processo de produção destrutiva como resposta do capital à sua natureza incontrolável, podemos afirmar que as TIC’s não estão isentas desse caráter. Pelo contrário: o discurso que apregoa a existência dessa sociedade expressa a necessidade do capital de impor sua lógica sobre a humanidade, fazendo-a acreditar na existência de uma sociedade livre nos marcos do próprio capital, que estaria se tornando mais humano – o que seria uma contradição nos próprios termos. Além disso, admitir a existência dessa falsa sociedade seria admitir que a ciência e a tecnologia possuiriam uma única função: a de esmagar a humanidade e o planeta em nome da sustentabilidade desse sistema. Mais uma vez, Marx estaria errado quando afirma que o desenvolvimento científico e tecnológico tem como função precípua (que só pode ser realizada numa sociedade autenticamente humana baseada no trabalho livre das amarras do capital) aumentar o tempo livre para o desenvolvimento das potencialidades humanas e libertar os homens do trabalho sujo. Esse “trabalho sujo”, na propalada sociedade do conhecimento, continua sendo feito por homens, apesar do “anúncio” – infundado – da existência de novos tempos sem o necessário rompimento com o velho. Marx já denunciava que, em seu próprio tempo, o capital já possuía tecnologia para a limpeza das chaminés, mas utilizava o trabalho das crianças para fazê-lo. Em nosso tempo, já possui tecnologia suficiente para extrair, por exemplo, enxofre da cratera de vulcões, como o Ijen, na ilha de Java¹⁰⁸, na Indonésia, mas esse trabalho é feito por homens, que, antes dos 30 anos de idade, já estão com seus corpos completamente deformados e, aos 50 anos, estão totalmente inutilizados; outro exemplo tão chocante quanto o anterior vem da República Democrática do Congo, é a

¹⁰⁸ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110209_vulcao_mineiros_enxofre_rw.shtml Acesso em 23.08.2013

extração do coltan¹⁰⁹ (mineral composto por columbita e tantalita), utilizado na produção de celulares, televisores de plasma, notebooks, câmeras digitais, satélites artificiais, foguetes e, ainda, o que é indicativo do enorme poder de destruição, mísseis. No caso do Ijen, os mineiros do enxofre envenenam seus pulmões com gases tóxicos (compostos por sulfeto de hidrogênio e dióxido de enxofre em concentração tão alta que queimam os olhos e a garganta, podendo até mesmo dissolver seus dentes, uma concentração tão alta que ultrapassa 40 vezes mais o nível considerado seguro pela legislação britânica) e deixam marcas indelévels em sua pele com queimaduras provocadas pela extração do enxofre que se solidifica às margens de um lago ácido da cratera; além disso, o enxofre é transportado pelos próprios mineiros, que levam nas costas, por cerca de 200m, dezenas de quilos desse não-metal de coloração amarela em troca do equivalente em dinheiro entre R\$10,00 e R\$15,00. Sobre a extração do coltan, esse trabalho, sempre vigiado por militares, é feito por camponeses, prisioneiros e refugiados de guerra e, ainda, crianças da mais tenra idade, cujo tamanho é adequado para adentrar nos espaços mais diminutos, constituindo-se nas maiores vítimas da extração desse minério (duas crianças mortas para cada quilo de coltan), sem falar no enorme impacto ambiental que essa extração provoca, gerando inclusive a quase dizimação de elefantes e gorilas. O que poderiam dizer os arautos da “sociedade do conhecimento” sobre isso? Que tais trabalhadores não possuiriam conhecimento suficiente para realizar uma atividade “digna de homens”, e o velho Marx estaria louco em afirmar, na *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, que, com o incremento da ciência e da tecnologia incorporadas na maquinaria, a grande massa dos trabalhadores, em toda parte, afunda-se mais ainda, na mesma proporção em que a classe que lhe é antagônica sobe na escala social. E mais: que, em toda parte, tornou-se “[...] uma verdade demonstrável a todo espírito sem preconceitos e apenas negada por aqueles cujo interesse está em confinar os outros a um paraíso de tolos” que nenhuma melhoria da maquinaria, ou seja, “[...] nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colônias, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias” nas quais foi mergulhada a classe trabalhadora, “[...] mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais”, agudizando a miséria que assola a classe¹¹⁰ produtora da riqueza para outrem. É por isso que “enxergar no crescimento da ciência o novo agente da

¹⁰⁹ <http://blogs.odiario.com/bahr-baridades/2013/07/31/coltan-o-exterminador-do-congo/> Acesso em 23.08.2013

¹¹⁰ *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983, p. 9.

transformação social, graças à estrutura de classes da sociedade industrial, é entregar-se às fantasias ‘pós-ideológicas’ dos apologetas sociais” (MÉSZÁROS, 2004, p. 285), que afirmam os fins dos problemas humanos em escala global por meio da tecnologia.

É preciso reiterar “aos espíritos preconceituosos” que Marx não era contra a tecnologia. Pelo contrário: o pensador alemão era conhecedor da potência que esse desenvolvimento traz em sua essência no que tange ao alívio causado pelo trabalho sujo e à possibilidade da realização das potencialidades humanas com o aumento do tempo livre. Marx entendia que o problema não é a máquina, mas o uso social que se faz dela. Numa carta de Marx a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, o pensador de Trier já dizia que a “máquina tem tanto de categoria econômica quanto o boi que puxa o arado. A aplicação atual das máquinas é uma das relações de nosso presente regime econômico, mas a forma de explorar as máquinas é totalmente diferente das próprias máquinas”. E conclui: a “pólvora continua sendo pólvora, independente de ser usada para ferir a um homem ou para curar suas feridas”¹¹¹. O que Marx denunciava incansavelmente era, pois, a utilização desse desenvolvimento contra a própria humanidade que a criou.

Voltando ao livro *O poder da Ideologia*, de Mézárós, nesta obra, o pensador marxista húngaro dedicou a segunda parte desse seu livro para tratar da relação entre ideologia e desenvolvimento científico e tecnológico. Esse desenvolvimento, na afirmação de Mézárós, pode assumir funções diferentes na luta de classes e está inserido nas determinações sociais em cada época histórica. Aliás, um dos problemas fundamentais que a ciência enfrenta é sua tecnificação em nome de uma suposta neutralidade. Denuncia este pensador no livro acima referido que é uma ilusão atestar a neutralidade da ciência e da tecnologia, fenômeno que não se constitui necessariamente um erro. Na verdade, continua Mézárós, trata-se de algo que este autor chama de “ilusão necessária”, com raízes fincadas no chão da sociedade produtora de mercadorias, em cuja base esse desenvolvimento se reproduz. Nesse sentido, a militarização da ciência e da tecnologia atendem a objetivos práticos, num processo de tecnificação da ciência, cooptando muitos cientistas a desenvolverem pesquisas para submeter a natureza aos domínios do homem contra o próprio homem (2004, p. 289).

No contexto de crise estrutural do capital, esse desenvolvimento responde pela necessidade da produção destrutiva para a qual cumpre papel importante a utilização da ciência e da tecnologia para fins militares e para produzir descartáveis, baseada na taxa de

¹¹¹ MARX & ENGELS. *O Manifesto Comunista e Cartas Filosóficas*. São Paulo: Centauro, 2005, p. 105.

utilização decrescente de bens e serviços, de maquinários e da força de trabalho, que se degrada cada vez mais profundamente, como denunciou incansavelmente Marx. Aliás, Mészáros denuncia nesse livro a relação entre a indústria bélica e a taxa decrescente do uso das mercadorias. Para este pensador (2004), a função do complexo industrial-militar é eliminar a distinção entre consumo e destruição, dada a incapacidade desse sistema de encontrar o equilíbrio entre consumo e produção, ruptura que é inerente à lógica da sociedade produtora de mercadorias, que produz para o consumo imediato. Desse modo, consumo e destruição são considerados pelo capital como equivalentes, e o complexo industrial-militar cumpre a função de produzir os meios de destruição.

A mesma afirmação está contida no livro *Para além do capital*, no qual seu autor afirma que consumo e destruição são “equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista” (2006a, 583/679), que conta com um “consumo destrutivo” como estratégia para “se livrar do excesso de capital superproduzido” de modo que possa destruir “vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados” que se tornaram grandes demais e se tornaram empecilhos à busca pela lucratividade¹¹², e é a indústria bélica que cumpre a função saneadora do modo de produção capitalista. Para lembrar, Gilson Dantas (2007) oferece-nos informações valiosas sobre esse rentável setor da economia, o único que não conhece a palavra crise, visto que o consumidor que compra tais produtos perversos é o próprio estado que, como disseram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, é o “escritório da burguesia”, ou, como conclui Mészáros (2006a), é o complemento quase perfeito do capital em seu processo de agonia. Em outras palavras, o capital vem destinando grande parte dos recursos disponíveis para a produção do desperdício, igualando a produção dos meios de destruição com a produção mesma e “satisfazer a dupla exigência de fornecer, por um lado, uma *bolsa inesgotável* (durante algum tempo) para tornar possível a auto-reprodução ampliada do capital e, por outro, um *buraco sem fundo* para engolir todo o desperdício resultante” (MÉSZÁROS, 2004, p. 299 – itálicos no original). O estado é que cumpre, ao mesmo tempo, o papel de fornecer essa “bolsa inesgotável” e ser esse “buraco sem fundo”. É interessante notar, com Mészáros (2004), que um dos fatores de legitimação do complexo industrial-militar é exatamente o discurso antimilitarista. Desse modo, cumpre o capital dois objetivos práticos: [1] orienta a produção para a destruição; [2]

¹¹² A esse entendimento, Marx e Engels já alcançaram em seu tempo histórico, como mostram no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 que a sociedade burguesa criou demasiada civilização, demasiados meios de produção, demasiada indústria e demasiado comércio, tornando-se “muito estreita para conter as riquezas criadas por ela mesma” (2005, p. 58). Por esta razão, esta sociedade “[...] assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas” (idem, p. 57).

engole como seu a luta de muitos cientistas como Einstein, que, em seu tempo histórico, já denunciava o caráter destruidor da militarização da ciência e da tecnologia, mas sua voz, como diz Mészáros, batia em ouvidos moucos. O que interessa ao capital não é a luta de Einstein pela manutenção da vida no planeta; interessa-lhe, isto sim, a utilização ideológica dessa luta como estratégia para a existência do próprio complexo industrial-militar. Afinal, diz Mészáros, um cientista, como Einstein, preocupado com o futuro da humanidade não tem lugar no modo de produção capitalista. Prova disso é que Einstein morreu frustrado, porque nunca foi ouvido e sempre se recusou de participar de projetos mirabolantes que aniquilam a própria humanidade. É por isso que, como diz Mészáros (2004, p. 289), a

[...] tragédia é que a transformação da ciência num ofício de “técnicos engenhosos” não é um problema marginal, e sim afeta, em sua totalidade, o desenvolvimento contemporâneo do conhecimento. É por esta razão que os Teller [inventor da bomba de hidrogênio] deste mundo são preferidos aos Einstein e aos Oppenheimer, que devem terminar suas carreiras intelectuais, por maior que seja sua estatura, como personagens desesperadamente isolados e até perseguidos. E é também por esta razão que a produção do conhecimento como um todo é reconstituída em torno dos “técnicos engenhosos” que são proclamados grandes cientistas em virtude da total disposição para defender os interesses destrutivos e, em última instância, autodestrutivos do complexo industrial-militar.

Podemos dizer, então, que, associada a essa tragédia denunciada por Mészáros, podemos acrescentar outra tragédia, que, certamente, Mészáros também denuncia: a de que em nossos tempos não há um Einstein nem um Oppenheimer para, apesar das profundas adversidades, produzir pesquisas científicas que interessem à humanidade. Vivemos em um tempo histórico em que a ciência foi fragmentada e reduzida para o cumprimento de tarefas reificadas, posta como neutra em relação ao projeto do capital contra a humanidade, ironicamente num momento histórico em que se proclama o fim da ideologia. O que assistimos é um conjunto de teorias pseudocientíficas que pretendem explicar o mundo reificado do capital com subterfúgios que aliviarão, no plano da mistificação ideológica, as dores da humanidade, apesar de senti-las realmente. São essas teorias que são amplamente aceitas como verdadeiras teorias, que, finalmente, teriam encontrado a saída para o fim da desumanidade dos homens. E a tragédia de nosso tempo é olhar para o futuro e vermos que a nuvem negra que se aproxima cada vez mais no horizonte não assusta aqueles que se dizem cientistas e intelectuais de nossa época e, mesmo assim, proclamam-se preocupados com o destino da humanidade. O pior dessa tragédia é comprovar que a voz daqueles poucos que se preocupam, assim como Einstein, batem também em ouvidos moucos.

A alma do homem sob o socialismo

A vantagem principal da consolidação do Socialismo está, sem dúvida, no fato de que ele poderia nos livrar dessa imposição sórdida de viver para outrem, que nas condições atuais pesa de forma implacável sobre quase todos. Com efeito, dificilmente alguém consegue escapar. De quando em vez, no decorrer do século, um grande cientista como Darwin; um grande poeta como Keats; um aguçado espírito crítico como M. Renan; um artista supremo como Flaubert pode isolar-se, manter-se ao largo do clamor das exigências alheias, por-se “ao abrigo do muro”, no dizer de Platão, e assim elevar à perfeição o que está nele, para o bem inestimável de si mesmo, e para o bem inestimável e definitivo da humanidade. Estes, porém, são exceções. A maioria dos homens arruinam suas vidas por força de um altruísmo doentio e extremado – são forçados, deveras, a arruiná-las. Acham-se cercados dos horrores da pobreza, dos horrores da fealdade, dos horrores da fome.

(Oscar Wilde)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onze teses contra a dita “Sociedade do Conhecimento” e a favor de Marx

Concluimos este trabalho utilizando-nos de uma afirmação de Mészáros (2006a) sobre o fato de que a ordem sócio-metabólica do capital não considera – e nem poderia considerar – a possibilidade de um futuro para a humanidade. O futuro que esse sistema e seus apologistas projetam é, na verdade, a continuidade de sua autoexpansão. Partindo desse pressuposto, o que os arautos do sistema do capital (a exemplo dos que apontam a existência de uma nova sociedade baseada no conhecimento como categoria central) afirmam sobre o futuro – já pretensamente presente – da própria humanidade é uma futilidade que expressa, como diz o próprio pensador húngaro (idem), uma negação do futuro, posto que, sob o capital, preso ao imediato, não há um horizonte que aponte para o futuro da humanidade.

Na tentativa de expor nossas conclusões sobre o caminho trilhado por nós à luz do legado deixado por Marx e, seguindo seus passos, Mészáros, com o intuito de criticar a articulação entre o conhecimento e o paradigma produtivo e econômico na ordem do capital, elaboramos a seguir *Onze teses contra a dita “Sociedade do Conhecimento” e a favor de Marx*. Nessas teses, sintetizamos o desenvolvimento de um trabalho cujo objetivo é corroborar com pesquisas que apontam a falsidade da propalada “Sociedade do Conhecimento”, que, por sua vez, constitui-se, isso sim, como um necessário subterfúgio elaborado pelo capital para aliviar as dores da humanidade à medida que se lança para o futuro – que nunca virá – a aclamada paz entre os povos. Ademais, nosso trabalho buscou confirmar a atualidade de Marx, este sim, um pensador preocupado com o futuro da humanidade. Marx é de veras um pensador não somente do passado, mas também e, principalmente, um pensador do presente e do futuro. Portanto, do seu cérebro, que partiu do chão e não do céu, emanou uma teoria que responde, sim, pelo fardo histórico de nosso tempo.

1. Vivemos num momento histórico em que se proclama uma nova sociedade que poria fim aos problemas humanos. A tese da “economia do conhecimento” é apresentada como esse novo momento da história da humanidade, no qual estaria superada a luta de classes e, com essa pretensa superação, haveria pretensamente o desaparecimento dos problemas que assolam os homens em nosso tempo. A vigência da economia do conhecimento representaria

um salto qualitativo na história humana, e esta teria alcançado um patamar elevado de desenvolvimento no qual os indivíduos teriam, pela primeira vez, a chance de serem felizes, sem alienação, sem ideologia, sem classes. A base da “economia do conhecimento” seriam as fetichizadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC’s), que constituiriam o sujeito da história e seriam elas que impulsionariam os homens para outro patamar de sociabilidade, evidenciando que a propalada sociedade restringe-se à tecnologia. Os homens, que as criaram, seriam postos como coadjuvantes perante o próprio mundo criado por eles, numa total inversão entre produtor e produto, estratégia importante para que os homens saiam do palco da história e as mercadorias sejam postas em seu lugar para governar a história humana. Desse modo, a contradição insanável capital *versus* trabalho estaria superada, pois máquinas – e não homens – carregariam a potência de extinguir o trabalhado explorado.

2. Nessa sociedade, o trabalho estaria superado e, com ele, a própria teoria marxiana que, por sua vez, estaria para sempre morta e enterrada no século XIX. Neste pretense sentido, Marx não seria mais atual e sua teoria não explicaria os nossos tempos, sobretudo porque o pensador alemão não conheceu os avanços tecnológicos e, por esta razão, não estaria capacitado para explicar tais avanços que marcam a presente sociabilidade. Como as tecnologias exigiriam que o chamado trabalhador de novo tipo possuísse conhecimentos para lidar com as novas tecnologias para produzir a riqueza, o conhecimento, e não o trabalho, seria a categoria central, visto que a riqueza seria criada agora pelo conhecimento, liberando os homens do trabalho esgotante. Desse modo, o conhecimento se ergueria como a nova base sobre a qual estaria cimentada a própria sociedade. Como o conhecimento seria a base da produção da riqueza, então, todos os indivíduos seriam os produtores dessa riqueza, não havendo mais uma classe explorada pelo capital. O que seria explorado seria o meio de produção do trabalhador, qual seja, o conhecimento, que, agora, seria de sua propriedade e não mais do capital.

3. Nesse contexto de crise inédita, o conhecimento também foi transformado em mercadoria, que pode ser comprada e vendida, em prol da acumulação cada vez mais ampliada do capital. Para essa acumulação, o capital articula a intensificação da exploração do trabalho (possível através do incremento tecnológico na produção, cujo objetivo é reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo de trabalho excedente) com o embrutecimento sem precedentes da classe trabalhadora, num momento em que se proclama a existência de uma pretensa sociedade baseada no conhecimento e na informação. Na verdade,

o conhecimento posto como central favorece a mistificação do real de forma ainda mais agudizada, pois o trabalhador é levado a crer na possibilidade futura do fim de suas dores através do conhecimento, o que, nesses moldes, é uma impossibilidade histórica. Assim, é obrigado a alimentar o mercado do conhecimento, vendido e comprado aos montes, transformado em uma mercadoria como qualquer outra. Contudo, o conhecimento (instrumental, fragmentado, pragmático) cumpre o papel ideológico de responsabilização individual do próprio trabalhador pela existência de seus sofrimentos. Nesse escopo, o capital conta ainda como estratégia ideológica a tese da subjetivização do valor. Este último não mais seria determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria, mas pelo conhecimento que o trabalhador-consumidor viria a possuir. Esta tese da subjetivização do valor, inserida como estratégia para enfiar goela abaixo dos indivíduos outra tese do mesmo modo falsa, cumpre, pois, duas funções importantes no processo de mistificação do real: [1] nega a objetividade do valor e, claro, do valor-trabalho, considerado como ultrapassado; [2] nega a possibilidade de conhecimento da realidade objetiva, visto que o conhecimento que tanto se defende nos moldes do capital não possibilita, nem de longe, o entendimento do real, mas é posto como valor-conhecimento, voltado para a obtenção do lucro. Dito por outras palavras, referida estratégia representa, na verdade, [1] a verticalização do trabalho, mistificada numa direção horizontal, cujo intuito é perpetuar a subordinação do trabalho ao capital; [2] a proclamação da morte de Marx (que teria errado quando disse que o valor é uma categoria objetiva do real e é determinado pelo tempo de trabalho), apontando que o valor é determinado pela utilidade, o que exigiria certo grau de conhecimento das propriedades da mercadoria. Não é à toa que a tese da economia (ou sociedade) do conhecimento se ergue num contexto histórico marcado por uma crise inédita na história do capital, crise essa denominada por Mészáros de crise estrutural, que, pela primeira vez, lança à humanidade a possibilidade de sua própria destruição. É nesse contexto que são erigidas teorias as mais diversas que fazem ecoar na consciência dos homens a crença na impossibilidade do conhecimento do real. O que se chama de conhecimento nessa sociedade não pode ser o conhecimento sistematizado historicamente pela humanidade (que inclui o conhecimento científico, artístico, filosófico etc.), mas um conjunto amorfo de saberes fragmentados, superficiais, atrelados à lógica do mercado, saberes esses que formam o trabalhador para torná-lo apto e adaptado aos ditames do capital, tarefa cumprida predominantemente pela própria educação, a quem é negado o caráter genuinamente formador. A rigor, o papel que a educação cumpre neste contexto histórico de crise estrutural caminha na direção contrária de sua função precípua – que é a produção da cultura nos

próprios homens, o que se dá através da apropriação do que foi decantado pela própria humanidade –, acirrando a alienação dos indivíduos num processo em que os meios de produção são brilhantemente desenvolvidos e a força de trabalho posta num embrutecimento cada vez maior, preparada para constituir tão-somente o capital variável para o capital. No que tange a essa formação dos indivíduos necessária ao capital, é-nos posto que o que é possível, nesse sentido, é um conhecimento superficial da aparência fenomênica, ou seja, um conhecimento rasteiro atrelado à própria cotidianidade alienada. Apesar do avanço tecnológico, o conhecimento sistematizado continua sendo negado. É em nome da sustentabilidade do capital que prevalece o ataque ao conhecimento objetivo e ao marxismo, cuja pedra angular é o trabalho.

4. A tese do conhecimento como central no mundo dos homens é uma das repostas do capital à sua incontrolabilidade, como tentamos demonstrar. Para essa incontrolabilidade, o capital sempre erigiu respostas, desde Adam Smith, passando pelos neoclássicos, até chegar ao momento histórico atual. Smith elaborou sua tese do capitalista individual, que agiria de acordo com seus interesses e, mesmo não sendo seu objetivo, acabaria por beneficiar a própria sociedade. Os neoclássicos, por sua vez, vestiram-se da matemática para negar o trabalho e a luta de classes, com fórmulas e equações inacessíveis que explicariam, segundo eles, a própria economia, artimanha contestada inclusive pelos próprios representantes do capital, como Hayek. Em se tratando de Smith, este economista, mesmo sendo um ideólogo da burguesia nascente, defendia o conhecimento científico, por meio do qual é possível à racionalidade humana conhecer aquilo que a realidade não mostra imediatamente, a sua própria essência. Na época de Smith, ainda era possível conhecer a essência da realidade porque a classe que ele representava necessitava da “investigação” sobre a natureza da “riqueza das nações” e as causas dessa riqueza. Smith e, antes dele, os fisiocratas, descobriu o valor-trabalho como a fonte do valor, superando estes últimos, que consideravam apenas o trabalho agrícola como o produtor da riqueza. Uma vez a burguesia se tornando a classe dominante econômica e politicamente, essa descoberta científica precisava ser negada, problema que Ricardo enfrentou nos últimos anos de sua vida, por ter contribuído para revelar o segredo da acumulação do capital. Como é opção do trabalho suplantar a ordem sócio-metabólica do capital, toda artimanha é elaborada para que o trabalho cumpra o oposto: inclinar-se diante dela.

5. De lá para cá, em todo momento histórico em que o capital é mais severamente ameaçado, o trabalho tem que ser negado. No século XIX, Marx teve que combater a economia vulgar centrada no valor-utilidade, incluído na economia neoclássica (que Marx não tratou no Livro Primeiro de *O Capital*, pois este já tinha sido publicado quatro anos antes), representada por Jevons, Menger e Walras. Esta última foi erigida na década de 1870, ao passo que as ideias de Benthan, Malthus, Say e Senior tornaram-se dominantes a partir década de 1840, já combatidas anteriormente por Smith e Ricardo. Foi na década de 1840, como sabemos, que a burguesia conquistara o poder político e varria da face da terra os restos mortais do *Ancien Régime*. Aquele foi um momento marcado pela explicitação da relação antagônica entre capital e trabalho. A burguesia, para quem, em seu momento revolucionário, interessava a descoberta científica do valor-trabalho como fonte da riqueza privada, agora precisava escondê-lo, pois tal descoberta, arma por ela empunhada, agora se voltava contra ela, visto que o valor trabalho revela a fonte da exploração do trabalhador pelo capital. No lugar do valor-trabalho foi erguida pela economia vulgar a teoria do valor-utilidade, segundo a qual o valor da mercadoria não seria determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, mas pela utilidade a ela inerente. Referida teoria foi classificada por Marx como pseudocientífica, pois permanece na aparência fenomênica do real. Essa pseudocientificidade é reiterada em nosso tempo histórico, marcada por uma crise estrutural do capital, o qual necessita, mais uma vez, da negação do valor-trabalho. Desta vez, essa negação se caracteriza como pior em relação àquela do século XIX, pois esta se manteve na aparência do real enquanto a hodierna se mantém muito distante da superfície do real. Neste sentido, a negação do valor-trabalho que ora presenciamos busca desmaterializar o próprio valor, apontando que este diz respeito a valores simbólicos, imateriais. Em sentido contrário, reiteramos, a favor de Marx, a tese de que o valor-trabalho está na pauta do dia. A proclamação da morte de Marx e de sua teoria é uma estratégia ideológica do capital em crise que visa à aquiescência de nossas subjetividades para que creiamos que não existe outra alternativa social para além de um sistema que gera a desumanidade dos próprios homens. De Smith aos nossos tempos, há algo que não muda: a incontornabilidade da lógica do capital.

6. Sob a crise estrutural do capital, as contradições desse sistema não podem mais ser escondidas, a não ser, como diz Mészáros, recorrendo a mecanismos ideológicos que cegam nossos olhos perante a realidade objetiva. Essa crise representa o encontro do capital com seus limites absolutos, medo que acompanhou historicamente os defensores desse sistema. Encontrar-se com seus limites absolutos significa chegar a um determinado estágio em que as

contradições não podem mais ser deslocadas, ou seja, em que os problemas como desemprego, miséria, destruição ímpar do meio ambiente, etc. atingiram um limite estruturalmente irreversível. Em nome de sua continuidade, esse sistema sócio-metabólico necessita intensificar a produtividade do trabalho orientando-a para a destruição, criando, para esse fim, uma demanda fictícia para satisfazer necessidades fictícias. Em outras palavras, a produção orientada para a destruição exige a disjunção entre as necessidades genuínas da humanidade e a reprodução do capital, a favor desta última, não importando o atendimento das reais necessidades humanas. Sob as determinações do capital, a ciência afastou-se de seu objetivo precípuo, que é favorecer o enriquecimento do trabalho e orientá-lo na produção de valores de uso, para assumir um caráter militarizado, colocando-se a serviço da produção daquilo que a humanidade não necessita. A necessidade de produzir montantes de lixo é uma necessidade do capital, que não coincide com os interesses da humanidade. Entretanto, no plano da mistificação ideológica, a humanidade é aquiescida quanto ao propósito do capital de fazê-la acreditar que ambas as necessidades são idênticas, ou seja, que os indivíduos introjetem em suas consciências fetichizadas que as necessidades do capital são também suas necessidades.

7. Uma das alternativas encontradas pelo capital foi o desenvolvimento ímpar do complexo industrial-militar como estratégia para sanar o problema da superprodução de descartáveis e destruir forças produtivas, pois, sob o imperativo desse complexo, o capital elimina a distinção entre consumo e destruição. Sob a crise, o capital exigiu e encontro da ciência e da tecnologia com o complexo industrial-militar para garantir a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias. Afinando-se à lógica do desperdício, a ciência fragmenta-se ainda mais para atender aos imperativos do capital, exigindo a formação de técnicos que cumpram o papel de produzir pesquisas que contribuam com o atendimento das necessidades do capital e não da humanidade. Apesar do alto poder de destrutividade, a ciência e a tecnologia assumem um caráter de neutralidade científica, escondendo dos homens o entendimento de que seu papel está atrelado à destruição do homem e não à construção de uma história autenticamente humana. Mészáros alerta que o discurso de neutralidade científica se erige sobremaneira num momento histórico em que se proclama o fim das ideologias, como defendeu Daniel Bell, não evidenciando que a única ideologia permitida é a ideologia do capital, numa clara oposição à ideologia da classe trabalhadora, instrumentalizada cientificamente pela ontologia marxiano/lukacsiana. O conhecimento das

leis objetivas que regem a natureza é fundamental para o processo de produção tanto da riqueza quanto da sua destruição, porque está articulado ontologicamente ao próprio trabalho para o qual serve o desenvolvimento científico e tecnológico. Por exemplo, a construção de mísseis exigiu dos homens o conhecimento objetivo de como produzi-los e que recursos utilizar – momentos pertinentes ao trabalho que nascem na teleologia – para que o alcance seja certo, mas não poderia ser o conhecimento desgarrado do trabalho quem os produziu. Essa tarefa cabe ao trabalho (como categoria fundante do ser social), que, articulando prévia-ideação e causalidade, necessita cada vez mais do avanço da ciência e da tecnologia, exatamente porque o sujeito desse processo é o homem, não a técnica – esta última já é criada pelo primeiro. Desse modo, o conhecimento, nesses tempos, aparece como produzido pelo capital. Portanto, a fetichização da técnica produziu também a fetichização da própria teoria que a mistifica, e a tese de que o conhecimento, cuja base seriam as tecnologias, seria central no mundo dos homens representa a hipermistificação do real tão necessária num contexto histórico em que a humanidade corre o risco de sua própria destruição. Afinal, nesse contexto, a saída ideológica para o capital é a intersubjetividade mais entorpecida, que acredita na impossibilidade de conhecer o mundo que, agora, não possui mais classes e, sim, é constituído de indivíduos que se diferem pela capacidade. E a ciência mistificou-se mais ainda no processo de tecnificação atrelado ao atendimento ímpar dos interesses do próprio sistema contra a humanidade.

8. Marx não era contrário ao desenvolvimento científico e tecnológico, como querem fazer-nos acreditar os defensores do capital arautos da dita sociedade do conhecimento. Marx denunciava tal desenvolvimento para destruir a humanidade que a criou, posto que a cientificidade instaurada pelo modo de produção capitalista visa a conhecer a natureza para transformá-la produzindo riqueza na forma mercadoria. Quem é contrário ao desenvolvimento científico e tecnológico para o atendimento das necessidades humanas não é Marx, é o capital, e, sob sua lógica, o conhecimento assume um caráter pragmático, como demonstra a crítica profundamente desenvolvida por Mészáros cem anos depois de Marx. A produção destrutiva criticada por Mészáros é a prova cabal do que denunciava Marx já em seu tempo histórico, portanto, suas denúncias, ao contrário do que apontam tais apologetas, são profundamente atuais.

9. Para Marx, não existe qualquer sociedade que prescindia da produção de sua própria existência, ou seja, do trabalho. Marx e Engels, em sua obra *A Ideologia Alemã*, anunciaram

que, para haver história, tem que haver o corpo vivo, sendo a existência de indivíduos humanos vivos o primeiro pressuposto da história humana. Em outras palavras, para fazer história, os indivíduos humanos devem ter também uma existência orgânica, biológica. Para garantir essa existência, acrescentam os pensadores alemães que é preciso primeiramente comer, beber, ter habitação, vestir-se etc. Por isso, asseguram na referida obra, que o primeiro ato histórico é exatamente a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material. O ponto de partida da ontologia marxiana, portanto, é que o homem “[...] real, corpóreo, de pé sobre a terra firme e aspirando e expirando todas as forças naturais” (MARX, 2004, p. 126), assenta suas forças essenciais objetivas (suas faculdades corpóreas e espirituais) sobre a atividade sensível para a produção de objetos. Para existir, pois, deve produzir sua própria existência visando à satisfação de suas necessidades socialmente postas. Na condição de atividade exclusivamente humana (MARX, 2004, p. 211), realizada dialeticamente na relação entre o homem e a natureza para a produção de coisas úteis à existência dos homens, constitui-se o trabalho como categoria ineliminável do ser social, pois, conforme Marx, os homens, para que possam existir, devem transformar constantemente a natureza. Em outras palavras, a produção da existência humana através do trabalho é a base insuprimível do mundo dos homens, ou seja, é a condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, os homens têm de cumpri-la diariamente, a cada hora, simplesmente para se manter vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33). Partindo desse pressuposto, no entendimento de Marx e de Engels, a história da humanidade passa pela relação entre sociedade e natureza. No entanto, a história do homem tem como base o desenvolvimento das relações sociais, sendo que a tese central para a compreensão das relações sociais assume o trabalho como atividade que articula subjetividade e objetividade na constituição dialética do ser social, para que o próprio homem faça da natureza e da história sua obra e sua realidade, como coloca Marx.

10. Compreendendo que é a partir do ser que o conhecimento é fundado – ou seja, do que a objetividade é – é necessário considerar que o desenvolvimento do trabalho possui uma processualidade histórica que não permite ao homem saltar de uma rústica embarcação a um potente transatlântico. Entre as primeiras embarcações e o transatlântico existe um acúmulo de experiências e de conhecimentos relativos às leis da natureza e às maneiras de como transformá-la – portanto, conhecimentos científicos – que são necessários à evolução do próprio trabalho. Com apoio no aporte teórico marxiano/lukacsiano, sabemos que a busca dos

meios, gênese da ciência, é o segundo momento do pôr teleológico na análise de Lukács, ou seja, é a consciência humana que estabelece os fins e busca os meios para que os fins sejam postos pelo trabalho – o que exige o conhecimento sempre aproximativo do mundo exterior. O processo de reproduzir na consciência o mundo exterior do ser-precisamente-assim existente exige que o conhecimento a ser acumulado a partir da transformação do real deva ser reflexo do próprio real e não apenas da subjetividade humana, posto que ser e pensar são distintos, mas mantém entre si uma unidade cuja primazia é do ser. Embora influenciando as reproduções espirituais humanas, o conhecimento científico não se desenvolve de modo “puro”, imparcial, como apregoa o capital. O conhecimento acumulado historicamente torna-se útil (não utilitário, pragmático, superficial) tanto para a construção de novos objetos como para outras produções. Esse acúmulo de conhecimento é a mediação específica para que o homem aperfeiçoe num processo contínuo as próprias ferramentas, por isso a busca dos meios é o que promove a acumulação do conteúdo social da riqueza. Além disso, essa busca dos meios impulsiona a consciência humana para conhecer a realidade exterior, cuja transmissão às novas gerações é imprescindível para o desenvolvimento histórico cada vez mais universal dos próprios homens. Partindo dessas considerações, não poderíamos deixar de reiterar que, enraizado no trabalho, o conhecimento do mundo exterior não poderia ser o fundamento da ciência se ele resultasse idealisticamente da subjetividade dos homens, visto que, se assim o fosse, perderia o caráter de universalidade, de patrimônio histórico da humanidade – é o que ocorre nas teorias defendidas pelos porta-vozes da sociedade do conhecimento, transformando-se num conhecimento o mais rasteiro possível, pseudocientífico. A ciência, pelo contrário, embora aperfeiçoada, exatamente porque surgiu do trabalho, não pode romper com sua própria origem, como se pairasse acima da cabeça dos homens. Essa gênese, ontologicamente, não pode perder o vínculo com a satisfação das necessidades do gênero humano.

11. A tese relativa à sociedade do conhecimento é uma resposta que o capital engendrou em nosso tempo histórico, utilizando-se da estratégia de recorrer à manipulação ideológica para cooptar nossas subjetividades para que acreditemos que outro mundo é possível no interior dessa mesma lógica. Portanto, Marx, o homem a quem a classe trabalhadora deve, estaria louco em apontar que a única saída para a humanidade é superar a ordem sócio-metabólica do capital e construir outro patamar de sociabilidade regida pelo trabalho liberto dos grilhões que o oprimem, o que só é possível, para utilizarmos a expressão de Mészáros, para além do capital. Para esta tarefa, a teoria é de fundamental importância, não qualquer

teoria, mas uma teoria explicativa do real em suas múltiplas determinações, portanto revolucionária, posta a serviço da transformação da sociedade. Marx tem clareza dessa importância, e ele mesmo se encarregou de empreender uma atividade teórica explicativa da sociabilidade burguesa. Quando ele escreveu na décima primeira tese sobre Feuerbach que os filósofos até o momento tinham interpretado o mundo, restando agora transformá-lo, o pensador alemão não estava, em hipótese alguma, secundarizando a importância da teoria, mas criticando a teoria especulativa que, naquele momento, era representada pela filosofia alemã. Terminamos, então, com as palavras de Marx¹¹³ proferidas contra Wilhelm Weitling, alfaiate alemão, integrante da Liga dos Justos – depois transformada em Liga dos Comunistas –, por considerar que a revolução prescinde da teoria: “a ignorância nunca ajudou a ninguém”.

¹¹³ *Manifesto do Partido Comunista.*

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Fabiano Geraldo. **Sociedade do conhecimento: um novo paradigma a favor da velha ordem**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2008.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973
- _____. **Les contradictions culturelles du capitalisme**. New York, 1976 (Traduit de l'américain par Marie Matignon).
- BRASIL. **Relatório Unesco sobre Ciência**. Brasília, 2010
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura, V. I)
- CHASIN, J. Da razão do mundo ao mundo sem razão. In: CHASIN, J. **Marx hoje**. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Jinkings Editores Associados Ltda., 1998.
- DANTAS, Gilson. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, 2006, nº 19.
- DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo, Pioneira, 1999.
- _____. **A revolução invisível: como o socialismo fundo-de-pensão invadiu os Estados Unidos**. São Paulo: Pioneira, 1977.
- _____. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FAUSTO, Ruy. A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles). In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 19, São Paulo, 1989. Acesso em 31 de janeiro de 2013. Disponível no sitio eletrônico http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000400005&script=sci_arttext

- FURTADO, Maria Isabel. **Economia Política, liberalismo e utilitarismo**: as revelações e os segredos entre emprego e educação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação FAGED/PPGE), Universidade Federal do Ceará, 2003.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOBBSAWM, E. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**: do feudalismo ao século XXI. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- HUNT & SHERMAN. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis, Vozes, 1977.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. Da contestação à rendição. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano; JIMENEZ, Susana (orgs.). **Trabalho, Educação e Formação Humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- _____. TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- _____. Por uma Ontologia do Ser Social. **O trabalho** (Tradução de Ivo Tonet, mimeo).
- _____. Por uma Ontologia do Ser Social. **Reprodução social**. (Tradução de Marteano Ferreira de Lima, mimeo).
- MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.
- MARIN, Solange Regina; QUINTANA; André Marzulo. Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth: uma crítica do utilitarismo. In: **Nova Economia**. Vol. 21, nº. 2, Belo

Horizonte, May/Aug. 2011. Texto acessado em 28.07.2013 e disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512011000200002&script=sci_arttext

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 1, Tomo I, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Bertrand S.A., Livro 1, Tomo II, 1994.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 2, Volume III, 2011a

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999

_____.; _____. **O Manifesto do Partido Comunista e Cartas Filosóficas**. São Paulo: Centauro, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006a.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006b.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006c.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009

_____. **Século XXI**: Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003

MUSTO, Marcello. Difusão e recepção dos Grundrisse no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo. In: **Crítica marxista**, nº 27, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

_____. **A incontrolabilidade ontológica do capital**: um estudo sobre o Beyond capital, de I. Mészáros. Programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

PINHO, Maria Tereza Buonomo. Instauração do pensamento próprio de Marx acerca da política e do estado. In: **Economia**. Universidade Federal de Sergipe, Textos para discussão, 2009.

_____. **O problema da ideologia na formação profissional do economista**: um estudo de caso acerca do curso de graduação em ciências econômicas da Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado em Economia, UFSE, 2003.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutural de O Capital**. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 2011

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: vozes, 2012

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: Editora UNESP/ Brasiliense, 1991.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, Volume I, 1996.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009

TOFFLER, Alvin. **Previsões e Premissas**. Rio de Janeiro: Record, 1983

_____. TOFFLER, Heide. **Riqueza Revolucionária**: o significado da riqueza no futuro. São Paulo: Futura, 2007.

_____; _____. **Criando uma nova civilização**: a política da terceira onda. Rio Janeiro: Record, 1995.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho para a centralidade da política. São Paulo: Alfa-Ômega, 2009.